



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GESTÃO DE RECURSOS
NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL
NA AMAZÔNIA**



YASMIN ALVES DOS SANTOS

**O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO POSSIBILIDADE DE GESTÃO DE
RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL DA RESEX MARINHA
MOCAPAJUBA - SÃO CAETANO DE ODIVELAS - PA**

**BELÉM - PA
2020**

YASMIN ALVES DOS SANTOS

O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO POSSIBILIDADE DE GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL DA RESEX MARINHA MOCAPAJUBA - SÃO CAETANO DE ODIVELAS - PA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Christian Nunes.

Coorientador: Prof. Dr. Sergio Cardoso (*In Memoriam*)

BELÉM – PA
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S237t Santos, Yasmin Alves dos
O turismo de base comunitária como possibilidade de gestão de recursos naturais e desenvolvimento local da resex marinha Mocapajuba - São Caetano de Odivelas – PA / Yasmin Alves dos Santos. — 2020.
226 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Christian Nunes da Silva
Coorientador(a):
Prof. Dr. Sergio Cardoso de Moraes
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo do Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

1. RESEX Marinha. 2. Turismo de Base Comunitária. 3. Desenvolvimento Local. I. Título.

CDD 333.71109811

YASMIN ALVES DOS SANTOS

O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO POSSIBILIDADE DE GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL DA RESEX MARINHA MOCAPAJUBA - SÃO CAETANO DE ODIVELAS - PA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Christian Nunes.

Coorientador: Prof. Dr. Sergio Cardoso (*In Memoriam*)

Defendido em:

Conceito:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva (Presidente da Banca)
Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional – UNIFAP e Doutor em Ecologia Aquática e Pesca – UFPA.
Prof. da Universidade Federal do Pará – Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)
e Núcleo de Meio Ambiente (NUMA).

Prof.ª. Dr.ª. Maria do Socorro Almeida Flores (Examinadora Interna)
Pós-Doutora em Princípios Fundamentais e direitos Humanos - UCES e Doutora em Direitos Humanos e Meio Ambiente – UFPA.
Prof. da Universidade Federal do Pará – Núcleo de Meio Ambiente (NUMA).

Prof. Dr. Alan Nunes Araújo (Examinador Externo)
Doutor em Geografia – PPGEO/UFPA.

Dedico esta dissertação aos meus familiares e amigos que estiveram presente e me incentivaram nesta longa jornada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Ele! Pai, mestre, amigo, estrela que guiou meus passos, que por várias vezes foram vacilantes nesta caminhada, mas me deu forças para chegar até o final – Deus, a ti dedico este esforço.

À minha mãe, que sempre me ensinou a correr atrás dos meus sonhos e objetivos.

Ao meu querido esposo, que me apoiou e me incentivou, por várias vezes, quando por muitas vezes pensei em desistir, ele esteve lá para me animar.

Aos meus amigos (as) queridos (as) pelo apoio e compreensão nesse período, e pelos momentos de descontração que me proporcionaram mais ânimo para continuar essa jornada.

Ao meu orientador Prof. Dr. Christian Nunes, por toda confiança a mim depositada. Pela paciência, competência, ética e principalmente pelo amadurecimento intelectual que me proporcionou com suas valiosíssimas contribuições, além do incentivo na elaboração deste trabalho. Ao meu Coorientador Prof. Dr. Sérgio Cardoso (*In Memoriam*).

Aos Prof. Dr. Socorro Flores e Gilberto Miranda pela atenção nos momentos de dúvida, incentivo, discussões e instigações necessárias para o meu amadurecimento profissional.

Aos professores do PPGEDAM/NUMA, que proporcionaram toda a base teórica para entendimento da proposta do programa e para condução do desenvolvimento deste trabalho. Aos colaboradores técnicos do NUMA, que sempre me ajudaram nas questões burocráticas necessárias. Aos meus colegas de turma (2018), foi um prazer estar com todos e aprender com todos.

Ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por ter permitido e apoiado a minha pesquisa. Em especial, à equipe técnica da gerência da RESEX-Mar Mocapajuba, que proporcionou apoio logístico para realização das minhas oficinas e a aproximação com as comunidades. A vocês, meu muito obrigada!

À Colônia de Pescadores Z4, de São Caetano de Odivelas, por toda a acolhida e proposição em me ajudar na efetivação da pesquisa de campo.

Aos moradores de Cachoeira, Boa Vista e da Sede Municipal de São Caetano de Odivelas, que me acolheram e me possibilitaram espaço para mostrar e efetivar a minha pesquisa.

Ao Secretário Municipal de Meio Ambiente e a Coordenadora Municipal de Turismo de São Caetano de Odivelas, que se disponibilizaram em participar da minha pesquisa.

A todos que de algum modo colaboraram para elaboração e finalização deste estudo, o meu muitíssimo obrigada!!

“Ah..., mas quem sou eu senão uma formiguinha, das menores, que anda pela Terra
cumprindo sua obrigação?”

(Chico Xavier)

RESUMO

O desenvolvimento local sustentável é o processo de mudança social que busca a compatibilização do crescimento econômico juntamente com a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social. A prática do turismo sustentável utiliza-se do patrimônio natural e cultural, com intuito de incentivar sua conservação, estimulando o surgimento de experiências que promovam o desenvolvimento local, além de oferecer novas perspectivas de desenvolvimento e promove o bem-estar das populações envolvidas. As Unidades de Conservação desde suas primeiras concepções têm por objetivo o uso público focado nas práticas do turismo, do lazer e da recreação, com o objetivo de utilizá-las como ferramenta de monitoramento e proteção da biodiversidade de tais áreas. Nota-se que o Turismo de Base Comunitária (TBC), uma modalidade de gestão do turismo, que visa o protagonismo comunitário, em todos os processos de organização, elaboração e execução da atividade turística. Além de conservar ao máximo os recursos ambientais, a cultura e o bem-estar destas populações locais. A experiência vivida implanta uma consciência ambiental em seus praticantes, além de trocas de saberes entre comunitários e turistas. Diante do exposto, o TBC poderá ser um vetor alternativo para sensibilização à conservação e de desenvolvimento de uma consciência ecológica, além de gerar trabalho e renda e valoriza a cultura local. Assim, esse estudo tem por objetivo realizar uma análise sobre o desenvolvimento local e sua aplicabilidade no turismo sustentável - TBC, levando em consideração as suas aplicabilidades em unidades de conservação. Esta dissertação tem como objetivo principal analisar a possibilidade do Turismo de Base Comunitária (TBC) ser implantado na Reserva Extrativista Marinha, tendo como objeto de estudo as comunidades: Boa Vista, Cachoeira e Sede Municipal. Para realização desta pesquisa e para responder os questionamentos levantados, foi necessário elaborar um referencial teórico-metodológico que nos possibilitasse um entendimento das observações feitas em campo mediante um diálogo com a teoria. Optou-se pela pesquisa qualitativa com base em estudos descritivos, exploratórios apoiado na coleta de dados e material institucional, disponibilizados pelo gestor da UC, além das informações obtidas na pesquisa de campo, com observação, entrevistas, narrativas orais e por meio da Matriz SWOT e pelo Mapa Falado, dinâmicas aplicadas nas oficinas, realizadas com o propósito de perceber-se o cotidiano e os processos sociais das comunidades estudadas. Diante disso, buscamos alicerçar o estudo em teorias que tratam do turismo articulando com a noção de uso do território, do espaço e lugar como aspecto social. Notou-se que os comunitários acreditam que o TBC é um meio com grande potencial para transformação social e como alternativa de conservação da natureza, inclusão social, além de, ser capaz de gerar renda para a localidade. Porém, o mesmo depende da organização e vontade coletiva. Além de ser necessário a gestão da unidade de conservação implementar o plano de manejo, para que se tenha definido as diretrizes de uso público.

Palavras-chave: RESEX Marinha. Turismo de Base Comunitária. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

Local sustainable development is the process of social change that seeks to make economic growth compatible with environmental conservation, quality of life and social equity. The practice of sustainable tourism uses natural and cultural heritage in order to encourage its conservation, encouraging the emergence of experiences that promote local development, in addition to offering new perspectives for development and promoting the well-being of the populations involved. The Conservation Units since their first conceptions have as their objective the public use focused on the practices of tourism, leisure and recreation, in order to use them as a tool for monitoring and protecting the biodiversity of such areas. It is noted that Community Based Tourism (TBC), a type of tourism management, which aims at community protagonism, in all processes of organization, elaboration and execution of tourist activity. In addition to conserving environmental resources, culture and the well-being of these local populations to the utmost. The lived experience implements an environmental awareness in its practitioners, in addition to exchanges of knowledge between community members and tourists. Given the above, the TBC could be an alternative vector for raising awareness of conservation and developing an ecological awareness, in addition to generating work and income and valuing local culture. Thus, this study aims to carry out an analysis on local development and its applicability in sustainable tourism - TBC, taking into account its applicability in protected areas. This dissertation had as main objective to analyze the possibility of Community Based Tourism (TBC) to be implanted in the Marine Extractive Reserve, having as object of study the communities: Boa Vista, Cachoeira and Sede Municipal. To carry out this research and to answer the questions raised, it was necessary to develop a theoretical-methodological framework that would enable us to understand the observations made in the field through a dialogue with the theory. Qualitative research was chosen based on descriptive, exploratory studies supported by data collection and institutional material, made available by the UC manager, in addition to the information obtained in the field research, with observation, interviews, oral narratives and through the SWOT Matrix and by the Falado Map, dynamics applied in the workshops, carried out in order to understand the daily life and social processes of the studied communities. Therefore, we seek to base the study on theories that deal with tourism, articulating with the notion of the use of territory, space and place as a social aspect. It was noted that community members believe that TBC is a medium with great potential for social transformation and as an alternative to nature conservation, social inclusion, in addition to being able to generate income for the locality. However, the same depends on the organization and collective will. In addition, it is necessary to manage the conservation unit to implement the management plan, so that the guidelines for public use have been defined.

Keywords: RESEX Marinha. Community-based tourism. Local Development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Entrevistas Aplicadas.....	24
Quadro 2 – Procedimentos Metodológicos aplicado na Oficina Participativa de TBC nas Comunidades da RESEX-Mar Mocapajuba.....	25
Quadro 3 - Instrumentos Legais e suas respectivas categorias de manejo.....	50
Quadro 4 - Diretrizes para o TBC.....	76
Quadro 5 - Projetos Selecionados pelo Edital de TBC do MTur 2008.....	87
Quadro 6 - Experiencias de TBC em UCs Federais no Brasil.....	92
Quadro 7 - Divisão das comunidades da RESEX-Mar Mocapajuba em Polos.....	98
Quadro 8 - Formação do Conselho Gestor da RESEX-Mar Mocapajuba.....	99
Quadro 9 - Atividades geradoras de renda e consumo nas comunidades Boa Vista e Cachoeira no município de São Caetano de Odivelas-PA.....	106
Quadro 10 – Levantamento dos Equipamentos de Infraestrutura Básica de São Caetano do Odivelas.....	115
Quadro 11 – Equipamentos de Infraestrutura Turística de São Caetano de Odivelas.....	116
Quadro 12 - Potencial Turísticos Identificado na Oficina de TBC - Sede Municipal de São Caetano de Odivelas.....	128
Quadro 13 – Matriz SWOT (FOFA) do Turismo – Sede Municipal/São Caetano de Odivelas.....	129
Quadro 14 - Potenciais Turísticos Identificados na Oficina de TBC/Comunidade Cachoeira - São Caetano de Odivelas.....	136
Quadro 15 - Matriz SWOT (FOFA) do Turismo – Comunidade Cachoeira/RESEX-Mar Mocapajuba, São Caetano de Odivelas.....	137
Quadro 16 - Potenciais Turísticos Identificados na Oficina de TBC/Comunidade Boa Vista - São Caetano de Odivelas.....	143
Quadro 17 - Matriz SWOT (FOFA) do Turismo – Comunidade Boa Vista/RESEX-Mar Mocapajuba, São Caetano de Odivelas.....	145

Quadro 18 - Aspectos positivos e negativos para o desenvolvimento do TBC na RESEX Mocapajuba.....	156
Quadro 19 - Levantamento dos Atrativos e recomendações (Comunidade Cachoeira).....	157
Quadro 20 - Levantamento dos Atrativos e recomendações (Comunidade Boa Vista).....	159
Quadro 21 - Levantamento dos Atrativos e recomendações (Sede Municipal).....	161

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Desenho esquemático relacionando parâmetros para se alcançar o desenvolvimento sustentável.....	34
Figura 2 – Ciclo do Turismo Sustentável.....	66
Figura 3 – Premissas para o Desenvolvimento do TBC.....	74
Figura 4 – Polos Turísticos do Pará.....	83
Figura 5 – Localização do Polo Amazônia Atlântica.....	84
Figura 6 – Audiência Pública para Criação da RESEX-Mar Mocapajuba de São Caetano de Odivelas.....	97
Figura 7 – Procissão do Círio de São Caetano de Odivelas – Padroeiro da Cidade.....	111
Figura 8 – Festa do Boi de Máscara de São Caetano de Odivelas.....	111
Figura 9 – Mapa do Sítio Pesqueiro Turístico Para Pesca Esportiva – Estuário Marinho de São Caetano de Odivelas.....	120
Figura 10 – A revoada dos Guarás – Ilha do Mariteua/São Caetano de Odivelas.....	123
Figura 11 – Banda Rodrigues dos Santos.....	124
Figura 12 – Divulgação do Boi Tinga – São Caetano de Odivelas.....	124

Figura 13 – Divulgação Boi Faceiro – São Caetano de Odivelas.....	124
Figura 14 – Encarte de Divulgação do Festival do Caranguejo 2019.....	126
Figura 15 – Igreja Matriz de São Caetano de Odivelas.....	126

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da RESEX-Mar Mocapajuba/São Caetano de Odivelas - PA.....	95
Mapa 2 – Atrativos Naturais, Históricos e Culturais de São Caetano de Odivelas (Sede).....	133
Mapa 3 - Atrativos Naturais, Históricos e Culturais da Comunidade Cachoeira – RESEX-Mar Mocapajuba/ São Caetano de Odivelas.....	142
Mapa 4 - Atrativos Naturais, Históricos e Culturais da Comunidade Boa Vista – RESEX- Mar Mocapajuba/São Caetano de Odivelas.....	149

LISTA DE IMAGEM

Imagem 1 – Sede da Colônia de Pescadores Z4 – São Caetano de Odivelas	100
Imagem 2 – Oficina de formação do C.G da RESEX Mocapajuba I.....	100
Imagem 3 – Oficina de Formação do C.G da RESEX Mocapajuba II.....	100
Imagem 4 – Mercado Municipal Benedito Farias Rendeiro/Sede de São Caetano de Odivelas.....	103
Imagem 5 – Porto (desembarque de pescado) da Sede de São Caetano de Odivelas.....	103

Imagem 6 – Palacete Deodoro Ataíde/Sede da Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas.....	104
Imagem 7 – Porto da Comunidade de Cachoeira/RESEX Mocapajuba.....	104
Imagem 8 – Atividade Pesqueira Comunidade Cachoeira/RESEX-Mar Mocapajuba.....	104
Imagem 9 – Mercado Municipal Célio Sampaio/Comunidade de Cachoeira/RESEX Mocapajuba.....	105
Imagem 10 – Porto da Comunidade de Boa Vista/RESEX Mocapajuba.....	105
Imagem 11 – Organização de apetrechos de pesca/ Comunidade de Boa Vista/RESEX Mocapajuba.....	105
Imagem 12 – Igreja da Comunidade de Boa Vista/RESEX Mocapajuba.....	107
Imagem 13 – Igreja da Comunidade de Cachoeira/RESEX Mocapajuba.....	107
Imagem 14 - Estatua do Pierrô – Praça de São Caetano.....	112
Imagem 15 – Vista do Rio Mojuim – São Caetano de Odivelas.....	123
Imagem 16 – Praça Municipal – São Caetano de Odivelas.....	125
Imagem 17 – Monumento em Homenagem aos Pescadores/São Caetano de Odivelas.....	125
Imagem 18 – Quadro de Atrativos com Potencial Turístico – Sede de São Caetano de Odivelas.....	128
Imagem 19 – Matriz FOFA do Turismo – São Caetano de Odivelas.....	130
Imagem 20 – Mapa Falado da sede municipal de São Caetano de Odivelas	131

Imagem 21 – Participação nas atividades da oficina de TBC – São Caetano de Odivelas.....	132
Imagem 22 – Apresentação dos resultados das atividades da oficina de TBC – São Caetano de Odivelas.....	132
Imagem 23 – Entendimento sobre o Turismo, Comunidade Cachoeira	135
Imagem 24 – Elaboração de Quadro de Potencial Turístico – Comunidade de Cachoeira/SCO.....	135
Imagem 25 – Quadro de Atrativos com Potencial Turístico - Comunidade de Cachoeira/SCO.....	136
Imagem 26 – Matriz SWOT/FOFA – Comunidade de Cachoeira/SCO.....	137
Imagem 27 – Elaboração do Mapa Falado – Comunidade de Cachoeira/SCO.....	139
Imagem 28 – Mapa Falado – Comunidade de Cachoeira/SCO.....	139
Imagem 29 – Elaboração da Cartografia Social – Comunidade de Cachoeira/SCO.....	141
Imagem 30 – Elaboração da Cartografia Social II – Comunidade de Cachoeira/SCO.....	141
Imagem 31 – Cartografia Social elaborada na Comunidade de Cachoeira/SCO.....	141
Imagem 32 – Quadro de Atrativos com Potencial Turístico – Comunidade de Boa Vista/SCO.....	144
Imagem 33 – Elaboração do quadro com Potencial Turístico – Comunidade de Boa Vista/SCO.....	144
Imagem 34 – Matriz SWOT – Comunidade de Boa Vista/SCO.....	146
Imagem 35 – Elaboração do Mapa Falado – Comunidade de Boa Vista/SCO.....	146

Imagem 36 – Mapa Falado da Comunidade de Boa Vista/SCO	147
Imagem 37 – Apresentação para elaboração da Cartografia Social/ Boa Vista/SCO	147
Imagem 38 – Elaboração da Cartografia Social – Comunidade de Boa Vista/SCO	148
Imagem 39 – Cartografia Social Elaborada pelos participantes – Comunidade de Boa Vista/SCO	148
Imagem 40 - Projeto de Urbanização da Orla de Boa Vista - São Caetano de Odivelas	150
Imagem 41 - Planta baixa de Implantação do Projeto de Urbanização da Orla de Boa Vista - São Caetano de Odivelas	151
Imagem 42 – Estrutura atual da Orla de Boa Vista - São Caetano de Odivelas	151

LISTA DE ABREVEATURAS SIGLAS

ABETA - Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
AMUPESC – Associação de Mulheres da Pesca de São Caetano
AP - Áreas Protegidas
AUREMOCA - Associação de Usuários de Mocapajuba
CCDRU - Contrato de Concessão do Direito Real de Uso
CDB - Convenção de Diversidade Biológica
CF – Constituição Federal Brasileira
CG – Conselho Gestor
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
CONDEL - Conselho Deliberativo
COP7 - Sétima Conferência das Partes
DOU - Diário Oficial da União
DRP – Diagnostico Participativo Rural
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
ENTBL - Encontro de Turismo de Base Local
EUA - Estados Unidos da América
FBCN - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IMAZOM - Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA - Instituto Socioambiental
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MOB – Programa de Mobilização do Turismo de Base Local
MTur – Ministério do Turismo
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OMT – Organização Mundial do Turismo
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PARNA – Parque Nacional
PARATUR - Companhia Paraense de Turismo
PIB – Produto Interno Bruto
PM – Plano de Manejo
PNAP - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA – Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas
PNT – Plano Nacional do Turismo
PPGEO – Programa de Pós-Graduação de Geografia
PRT – Programa de Regionalização do Turismo
PUP - Programa de Uso Público
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX – Reserva Extrativista
RESEX-Mar – Reserva Extrativista Marinha
SISBIO – Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SCO – São Caetano de Odivelas
SETur - Secretaria de Estado de Turismo do Pará
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
TBC – Turismo de Base Comunitária
TI – Terras Indígenas
TOPESCO – Torneio de Pesca Esportiva de São Caetano
TS -Turismo Sustentável
TUCUM - Rede Cearense de Turismo Comunitário
UC – Unidade de Conservação
UICN - União Mundial para a Conservação da Natureza
UFPA – Universidade Federal do Pará
WCED – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL LOCAL E A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	28
2.2 Sustentabilidade ao Desenvolvimento: Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável, suas contradições e aplicabilidade.	30
2.3 Desenvolvimento Local: o poder local ou o poder sobre o local?	36
2.4 Gestão de Recursos Naturais	40
2.4.1 Conceito e definição de Recursos Naturais	42
2.5 As Unidades de Conservação como Ferramenta de Proteção e de Conservação da Natureza.....	44
2.5.1 – Histórico das Áreas Protegidas no cenário internacional e nacional	44
2.5.2 As Áreas Protegidas no Brasil: perspectivas para conservação	50
2.5.3 O Contexto Histórico de formação das RESEX no Brasil e na Amazônia.	55
2.5.4. As RESEX Marinhas e sua formação no território brasileiro.	59
3. O TURISMO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO.....	62
3.1. Conceitos e Definições interdisciplinares do Turism.....	62
3.2 A Relação do Turismo Sustentável e do Desenvolvimento Local em Áreas Protegidas	64
3.3 O Turismo de Base Comunitária: suas contraposições ao Turismo de Massa	69
3.4 A Política Nacional do Turismo: Ações de Políticas Públicas voltadas para O Turismo de Base Comunitária.....	77
3.4.1 A Política Nacional do Turismo.....	77
3.4.2 O Plano Nacional de Turismo 2018-2022.....	80
3.4.3 Ações Estaduais de Turismo que confluem com as Prerrogativas do PNT.	81
3.4.4 Políticas Públicas Nacionais e Estaduais que estimulam o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.....	84
3.5 O Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação no Brasil	88
4. A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MOCAPAJUBA	94

4.1. Processo de Criação e Aspectos de Gestão dos Recursos Naturais	94
4.1.1 - Institucionalização da RESEX-Mar Mocapajuba	94
4.1.2 - As Comunidades de Cachoeira e Boa Vista da RESEX-Mar Mocapajuba: e seus aspectos socioeconômicos.....	102
4.2. O Município de São Caetano de Odivelas: Histórico de Formação, aspectos socioeconômicos e tradições culturais	107
4.2.1 – Aspectos Históricos.....	108
4.2.2 – Aspectos físicos e naturais do município	109
4.2.3 - Aspectos Culturais	110
4.2.4 - Aspectos socioeconômico de São Caetano: A Pesca e seu potencial no desenvolvimento local.....	113
5. ASPECTOS DO TURISMO EM SÃO CAETANO DE ODIVELAS E A POSSIBILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DO TBC NA RESEX-MAR MOCAPAJUBA	115
5.1 Análise da infraestrutura do Turismo disponível em São Caetano de Odivelas ..	115
5.1.1 – Aspectos dos Atrativos Naturais e Histórico-culturais que podem contribuir para o desenvolvimento do TBC na RESEX-Mar Mocapajuba.....	117
5.2 Oficinas Participativas de TBC e Cartografia Social: O mapeamento dos Atrativos Naturais, Culturais e Históricos da Sede Municipal e das Comunidades de Boa Vista e Cachoeira, com potencial para o desenvolvimento do TBC	126
5.2.1 – Oficina de TBC na Sede Municipal	127
5.2.2 – As Oficinas de TBC e de Cartografia Social na Comunidade de Cachoeira	134
5.2.3 - Oficinas de TBC e Cartografia Social na Comunidade em Boa Vista	143
5.3 Recomendações para inserção do TBC nas comunidades da RESEX-MAR Mocapajuba	153
5.3.1. Recomendações para implementação do TBC na RESEX-Mar Mocapajuba.....	154
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
REFERÊNCIAS	170
APÊNDICE	191
ANEXO.....	219

1. INTRODUÇÃO

A relação existente entre o homem e a natureza é objeto de ponderações desde muito tempo, a discussão acerca do desenvolvimento advém de um processo de reflexões e aspirações acadêmicas, políticas e ideológicas. Com passar dos tempos, mais especificamente a partir da segunda metade do século XX, a sociedade galgou por transformações na abordagem de desenvolvimento que visava apenas o crescimento econômico, para uma abordagem mais social, buscando o bem-estar socioambiental de todos, elevando a discussão para proposição do desenvolvimento sustentável.

Com o avanço de um modelo de desenvolvimento que se faz predatório para os recursos naturais, as políticas públicas que apontam para a preservação e conservação do meio ambiente são necessárias para evitar a perda da sociobiodiversidade. No Brasil, sancionou-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, com o propósito de conservar e preservar a biodiversidade, por meio do uso sustentável dos recursos naturais, considerando as populações tradicionais existentes nesse território.

As unidades de conservação são espaços territoriais com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a perenidade do patrimônio biológico existente. Além de garantir o uso sustentável dos recursos naturais e ainda proporcionar às comunidades envolvidas o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis em seu interior ou entorno. Assim, as unidades de conservação “são, antes de tudo, examinadas como territórios de exercício de poder habitados por grupos sociais com identidades territoriais, símbolos e marcas distintivas, já existentes ou (re)inventadas” (Coelho et al., 2009, p. 76).

Para Coelho et al (2009), as unidades de conservação são entendidas e interpretadas como “reservas territoriais estratégicas, criações que se destinam a proteger/poupar recursos ou a garantir a reprodução de recursos renováveis, de proteção institucional e apoio governamental com vistas ao futuro” (Coelho et al., 2009, p. 77).

No atual cenário político-gestor, principalmente na escala do poder federal, especificamente na pasta que trabalha o Meio Ambiente, nota-se que as UC's estão sendo demasiadamente criticadas, seguem perdendo recurso e com risco de diminuição de áreas protegidas, cabe enfatizar e assegurar que esses espaços territoriais são eficazes de proteção dos recursos naturais, pois segundo Coelho et al (2009), as novas institucionalidades relacionadas a implementação de uma Unidade de Conservação expressam, assim, conflitos,

tensões, cooperação e coordenação entre indivíduos e grupos de diferentemente posicionados nas configurações sociais que estruturam suas interações, resultando na sobreposição de múltiplas territorialidades.

O turismo é um fenômeno que está em desenvolvimento em todo o mundo. Movimenta cada vez mais pessoas e considerável volume de capital. Sendo uma das maiores “indústrias” do mundo, o turismo está interligado a muitos dos principais setores da economia mundial, intimamente relacionado com a vida econômica, sociocultural e ambiental (FENNELL, 2002).

Em consonância com essa lógica, as práticas do turismo em áreas naturais protegidas devem ser desenvolvidas e compatibilizadas de acordo com suas especificidades, e no caso das unidades de conservação, devem ser levados em consideração as ações e os programas previstos no Plano de Manejo para assim, promover práticas sustentáveis. Nesse contexto, a atividade turística de base comunitária mostra-se como a modalidade de gestão mais adequada para o turismo dentro dessas áreas, pois busca conservar os recursos naturais e as práticas socioculturais das comunidades ali instaladas. Tais práticas são os principais fatores e/ou atrativos aos visitantes, que buscam mais conhecimento e o contato direto com tais comunidades.

O desenvolvimento local sustentável é o processo de mudança social que busca a compatibilização do crescimento econômico juntamente com a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social. A prática do turismo sustentável se utiliza do patrimônio natural e cultural, com intuito de incentivar sua conservação, estimulando o surgimento de experiências que promovam o desenvolvimento local, além de oferecer novas perspectivas de desenvolvimento e promove o bem-estar das populações envolvidas (CORIOLANO, 2012).

O turismo sustentável é um assunto que passou a ser debatido recentemente nos anos 1990. Suas origens provêm do conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável existente há muitos anos, quando a partir da segunda metade do século XX, iniciou-se o debate acerca dessa temática. Trata-se, portanto, de uma perspectiva a um prazo mais longo do que de costume ao tomarmos decisões e envolve também uma necessidade de intervenção e planejamento (SWARBROOKE, 2000).

Diante do exposto, a atividade turística de base comunitária poderia vir a ser uma alternativa, que além de gerar trabalho e renda valoriza a cultura local e seus impactos ao meio ambiente são menos degradantes. Segundo Kassis (2005, p.2), “o turismo pode desempenhar um papel positivo no combate à pobreza [...] e [...] fortalecer a comunidade

inteira e os recursos da terra dos quais dependem”. Desta maneira, essa atividade poderá beneficiar a comunidade local nos setores econômico, social e cultural.

Assim, nota-se que o Turismo de Base Comunitária (TBC), desde suas primeiras concepções, tem por princípios comuns: a autogestão; o associativismo e cooperativismo; a democratização de oportunidades e benefícios; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando a apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

Diante do exposto, o TBC poderá ser um vetor alternativo para sensibilização à conservação e de desenvolvimento de uma consciência ecológica, além de gerar trabalho e renda e valoriza a cultura local. Assim, pressupõe-se que o TBC é uma prática turística viável e sustentável para se implantar na Reserva Extrativista Marinha (RESEX-Mar) Mocapajuba.

Neste sentido, levanta-se o questionamento de que forma o TBC possibilitará a promoção do desenvolvimento local e de sustentabilidade na RESEX-Mar Mocapajuba?

A realização desta pesquisa tem como objetivo analisar a temática do desenvolvimento local sustentável aplicada à conjuntura do turismo de base comunitária e de suas práticas como vetores de conservação ambiental e de desenvolvimento local. Neste contexto, para aplicação de tal análise, escolheu-se como área de estudo a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, localizada no município de São Caetano de Odivelas (SCO), que fica na região nordeste do Estado do Pará.

O município é celebrenemente conhecido como a “terra do caranguejo”, pois assim como a pesca e a coleta de mariscos, o crustáceo tem um grande destaque econômico para o local. Além de ser um atrativo cultural, muitos visitantes são atraídos no período de realização do tradicional Festival do Caranguejo, realizado anualmente no mês de dezembro. As manifestações e expressos culturais que ocorrem no município, também são atrativos bem fortes para o desenvolvimento das atividades turísticas locais. O município tem um amplo “calendário festivo” que pode e deve ser aprimorado para o melhor aproveitamento de tais tradições. Tanto como uma forma de conservá-las, quanto para o desenvolvimento socioeconômico do local

A partir das metodologias de campo, verificou-se a possibilidade de implementação do TBC na RESEX-Mar em questão.

Tal estudo, está de acordo com os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, esta agenda é um plano, na qual aborda:

(...) ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Ainda segundo a Organização das Nações Unidas (ONU):

A nova Agenda é guiada pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, incluindo o pleno respeito pelo direito internacional. Fundamenta-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, tratados internacionais de direitos humanos, a Declaração do Milênio e os resultados da Cúpula Mundial de 2005. Ela é informada por outros instrumentos, tais como a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (ONU, 2015).

A Agenda 2030 lançou 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas que se basearam nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que buscam “concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. (...) e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental” (ONU, 2015).

Nesse contexto, dos 17 ODS da Agenda 2030, o ODS nº 8, como citado anteriormente, está relacionado diretamente com a temática desta pesquisa. No qual, o objetivo 8 busca: “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos”. Mais especificamente em seu item 8.9, onde o mesmo pretende “até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais” (ONU, 2015).

Nesse sentido, tal pesquisa julga-se importante, pois aborda questões que buscam melhor compreender a necessidade da conservação por meio de atividades que possibilitem uma interação harmônica com o local. Partindo de formulações de propostas de resguardo do meio ambiente bem como do turismo e da sustentabilidade.

Sobre sua abordagem metodológica, entende-se que a construção da Pesquisa Científica é um constante processo não acabado. “A pesquisa científica é o resultado de um inquérito ou exame minucioso, realizado com o objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos científicos” (SILVEIRA E CÓRDOVA, 2009).

Assim, para constituição da jornada de elaboração deste estudo, faz-se necessário a interação do discurso teórico e a prática da pesquisa de campo, para que o envolvimento desses elementos possa direcionar corretamente as ações pretendidas como objetivos, para elaboração da temática trabalhada. Como justifica Cunha e Moraes (2012, p. 101 -102):

Essa empreitada [trata-se], antes de qualquer coisa, do caminho e da realidade social vivenciada. Isso [implica] uma concepção de ciência traduzida nos instrumentos da pesquisa, que [permite] a articulação operacional entre teoria e realidade empírica, com impactos decisivos sobre a construção do objeto de estudo (...) enquanto

território simbólico (...). Desta forma, a [pesquisa] em foco [empenha-se] por apresentar uma coerência interna entre as opções teóricas e, por consequência, na definição do método e técnica desta pesquisa.

A realização desta pesquisa, segundo o objetivo proposto, foca-se na análise da possibilidade de implementação do TBC como meio de contribuição para o manejo dos recursos naturais e para o desenvolvimento local. A análise ocorreu por meio de pesquisa de natureza exploratória e descritiva, que se concentra em métodos qualitativos, que contou com duas etapas de execução de procedimentos de coleta de dados.

Na primeira etapa do procedimento de coletas de dados, constituiu-se no levantamento bibliográfico¹ e documental². O levantamento bibliográfico foi realizado por meio da internet, em sites devidamente reconhecidos, pesquisa em bibliotecas, trabalhos científicos (dissertações e teses), livros, artigos e anais de eventos, para a aquisição de fundamentação teórica do tema em questão. Minayo (2002) afirma que “a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a utiliza frente à realidade do mundo (...) vincula pensamento e ação” (MINAYO, 2002).

Já a pesquisa documental, teve como base a exploração e obtenção de informações e documentos oficiais, para obtenção de dados secundários, a partir de documentos existente em Órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal, como por exemplo: a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Caderno de Experiências do Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais, Inventário da Oferta Turística do município de São Caetano de Odivelas, Estatística Municipal de São Caetano de Odivelas, Relatório Executivo do Plano Ver-o-Pará, Cartilha de Regionalização do Turismo e memórias das reuniões anteriores que trataram ou tiveram relação com a temática proposta e que alicerçaram a pesquisa.

Nesse sentido, Cellard (2008) afirma que a análise documental é fundamental para pesquisadores das ciências sociais, pois é uma fonte de informação em que os documentos fornecem dados de acordo com seu período de elaboração e podem funcionar como uma “máquina do tempo” ou um registro histórico, de modo que se pode ter a compreensão do social.

1 Segundo Severino (2007), a pesquisa bibliográfica é: “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses e etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados (...)”.

2 Já a pesquisa documental é descrita por Severino (2007) como: “tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. (...) os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise”.

O aporte teórico foi alicerçado em conceitos e definições que dessem base para ponderar as questões levantadas nesse estudo. Dentre as questões, tem-se o desenvolvimento local sustentável, a gestão de recursos naturais, áreas protegidas e o turismo, no âmbito das unidades de conservação brasileiras.

Assim, na ótica do desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local, e para todas as suas nuances, utilizou-se pesquisas realizadas por Fisher e Pinho (2006), Sachs (1986, 1993, 2004), Satrústegui (2013), Leff (2007, 2009, 2010), Vasconcello Sobrinho (2013, 2017), Coriolano (2012), Barbosa (2008), Cavalcante (1997), Buarque (2008), Jara (1998), para abordar esta discussão, pois trata-se de uma terminologia controversa, haja vista que perpassa por várias dimensões como econômicas, ambientais e sociais para trabalhar e garantir atos e ações sustentáveis.

Para abordar a temática da gestão dos recursos naturais e de áreas protegidas (especificamente as Unidades de Conservação), utilizou-se de autores como: Vasconcello Sobrinho (2012), Pandeff (2009), Veloso e Mendes (2012a, 2012b), Leff (1999), Lima (2003), Diegues (2008), Coelho et al (2009), Pádua (2003), Po, nto (2016), Santilli (2005) com o propósito de esclarecer a relação entre homem e natureza, como a gestão ambiental trata e combate os problemas que surgem de tal relação estrita e como as áreas protegidas estão sendo utilizadas como estratégia de proteção, conservação da natureza.

Já na categoria Turismo, turismo sustentável e turismo de base comunitária, utilizou-se para discorrer autores como: Lima (2003) Sá e Palheta (2015), OMT (1999,2008), Mathiensen e Wall (1977), Beni (2000, 2006), Coriolano (1998, 2003, 2009), Henríquez; Sampaio, Zechner (2008), Nascimento, Nóbrega (2016), Irving (2009), com intuito de discutir as diferentes abordagens conceituais que têm direcionado os instrumentos de organização e de estruturação da atividade turística para diferentes abordagens, como o caso do Turismo de Base Comunitária (TBC) que lança o desafio as comunidades locais em serem as detentoras (protagonistas) do poder de decisão e organização de todo o processo de desenvolvimento e implementação da atividade turística.

Por ser uma pesquisa realizada em uma área de proteção ambiental, com gestão de um órgão Federal, nesse mesmo período de levantamento bibliográfico, foi solicitado a autorização (ver anexo A) perante o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por meio do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) - que é um sistema eletrônico para solicitação de pesquisa em Unidades de Conservação (UC), instituído legalmente pela Instrução Normativa N ° 03/2014, para realização dessa pesquisa.

Depois de efetuado os procedimentos iniciais de solicitação e, de levantamento bibliográfico e documental, e ter realizado a seleção dos dados secundários necessários, foi realizado a segunda etapa do procedimento de coletas de dados, primários, que consistiu na realização da pesquisa de campo³ dividida em três fases de execução, sendo estas abordagens qualitativas, as quais trabalham no universo dos significados, das ações e relações humanas (MINAYO, 2002), com perspectivas de utilização de algumas abordagens quantitativas.

A primeira fase da segunda etapa foi uma visita (pré-campo) até o município de São Caetano de Odivelas, para reconhecimento do *lócus* da pesquisa, e conhecimento de pessoas-chaves que poderiam auxiliar no desenvolvimento da mesma. Após esse primeiro contato, foram realizadas mais três visitas para apresentação da proposta de pesquisa aos líderes comunitário e representantes da gestão pública, assim como as suas pretensões e aplicação de entrevista semiestruturada com esse grupo. Pois, de acordo com Neto (2002), “os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo”.

Foram realizadas visitas à órgãos públicos da esfera federal e municipal, com propósito de obter-se mais informações sobre as ações de gestão desenvolvidas na região abordada pela pesquisa. A visita até a sede do ICMBio, em Belém - órgão gestor da RESEX-Mar Mocapajuba, teve por finalidade a apresentação da proposta da pesquisa ao chefe da UC, além da aplicação de uma entrevista semiestruturada com intuito de obter-se mais informações sobre as ações de gestão e fiscalização realizadas pela gerência da UC. Nessa visita, também foi definido um cronograma de realização de visita-técnica ao *lócus* da pesquisa, para efetivação e aplicabilidade dos procedimentos metodológicos com as comunidades locais da RESEX-Mar.

Nas visitas realizadas junto aos gestores dos órgãos públicos municipais, como secretarias de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo e a de Meio ambiente, também foi utilizado a técnica de entrevista semiestruturada, com a finalidade de obter o conhecimento a respeito das ações planejadas por tais instituições para o turismo local e a gestão dos recursos naturais, como: o envolvimento e participação das comunidades nessas atividades e seu interesse em trabalhar o TBC. Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com o representante da Colônia de Pescadores de São Caetano de Odivelas e com o representante da associação dos usuários da Resex, com o propósito de verificar-se o entendimento dessas instituições sobre a

³Segundo Fonseca (2002), a pesquisa de campo “caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa-ação, participante, etc.)”.

importância da Resex para região, avaliar as ações dos órgãos gestores com relação as questões socioambientais e do uso público (especificamente o turismo) na UC, e para verificar o conhecimento e entendimento sobre o turismo (Quadro 1 abaixo).

A metodologia de entrevista semiestruturada foi escolhida por possibilitar ao pesquisador, uma estruturação de um roteiro prévio, com questões específicas à pesquisa, mas com a liberdade de aprofundar-se em tais questões iniciais, pois permite um diálogo mais detalhado e com possibilidades de (re)direcionar o roteiro para questões mais abrangentes ou mais restritas relacionadas a pesquisa (MAY, 2004).

Quadro 1 – Entrevistas Aplicadas

ATORES	ENTREVISTADOS	OBJETIVO
GESTORES PÚBLICOS	Representante do ICMBIO – Chefe da RESEX-Mar Mocapajuba	Verificar: <ul style="list-style-type: none"> ➤ O entendimento do Turismo em UC; ➤ Se existe ações de Turismo no local e são direcionadas às questões socioambientais; ➤ Se existe a participação e o envolvimento da comunidade local no processo de gestão da RESEX no que tange ao Turismo; ➤ Se existe alguma ação específica para o Turismo de Base Comunitária.
	Representante da Sec. Mun. de Meio Ambiente – Secretário Municipal de Meio Ambiente	
	Representante da Sec. Mun. de Cultura, Esporte, Laser e Turismo – Secretário Municipal de Cultura	
	Representante da Sec. Mun. de Cultura, Esporte, Laser e Turismo – Diretora Municipal de Turismo	
COMUNIDADE LOCAL	Representante da Colônia de Pescadores de São Caetano de Odvelas – Presidente da Colônia	Verificar: <ul style="list-style-type: none"> ➤ O entendimento do Turismo em UC; ➤ A importância da implantação da RESEX para o município; ➤ O conhecimento de ações e propostas dos órgãos gestores para questões socioambientais e para o Turismo.
	Representante da Associação dos Usuários da RESEX-Mar Mocapajuba – Presidente da Associação	
	Representante da Associação das Mulheres Pescadoras e Marisqueiras de Cachoeira – Presidente da Associação	

Fonte: Elaboração Própria, 2020.

A segunda etapa da pesquisa de campo, deu-se por meio de realização de oficinas com as comunidades, com a temática do Turismo de Base Comunitária. O uso dessa ferramenta participativa foi utilizado, pois se buscava avaliar as potencialidades locais existentes integradas aos produtos da sociobiodiversidade das comunidades.

Para realização das atividades das oficinas de TBC, foram utilizadas algumas técnicas do Diagnostico Rural Participativo (DRP), que foram adaptadas ao contexto deste trabalho. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2011), o DRP é:

(...) um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências

e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. (...) O objetivo principal do DRP é apoiar a autodeterminação da comunidade pela participação e, assim, fomentar um desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2011 p. 12)

Assim, a técnica do DRP desenvolve procedimentos de pesquisa de acordo com as condições e possibilidades dos participantes, tendo por base seus próprios conceitos e critérios de explicação, os próprios participantes analisam a sua situação e diferentes opções para melhorá-las. Nesse sentido, a equipe moderadora, deve intervir minimamente no desenvolvimento das atividades propostas, apenas colocar à disposição as ferramentas para a autoanálise dos participantes. O DRP não tem a intenção de, unicamente, colher dados dos participantes, mas, sim, de iniciar um processo de autorreflexão da comunidade sobre os seus próprios problemas e as possibilidades para solucioná-los (BRASIL, 2011).

Como instrumentos de campo para as oficinas de TBC, foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos, de acordo com Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Procedimentos Metodológicos aplicado na Oficina Participativa de TBC nas Comunidades da RESEX-Mar Mocapajuba.

Procedimento	No que consiste	Objetivo
Observação Participante	A técnica de observação participante ocorre pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno observado.	Aplicada com o objetivo obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos.
Mapa Falado da comunidade	Técnica que consiste na elaboração de mapas e/ou maquetes pelos participantes, partindo de seus conhecimentos empíricos e de suas experiências no território habitado e utilizados pelo grupo.	Aplicada com o objetivo levantar informações sobre as condições de infraestrutura e da estrutura social da comunidade. Além de informações sobre recursos da flora e fauna, zonas de cultivos, áreas problemáticas e em conflito, limites, entre outros.
Matriz SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats) ou FOFA	Técnica que consiste em elaborar uma matriz com critérios comparativos	Aplicada com intuito de identificar, analisar e visualizar a situação real da comunidade para conseguir um melhor fortalecimento organizativo.
Quadro com Potenciais atrativo turístico	Técnica que consiste num cartaz com uma legenda de 04 cores de cartolina que representarão 04 verbos do turismo: VISITAR, COMER, DORMIR e COMPRAR.	Aplicada com intuito de a incluir no mapa falada, os atrativos turísticos potenciais, os meios de alimentação e de hospedagem. Além de registrar os eventos culturais e religiosos locais.

Fonte: Elaboração Própria, 2020.

Foi disponibilizada aos participantes uma apostila com conteúdo teórico sobre turismo, que serviu esclarecimento da temática trabalhada. As oficinas de TBC foram realizadas no início do mês de outubro de 2019, na Sede Municipal de São Caetano de Odivelas

(01/10/2019), nas Comunidades de Cachoeira (02/10/2019), e de Boa Vista (03/10/2019), contaram com o apoio, para sua execução, da gerencia da UC/ICMBio.

A segunda oficina realizada foi a de Cartografia Social. Surgiu como requisito de avaliação da disciplina Cartografia Social e Território, do Programa de Pós-Graduação de Geografia (PPGEO)/UFPA. A Cartografia Social. Onde, segundo Gorayeb e Meireles (2014 [Entrevista]), a Cartografia Social “constitui-se como ramo da ciência cartográfica que trabalha, de forma crítica e participativa, com demarcação e caracterização espacial de territórios em disputa, de grande interesses socioambiental, econômico e cultural, com vínculos ancestrais e simbólicos”, isto é, trata-se de uma ferramenta de mapeamento participativo que utiliza o mapa como centro de motivação para reflexão e redescobrimto do território pelos atores sociais locais.

As atividades de Cartografia Social aplicada ao Turismo ocorreram nos dias 14 e 15 de novembro de 2019, nas comunidades escolhidas para o desenvolvimento desta pesquisa. A finalidade de aplicar esta metodologia, foi de aprimorar o mapeamento iniciado nas oficinas de TBC, e assim, verificou-se as potencialidades e, as possibilidades e restrições para o uso dos recursos naturais, culturais e históricos à atividade turística. Ao final desse processo, foi possível ratificar que tais comunidades apresentam potencial para o desenvolvimento do TBC.

Dentro dos ambientes das oficinas, foi possível levantar algumas informações, acerca das ações de gestão do órgão gestor na região, sobre a formação de algumas associações da sociedade civil dessas comunidades, que ajudaram no processo de institucionalização da UC, por meio de entrevistas semiestruturadas/conversas informais que também serviram para conhecer, assim como o possível interesse dos comunitários em desenvolver o TBC na comunidade. Nesses ambientes também foi possível observar como se dava a convivência entre as lideranças comunitárias, comunitários e gestores públicos, onde segundo Neto (2002), por meio dessa forma de abordagem “o pesquisador busca obter informações contida na fala dos atores sociais (...) e (...) serve como um meio de coleta de informações sobre um determinado tema científico, obtendo dados objetivos e subjetivos”. Foram feitos registro fotográfico das ações.

Por fim, foi efetivado a análise das informações obtidas por meio dos procedimentos metodológicos e posteriormente apresentado à uma banca avaliadora, com o propósito de “legitimar” a pesquisa desenvolvida, além de mostrar o resultado obtido à comunidade envolvida no processo.

Estruturalmente, o desenvolvimento desta pesquisa encontra-se dividida em quatro seções. A fundamentação teórica traz a concepção que baseou a discussão acerca da

problemática dessa dissertação, questões sobre o desenvolvimento sustentável, áreas protegidas e o uso público – no caso o TBC como ferramenta de gestão - em UC. Tais categorias são importantes por auxiliar o debate.

A seção I, traz uma contextualização sobre o desenvolvimento sustentável, gestão de recursos naturais e áreas protegidas, especificamente as Unidades de Conservação. Traçando diversas abordagens para discussão acerca do desenvolvimento sustentável, suas vertentes interpretativas e revisões conceituais, passando por um breve esclarecimento sobre gestão dos recursos naturais, depois um sucinto histórico sobre criação e evolução das áreas protegidas e perpassando pelo surgimento das Unidades de Conservação brasileiras, bem como a evolução da legislação ambiental até o processo de criação do SNUC. É nesse capítulo que se faz toda a discussão sobre o uso público em UC e do processo histórico social da formação das RESEX, até chegar ao âmbito do ambiente marinho.

Na segunda seção, trata-se sobre a análise e interpretação do turismo, as diferentes abordagens conceituais que têm direcionado os instrumentos de organização e de estruturação da atividade turística para diferentes abordagens, além das diversas perspectivas do conhecimento que o turismo traz em seu bojo, perpassando pelo multidisciplinar e pelo interdisciplinar. Discute-se sobre o TBC e suas especificidades de gestão da atividade turística e sua propensão para ser inserido no desenvolvimento do uso público de unidades de conservação.

A seção III, traz a caracterização das localidades onde o estudo foi realizado, tratando introdutoriamente dos aspectos histórico-geográficos do município de São Caetano de Odivelas, adentrando pelos aspectos sociais, econômicos e ambientais da respectiva Reserva Extrativista Marinha de Mocapajuba e das peculiaridades de suas comunidades que serão retratadas nesse estudo.

Já na seção IV, aborda a forma como o turismo está sendo conduzido pelo poder público, setor privado e as iniciativas populares no município de São Caetano, observando que muitas dessas ações públicas e ou privados em direção ao turismo, acaba por resvalar em direção as comunidades da RESEX, com a possibilidade de interferir sobre seu espaço e suas tradições. Avalia-se a inserção do TBC nas comunidades estudadas, de acordo com os indicadores definidos na metodologia e apresenta-se uma proposição, orientada aos órgãos públicos, especificamente ao ICMBio, com uma proposta de aproveitamento dos atrativos turísticos identificados junto às comunidades. Finalmente, na conclusão é apresentada uma análise do estudo realizado nas três comunidades da RESEX-Mar Mocapajuba,

2. A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL LOCAL E A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Neste item, discorreremos sobre a temática do desenvolvimento sustentável, seus aspectos e dimensões, desenhando sua evolução histórica a partir das discussões desta temática e de processos importantes para formação das questões ambientais e sociais, que começaram a adquirir maior visibilidade com o despertar da sociedade à sensibilização quanto ao uso dos recursos naturais.

2.1. A origem do Termo Desenvolvimento Sustentável, como tudo começou.

O entendimento acerca do conceito de desenvolvimento é complexo e importante à busca e uso equitativo dos recursos entre as diversas sociedades. De acordo com Vasconcellos Sobrinho (2013), “o termo desenvolvimento passa por um contínuo aperfeiçoamento em sua definição. (...) em um primeiro momento, desenvolvimento trazia unicamente a ideia de progresso, crescimento, industrialização, transformação e modernização”. Uma visão estritamente econômica, no qual as riquezas de uma nação eram medidas exclusivamente pelo PIB (Produto Interno Bruto⁴) *per capita*, isto é, tinha uma abordagem meramente quantitativa.

Segundo Fisher e Pinho (2006), o desenvolvimento:

“(...) é inerente ao processo de industrialização do sistema capitalista. Pela teoria econômica tradicional é considerado o padrão universal almejado por todos os povos. Está estreitamente vinculado à acumulação, entendida como a necessidade de concentração e reprodução contínua do capital, ou seja, o contínuo retorno do lucro à esfera produtiva” (FISHER E PINHO, 2006, p. 52).

Assim para Satrústegui (2013), a ideia concebida de desenvolvimento vem demonstrando certas limitações teóricas e metodológicas para incluir os novos desafios da sociedade, como a condição do bem-estar humano - que atualmente “é considerado uma meta universal, que eleva a necessidade de crescimento econômico para produzir sua supremacia em consideração a outros assuntos, como aumento da capacitação e sustentabilidade” (SATRÚSTEGUI, 2013, p.35).

O conceito de desenvolvimento alcançou maior projeção a partir da segunda metade do século XX (mais especificamente no pós-Segunda Guerra Mundial, na década de 1950), pois

⁴ O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador para medir a atividade econômica do país. É a soma de tudo que foi produzido de bens e serviços consumido por um país, estado ou cidade, geralmente em um período de um ano (...). O PIB não é o total da riqueza existente em um país (...) é um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período (...) o PIB *per capita* é (a divisão do PIB pelo número de habitantes), que mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo de um país se todos recebessem partes iguais, entre outros estudos. (IBGE, 2020a). DISPONÍVEL EM: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

se notou a diferença entre dois termos muito discutido e utilizados pela academia: Crescimento Econômico e Bem Estar Social, incidindo na existência da relação da terminologia contrária - ‘subdesenvolvimento’ (VASCONCELLOS SOBRINHO, 2013).

O termo subdesenvolvimento surgiu com a finalidade de propagar a existência de países, ditos, desenvolvidos (seguindo a lógica do modelo adotado, que avaliava apenas o progresso econômico de uma nação) e outros que se encontravam abaixo de uma escala imaginária de índices de progresso, pelo qual todos deveriam transitar. “Desta forma, o subdesenvolvimento viria a ser, mais do que qualquer outra coisa, a expressão de uma escassa capacidade produtiva e de um fraco crescimento econômico” (SATRÚSTEGUI, 2013, p.41), isto é, essa ideia vinculava o subdesenvolvimento à análise comparativa das taxas de crescimento. Um país era considerado subdesenvolvido só pela razão de seu PIB/Hab ser menor de que outro país.

Sachs (2004), aponta o desenvolvimento como um fator multidimensional, visto que o mesmo “não pode ocorrer sem crescimento, no entanto, o crescimento pode da mesma forma, estimular o mau desenvolvimento, processo no qual o crescimento do PIB é acompanhado de desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescentes’ (SACHS, 2004, p. 71).

Retomando a ideia de Satrústegui (2013), esses acontecimentos trouxeram questionamentos quanto à capacidade de progresso da humanidade por meio do modelo hegemônico econômico adotado por vários países – o capitalismo. Segundo Hamoy (2018), essas ações, anteriormente, buscavam o progresso fundamentalmente nos modelos clássicos de desenvolvimento e crescimento econômico que se utilizavam da industrialização e constituíam-se pelo modo de produção industrial capitalista influenciada diretamente na compra e venda da mão de obra, que passou a representar o centro de desenvolvimento.

Para Coriolano (2012), o desenvolvimento foi um conceito criado pelos países influentes para explicar as desigualdades entre as nações. Este conceito foi associado à ideologia capitalista de que as nações pobres poderiam superar tais problemas, caso caminhassem conforme as regras estabelecidas pelos países dominantes. Isto é, imbrica-se a ideia de fazer os países mais pobres caminharem em busca de superar suas pobreza, o que muitas das vezes, tem os levados a buscar equivocadamente esse desenvolvimento. Assim:

Ao desenvolvimento atribui-se significados, valorações e direções, associado a algo positivo ou que conduz para melhor. Quase sempre falar de desenvolvimento é falar do futuro, do mundo que se quer (do devir) e não do mundo que se vive. Desenvolvimento é um processo multidimensional, territorial, ambiental, econômico, social e cultural. Uma forma de percepção que tem modelado a realidade, produzindo mitos, fantasias, paixões, violências e políticas (CORIOLANO, 2012, p. 63).

Assim, segundo a autora, deve-se “pensar o desenvolvimento que exige outra lógica, que não a da produtividade a qualquer custo, competitividade e acumulação, (...) que oriente pessoas e organizações para a produção e o consumo partilhado, respeitando os ciclos da natureza” (CORIOLANO, 2012). Entende-se que desenvolvimento está relacionado à mudança, melhora na qualidade de vida da sociedade como um todo, mesmo que o termo seja utilizado frequentemente como crescimento ou aumento economicamente falando, isso não implica a totalidade e nem amplitude do termo.

2.2 Sustentabilidade ao Desenvolvimento: Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável, suas contradições e aplicabilidade.

Com os danos causados ao meio ambiente, o ser humano deve buscar a resiliência dos recursos naturais e a capacidade de desenvolver relações infimamente danosas com os demais, em prol do chamado “desenvolvimento” (LEFF, 2007, 2009, 2010). Nesse contexto, Fisher e Pinho (2006), apontam que:

A preocupação da comunidade internacional com os *limites ecológicos do desenvolvimento* se intensificou na década de 60, quando começaram as discussões sobre os riscos possivelmente irreversíveis da degradação do meio ambiente, fenômeno que tem seguido um curso acelerado desde meados do Século XX (FISHER E PINHO, 2006, p. 104).

A constância dos problemas associados ao desenvolvimento, como a pobreza e a desigualdade, juntar-se-ia a um segundo campo de dificuldades nesse processo a qual tomou força no final dos anos sessenta do século XX, a deterioração do ambiente e dos recursos naturais. Outros problemas, como o ideal emancipatório das mulheres e o não avançar da equidade de gênero, surgiram em 1970. Por fim, o aumento à violação dos direitos humanos aumentou paralelamente ao aumento do PIB/hab. em muitos lugares no mundo (SATRÚSTEGUI, 2013).

Hamoy (2018), aponta que a sustentabilidade surge, nesse cenário, como uma opção ao modelo de desenvolvimento vigente, e tem seu papel situado na reflexão acerca das questões sociais, econômicas e ambiental (limitação dos recursos naturais), a qual busca restabelecer o equilíbrio ecológico e o rompimento com os processos de produção atuais, para instituir uma economia ecologicamente sustentável. Essa perspectiva acarreta uma inversão da ordem tradicional da economia e do desenvolvimento, trazendo como ponto central o bem-estar coletivo e não a acumulação de capital por uma pequena parcela da população.

Em todo caso, e além das controvérsias existentes, uma e outra perspectiva - a sustentabilidade - levanta uma importante ruptura conceitual com a maneira convencional de entender o desenvolvimento, reivindicando a necessidade de um

novos testes de meios e fins, a invalidade dos indicadores utilizados, a análise em termos de processos e não apenas dos resultados e a consideração de diferentes áreas espaciais ao estudar os diversos aspectos que afetam o bem-estar humano (...) (SATRÚSTEGUI, 2013, p. 54).

Assim, nesse novo contexto em que o desenvolvimento vem se desenhando, muitas instituições, dentre elas as financeiras, como o Banco Mundial, começaram a sentir a necessidade de considerar outros meios e aspectos ao termo desenvolvimento, para relacionar atributos a essas questões acima citadas. À exemplo: tem-se a conservação dos recursos naturais, a qualidade das instituições, a igualdade de gênero, a importância do conhecimento e/ou a participação da população. Isso retomou o debate acerca do capital humano e ampliou o reconhecimento ao capital social e ao capital natural, além do investimento em capital físico. Aspectos estes, expressos no Marco Integral do Desenvolvimento, proposto pelo Banco Mundial em 1998, ou na ideia de uma gestão mais geral de ativos criada pela mesma instituição em 2003 (SATRÚSTEGUI, 2013).

Destarte, essas questões influenciaram o campo teórico, assim a Academia científica buscou subsidiar novos aportes teóricos para tentar enquadrar essas novas demandas. Dentre os apontamentos feitos sobre a sustentabilidade, aparecem neste conflituoso cenário do desenvolvimento, os conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Segundo Sachs (1986, p.14), “trata-se de gerir a natureza de forma a assegurar aos homens de nossa geração e a todas as gerações futuras a possibilidade de se desenvolver”, nota-se a conjectura de um desenvolvimento que vá além da lógica econômica capitalista de produção e que se preste a atender as questões ambientais e sociais, evidenciando uma preocupação com as gerações futuras.

Maurice Strong, ex-diretor do PNUMA (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas), citou pela primeira vez o conceito de ecodesenvolvimento em 1973, com o propósito de assinalar uma concepção alternativa de política do desenvolvimento. Foi ampliada por Ignacy Sachs (1976), quando propôs além das preocupações com meio ambiente, a incorporação de aspectos, como: satisfação às necessidades básicas; econômicos; culturais; educacionais; acessibilidade a programas sociais; participação social, entre outros (BRÜZEKE, 1996).

A teoria do ecodesenvolvimento é uma crítica ao processo desenfreado da industrialização social, como meio de desenvolvimento nas regiões periféricas do mundo. Destacou-se principalmente por ter “uma visão interrelações globais entre subdesenvolvimento e superdesenvolvimento” (BRÜZEKE, 1996, p. 6) De acordo com Sachs (1986), o Ecodesenvolvimento é um:

“[...] estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo” (SACHS,1986, p.18).

Partindo dessa conceituação, Sachs (2004), que já havia proposto anteriormente seis dimensões, além dos nuances ambientais, com a premissa de transcender o significado econômico do desenvolvimento, propôs posteriormente, a inclusão de mais duas dimensões (política nacional e internacional) com a finalidade de defender novo modo de vida e de valores individuais e sociais às causas socioambientais. De acordo com Hamoy (2018), as oito dimensões da sustentabilidade são:

1. Sustentabilidade Social – deve viabilizar a melhoria dos níveis de distribuição de renda, visando diminuir a exclusão social e as acentuadas disparidades sociais;
2. Sustentabilidade Econômica – deve possibilitar aumentos da eficiência do sistema, tendo como parâmetros os critérios sociais, tanto na alocação de recursos quanto na gestão;
3. Sustentabilidade Ecológica - deve buscar a preservação do meio ambiente, potencializando os usos dos recursos naturais necessários à vida humana, porém respeitando a resiliência dos ecossistemas e fontes de recursos naturais;
4. Sustentabilidade Espacial/Territorial – refere-se ao equilíbrio na ocupação rural e urbana, evitando a excessiva concentração populacional e buscando distribuição territorial mais equitativa;
5. Sustentabilidade Cultural – propõe uma mudança no modo cultural de pensar e agir da sociedade para despertar uma consciência ambiental que reduza o consumo e atente para as particularidades de cada ecossistema, respeitando essas especificidades;
6. Sustentabilidade Ambiental - trata-se de respeitar e realçar a capacidade de resiliência do meio ambiente;
7. Política Nacional – refere-se à participação democrática no processo de tomada de decisão, superando as práticas e políticas de exclusão social;
8. Política Internacional – relaciona-se à manter a paz, a partir da promoção da cooperação científica e tecnológica, bem como a manutenção do sistema internacional financeiro e de negócios (HAMOY, 2018, p.41).

Ainda segundo Hamoy (2018), com o advento do ecodesenvolvimento foi possível a inserção da “temática ambiental nos debates sobre os modelos de desenvolvimento econômico e, a partir desse quadro, os debates se ampliaram e surgiram propostas de políticas ambientais mais organizadas, sólidas e estruturadas” (p. 41). Assim, pode-se constatar, a partir da concepção de Sachs (1986; 1993; 2004), que as discussões acerca do ecodesenvolvimento prepararam o cenário para a adoção do conceito de desenvolvimento sustentável.

Partindo deste apontamento, surge o termo “desenvolvimento sustentável”, que ao longo dos anos disseminou-se em vários setores sociais, como no campo acadêmico, nas discussões intelectuais e políticas, e principalmente no uso comercial de sua ideia, porém neste último, com teor “modista”.

Segundo Barbosa (2008), o termo “desenvolvimento sustentável” surgiu a partir de levantamentos sobre as mudanças climáticas, realizados pela ONU, devido à degradação do

meio ambiente decorrente do processo de desenvolvimento a partir, apenas, do crescimento econômico, como uma resposta para a crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX.

Como dito anteriormente, esse conceito alcançou um destaque excepcional a partir da década de 1970, tornando-se um dos termos mais utilizados para se definir um novo paradigma de modelo de desenvolvimento. O modelo de desenvolvimento sustentável surge a partir das críticas a crise ambiental e a degradação sistemática de recursos naturais gerados pelo modelo econômico dominante (REIS E ALMEIDA, 2012).

Essas críticas ambientalistas ao modo econômico vigente ganharam forças a partir do lançamento do relatório conhecido como “Os limites do crescimento”, publicado em 1972, por Dennis L. Meadows. Esta publicação dá visibilidade pública à temática “meio ambiente”, que é inserida na agenda da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, no mesmo ano, tornando-se um marco nas tentativas de melhoria das problemáticas de proteção aos recursos naturais e da dimensão ambiental.

Já na década de 1980, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento escreveu um relatório chamado “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*), ou mais conhecido como Relatório de Brundtland. Neste documento continha a definição mais difundida do conceito de desenvolvimento sustentável a qual é: “aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem as suas” (WCED, 1987).

Castro (2012), afirma que foi nesse mesmo período que os movimentos ambientalistas internacionais apresentaram destaque na preparação de novas concepções sobre desenvolvimento e meio ambiente, tendo a participação e envolvimento de vários grupos étnicos e sociais, as quais tinham uma conjuntura como de reprodução vinculada à ecossistemas naturais.

Para Bezerra e Bursztyn (2000) o conceito de desenvolvimento sustentável é:

(...) um processo de aprendizagem social de longo prazo, que por sua vez, é direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional. Assim, a pluralidade de atores sociais e interesses presentes na sociedade colocam-se como um entrave para as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável (BEZERRA e BURSZTYN, 2000, p. 32).

Vasconcellos Sobrinho (2017), afirma que o conceito de Desenvolvimento Sustentável se alicerça na ideia de que a população que hoje habita o planeta terra “deve atender suas necessidades sem, contudo, prejudicar que as populações futuras também atendam suas próprias necessidades”.

O relatório de Brundtland definiu três princípios básicos a serem cumpridos: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social. Estes princípios, quando bem relacionados, geram como resultado a sustentabilidade no desenvolvimento. Barbosa (2008), esquematizou o relacionamento dos parâmetros a cima citados. (Figura 1 abaixo).

Figura 1: Desenho esquemático relacionando parâmetros para se alcançar o desenvolvimento sustentável.



Fonte: Barbosa, 2008.

De acordo com Nascimento (2012) e Hamoy (2018), as dimensões do desenvolvimento sustentável se caracterizam como:

“A dimensão ambiental supõe uma mudança no modelo de produção e consumo, para que seja compatibilizado com a resiliência dos ecossistemas; A dimensão social propõe buscar uma sociedade onde todos os indivíduos tenham o mínimo necessário para uma vida digna, definindo um padrão de equidade e a implantação da justiça social, e; A dimensão econômica, supõe a máxima eficiência da produção e do consumo com uso moderado dos recursos naturais e a busca por inovações tecnológicas (ecoeficiência), que diminua a quantidade de matéria prima extraída da natureza” (NASCIMENTO, 2012; HAMOY, 2018).

Apesar das três dimensões que servem de parâmetro para galgar o desenvolvimento sustentável, Nascimento (2012), questiona sobre o porquê de não se inserir outras duas dimensões nessa configuração - dimensão política e dimensão cultural. Para o autor, a omissão dessas dimensões na estrutura do Desenvolvimento Sustentável, representa uma despolitização e uma demonstração de falta de interesse na mudança de estilo de vida (consumismo) da sociedade.

Entretanto, as ações empreendidas em nome do desenvolvimento sustentável têm se mostrado, até o momento, pouco capazes de fazer relação à complexidade dos desafios das

questões socioambientais como: redução das desigualdades; crescimento econômico planejado, degradação e conservação ambiental; usos e manejos conscientes e adequados dos recursos. Assim, deve-se compreender que o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação qualitativa que permite destacar o caráter operacional da sustentabilidade (IVARS BAIDAL, 2001).

Cavalcante (1997), destaca que o desenvolvimento sustentável deve preservar funções vitais em apoio ao ecossistema “o desenvolvimento sustentável deve assegurar que essas funções sejam transferidas sem danos às futuras gerações” (CAVALCANTE, 1997, p.38). Magalhaes (2003), afirma que apesar da existência de várias definições para o desenvolvimento sustentável, existe consenso em volvo da ideia base do conceito, ou seja, “desenvolvimento com equidade social intrageração e entre gerações. [...] Todos são favoráveis ao desenvolvimento sustentável, mas pouco se aprendeu sobre como promove-lo e, particularmente, como introduzi-lo em nível do planejamento nacional, regional ou local” (MAGALHAES, 2003, p. 418).

Para Hamoy (2018), a relação natureza e o desenvolvimento demanda uma politização do discurso ambiental, e esses debates evoluem o embate entre interesses quanto ao uso dos recursos naturais. Assim, para autora:

O desafio do modelo de desenvolvimento e progresso, por meio da sustentabilidade, se encontra no que deve “ser sustentado”. [...] O que deve ser questionado não é a busca pelo progresso, e sim o modo como se alcança esse objetivo. É então que na busca de implementar uma estratégia de desenvolvimento que esteja comprometida com a prudência ecológica e justiça social (HAMOY, 2018, p.46).

Ao longo desta discussão percebe-se uma contraposição entre os termos ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável. No que se refere ao primeiro termo, ele foi elaborado a partir de pressupostos que buscavam atender as necessidades básicas sociais, principalmente de populações de países pobres ou subdesenvolvidos, como: alimentação, saúde, educação, moradia, saneamento básico, e etc. Utilizando-se de tecnologias adequadas para tal desenvolvimento. Enquanto o segundo termo, surgiu de um evento com a participação de várias nações o qual permitiu que os países envolvidos debatessem suas possibilidades e interesses quanto à maneira de alcançá-lo (HAMOY, 2018).

Destarte, ainda que os termos (ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável) sejam diferentes e existam críticas quanto ao Relatório Brundtland; Sachs (1993), traz um debate sobre os conceitos, mesmo concordando com as críticas ao Desenvolvimento Sustentável promulgado no Relatório Brundtland. Considera que os dois possuem o juízo de inserção da dimensão ambiental e social nos modelos de planejamento do desenvolvimento. A

partir disso, tais questões socioambientais adquiriram maior visibilidade, o que despertou a humanidade quanto ao uso dos recursos naturais e a sensibilidade quanto à justiça social. Já na percepção de Castro (2012), a inclusão das noções de Desenvolvimento Sustentável nas agendas internacionais e nacionais:

Representou [...] um enorme avanço normativo, pois institucionalizou no âmbito dos Estados a relação desenvolvimento e meio ambiente [...]. Mas, [...], o conceito de desenvolvimento sustentável na formulação da ONU está ligado, em última análise, ao de crescimento econômico e de progresso que fundaram a utopia do industrialismo dos séculos XIX e XX, ainda bastantes presentes nas sociedades modernas. E, por isso, esse conceito está sujeito à discussão e à crítica, mas permanece como uma utopia de nosso tempo, orientando o futuro (CASTRO, 2012, p. 16).

Por conseguinte, os elementos que compõem o Desenvolvimento Sustentável têm grande influência no mundo, e no Brasil não se faz diferente. May (2003), afirma que após um período de “grande progresso” no país, ocorrido nas décadas de 60 e 70 do século XX, gerado por generosos subsídios para expansão da pecuária de corte e a implantação de projetos faraônicos de hidrelétricas na Amazônia, trouxeram consigo, diversos danos ambientais a sociobiodiversidade dessa região, outros projetos de desenvolvimento econômico também surgiram em outras partes do país.

Isso gerou, no cenário nacional, “reações nacionalistas defensivas em alguns setores, essas preocupações deram uma nova orientação aos movimentos sociais ao estabelecer com sucesso a agenda ambiental como uma força a ser considerada na política pública” (MAY, 2003, p. 248).

Apesar do legado da “década perdida”, definida por May (2003), o autor em sua obra ilustra que para evitar o modismo do desenvolvimento sustentável, aqueles que advogam a favor dessa causa, “devem lutar por uma economia ecológica para o desenvolvimento equitativo” (MAY, 2003, p. 250). Assim, o Brasil e seus representantes não mediram esforços para sediar reuniões internacionais sobre as mudanças climáticas e meio ambiente global. Na década de 1990, a Rio-92 ocorreu como uma dessas inúmeras iniciativas nacionais, que “transformou o Brasil numa peça importante na diplomacia ambiental [possibilitando] a nação [...] dar firmes passadas na direção de uma sociedade sustentável e justa [...]” (MAY, 2003, p.251). Essas noções norteiam as ações e as políticas públicas de planejamento do desenvolvimento no país, conseqüentemente, para a região amazônica.

2.3 Desenvolvimento Local: o poder local ou o poder sobre o local?

A necessidade de se criar e/ou alcançar alternativas de desenvolvimento (endógeno⁵, humano⁶ e local) de vários modelos e concepções estão sendo implementadas ao longo do curso histórico, como tentativa a serem “capazes de enfrentar os desafios e problemas econômicos, sociais, ambientais, contemporâneos” (BUARQUE, 2004, P.15; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2013. p.19).

Buarque (2008, p. 25), conceitua desenvolvimento local “um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. Para Coriolano (2012, p. 64), o desenvolvimento local é “aquele realizado em pequenos lugares de forma participativa, levando a mudanças socioestruturais, com caráter endógeno”. Na perspectiva de Jara (1998), o desenvolvimento local pode ser entendido como:

Processo endógeno de mudanças capazes de melhorar as condições de vida, produção e trabalho, que se localizam em espaços territoriais menores, ou com desenvolvimento em forma comunitária, municipal ou microrregional orientado por princípios de sustentabilidade, equidade social, eficiência econômica, democracia política, preservação ambiental e diversidade cultural (JARA, p. 304, 1998).

Neste sentido, Garcia (2012, p. 209), enfatiza a importância da escala local-regional, assim a:

[...] ênfase à escala local-regional como sendo a mais adequada, tanto para expressar as resistências contra o desenvolvimento, quanto para concretizar as alternativas [...]; [...] reivindicam autonomia, tanto perante o mercado quanto perante o Estado; quer fundamentada na associação, quer na comunidade; [...] trata-se de insistir na diversidade cultural [...].

Portanto, o desenvolvimento local está atrelado ao engajamento, mobilização e protagonismo social com objetivos coletivos a serem alcançados os quais buscam ascensão num cenário local/regional. Desta forma, é de vital importância a consciência de coletividade dentro do grupo social e que em busca de seus objetivos há altos e baixos ao longo desse processo. Portanto, Buarque (2008), faz a seguinte afirmativa acerca do desenvolvimento local:

Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e

⁵ Desenvolvimento Endógeno: Na concepção de Amaral, desenvolvimento endógeno pode ser entendido com um processo de crescimento econômico implicando em uma contínua ampliação da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões (AMARAL FILHO, 1996)

⁶ Desenvolvimento humano: De acordo com PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), desenvolvimento humano “nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser (...) a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. (...) O conceito de Desenvolvimento humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana (PNUD, 2020).

a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno, demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade. (Buarque, 2008, p. 25 e 26)

Veloso e Mendes (2012a), ratificam a afirmativa de Buarque (2008), destarte para os autores:

O cerne da consistência dos projetos de desenvolvimento endógeno está justamente na capacidade de aliar o incremento no desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade ambiental, através da harmonia entre a exploração econômica e a conservação dos recursos, com a melhoria da qualidade de vida para os atores sociais (VELOSO E MENDES, 2012a, p. 138).

Neste sentido, os agentes locais têm certa autonomia para empreender no potencial do território de modo que beneficie a sua grande maioria, além de decidir como cada um poderá contribuir com inovações. Tornando-os agentes principais do processo de desenvolvimento e se interessar pela qualidade dos relacionamentos interpessoais, interinstitucionais, aproveitando assim, esse esforço em benefício da coletividade (CORIOLANO, 2012).

Entende-se que a construção do “aspecto social” do desenvolvimento local é traçada por organizações as quais se inter-relacionam e que conjeturam os interesses de diversas instituições que atuam no espaço público em comum. Para Fischer (2002), o:

Governo local, empresas e organizações sociais se articulam dentro de uma trama singular de interesses criando modelos de ações coletivas, traduzidos em desenhos organizativos complexos, onde o poder flui diferentemente conforme a verticalização ou horizontalização das relações, guardadas as contradições desses processos e jogos de interesse dos atores (FISCHER, 2002, p.18).

Deste modo, Buarque (2008), assegura que o desenvolvimento local:

[...] demanda mudanças institucionais que aumentam a governabilidade⁷ e a governança⁸ das instituições públicas locais, incluindo o município, construindo uma relativa autonomia das finanças públicas e acumulação de excedentes para investimentos sociais d estratégicos para a localidade. Por isso, o desenvolvimento local não pode se r confundido com o movimento econômico gerado por grandes investimentos de capital externo, que não se internalizam e não se irradiam na economia local [...] (BUARQUE, 2008, p 26 E 27).

O desenvolvimento local deve ser entendido ao se levar em conta os aspectos locais, o global passa a ter sua importância associada ao local e vice e versa, já que um está em constante mudança por conta das interferências do outro e, por conta disto, muitos autores

⁷ De acordo com Santos (1997, p 342), a governabilidade refere-se a “condições sistêmicas e institucionais sob as quais se dá o exercício do poder, tais como características do sistema político, a forma do governo, as relações entre os Poderes, o sistema de interesses”.

⁸ Segundo Rosenau (2000, p.15 e 16), a governança “é um fenômeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismo informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas”.

utilizam o termo “glocal”, a junção dos dois aspectos. O desenvolvimento local é também fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural.

Nesse sentido, no ano de 2015, a ONU reuniu líderes mundiais em sua sede, localizada na cidade de Nova York – EUA, para decidir e organizar ações que contribuíssem para erradicação da pobreza, proteger o planeta e garantir a paz e a prosperidade. Assim, por meio de suas experiências, surgiu a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável a qual contém o conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2015).

A Agenda 2030 e os ODS afirmam que para pôr o mundo em um caminho sustentável é urgentemente necessário tomar medidas ousadas e transformadoras. Os ODS constituem uma ambiciosa lista de tarefas para todas as pessoas, em todas as partes, a serem cumpridas até 2030. Se cumprirmos suas metas, seremos a primeira geração a erradicar a pobreza extrema e iremos poupar as gerações futuras dos piores efeitos adversos da mudança do clima (ONU, 2015).

Desta forma, o desenvolvimento local sustentável é o processo de mudança social que busca a compatibilização do crescimento econômico juntamente com a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social. Colaborando assim, para elevação das oportunidades sociais e assegurando a conservação dos recursos naturais locais (BUARQUE, 2004). “É o resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, capaz de quebrar a dependência e a inercia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e de promover uma mudança social no território” (BUARQUE, 2008, p. 26).

Tais ações devem ser norteadas com o propósito de consolidar e de compreender o Desenvolvimento Sustentável, por meio da mobilização dos atores diretamente afetados para busca de soluções inovadoras e assim cumprir as máximas destes ODS, que possibilita a melhor percepção sobre o local. Para essa pesquisa o ODS nº 8, está relacionado diretamente com a temática abordada. Assim, o objetivo 8 busca: “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos”. Mais especificamente em seu item 8.9, onde o mesmo pretende “até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais” (ONU, 2015).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dentro de sua proposta de adequação, orienta para que o objetivo 8.9 seja bem desenvolvido no Brasil, as ações previstas devem “até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável, acessível a todos; e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais” (IPEA, 2018, p.213). Esta adequação justifica-se pois, afora o foco na geração de emprego, foram acrescidas questões

relativas “às condições de trabalho dos empregos gerados, a distribuição de renda, a acessibilidade e a responsabilidade, por estarem inseridas nas ações do Ministério do Turismo” (IPEA, 2018, p.213).

No contexto deste estudo, o desenvolvimento local relaciona-se ao turismo de base comunitária por representar uma possibilidade de integração das comunidades, trabalhadas na pesquisa, em prol da alternativa de geração de renda secundária, por meio da utilização dos recursos naturais e culturais, – mais especificamente os recursos pesqueiros – por conservação dos hábitos locais e preservação de aspectos históricos e culturais existentes no território da RESEX Mocapajuba em que as mesmas estão inseridas.

2.4 Gestão de Recursos Naturais

Para iniciar os a discursão acerca da gestão dos recursos naturais, abordaremos do ponto de vista da relação sociedade-natureza. A gestão ambiental se apresentará como referência as práticas do meio social que estão estritamente relacionadas ao meio ambiente, faz-se necessário o entendimento do termo gestão. Assim, para Pandeff (2009, p. 15), “O conceito de Gestão preceitua o ato de gerir, conduzindo e/ou dirigindo um processo contínuo e ininterrupto que objetiva alcançar um determinado resultado”. Assim, de acordo com Rosa e Philippi (2001):

a Gestão é acima de tudo um conceito, uma concepção de como deve ser feita a administração de um sistema, de tal forma que fique assegurado um funcionamento adequado, o seu melhor rendimento, mas também sua perenidade e seu desenvolvimento (Rosa e Philippi, 2001, p.212).

Sendo assim, entende-se que a gestão ambiental é um instrumento fundamental na busca do combate aos problemas das questões ambientais e na construção de ambientes favoráveis à aplicabilidade da sustentabilidade ao desenvolvimento dos territórios brasileiros. Em que, segundo Vasconcellos Sobrinho (2012), os pressupostos básicos da lógica de gestão dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável são:

(...) o desenvolvimento sustentável deve pautar-se na gestão apropriada dos recursos naturais e ser um processo endógeno de mudanças que leve ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida das coletividades locais com respeito as suas culturas e valores (...) tem um caráter multidimensional e abrange aspectos ambiental, econômico, social, territorial, cultural e político-institucional (...) a economia deve ser baseada no conhecimento da natureza e de sua sociobiodiversidade (...) o local faz parte de um contexto mais amplo de sociedade que envolve o Estado, a região, o país e o mundo (...) é produto da relação dinâmica de todos seus atores sociais que envolvem organizações locais e governamentais, comunidades e empresas atuando sob a concepção da governança (...) (VASCONCELLO SOBRINHO, 2012, p. 8).

De acordo com Pandeff (2009), a gestão ambiental pode ser entendida como:

(...) o comprometimento estratégico de cunho ambiental que abrange um contexto mais amplo do planejamento, seja no âmbito público quanto privado. Deve envolver cidadãos, técnicos, populações tradicionais, organizações sociais e políticas, bens de consumo, órgãos públicos, natureza como um todo, incluindo os benefícios de saúde e bem-estar para os seres vivos na convivência harmônica. Englobando ainda a necessidade de consenso e a cooperação entre os atores envolvidos no processo de gestão (PANDEFF, 2009, p.15).

Outra definição existente na literatura acerca da temática destaca-se, a adotada por Nilsson (1998):

Gestão ambiental envolve planejamento, organização, e orienta a empresa a alcançar metas [ambientais] específicas, em uma analogia, por exemplo, com o que ocorre com a gestão de qualidade. Um aspecto relevante da gestão ambiental é que sua introdução requer decisões nos níveis mais elevados da administração e, portanto, envia uma clara mensagem à organização de que se trata de um compromisso corporativo. A gestão ambiental pode se tornar também um importante instrumento para as organizações em suas relações com consumidores, o público em geral, companhias de seguro, agências governamentais, etc. (NILSSON, 1998, p. 134).

A Constituição Federal (CF) Brasileira, no referido artigo 225, garante a todo cidadão brasileiro, o “meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas (BRASIL, 1988).

Assim, a CF por meios legais visa garantir a efetividade dos princípios acima citados, por meio de determinação direta ao Poder Público, porém não desobriga a sociedade civil de seus compromissos com o meio ambiente. “Destaca-se o uso da educação ambiental como instrumento estratégico para concretização do controle social sobre o processo de acesso e uso do patrimônio ambiental brasileiro” (QUINTAS, 2006, p.5).

O referido autor, acima citado, enfatiza a importância da participação social nos processos decisórios da gestão ambiental, haja vista que os usos dos recursos naturais afetam a qualidade dos meios físico-natural e social como um todo. Além do mais, a prática da educação na gestão ambiental deve inspirar e proporcionar o “conhecimento, habilidades e o desenvolvimento de atitudes, por meio de da participação individual e coletiva (...)” (QUINTAS, 2006, p. 86.), de tais processos decisórios.

Deste modo, entende-se que a gestão ambiental deve ser abordada por uma ótica mais plural, interdisciplinar e integrada, para melhor acessar as questões ambientais e as resoluções dos problemas que surgem no evoluir do processo de organização dessas questões. A inserção social aparece como um dos principais desafios no campo da gestão ambiental, pois o jogo de interesse vai além do querer social.

2.4.1 Conceito e definição de Recursos Naturais

Acerca da discussão sobre os recursos naturais, os mesmos são entendidos como “todo e qualquer bem oriundo direta ou indiretamente do meio natural” (VELOSO E MENDES 2012b, p. 134). Neste sentido, para entender recursos naturais como parte integrante do meio ambiente, faz-se necessário perpassar “por aspectos interdisciplinares significativos, que vão desde o acesso ao uso desses recursos, analisado sobre a ênfase da patrimonialidade, onde são percebidos como bens coletivos até os impactos dos processos de transformação” (VELOSO, 2012a, p.25).

Segundo o MMA (BRASIL, 2002a), no entendimento significativo de gestão e de gestão de recursos naturais é considerado que a Gestão Ambiental compõe-se na:

administração do uso dos recursos ambientais, por meio de ações ou medidas econômicas, investimentos e providências institucionais e jurídicas, com a finalidade de manter ou recuperar a qualidade do meio ambiente, assegurar a produtividade dos recursos e o desenvolvimento social. Este conceito tem se ampliado, nos últimos anos, para incluir, além da gestão pública do meio ambiente, os programas de ação desenvolvidos por empresas para administrar com responsabilidade suas atividades de modo proteger o meio ambiente (BRASIL, 2002a, p. 85).

Para Vasconcellos Sobrinho et al (2012, p 8), entende-se que: “(...) a gestão de recursos

naturais é uma estratégia basal no enfrentamento dos problemas ambientais e na construção de condições favoráveis à sustentabilidade e ao desenvolvimento dos territórios (...). Assim, a gestão dos recursos naturais está contida em um universo maior, que é a gestão ambiental. Na perspectiva de Veloso e Mendes (2012b):

(...) o grande desafio da gestão dos recursos naturais é fixar uma forma de extração que não comprometa sua reposição natural, garantindo assim sua sustentabilidade. Que considere a relação sociedade-natureza e os aspectos econômicos inerentes a tal interação, já que a ciência econômica define os recursos naturais como fontes de estoques e a gestão desses recursos os prevalecem em detrimento aos critérios econômicos (VELOSO E MENDES, 2012b, p. 134).

O planejamento de políticas ambientais para um desenvolvimento sustentável, baseado no manejo integrado dos recursos naturais, tecnológicos e culturais de uma sociedade, conduz à necessidade de compreender as interrelações que se estabelecem entre esses processos (LIMA, 2003). Leff (1999), indica a necessidade de se pensar as relações de interdependência e multicausalidade entre os processos sociais e ecológicos de forma a condicionar o potencial produtivo dos recursos a uma formação social, assim como as condições de preservação e regeneração dos recursos naturais. Assim, a indicação de Lima (2003), para o planejamento do uso sustentáveis dos recursos, afirma:

As práticas de uso dos recursos dependem dos sistemas de valores de uma comunidade, da significação cultural de seus recursos, da lógica social e ecológica de suas práticas produtivas, também de sua capacidade para assimilar, a estas, conhecimentos científicos e técnicos. Assim, o vínculo sociedade-natureza deve entender-se como uma relação dinâmica, a qual depende da articulação histórica dos processos tecnológicos e culturais que especificam as relações sociais de produção de uma formação socioeconômica, assim como a forma particular de desenvolvimento integrado ou de degradação destrutiva de suas forças produtivas. O reconhecimento e a avaliação das práticas tradicionais das culturas, no manejo de seus recursos, requerem um conjunto de disciplinas etnológicas para descobrir a origem de seu processo de constituição e desaparecimento. Por outro lado, as determinações da língua, nas relações sociais de uma comunidade, e do inconsciente cultural de uma formação, das motivações e ações da população, produzem efeitos em seu comportamento produtivo, assim como na percepção e valoração de seus recursos (LIMA, 2003, p. 37).

Em nível Nacional, a Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispõe sobre Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Com o propósito de preservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental, e mais, assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico do País, além da segurança nacional e a proteção da vida humana, segundo alguns princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o

uso racional e a proteção dos recursos ambientais; VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental; VIII - recuperação de áreas degradadas; IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação; X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981).

A gestão de ecossistemas brasileiros e de sua biodiversidade, de acordo com os paradigmas e normas estabelecidos em convenções internacionais e na legislação brasileira é uma necessidade fundamental das atuais e futuras gerações do povo brasileiro e da humanidade, em geral. Desta forma, o desafio para os que tomam decisões que podem afetar nossos ecossistemas é como obter o máximo de benefícios sociais e econômicos sem permitir que haja danos à complexidade e à diversidade dos ecossistemas.

2.5 As Unidades de Conservação como Ferramenta de Proteção e de Conservação da Natureza

2.5.1 – Histórico das Áreas Protegidas no cenário internacional e nacional

A ideia de conservação da natureza *in situ*, áreas protegidas ou regimes especiais de proteção, para os recursos naturais, é um método antigo nas sociedades. Segundo a União Mundial para a Conservação da Natureza (UICN), estas áreas são definidas como “uma área terrestre e/ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos” (UICN, 1994, p.185).

Segundo Moore & Omarzábal (1988), em “*o Manual de planificación de sistemas nacionales de áreas silvestres protegidas em America Latina*”, os Sistemas Nacionais de Áreas Naturais Protegidas são:

(...) un conjunto de aspectos naturales protegidos, de relevante importancia ecológica y social, pertenecientes a la nación, que ordenadamente relaciona os entre si y a través de su protección y manejo, contribuyen al logro de determinados objetivos de conservación y, a su vez, al desarrollo sostenido de la nación (MOORE & OMARZÁBAL, 1988, p 16).

Para Diegues (2008), a criação de áreas naturais protegidas (Parques e Reservas) tem se tonado uma das principais estratégias para proteção e conservação dos recursos naturais, principalmente nos países ditos de “Terceiro Mundo”. Assim, para o referido autor, a intenção de se criar essas áreas naturais protegidas é “preservar espaços com atributos ecológicos importantes. Algumas delas, (...), são estabelecidas para que sua riqueza natural e estética seja apreciada pelos visitantes, não se permitindo, (...), a moradia de pessoas em seu interior” (DIEGUES, 2008, p. 17).

Morsello (2001), afere que essa concepção de preservação antecede ao nascimento de Cristo, já que as civilizações do Oriente detinham de reservas. No território Europeu, no período Medieval, a palavra “parque” indicava um local delimitado no qual animais viviam na natureza em áreas sob a responsabilidade da realeza.

Essa valorização dos espaços naturais protegidos se deu, devido a procura da qualidade de vida das sociedades urbano-industriais. Para Milano (2003), as classes mais ricas passaram a evadir-se dos grandes núcleos urbanos que detinham ambientes muito inchados e poluídos, e os espaços verdes eram cada vez mais escassos, por causa do crescimento da urbanização, a procura de um lugar mais calmo e bucólico. Deste modo, inicia-se a busca por espaços naturais “onde se manifestam os fenômenos da natureza, onde se procura isolamento e contemplação” (DIEGUES, 2008, p.26).

Ainda segundo Diegues (2008, p. 17), na visão da corrente naturalista do século XIX:

A única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, através de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la. Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer suas energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono. Parece realizar-se a reprodução do mito do paraíso perdido, lugar desejado e procurado pelo homem depois de sua expulsão do Éden. Esse neomito, ou mito moderno vem impregnado, no entanto, do pensamento racional representado por conceitos como ecossistemas, diversidade biológica, etc.

Assim, Diegues (2008), em sua obra “O mito da Natureza Intocada”, afirma que esse ‘neomito’ gerou a ideia de um mundo natural intocado ou intocável. Porém, essa natureza intocada não existe, pois usualmente são usadas e manipuladas pelo homem.

Seguindo essa linha de raciocínio, em meados do século XIX, foram criadas as primeiras áreas protegidas legalmente nos Estados Unidos da América (EUA), que teve como marco fundamental da estratégia de estabelecimento dessas áreas naturais protegidas a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, o primeiro Parque Nacional do mundo, tendo sua criação baseada no conceito de *wilderness* (vida natural/selvagem), que resultava de ideias preservacionistas (tinha como característica principal o ideal protecionista da natureza, onde qualquer intervenção do indivíduo na natureza era considerada negativa) que se tornavam importante no território dos EUA. No entanto, há dados que comprovam a existência de iniciativas semelhantes em outros lugares do mundo anteriores a criação de Yellowstone.

O padrão norte americano de áreas protegidas foi transposto para outros países, com a perspectiva separatista, em que homem e natureza eram vistos como opostos – reforçando a visão *Homem versus Natureza*, em que o homem é retirado do cenário naturalista, pois não era visto como membro participante do sistema - e que o ser humano deveria ficar separado

das áreas naturais, pois sua presença seria prejudicial ao meio físico natural. Entretanto, esse ideário não considerou a existência das populações tradicionais⁹, que habitavam essas reservas naturais e harmonizavam sua sobrevivência aos recursos naturais, a partir de uma cultura de subsistência. A falta de notoriedade desses povos no processo de transformação de áreas verdes em áreas de protegidas acarretou (e até os dias atuais acarreta) grandes conflitos de uso e de interesses do território (DIEGUES, 2008, p.18).

Esse neomito, no entanto, foi transposto dos Estados Unidos para países do Terceiro Mundo, como o Brasil, onde a situação é ecológica, social e culturalmente distinta. Nesses países, mesmo nas florestas tropicais aparentemente vazias, vivem populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais, portadores de uma outra cultura (chamada neste trabalho de *tradicional*), de seus mitos próprios e de relações com mundo natural distintas das existentes nas sociedades urbano-industriais. Ora, a legislação brasileira que cria os parques e reservas prevê, como nos Estados Unidos, a transferência dos moradores dessas áreas, causando uma série de problemas de caráter ético, social, econômico, político e cultural.

Originário de países de economia industrial avançada, mais conhecidos como países desenvolvidos, o padrão de proteção “*wilderness*”, não se ajustou aos demais países, principalmente, os menos desenvolvidos economicamente, por ter certas especificidades locais, como a relação entre populações tradicionais x áreas protegidas, que se tornou mais polarizada ao adotar o modelo norte-americano. Diegues afirma (2008, p. 39):

Como essa ideologia se expandiu sobre tudo para os países do Terceiro Mundo, seu efeito foi devastador sobre as populações de extrativistas, pescadores, índios cuja relação com a natureza é diferente daquela analisada pelos primeiros ideólogos dos parques nacionais norte-americanos. É fundamental enfatizar que a transposição do modelo Yellowstone de parques sem moradores, proveniente de países industrializados e de clima temperado, para países cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos graves, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas.

Diegues ainda lista alguns problemas, a exemplo: à nível político, social e econômico, que surgem e são oriundos da adoção dessa perspectiva segregadora de “proteger” o meio natural. Para o autor “a questão das áreas naturais protegidas leva inúmeros problemas (...) e não se reduz, como querem os preservacionistas puros, a uma simples questão de

⁹ Populações Tradicionais – “O emprego do termo “populações tradicionais” é propositalmente abrangente. (...) Definir as populações tradicionais pela adesão à tradição seria contraditório com os conhecimentos antropológicos atuais. (...) No momento, a expressão “populações tradicionais” ainda está na fase inicial de sua vida. (...) podemos afirmar que as populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (através de meios práticos e simbólicos) uma identidade pública que inclui algumas e não necessariamente todas as seguintes características: o uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, a presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados” (CUNHA e ALMEIDA, 2001, p.184-193.).

“conservação do mundo natural”, e mesmo da proteção da biodiversidade” (DIEGUES, 2008, p. 20).

Conseqüentemente, cresceu nos EUA do século XIX, dois tipos de movimentos que estavam ligados a atribuição de valor e importância a natureza. A ascendência dos dois grupos motivou o embasamento de estratégias diferentes de proteção à natureza (FRANCO, SCHITTINI, BRAZ, 2015). A primeira corrente foi essencialmente inspirada por valores que estavam ligados a apreciação estética sacral da paisagem e pela sua importância cultural e inspiratória, “a essência da corrente (...) preservacionista, pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*). Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano” (DIEGUES 2008, p. 32).

A corrente preservacionista norte-americana foi muito influenciada por vários autores, eles eram conhecidos, em sua essência, por defender a proteção da natureza, pela criação de áreas naturais que não fosse permitido nenhum contato ou uso humano, com exceção da simples visita. Os mais conhecidos foram: Henry David Thoreau – sua teoria se baseava na existência de um Ser Superior Universal que transcendia a Natureza; Marsh foi outro autor importante para o preservacionismo, escreveu *Man and Nature or Physical Geography as Modified by Human Action* (1864), sua obra analisou os impactos negativos do homem sobre o meio ambiente, e; John Muir, considerado o teórico mais importante para corrente, pois sua base era o respeito pela natureza, reconhecia-se como parte de uma comunidade criada a qual os humanos também pertenciam (DIEGUES 2008; FRANCO, SCHITTINI, BRAZ, 2015).

Já a segunda corrente, ficou conhecida como conservacionista, e tinha em sua concepção de valor fundamental o uso direto, mas racional, democrático e eficiente da natureza. De acordo com Diegues (2008), o conservacionismo acreditava que “a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos” (DIEGUES, 2008, p. 31).

No que se refere à criação de áreas especialmente protegidas, a estratégia que eles propunham era a defesa das florestas públicas para fins de pesquisa e utilização racional, dentro dos princípios da democratização do acesso, da eficiência no uso dos recursos e da produção do máximo de bem-estar, para o número máximo de pessoas, pelo maior tempo possível (FRANCO, SCHITTINI, BRAZ, 2015, p. 238).

O autor mais conhecido dessa corrente foi Gifford Pinchot, seus ideais foram os precursores para o que chamamos e/ou conhecemos hoje de desenvolvimento sustentável. Assim Diegues ratifica:

(...) conservacionismo de Pinchot foi um dos primeiros movimentos teórico-práticos contra o "desenvolvimento a qualquer custo". A grande aceitação desse enfoque reside na ideia de que se deve procurar o maior bem para o benefício da maioria, incluindo as gerações futuras, mediante a redução dos dejetos e da ineficiência na exploração e consumo dos recursos naturais não-renováveis, assegurando a produção máxima sustentável (DIEGUES, 2008, p. 31).

Gradualmente o entendimento sobre meio ambiente mudou, e aos objetivos dos “sistemas de áreas naturais protegidas foram sendo incorporados novos conceitos, que priorizavam, cada vez mais a conservação das áreas escolhidas, e não apenas as belezas cênicas, como anteriormente” (BRITO, 2000, p. 22). Tornando os parques importantes meios para salvaguardar a natureza, a vida selvagem e para outros desígnios ligados a nova preocupação “ecológica”.

Em âmbito nacional, a literatura brasileira sobre áreas protegidas está dividida em dois grupos, de acordo com a visão de Franco, Schittini, Braz, (2015). O primeiro grupo faz alusões críticas à importação do modelo norte-americano de parques e reservas nacionais, pois o conjunto de valores importados seria diferente da realidade nacional local, já o segundo grupo, defende as áreas protegidas, especialmente as de preservação de proteção integral, como as principais e mais eficazes na estratégia para a conservação da biodiversidade.

Foram os intelectuais racionalistas, influenciados pela herança do Iluminismo, que se destacaram na elaboração de uma crítica à destruição impreviável do patrimônio natural brasileiro, não por manifestarem um especial interesse pelo valor estético ou intrínseco da natureza, mas sim pelo seu valor político e instrumental para o progresso (...) (FRANCO, SCHITTINI, BRAZ, 2015, p. 239).

Assim, seguindo a lógica norte americana, a primeira proposição de criação de UC foi idealizada por André Rebouças, em 1876, o Parque Nacional (PARNA) da ILHA do Bananal e de Sete Quedas. Porém, sua criação se justificava pela potencialidade do desenvolvimento da atividade turística na região, atividade econômica bastante recente que aparecia como motivação principal (PÁDUA, 2003). Ademais, a criação de áreas especialmente protegidas para a conservação da natureza tem como marco principal no Brasil o ano de 1937, com a criação do Parque Nacional do Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro, baseado no artigo 9º do Código Florestal¹⁰ de 1934, objetivando a pesquisa científica e o lazer às populações urbanas.

Embora houvesse resultados pontuais à defesa da natureza, a implantação efetiva dessa política e a ampliação das áreas protegidas no Brasil avançaram pouco no início do século XX. Ainda assim, uma linhagem política mais densa e favorável a essa defesa começou a se desenvolver nesse período. Quaresma (2003), afirma que nas décadas de 1970 e 1980 houve

¹⁰ De acordo com o Código Florestal de 1934, em seu capítulo II que trata sobre a classificação das florestas, o artigo 9º considera: “os parques nacionais, estaduais ou municipais, constituem monumentos públicos naturais, que perpetuam em sua composição florística primitiva, trechos do país, que, por circunstância peculiares, o merece” (BRASIL, 1934)

um aumento significativo de UCs, especialmente nos países do Terceiro Mundo que tinham inspiração no modelo norte-americano. Porém, Franco, Schittini, Braz, (2015), trazem de informação que na década de 1990, houve uma diminuição na taxa de ampliação das unidades de conservação, mas, entre os anos 2000 e 2005, houve novo aumento significativo com a criação, principalmente motivadas pela criação da legislação específica de criação de áreas protegidas no país - a promulgação da Lei nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)¹¹.

A instituição desse Sistema, SNUC, tem por objetivo:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais (...);
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento (...);
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (BRASIL, 2000).

Portanto, o SNUC é uma ferramenta que serve para potencializar atividades que contribuem para a geração de emprego e renda, para o aumento da qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento do país, sem prejuízo à conservação ambiental.

Para Franco, Schittini, Braz, (2015), no Brasil dos anos 1920-1940, a mobilização social e institucional em torno da proteção da natureza levava em consideração:

- (...) as justificativas para a proteção da natureza se apoiavam basicamente, em três pontos: a) a necessidade de exploração racional dos recursos naturais, no interesse das gerações atuais e futuras; b) o reconhecimento do mundo natural como objeto da ciência e da necessidade de pesquisa para o seu conhecimento; c) o reconhecimento da importância das paisagens naturais como objeto de contemplação e apreciação estética (FRANCO, SCHITTINI, BRAZ, 2015, p. 241 e 242).

Nesse cenário, com o discurso forte de defesa da natureza, introduzida pelo Estado Brasileiro, foi possível a institucionalização legal de algumas propostas de proteção ao meio ambiente. Assim, é incorporado o ideário de proteção à natureza, entre eles destacam-se o Código Florestal, O Código de Caça e da Pesca, O Código de Águas e o Decreto de Proteção dos Animais, todos instituídos nos anos de 1934. Desses dispositivos legais citados acima, o Código Florestal tornou-se um dos mais importantes mecanismos da política de proteção do meio ambiente na época.

¹¹ O SNUC é uma lei que concebe: [...] dispositivos que regulam as complexas relações entre o Estado, cidadãos e o meio ambiente, propiciando a adequada preservação de significativos e importantes remanescentes dos biomas brasileiros, considerando seus aspectos naturais e culturais (BRASIL, 2000).

O Código Florestal foi especialmente importante para a história das áreas protegidas no Brasil. Instituído pelo Decreto 23.793 de 23 de janeiro de 1934, ele definiu que as florestas nativas seriam consideradas de interesse comum a todos os habitantes do país e, por isso, sobre elas deveria haver limitações aos direitos de propriedade (FRANCO, SCHITTINI, BRAZ, 2015, p. 242).

Neste sentido, foi a partir do Código Florestal Brasileiro de 1934, que vários outros instrumentos legais foram sancionados (ver quadro 3, abaixo), com dinâmicas e textos específicos, resultando em quase uma dezena de dispositivos voltados para a criação de categorias distintas de espaços protegidos. Em 1958, foi criado aos moldes da UICN, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), que foi a principal organização da sociedade civil brasileira dedicada à preservação e à conservação da natureza até a década de 1990.

Diante do exposto, observa-se que a criação de áreas naturais protegidas, tem uma grande importância para as sociedades ao redor do mundo, haja vista que contribuem para a proteção e o manejo da biodiversidade existente. Entretanto, faz-se necessário que a implementação e implantação dessas áreas, assim como as suas políticas públicas de manejo e de proteção devem ser projetadas e pensadas para que o coletivo social se faça presente e sejam responsáveis por essa gestão e preservação, deixando, por fim, o isolamento das UCs.

Quadro 3 - Instrumentos Legais e suas respectivas categorias de manejo

Instrumentos Legais	Categorias de Manejo
Código Florestal de 1934 (Decreto nº 23.793 de 23/01/1934)	Parque Nacional e Floresta Nacional
Código Florestal de 1965 (Lei nº 4.771 de 15/09/1965)	Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal
Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5.197 de 03/01/1967)	Reserva Biológica e Parque de Caça Federal
Lei nº 6.902 de 27/04/1981.	Estações Ecológicas e Área de Proteção Ambiental
Decreto nº 89.336, de 31/01/1984.	Reservas Ecológicas e Área de Relevante Interesse Ecológico

Fonte: Adaptado de Irving, 2009.

2.5.2 As Áreas Protegidas no Brasil: perspectivas para conservação

De acordo com Imazon - Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia e ISA - Instituto Socioambiental (2011), em um levantamento realizado acerca das áreas protegidas, elas são consideradas importantes ferramentas para salvaguardar os ecossistemas, a biodiversidade e os serviços ambientais. “A criação e a implementação das Áreas Protegidas

também contribuem para assegurar o direito de permanência e a cultura de populações tradicionais e povos indígenas (...)” (IMAZOM & ISA, 2011).

Para orientar as áreas protegidas brasileiras, um instrumento importante foi editado para preservar estas áreas, o Decreto Federal nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). Têm por princípios e diretrizes a orientação de estabelecer um sistema abrangente de áreas protegidas ecologicamente representativas, efetivamente manejadas, integrando áreas terrestres e marinhas mais amplas, até 2015. (BRASIL, 2006a)

As Unidades de Conservação são áreas protegidas instituídas por meio da Lei Federal Nº 9.985/2000, a qual define o SNUC delibera normas e critérios para criação, implantação e gestão das unidades de conservação. (BRASIL, 2000). Estas são definidas como:

(...) espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000)

Para sua regulamentação do SNUC, foi aprovado o decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002. Segundo Hamoy (2018):

Esse decreto foi resultado de um processo participativo amplo, que envolveu diferentes segmentos da sociedade que tivessem relação com o tema. Além de ser um importante instrumento para a gestão do poder público, também pressupõe a gestão compartilhada de UC entre o Estado e os moradores locais. O SNUC estabelece parâmetros para a criação, regulação e manejo de áreas de reserva no Brasil, com duas categorias de características específicas, com diferentes graus de proteção e modos de utilização (HAMOY, 2018, p. 52).

Assim, o SNUC divide as UCs em dois grupos específicos os quais são: as de proteção integral, que tem por objetivo a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, e; as de usos sustentáveis, que buscam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, cada grupo é subclassificado em diversas categorias, de acordo com o grau e o tipo de restrição de uso (BRASIL, 2000).

De acordo com o artigo 8º do SNUC, no grupo de proteção integral se têm cinco categorias de UC, são elas: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Já no artigo 14, no grupo de Uso Sustentável, são sete categorias de UC as quais são: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

Nesse sentido, a categoria que se analisa nessa pesquisa é a Reserva Extrativista (RESEX), que de acordo com o artigo 18 do SNUC é:

(...) uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000).

Trata-se de uma área de domínio público, porém, com uso cedido às populações tradicionais e gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo Órgão Gestor e composto por organizações da sociedade civil e por representantes de populações tradicionais. O uso dos recursos deve ser orientado pelo Plano de Manejo (PM) da UC, entre os usos permitidos estão a visitação pública e a pesquisa científica com autorização previa da gestão, a exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e são proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional (BRASIL, 2000).

Nesse contexto, as Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX-Mar) surgem da materialização, inicial, de um exemplar de manejo oriundo da Região Amazônica¹² originando as primeiras Reservas Extrativistas. Trata-se de uma área protegida de base comunitária, por meio de um regime de cogestão onde os recursos naturais são manejados buscando sua utilização sustentável. Porém, essa transferência de modelo para o ambiente costeiro e marinho (RESEX MARINHA) encontra conflitos de ordem legal, pois impedem os cidadãos não indicados como população tradicional, o acesso aos recursos naturais dentro das delimitações das reservas, pode gerar conflitos entre beneficiário e não beneficiários (SANTOS E SCHIAVETTI, 2013).

Para gestão dessas áreas protegidas, o SNUC, prevê para seu ordenamento duas ferramentas fundamentais para o desenvolvimento desse processo. O primeiro deles é o plano de manejo, trata-se de um documento de fundamental importância à gestão da UC, e deve ser elaborado em um prazo de cinco anos, após a data de criação da unidade (BRASIL, 2000). Ainda segundo o SNUC, o PM é:

(...) documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

¹² Baseia-se no modelo extrativistas dos seringueiros e castanheiros que se utilizavam dos recursos naturais da Floresta Amazônica para sua subsistência.

Assim, Vedoveto *et al* reforça a importância do plano de manejo para nortear a gestão da UC (2011, p. 29):

A gestão de uma Unidade de Conservação pressupõe recursos humanos e financeiros adequados, estrutura básica, como sede, vigilância, equipamento de emergência e comunicação, e locais delimitados para pesquisa, visitação, uso comunitário e produtivo. Além disso, é essencial que a gestão esteja baseada num plano de manejo aprovado, e pautada na existência de um conselho gestor formal e atuante.

A partir da elaboração do plano de manejo, tem-se a definição das zonas ou setores (Zoneamento), e para cada uma dessas áreas existem normas de manejo específicas de acordo com os propósitos determinados com intuito de proporcionar os meios e as condições para o alcance dos objetivos gerais da UC de forma harmônica e eficaz. (BRASIL, 2000). O zoneamento é fundamental para o planejamento e implantação do programa de Uso Público.

Nesse contexto, o Programa de Uso Público (PUP) deve estar inserido no Plano de Manejo da UC, onde é um instrumento vital para organização e ordenamento das atividades planejadas para unidade que promove prática de estar na natureza, educando e divulgando sua importância. (NELSON, 2012). Segundo Almeida (2016), o Uso Público em unidades de conservação está intrinsecamente relacionado a várias áreas, e dependendo da categoria de uso, têm abordagens diferentes, cujas principais são: turismo, recreação e lazer.

Assim, Furtada (2011), afirma que o uso público, por meio do turismo, tem implantando-se nas áreas protegidas brasileiras como uma das opções com potencial para promoção da sustentabilidade financeira das UCs. Nesse sentido, Pinto (2016), reforça a ideia informando:

(...) que acordos diversos foram sendo firmados em vistas de estruturar o turismo, principalmente na categoria dos parques nacionais, culminando com o termo de reciprocidade assinado entre ICMBIO e a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), com objetivo de formalizar os segmentos de turismo de aventura e de ecoturismo (PINTO, 2016, p. 93).

Ainda segundo Pinto (2016), acerca do uso da atividade turística para

Entretanto, importa atentar para as implicações teóricas e práticas do desenvolvimento do turismo, pois ao longo de sua trajetória como atividade comercial é utilizado para fins os mais diferentes, sem a devida atenção aos pressupostos teórico-metodológicos. Tal fato fez surgir assim, e de acordo com o aparecimento das demandas, segmentos diversificados de mercado que direcionam o desenvolvimento das atividades relacionadas. Portanto, um estudo mais aprofundado deve ser realizado para que se efetivem as instâncias de gestão local, através do desenvolvimento turístico, principalmente quando se analisa a inversão de mercado e os impactos causados pelo produto turístico (PINTO, 2016, p. 93).

Outra ferramenta importante para a gestão da UC é o Conselho Gestor (CG), instituição garantida em lei que visa reunir diversos atores sociais, instituições e órgãos públicos. No Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, instrumento legal responsável pela regulamentação

do SNUC e dá outras providências, tem em seu Capítulo V, a orientação para formação do C.G de uma Unidade de Conservação (BRASIL, 2002b).

No artigo 17, do referido Decreto, determina que o conselho gestor pode ser de caráter consultivo ou deliberativo o qual será presidido pelo chefe da UC que indicará os demais conselheiros de acordo com os setores a serem representados nessa instituição.

§ 1º A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas.

§ 2º A representação da sociedade civil deve contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

§ 3º A representação dos órgãos públicos e da sociedade civil nos conselhos deve ser, sempre que possível, paritária, considerando as peculiaridades regionais (...) (BRASIL, 2002b).

Em seu artigo 20, trata das competências do conselho gestor as quais são:

- I - elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;
- II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;
- III - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;
- IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;
- V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;
- VI - opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP [**Organização da Sociedade Civil de Interesse Público**], na hipótese de gestão compartilhada da unidade;
- VII - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;
- VIII - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e,
- IX - Propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso (BRASIL, 2002b).

O SNUC, em seu artigo 18, parágrafo 2º, prevê para RESEX a formação de um Conselho Gestor de caráter deliberativo¹³, isto é, faz-se obrigatório, é um órgão que se destina a orientar, fiscalizar, auxiliar, aconselhar e aprovar a Gestão na solução dos problemas que digam respeito a essa mesma instituição.

¹³ O Conselho Deliberativo tem poderes para decidir sobre as questões pertinentes à área e os representantes das populações tradicionais possuem maioria no mesmo (metade + 1), conforme Instrução Normativa Nº 2/2007, do ICMBio (BRASIL, 2007).

Desse modo, é inegável o avanço do Brasil em relação à temática proteção da natureza com a instituição do SNUC. Porém, ainda é necessário aprimorar essa ferramenta de gestão para que as políticas públicas voltadas à pasta do Meio Ambiente tornem-se mais efetivas. A RESEX é a categoria de manejo que foi criada como resultado de uma luta política e de um ideário social aliada a conservação ambiental, surge como uma alternativa a criação de reservas conservacionistas e estabelece um novo paradigma de regulamentação, em que se permitiu a definição de um regramento de uso dos recursos naturais como uma ferramenta que pode garantir o uso econômico e sustentável das florestas. Isto é, as RESEX surgem com a proposta alternativa à preservação ambiental e a geração de renda às populações extrativistas.

2.5.3 O Contexto Histórico de formação das RESEX no Brasil e na Amazônia.

A criação das Reservas Extrativistas no Brasil, surgiu a partir de um movimento social amazônico iniciado a partir de meados da década de 1980, “combinando reivindicações de seringueiros e castanheiros expulsos de seus territórios tradicionais, à resistência contra a destruição das florestas em que viviam e das quais obtinham a vida” (ALMEIDA, ALEGRETTI, POSTIGO, 2018, P. 27). Para Santilli (2005), esta articulação social adveio da

(...) consolidação democrática no país [que] passou a dar à sociedade civil um amplo espaço de mobilização e articulação, [e] resultou em alianças políticas estratégicas entre o movimento social e ambientalista. Na Amazônia brasileira, a articulação entre povos indígenas e populações tradicionais, com o apoio de aliados nacionais e internacionais, levou ao surgimento da “Aliança dos Povos da Floresta¹⁴”: um dos marcos do socioambientalismo¹⁵. (SANTILLI, 2005, p.12)

Esse movimento surgiu como um enfrentamento ao modelo predatório de exploração de recursos naturais que colocava em risco a sobrevivência física e cultural das populações tradicionais (índios, castanheiros e seringueiros) da região amazônica. Surgi assim, uma

¹⁴ De acordo com Juliana Santilli (2005) a chamada Aliança dos Povos da Floresta “defendia o modo de vida das populações tradicionais amazônicas, cuja continuidade dependia da conservação da floresta, e estava ameaçada pelo desmatamento e a exploração predatória de seus recursos naturais, impulsionada principalmente pela abertura de grandes rodovias (Belém–Brasília, Transamazônica, Cuiabá–Porto Velho–Rio Branco, Cuiabá–Santarém) e pela abertura de pastagens destinadas às grandes fazendas de agropecuária, e a consequente migração de milhares de colonos e agricultores⁷ para a região amazônica” (SANTILLI, 2005, p. 12 E 13).

¹⁵ Ainda Segundo Santilli (2005) “O socioambientalismo brasileiro (...) nasceu neste período: a segunda metade dos anos 1980, a partir de articulações políticas entre os movimentos sociais e o movimento ambientalista. O surgimento do socioambientalismo pode ser identificado com o processo histórico de redemocratização do país (...) foi construído a partir da ideia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental. Mais do que isso, desenvolveu-se a partir da concepção de que, em um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental (...) como também a sustentabilidade social – ou seja, deve contribuir também para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e promover valores como justiça social e equidade. (...) O socioambientalismo nasceu, portanto, baseado no pressuposto de que as políticas públicas ambientais só teriam eficácia social e sustentabilidade política se incluíssem as comunidades locais e promovessem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais” (SANTILLI, 2005, p. 12, 14 e 15).

“aliança entre os povos da floresta que têm o seu modo de vida tradicional ameaçado pela ocupação desordenada e predatória da Amazônia – e os ambientalistas” (SANTILLI, 2005, p.13), que passaram a apoiar a luta política desses povos. Essa ação coletiva possibilitou a articulação desses movimentos sociais a nível global em prol da defesa da floresta amazônica e pela reivindicação a solicitação de criação das reservas e seus direitos de uso.

A partir de suas mobilizações, buscou-se construir o entendimento político de que as Reservas Extrativistas deveriam ser “áreas públicas, de propriedade da União, não divididas em parcelas individuais, asseguradas para comunidades com tradição no uso dos recursos naturais, mediante regras de uso definidas pelo poder público” (ALLEGRETTI, 2008, p. 48).

Para Silva e Simonian (2015, p.163), “As populações tradicionais amazônicas – particularmente aquelas residentes em Reservas Extrativistas florestais – possuem ligação histórico-valorativa com o chamado sistema de aviação”, pois são recorrentes dos seringueiros, migrantes nordestinos, que vieram para Amazônia na Época Aurea da Borracha, e chegando aqui se viam endividados eternamente pelos donos da produção. Eles trocavam “sua produção e força de trabalho por alimentos, comprados no barracão do patrão. Entretanto, jamais conseguiam, com o preço pago pela sua produção de borracha, saldar as suas dívidas com o barracão, e acabavam escravizando-se” (SANTILLI, 2005, p. 96).

Na Amazônia, [no final da década de 1970], os conflitos sociais emergiram sob a égide da intensificação da intervenção do Estado no processo de ocupação de novas terras e em consequência dos elevados índices de concentração fundiária que resultaram da aplicação de um modelo de desenvolvimento formulado pelo governo militar (...) os movimentos sociais surgidos naquele momento se aproximariam do modelo clássico de conflito de classe entre camponeses e grandes proprietários. (ALEGRETTI, 2008, p.41)

Em meio as lutas dos seringalistas contra a atividade agrária do grande produtor rural, que era incentivada como uma política pública de Estado, tais conflitos colocaram nesse cenário “posseiros e proprietários em campos opostos e as ações se organizaram tanto em contraposição direta aos novos donos da terra, quanto à política governamental que incentivava a implantação de empresas agropecuárias” (ALEGRETTI, 2008, p. 40). Esse movimento “ousou” ao apresentar um elemento inovador à luta social: o combate contra o desmatamento, prática que garantia aos grandes produtores rurais a propriedade da terra e para os seringueiros, este representava a destruição de sua base econômica de sobrevivência - a floresta.

O surgimento da proposta de reserva extrativista foi inicialmente estabelecido como Projeto de Assentamento Extrativista, de acordo com os termos definidos pelo Conselho

Nacional dos Seringueiros (CNS¹⁶), incluída no Programa Nacional de Reforma Agrária em 1987. Surgiu no âmbito do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio da Portaria n.º 627, de 30 de julho de 1987, que destinava “à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativistas, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham a ocupar as mencionadas áreas” (ALEGRETTE, 2008, p. 47). Assim, de acordo com Santilli (2005):

A proposta de criação de reservas extrativistas – desenvolvida pelo movimento social dos seringueiros visando promover o casamento entre conservação ambiental e reforma agrária – passou a ser considerada por cientistas e formuladores de políticas públicas como uma via de desenvolvimento sustentável e socialmente equitativo para a Amazônia. Uma ideia-chave na proposta de criação de reservas extrativistas é a titularidade coletiva e compartilhada sobre os direitos de uso dos recursos naturais nelas existentes. Inspirada no modelo das terras indígenas, as reservas extrativistas se baseiam no conceito de que são bens de domínio da União (de forma a evitar a sua venda e dar-lhe as garantias de que só gozam os bens públicos), e de que a transferência do usufruto para os moradores da reserva extrativista se faria pelo contrato de concessão de direito real de uso às entidades representativas de moradores da reserva (SANTILLI, p. 13 E 14) (...) [Surge] como uma alternativa aos projetos de colonização do Incra, que contemplasse as formas de ocupação da terra por populações tradicionais da Amazônia, e respeitasse o extrativismo (principalmente de borracha e castanha), atividade centrada nas “colocações”: unidades produtivas familiares dos seringueiros, formadas por árvores de seringa (seringueiras) e pelas áreas de caça, pesca, agricultura de subsistência e coleta de frutos, em que os produtos explorados não estão restritos a uma área exclusiva, e sim espalhados de forma aleatória pela floresta, o que torna a imposição de rígidos limites de uso e propriedade, individuais, incompatível com a realidade dos seringais e com a política de reforma agrária centrada na distribuição de lotes familiares e individuais, destinados à produção agrícola. (SANTILLI, 2005, p. 95)

Segundo Prado e Seixas (2018), a evolução das RESEX desde sua concepção original até sua institucionalização como política ambiental tiveram transformações em sua proposta original e, conseqüentemente, nos arranjos de gestão desses territórios. A Constituição de 1988, determina no Artigo 225, a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder público e a utilização dos recursos naturais dos biomas brasileiros dar-se-ão de acordo com condições que assegure a preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988). A Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA - Lei 7.804, de 24 de julho de 1989) reforça em seu artigo 9º, os dispositivos constitucionais de 1988, e incluiu as Reservas Extrativistas como um espaço territorial a ser especialmente protegido pelo poder público. (ALEGRETTE, 2008).

¹⁶ CNS - O Conselho Nacional dos Seringueiros foi criado em outubro de 1985, a partir do I Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em Brasília. Sua criação foi resultado da luta dos empates contra a expulsão da terra e a devastação da floresta, desenvolvida pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), especialmente o de Xapuri, cujo presidente era Chico Mendes. O CNS é uma organização de âmbito nacional que representa trabalhadores agroextrativistas (seringueiros, castanheiros, coletores de açaí, quebradeiras de coco babaçu, balateiros, piaçabeiros, integrantes de projetos agroflorestais, extratores de óleo e plantas medicinais, entre outras modalidades) organizados em associações, cooperativas e sindicatos. (MEMORIAL CHICO MENDES, 2020)

Já na década de 1990, o Decreto nº 98.897/90 - de 30 de janeiro de 1990 – definiu as Reservas Extrativistas como territórios destinados à exploração autossustentável dos recursos naturais, sendo o uso concedido às populações extrativistas mediante contrato de concessão de direito real de uso, que deve incluir o plano de utilização aprovado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) (SANTILLI, 2005; ALEGRETTI, 2008).

[...] Os planos de conservação ambiental para a Amazônia não levaram em conta no passado a existência de populações locais que habitam a floresta, retirando dela meios para viver, mediante o uso de técnicas não predatórias [...] os planos de desenvolvimento não reconheceram no passado a contribuição positiva que as populações extrativistas podem dar para a riqueza nacional [...] Este conceito [de Reserva Extrativista] se distingue de unidades de conservação que preveem atividades de exploração sujeitas a planos de manejo, mas não levam em conta as populações locais, seus direitos, sua organização e sua tradição cultural: (ALEGRETTI, 2008, p. 48).

Nos anos 2000, a política de meio ambiente brasileiro dá mais um passo rumo à conservação e preservação dos recursos naturais do país, institui-se a Lei nº 9.985/2000, que cria o SNUC. As RESEX estão incluídas entre as unidades de conservação de uso sustentável do SNUC que manteve o domínio público sobre as reservas extrativistas, com a concessão de uso às populações extrativistas tradicionais, estabelecido por meio de contrato. Porém, Santilli (2005), afirma que “As populações tradicionais obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da reserva extrativista e o uso, por estas, dos recursos naturais obedece às normas [do artigo 23] do SNUC” (SANTILLI, 2005, p.100).

- a) proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;
- b) proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas;
- c) demais normas estabelecidas na legislação (inclusive ambiental), no Plano de Manejo da reserva extrativista e no contrato de concessão de direito real de uso (BRASIL, 2000).

Finalmente, em 2007, o ICMBio publica no dia 03 de setembro, a Instrução Normativa Nº 03/2007 que coordena as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de RESEX e de RDS¹⁷. Segundo o artigo 3º, dessa normativa, a criação dessas categorias de UC devem seguir as seguintes diretrizes:

- I – a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental;
- II - a transparência do processo de criação e a adequação à realidade local;
- III – o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social;
- IV – o reconhecimento de que os territórios tradicionais são espaços de reprodução social, cultural e econômica das populações tradicionais;

¹⁷ **RDS:** Reserva de Desenvolvimento Sustentável, uma das categorias de manejo do grupo de uso sustentável definido pelo SNUC, determinado pela Lei nº 9.985/2000.

V - a promoção dos meios necessários e adequados para a efetiva participação das populações tradicionais nos processos decisórios e seu protagonismo na criação da Unidade;

VI - a valorização e integração de diferentes formas de saber, especialmente os saberes, práticas e conhecimentos das populações tradicionais; e,

VII – a busca pela melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, o acesso aos serviços básicos e a cidadania, respeitando-se suas especificidades e características sócio-culturais (BRASIL, 2007).

Assim, oficialmente, seguindo as orientações do órgão gestor – ICMBio – o “ponta pé” inicial para solicitação de criação da RESEX ou de RDS deve partir da população tradicional local ou de sua representação, “não sendo mais pré-requisito a existência de uma associação local formalizada nesta etapa do processo” (VIVACQUA, 2018, p. 5).

Com base nas diretrizes da IN 03 (ICMBIO, 2007), os processos de criação das Resex passam a seguir algumas etapas pré-estabelecidas: i) solicitação formal da população tradicional ou sua representação; ii) vistoria técnica do ICMBio para conferir se há população tradicional na área, organizada, e se a área é ecologicamente representativa; iii) mobilização social e realização de estudos técnicos (socioambiental e fundiário); iv) consultas públicas; v) decreto de criação. (VIVACQUA, 2018, p. 6)

Contudo, alguns autores como Teixeira et al (2018), afirma que a consolidação das RESEX , como um instrumento de conservação e manutenção dos recursos naturais e dos modos de vida das populações tradicionais, mesmo depois de toda evolução legal e institucional dessa categoria de UC, ainda hoje, continua sendo um desafio e em seu âmbito gera controvérsias

As Reservas Extrativistas modificaram a percepção de conservação e preservação ao ceder a posse coletiva de territórios de uso compartilhado às comunidades tradicionais que já habitavam o território (...). Tais regimes de uso têm sido extensamente tratados como alternativas viáveis para a gestão de recursos coletivamente apropriados. (ALMEIDA, ALEGRETTI, POSTIGO, 2018, p. 42 e 43).

Por fim, ressalta-se que a RESEX em sua elaboração e concepção inicial, propostas pelo movimento dos seringueiros da Amazônia, tornou-se referência para outros biomas brasileiros - a exemplo tem-se a Reserva Marinha de Pirajubaé, criada em 1992 e localizada em Santa Catarina - pois foi permitido abrigar em seu território, outras populações tradicionais e torna-as uma aliada para conservação dos recursos naturais existentes. Partindo desse pressuposto, “As reservas extrativistas marinhas passaram também a ser criadas no Nordeste e no Sul do país, para abrigar pescadores artesanais” (SANTILLI, 2005, p.100).

2.5.4. As RESEX Marinhas e sua formação no território brasileiro.

As RESEX Marinhas são um novo tipo de gestão coparticipativa das áreas marinhas. Estas áreas de proteção estão sendo definidas nas regiões costeiras para resguardar os recursos

marinhos e de manter o sustento das comunidades tradicionais que se utilizam de tais recursos. (SILVA, 2007). Segundo Prates (2007, p.17), “Das mais de 5000 áreas protegidas do mundo, apenas 1.300 incluem componentes marinhos e costeiros, correspondendo a menos de 1% dos oceanos”. No cenário nacional, uma nova referência de conservação está surgindo, reconhecendo as especificidades do ambiente marinho e ultrapassando a ótica protecionista.

Com a realização da sétima Conferência das Partes (COP7) da Convenção de Diversidade Biológica (CDB), foi criado e aprovado o Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas, o qual teve por objetivo o estabelecimento de sistemas representativos e efetivos de áreas protegidas. Este programa estabeleceu metas diferentes para os ecossistemas terrestres e para os ambientes marinhos. Prates (2007, p.17), acerca da temática referente ao programa, relata que “foi criado um grupo para elaborar as ações específicas para a zona costeira e marinha incluindo-se o uso das unidades de conservação na gestão pesqueira. (...) nasceram os princípios, diretrizes e estratégias para as áreas protegidas costeiras e marinhas”

Na zona costeira do Brasil as unidades de conservação representam uma boa parcela do território nacional, sendo que, na parte marinha do nosso território (somando-se a extensão do mar territorial e da zona econômica exclusiva) menos de 0,4% dessa área está sob a forma de alguma categoria de unidade de conservação ou outra área protegida (PRATES, 2007, p. 20)

Como mencionado no tópico anterior, as RESEX-Mar surgiram a partir da transferência de um modelo de manejo originário da Amazônia que deu origem às primeiras RESEX (DIEGUES, 2008), e rapidamente se expandiram para outros biomas e ecossistemas brasileiros, e como ressalta Chamy (2004, p. 15), colocam em ordem um tipo de “território que fisicamente não permite divisão e apropriação formal”. De acordo com Kalikoski (2007, p. 66) as RESEX-Ma constituem:

“(…) entre os tipos de arranjos institucionais considerados mais restritivos para a gestão de recursos de bem comum. Recursos pesqueiros são denominados de recursos de bem comum, em que é difícil excluir usuários e o uso dos recursos por um usuário leva a subtração da abundância de tais recursos para os demais usuários. A problemática envolvendo direitos individuais e coletivos de uso e exclusão dos recursos naturais tem sido o foco de mais de três décadas de estudos no campo da teoria dos recursos de bem comum.”

Sobre a organização desse grupo, Prost (2018) relata:

A organização social dos extrativistas acompanha a evolução do movimento na sua diversidade: os pescadores artesanais, sentindo a necessidade de uma instância de discussão e decisão específica para a região costeira, criam em 2009 a Comissão Nacional de Fortalecimento das Resex Marinhas e Costeiras (CONFREM¹⁸). (PROST, 2018, p.327 e 328).

¹⁸ A COFREM, uma instituição que trabalha os aspectos das RESEX-Mar, foi criada em 2014 e tem como missão o desenvolvimento, articulação e implementação de estratégias que visam o reconhecimento e a garantia dos territórios extrativistas tradicionais costeiros e marinhos nas diversas dimensões: social, cultural, ambiental e econômica, com objetivo de garantir os seus meios de vida e produção sustentável.

A RESEX-Mar de Pirajubaé é um caso simbólico, foi a primeira RESEX Marinho-Costeira, criada em 1992, na cidade de Florianópolis (SC). Porém, seu processo de consolidação institucional só finalizou em 2010, com a implementação do Conselho Gestor e assinatura do Contrato de Concessão do Direito Real de Uso (CCDRU¹⁹) (VIVACQUA, 2018).

No ambiente costeiro-marinho, existem conflitos que envolvem diversos setores econômicos, como: o setor petrolífero, a pesca industrial, o turismo, a especulação imobiliária e aos processos de urbanização desordenada do litoral. Nessa perspectiva socioeconômica, destaca-se a pesca artesanal, pela expressividade na produção pesqueira nacional, assim como também na reprodução social. A pesca artesanal demonstra ser uma questão simbólica de várias comunidades ao longo da zona costeira que lutam contra as ameaças ao uso e acesso aos recursos naturais (PRADO E SEIXAS, 2018, p. 282).

No entanto, uma importante questão legal diferencia as RESEX marinhas das terrestres: as RESEX-Mar lidam com a gestão de recursos que pertencem à coletividade – o meio costeiro/marinho. Assim, os beneficiários das RESEX-Mar se apropriam de um recurso comum do povo, sob a tutela do Estado. Neste sentido, a legislação brasileira não é clara quando trata da responsabilidade da gestão neste ambiente, uma vez que há diferentes definições de ordem legal provenientes de diferentes conjuntos de normas jurídicas (...). Estas diferentes definições geram dubiedade com relação à clareza da legislação que embasa a aplicação do modelo RESEX para ambientes costeiros e marinhos. (SANTOS e SCHIAVETTI, 2013, p. 480).

Para as RESEX-Mar, “os direitos baseiam-se no acesso, quase que exclusivo, aos recursos naturais; os deveres resumem-se em utilizar estes recursos de maneira sustentável (...) [busca-se] o respeito aos direitos da coletividade” (SANTOS e SCHIAVETTI, 2013, p. 484). Partindo desta ideia, a RESEX-Mar Moapajuba, objeto de estudo dessa pesquisa, encontra-se em processo de organização de sua gestão. O ICMBio, em 2019, iniciou o processo de criação do conselho gestor da UC. Com o Conselho Deliberativo (CONDEL) de Mocapajuba instituído, será possível dá seguimento aos acordos de gestão dos usos dos recursos naturais, assim como a implementação de atividades que sejam relacionadas a pratica extrativista, como por exemplo o uso público.

¹⁹ CCDRU: Segundo o ICMBio, no CCDR a gestão de parte do território de uma UC é representada a uma associação que representa os moradores. A comunidade passa a ter responsabilidades e direitos, para licenças e autorização de uso sustentado e financiamentos para produção (ICMBIO, 2017).

3. O TURISMO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO

A construção desta seção considera, para a análise e interpretação do turismo, as diferentes abordagens conceituais que têm direcionado os instrumentos de organização e de estruturação da atividade turística para diferentes abordagens. Constituíram-se inúmeros acontecimentos na evolução histórica que impulsionou a atividade do turismo para o acréscimo da sua concepção, passando de apenas um vetor econômico de desenvolvimento a múltiplos aspectos social, político e ambiental. Tal diversidade conceitual obteve-se, pela possibilidade de se relacionar as perspectivas do conhecimento do “multidisciplinar” e do “interdisciplinar”.

3.1. Conceitos e Definições interdisciplinares do Turismo

O surgimento do turismo está atrelado, inicialmente, como estratégia de expansão econômica, posteriormente a atividade passou a ser estudada não apenas como uma possível solução para a economia, mas como um fenômeno social que leva em consideração as atividades praticadas pelas populações locais, utilizando-se do meio natural a favor da atividade (GALLERO, 1996) a qual deve respeita à resiliência ambiental, social e cultural do local visitado.

De acordo com Lima (2003):

Como fenômeno social da modernidade, o turismo está associado ao que na Europa se denominou “Grand-Tour” e que sucedeu à fase considerada por AUGÉ (1994) como marco inicial do turismo, qual seja, as viagens de peregrinação a locais sagrados ou destinados a meditações e a busca de ligação mais intensa com a divindade no século XVI, e, entre os séculos XVII e XVIII, as viagens dos filhos da aristocracia francesa e inglesa, principalmente, no sentido da ampliação dos horizontes de conhecimento, através do estudo de outras regiões e países (LIMA, 2003, p.43).

Destarte, Hamoy (2018, p.59), afirma que o turismo “nasce como estratégia de superar as tensões geradas pelo cotidiano de trabalho e vida urbana, além de possibilitar novas experiências e conhecimentos”. Porém, o turismo só se consolidou como um fenômeno social de massa após a 2ª Guerra Mundial, em virtude dos avanços e desenvolvimento tecnológico e diversificação das profissões dos trabalhadores das indústrias da Europa e EUA. Segundo Ignarra (2003, p. 06): “o aumento da riqueza, a ampliação da classe de comerciantes e a secularização da educação estimularam o interesse por outras culturas e pelo conceito de que viajar era uma forma de educação”.

O turismo é entendido como um fenômeno social e econômico, também é visto como “uma forma de viagem exclusiva da modernidade e pilar da pós-modernidade” (FIGUEIREDO; RUSCHMANN, 2004, p. 15), a segmentação do turismo surgiu para melhor compreender e suprir as diversas necessidades do consumidor deste mercado que sempre e incessantemente busca por mudanças e por itinerários fora do rotineiro. Assim, as empresas modificaram-se, ao passo que as estruturas científicas e tecnológicas – principalmente as estruturas de comunicação e de acesso - tornaram-se ainda mais eficazes.

Nesse ponto de vista, Sá e Palheta (2015), entendem o turismo como: “uma atividade proveniente da sociedade contemporânea, e está ligada intrinsecamente com a vontade do turista em conhecer o “novo” (culturas, linguagens, paisagens, hábitos e costumes)” (SÁ E PALHETA, 2015, p. 55). Já para Farias (2018) o turismo:

“(…) enquanto fenômeno social e campo científico, foi pautado, *a priori*, a partir da relação econômica e administrativa, isto é, a partir da visão de oferta de serviços, demanda e atrativos turísticos. Esses aspectos iniciais foram incrementados à compreensão de efeito multiplicador, ganhando novas interpretações na relação teórico-prática do turismo” (FARIAS, 2018, p.47).

Diversas conceituações foram estabelecidas para designar-se a atividade turística. Na perspectiva econômica, a definição descrita por Mathienson e Wall é a mais completa, pois consideram e/ou definem o turismo como: “o movimento temporário de pessoas para locais de destino externos aos seus lugares de trabalho e moradia, as atividades exercidas durante a permanência desses viajantes nos locais de destino e as facilidades criadas para prover suas necessidades” (MATHIENSON E WALL, 1977:8).

Porém, mesmo que o turismo seja considerado um agente potencial e incentivador da economia, não se deve esquecer que o mesmo se dá a partir do envolvimento de pessoas. O despertar para o entendimento do turismo como um fenômeno que, além de satisfazer os anseios dos turistas, também deve ter compromisso, principalmente, com as comunidades receptoras, tendo como desafio a inserção dos mesmos nos processos de planejamento, gestão e monitoramento da atividade, para que assim, atinja-se de forma efetiva, os resultados positivos: desenvolvimento próspero e duradouro, minimização dos impactos negativos e ampliação dos resultados de sustentabilidade. (SÁ & PALHETA, 2015).

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo é definido como: "as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros" (OMT, 2008).

Já para o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), o turismo é: uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações (compra e venda de bens e serviços

turísticos) efetuadas entre os agentes do turismo. “É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local de visita” (EMBRATUR, 2006).

As definições citadas dão ênfase, quase exclusiva, aos aspectos econômicos relacionados à atividade turística. Segundo Lima (2003, p. 64), existem definições que “ultrapassam essa visão estritamente economicista, ampliando a percepção de modo a incluir as dimensões espaciais, políticas, culturais, ecológicas e tecnológicas, com o fim de perfazerem toda a gama de atividades relacionadas ao turismo”.

Segundo Almeida (1998), ainda considera que: "Pensar o turismo é, pois, inseri-lo em um processo global em que prevalece a ampla circulação de capitais e mercadorias, indivíduos, ideias e produtos culturais e simbólicos e dentro do qual ganham relevo os apelos mercadológicos para a experimentação de novos lugares, sensações e diferenças culturais. Turismo é, sobretudo, fluxos e redes" (ALMEIDA, 1998, p. 20).

Assim na visão de Beni (2000), a compilação de todas as concepções trabalhadas anteriormente, se define da seguinte forma:

Tenho conceituado turismo como um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como objetivos da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial, histórico-humanístico, profissional e de expansão de negócios. Esse consumo é feito por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços da oferta original e diferencial das atrações e dos equipamentos a ela agregados, em mercados globais, com produtos de qualidade e competitivos (BENI, 2000, p. 66).

O turismo, por ser considerado uma atividade que promove a transformação do espaço, necessita de uma organização não apenas de dentro do setor que promove os itinerários turísticos e beneficia os locais destinatários, carece de um intermediário que avalie os efeitos negativos e maximize os benefícios. Que para Hamoy (2018, p. 62):

(...) esse papel de mediador cabe ao Estado, no sentido de prezar pelo bem-estar da sociedade, de modo que as atividades possam gerar mais do que crescimento econômico, mas, principalmente, a distribuição dessa renda e traga o desenvolvimento local, regional e nacional.

3.2 A Relação do Turismo Sustentável e do Desenvolvimento Local em Áreas Protegidas

Atualmente, o termo *sustentabilidade* é utilizado como “prefixo de suporte para

diferentes assertivas, como maneira de demonstrar uma faceta nova para categorias já conhecidas, tais como: sustentabilidade socioeconômica, cultural, ambiental, turística etc.” (PINTO, 2016, p. 77). Deste modo, nota-se que há uma tendência que tenta incentivar uma ponderação sobre as condicionantes do processo de desenvolvimento.

Assim, seguindo essa nova ordem mundial, em que a sustentabilidade e o desenvolvimento vêm sendo aplicada, a problemática ambiental e “[...] o discurso do desenvolvimento sustentável foi sendo legitimado, oficializado e difundido amplamente” (LEFF, 2001, p. 16). Nesse sentido, uma nova percepção de turismo passou a ser difundida. A atividade turística, assim como outras atividades econômicas, buscou um equilíbrio sustentável entre o homem e o meio ambiente, a partir da valorização do ambiente, da cultura das comunidades locais e dos turistas. Tal concepção se configura nos paradigmas da sustentabilidade e do ecoturismo (QUARESMA, 2003).

A importância da conservação da natureza e a gestão dos recursos naturais e culturais são imprescindíveis à atividade turística, consideram-se que esses recursos constituem atrativos turísticos os quais são a base da oferta turística e que instigam as diferentes motivações do turista a conhecer novos hábitos. Nesse sentido, a atividade turística deve processar-se numa base sustentável através do respeito pelas necessidades sociais, econômicas e ambientais. (LEVÍ, 2012).

Existem várias definições para o turismo sustentável, porém, para OMT (1999), o turismo sustentável é definido como: “a atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro” (OMT, 1999).

Ainda para a OMT (2004), o desenvolvimento sustentável do turismo é:

(...) um processo contínuo que requer monitoramento constante dos impactos que a atividade pode causar, de modo que, com ações de manejo, seja possível minimizar os impactos negativos e maximizar os benefícios potenciais, introduzindo medidas preventivas ou de correção de rumos (...) esse processo requer a participação e o comprometimento de todos os atores envolvidos com o turismo, principalmente o poder público, que deve incentivar e apoiar o processo, estimulando a participação da sociedade por meio da construção de consensos. Portanto, os produtos turísticos sustentáveis são desenvolvidos em harmonia com o meio ambiente e culturas locais, de forma que estes se convertam em permanentes beneficiários, e não meros espectadores de todo o processo (OMT, 2004 p. 12).

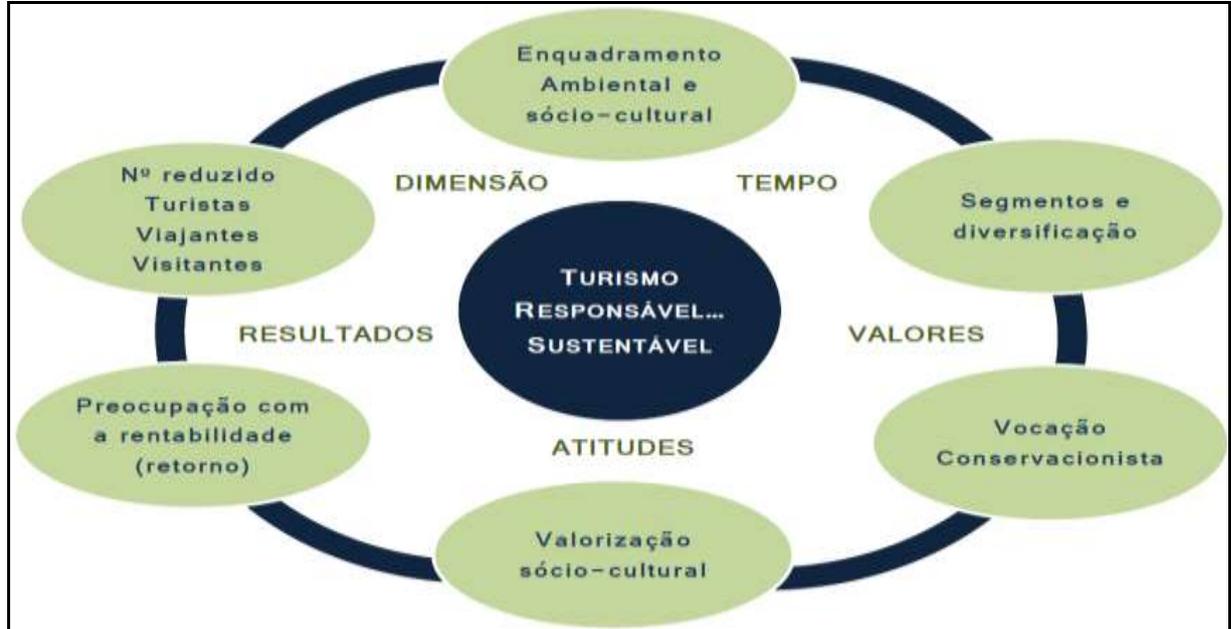
Assim, “Os princípios de sustentabilidade aplicados ao desenvolvimento do turismo se referem basicamente às dimensões ambiental, econômica e sociocultural” (PIRES, 2012, p. 183). A partir dessas dimensões, o turismo sustentável vem aspirando a minimização dos impactos negativos produzidos pela atividade turística. Pinto (2016, p. 82), entende o turismo

sustentável como conceito polissêmico, isto é, possui vários significados dentro da formatação da atividade turística, e para esse autor “(...) o TS [Turismo Sustentável] precisa ser operacionalizado seguindo algumas diretrizes que, segundo Oliveira e Manso (2010), baseiam-se em quatro pilares de sustentabilidade: ambiental, econômica, social e política”.

A perspectiva do desenvolvimento local acontece quando se direciona a dimensão humana e as pessoas envolvidas são beneficiadas em seus territórios. É necessário reconhecer que o turismo, como uma atividade econômica ligada ao setor de prestação de serviços, traz em sua bagagem influências externas que poderão gerar impactos nas comunidades locais. No ambiente acadêmico, os movimentos acerca do turismo e do desenvolvimento local têm destacado-se e enriquecido os debates sobre ambas as temáticas. Assim, o turismo demonstra ter um grande potencial para o alcance desenvolvimento local/endógeno. (CORIOLANO, 2003, 2009; NASCIMENTO, NÓBREGA, 2016).

Por isso, há uma preocupação maior com a implantação das práticas turísticas as quais venham atreladas a proteção dos recursos naturais e culturais e com o desenvolvimento econômico local (Figura 2).

Figura 2: Ciclo do Turismo Sustentável



Fonte: Brito, 2014.

É preciso entender que o turismo pode gerar vantagens do ponto de vista econômico, mas pode também implicar em degradação ambiental, perda da identidade local, entre outros possíveis impactos negativos. Dois aspectos fundamentais participam efetivamente do equilíbrio e da harmonia na construção da sustentabilidade:

1. a questão política, que está presente em todo o processo e pode estimular, de maneira definitiva, o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis;
2. a questão da qualidade dos serviços e equipamentos turísticos, fator que influencia diretamente a demanda e que pode ser definitivo para o sucesso de um destino ou região turística (BRASIL, 2007a).

Sobre o desenvolvimento local para o turismo, Coriolano (2003), afirma que o mesmo pode representar o:

[...] processo de mudança de mentalidade, de câmbio social, e de troca de eixo na busca do desenvolvimento, por isso se orienta para o desenvolvimento de médias, pequenas e microempresas, tendo em vista socializar as oportunidades e promover o desenvolvimento na escala humana (CORIOLANO, 2003, p. 25).

E, de acordo com apontamentos de Hamoy (2018, p. 76), “a possibilidade de desenvolvimento local a partir do turismo passa também pela dinâmica de participação dos atores locais, visando romper com o modelo global de um turismo massivo”. Esse agenciamento do desenvolvimento local pelo turismo se dá por destaque de três orientações para a formulação de alternativas:

- a) A manutenção da identidade cultural dos lugares com o próprio fator de atratividade turística e o estabelecimento de um maior intercâmbio e integração entre as populações hospedeiras e os visitantes
- b) A construção de uma via democrática para o desenvolvimento de certas localidades [...] como fator estruturante da valorização das suas potencialidades ambientais e culturais, com a participação da população local na condução ativa desse processo;
- c) Estabelecimento de pequenas escalas de operação e baixos efeitos impactantes dos investimentos locais em infraestrutura turística: conservação do meio ambiente, rusticidade local, valorização sem transformação (SOUZA, 1999, p.10).

A sustentabilidade turística requer planejamento dos usos para minimizar prejuízos ao ambiente e às populações visitadas. O planejamento da atividade turística é indispensável e deve se ter em seu círculo o contexto político, e “[...] compreender a estrutura dos problemas de planejamento e como meta política em termos de realização” (HALL, 2001, p.89). Portanto, para Pinto (2016, p. 81) “o planejamento turístico ao intervir enquanto política em determinada AP deve ser analisado como fruto de ação, reflexo de interesses variados, incluindo a sustentabilidade enquanto perspectiva de realização do bem comum”.

Neste sentido, as instituições de Estado e as ONGs internacionais passam a elaborar uma série de publicações, principalmente manuais e cartilhas para explicar como introduzir as diretrizes da sustentabilidade no turismo. A elaboração dessas publicações, na maioria das vezes, é realizada em parcerias bem como a atuação das empresas do terceiro setor que são contratadas pelo Estado para divulgá-las e empreender a capacitação das populações residentes. A conexão dessa rede de capacitação para a atuação nos destinos de TS propaga-se por muitos países do mundo, inclusive na América Latina (PINTO, 2016, p. 85).

Levando essa discussão para as áreas protegidas, especificamente às UC's, a dinamização da cadeia produtiva do turismo, gera desenvolvimento a nível local e regional dentro e no entorno da UC. A ampliação da visitação gera impactos positivos às áreas naturais e para suas comunidades, isso ajuda na redução da pressão aos usos desregulados dos recursos naturais. Isto gera uma fonte alternativa de recursos, principalmente, financeiros para essas áreas, promovendo a sua sustentabilidade financeira, melhorando assim, a promoção do

desenvolvimento sustentável e consolidando o Turismo Sustentável como uma das estratégias de conservação para preservação da natureza, elevando a qualidade da prestação dos serviços turísticos e nas áreas protegidas e em seu entorno (BRASIL, 2014a).

Neste sentido, o turismo sustentável utiliza-se do patrimônio natural e cultural, com a finalidade de incentivar sua conservação e busca formar uma consciência ambiental nos visitantes, estimulando o surgimento de experiências que promovam o desenvolvimento local, além de oferecer novas perspectivas de desenvolvimento e promove o bem-estar das populações envolvidas (CORIOLANO 1998). Também promove “uma boa experiência, que traga satisfação ao turista, o que facilita o seu envolvimento com a sustentabilidade da região ou produto turístico” (BRASIL, 2007).

Por esse motivo, o planejamento e desenvolvimento sendo do turismo deverá ser pautado não apenas no mercado, e sim, nos valores humanitários, e ambientais. Ações que visam a continuidade da vida, da atividade humana, da capacidade dos animais e das plantas de se reproduzirem ao longo do tempo. Para comunidades de significativas manifestações culturais, o turismo precisa ser controlado para evitar descaracterizações ou impactos, deve ter menor envergadura e cuidados específicos no sentido de assegurar o bem-estar das comunidades (PORTUGUEZ, 2010).

De modo geral, a perspectiva do desenvolvimento local em relação ao turismo (em especial em Unidades de Conservação), necessita de uma integração entre os agentes que dinamizam a atividade (turistas, comunidade receptora, e poderes público e privado), de modo a compatibilizar as condições físicas, ecológicas, econômicas e sociais das UC efetivadas por meio de um processo cíclico de planejamento e gestão pública com base na participação da comunidade que possibilite a instrumentalização dos moradores locais para gerenciar o turismo (HAMOY, 2018, p.77).

A inserção do turismo sustentável no planejamento dos destinos turísticos, seja ele em áreas protegidas ou não, devem adotar as diretrizes definidas pela OMT que estimulam o envolvimento de muitos atores no desenvolvimento desse processo “A cooperação entre todos esses parceiros é essencial para a conquista do turismo próspero e sustentável” (OMT, 2003, p. 33). Com a oportunidade de se realizar a visitação a áreas naturais, o turismo representa uma alternativa de geração de renda para os moradores locais e do entorno e de compreensão do sobre a importância de preservação da diversidade biológica, o que pode contribuir para o equilíbrio ambiental.

De maneira geral, a utilização de áreas protegidas para o turismo sustentável reflete algumas tendências globais, entre as quais o crescimento da consciência ambiental, em função dos níveis crescentes de degradação da base de recursos naturais, incluindo a destruição de ecossistemas de alta relevância no contexto da preservação da biodiversidade, e o processo de reencontro do homem com sua própria essência, abandonada pela sociedade de consumo (NELSON; PEREIRA, 2004, p. 71).

Assim, levando em consideração os apontamentos realizados pela OMT no ano de 2003, Pinto (2016, p. 86), afirma que a inserção de perspectivas relacionadas à sustentabilidade “devem perpassar a política de turismo, que determina a extensão e o modelo de desenvolvimento turístico, recaindo sobre o planejamento de nível local, ou seja, o plano estrutural dos atrativos e ainda os planos alternativos”.

(...) No Brasil, a incorporação da perspectiva do TS [Turismo Sustentável] nos planos de manejo das AP é uma prerrogativa desde meados dos anos 1980, embora, a maioria das AP brasileiras não disponha de planos de manejo elaborados, o que se mostrará nas seções posteriores (PINTO, 2016, p. 86).

Nesse sentido, o turismo em unidade de conservação é permeado pelo ideário da sustentabilidade, tendo como foco ou objetivo ideal de resguardo dos recursos naturais. Assim, é imprescindível viabilizar à população, seja ela local ou não, uma área que seja disponibilizada para o uso em atividades que promovam a “educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o Turismo ecológico” (BRASIL, 2000), sendo estas, ferramentas essenciais à conservação e preservação da natureza.

Como principais objetivos da gestão sobre o manejo e a visitação nas UC, Takahashi (2004), são necessárias a elaboração de estratégias para minimizar os prejuízos e maximizar os efeitos positivos dessa visitação. Que são alcançadas por meio da utilização de duas ferramentas indispensáveis, que são: o planejamento e a gestão pública.

Ao tratar sobre a atividade turística em UC, é comum encontrar - na literatura disponível - termos como “ecoturismo”, “turismo ecológico”, “turismo de natureza” entre outras inúmeras designações. Estes vocábulos baseiam-se no uso racional dos recursos naturais, isto é, a natureza sendo utilizada como produto a ser desfrutado pelo visitante/turista (HAMOY, 2018).

O Turismo deve viabilizar a promoção e a propagação de valores naturais, culturais e sociais de um local; a fim de ampliar as perspectivas da sociedade com o foco no desenvolvimento local. Compreende-se assim que o turismo em áreas naturais, como nas UCs - seja ele realizado por meio do ecoturismo e do TBC - já está acompanhado dos aspectos ambientais e sociais e das restrições quanto às possibilidades de realização dessa atividade.

3.3 O Turismo de Base Comunitária: suas contraposições ao Turismo de Massa

Como visto na sessão anterior, o turismo sustentável é uma atividade que deve ser desenvolvida em consonância e harmonia com meio ambiente e com as comunidades locais, de forma que estas se convertam em permanentes beneficiários e deixem de ser espectadoras

de todo o processo de desenvolvimento. Pois, o turismo quando delineado e ordenado dentro dos princípios da sustentabilidade “fortalece a cultura local e regional preservando a identidade social, fomentando a diversidade cultural das comunidades, grupos e regiões, com elevação da autoestima dos indivíduos/cidadãos” (BRASIL, 2007a).

As novas tendências mundiais fazem com que o turismo procure constantemente novos espaços e incorpore novos atrativos à sua oferta, para assim, atender as demandas. Nesse cenário, surgem inúmeros microempreendimentos familiares, cooperativos e comunitários que enriquecem a oferta turística nos âmbitos local, ao incorporarem “um turismo com selo próprio”, a partir de uma combinação de atributos singulares e originais (MALDONADO, 2009).

Para o turismo, o poder que o local pode exercer dentro da execução dessa atividade vem do argumento de adoção às políticas e programas que se fundamentam na descentralização administrativa e financeira (PINTO, 2016). Todavia, deve-se levar em consideração que as práticas em comunidades de porte pequeno nem sempre lograram o êxito esperado, segundo apontam as pesquisas realizadas por Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009). Conclui-se, que se faz necessário a busca de um modelo que se contraponha ao turismo de massa e que respeite as heranças culturais e tradições locais. Nessa contraposição da cadeia turística, surge o turismo denominado como turismo comunitário ou turismo de base comunitária (TBC), uma modalidade de turismo advinda das segmentações do turismo cultural ou etnoturismo²⁰, do ecoturismo²¹ e do agroturismo²².

O TBC, em seu escopo, propõe o desenvolvimento da atividade turística a nível local e concentrado nos recursos endógenos²³ das comunidades, ressalta e promove o potencial da conservação ambiental, da valorização da identidade cultural e da geração de benefícios para as comunidades receptoras. (HENRÍQUEZ; SAMPAIO, ZECHNER, 2008).

²⁰ **Etnoturismo:** O etnoturismo apresenta-se como alternativa para o desenvolvimento socioeconômico e conservação do meio ambiente. Tradições locais, histórias de vida, memórias e relação com o espaço constituem as bases e o atrativo para a atividade, uma vez que a associação entre conservação e turismo impõe-se como novo paradigma do desenvolvimento local (SILVA, S. J.; NUNES, A. G. A.; ROCHA, B. T, p. 249).

²¹ **Ecoturismo:** Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 2008a).

²² **Agroturismo:** Atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade, devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc.), a partir do ‘tempo livre’ das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa. (BRASIL, 2010a)

²³ **Endógeno:** adj. Que se forma no interior. Botânica. Diz-se de um elemento anatômico que se forma no interior do órgão que o engendra.

Protagonizado essencialmente pelas comunidades receptoras, a gestão de bens e serviços turísticos, fica por conta da própria vontade da comunidade (COSTA, 2013). Assim, oportuniza as comunidades locais, um meio de captação de renda, contudo mantendo diretamente das atividades primárias dessas populações (agricultura familiar, caça e pesca, extrativismo, etc.), pois a sua rotina e vivência são os principais atrativos oferecido ao público consumidor desta modalidade de turismo.

No meio científico e acadêmico, o TBC é analisado como a maneira do turismo relacionar-se com as comunidades locais receptoras, sendo utilizado como propósito de potencializar o seu capital social, por meio do compartilhamento de valores culturais, tradições, saberes etc. (IRVING, 2009). Dessa maneira, essa modalidade pode abranger ou se utilizar dos diversos segmentos do mercado turístico, para agregar valor a esse potencial local, que despontam como modelos alternativos à lógica tradicional do mercado turístico. (PINTO, 2016). “Tais modelos são baseados nos recursos endógenos que requerem conhecimento sobre a própria realidade, daí a importância da participação dos comunitários nos processos de elaboração e implementação dos planos, programas e projetos turísticos” (PINTO, 2016, p. 96).

Na literatura específica e programas oficiais de fomento, o TBC é apresentado como uma proposta fortemente associada ao turismo sustentável e ao desenvolvimento local (CORIOLANO, 2009; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009; IRVING, 2009). Nesse sentido, a atividade turística pode abrir novos leques de oportunidade de trabalho em conjunto de mão-de-obra familiar, contribuindo para o aumento da renda e para a melhoria das condições de vida da população local.

A discussão acerca do TBC no Brasil, por muitos anos trouxe enraizado consigo um sentido periférico, longe das tendências e demandas nacionais e internacionais. A partir da década 1990, do século XX, ocorreu uma movimentação de pesquisadores de várias regiões do Brasil, o que ocasionou em 1997, na Cidade de São Paulo, a realização do I Encontro de Turismo de Base Local (ENTBL). Posteriormente, debatido com a participação de movimentos sociais no I Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado em Fortaleza, em 2003 (HENRÍQUEZ; SAMPAIO, ZECHNER, 2008).

A partir dessas discussões, o TBC passou a ser interpretado, no país, como alternativa para inclusão social e de conservação ambiental. Posteriormente, no mercado, surgiram novas tendências do turismo, que modificou o perfil dos turistas, em busca de roteiros que abordavam as temáticas da responsabilidade social e ambiental (IRVING, 2009). Assim, levou as operadoras e agencias internacionais de turismo a promoverem destinos turísticos

menos convencionais, com novas experiências e descobertas para o “cidadão global”, que busca vivências e aprendizagem.

Estes encontros serviram para demonstrar o engajamento de pesquisadores e para viabilizar a consolidação de redes não formais de pesquisas. Além de possibilitar o desenvolvimento de pesquisas, projetos e publicações sobre a temática. Porém, Irving (2009) discorre que apesar de toda essa movimentação e pelo crescimento da demanda por fóruns dessa natureza, esta produção acadêmica permaneceu nos “bastidores” até recentemente. (FABRINO, NASCIMENTO E COSTA, 2016).

De acordo com Fabrino (2013), “Embora não haja uma definição amplamente aceita do TBC, a literatura específica considera, como elemento comum, a interpretação da comunidade como sujeito de seu próprio avanço, participando da concepção, desenvolvimento e gestão do turismo”. Assim, em 2008, o Ministério do Turismo (MTur) passou a reconhecer institucionalmente a existência do turismo de base comunitária, ao publicar um edital (MTur, n. 001/2008) voltado para o fomento a essas atividades.

Neste referido edital, o MTur define TBC da seguinte forma:

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizada pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (BRASIL, 2008b).

Várias instituições e pesquisadores, que trabalham com a temática em questão definiram e conceituaram TBC de acordo com suas demandas. Por exemplo, tem-se a Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM), que define o TBC como (TUCUM, 2008):

(...) aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária (TUCUM 2008).

O Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com o intuito de constituir um padrão representativo para o TBC, nas UCs brasileiras, na esfera federal, de acordo com princípios e diretrizes compatíveis com a conservação da biodiversidade, a salvaguarda da história e cultura das comunidades locais e o protagonismo comunitário desenvolveu um trabalho intitulado “*Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federal: Princípios e Diretrizes*”, lançado no ano de 2018. Esta publicação é orientada, principalmente, para gestores de unidades, o documento visa contribuir para o alcance dos objetivos do SNUC (BRASIL, 2018a). Assim, a publicação em seu escopo, define o TBC como:

Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (BRASIL, 2018a, p. 06).

Para Coriolano (2009, p. 282), o TBC se conceitua como “(...) aquele em que as comunidades de forma associativas organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo”. A autora enfatiza a ideia do TBC, como uma modalidade que visa além do que o ato de visitar atrações turísticas; essa modalidade busca oferecer aos visitantes a oportunidade de experimentarem a vida local como ela realmente é, e assim fortalecer a relação entre visitantes e residentes, por meio do processo de intercâmbio cultural, trocas de experiências, conhecimentos e saberes.

Segundo Pinto (2016, p. 97), esse modelo de turismo prevê a “elaboração de pactos internos entre os residentes para defesa de suas propriedades. Isto requer também o atendimento de princípios básicos com observação das implicações que o Estado representa, bem como das situações conflitantes de um mundo globalizado”.

Nesse contexto, para que o turismo ocorra no sentido de base local, é necessária a interação e cooperação entre os atores locais. Desse modo, a atividade turística ganha um novo foco, a sustentabilidade, e considera a conservação dos recursos naturais e culturais, o compromisso de desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras juntamente com os atores sociais em todas as etapas do planejamento, implementação e implantação dos projetos, gerando benefícios para a população local e sua autonomia no processo de decisão (IRVING 2009). Essa relação entre os atores sociais estabelece uma possibilidade de apresentar seus costumes, valores e sua história para a sociedade, e conseqüentemente agregar renda pela venda de seus serviços (MIELKE, 2009).

Vale ressaltar que o TBC não representa mais um segmento de mercado, e sim uma proposta de desenvolvimento para o turismo, apoiado em bases endógenas, que pode ser elaborada a partir de diversos segmentos. Logo, o TBC “(...) tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento” (IRVING, 2009, p. 111).

Beni (2006), considera que, para a prática turística seja bem planejada, é necessário à inclusão da comunidade local em todo o processo de desenvolvimento desta atividade. Assim,

as práticas do desenvolvimento endógeno apresentam-se como fortes instrumentos que devem ser utilizados no planejamento turístico. Para Beni (2006), o planejamento endógeno:

(...) visa atender às necessidades e demanda da população local por meio da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em relação à posição do sistema produtivo local na divisão nacional ou internacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local, o que leva à diferentes caminhos de desenvolvimento, conforme as características e capacidades de cada economia e sociedades locais (BENI, 2006, p. 78).

Figura 3: Premissas para o Desenvolvimento do TBC



Fonte: Dores, 2015; Irving, 2009

Coriolano (2009), afirma que para se iniciar o planejamento da atividade turística de cunho comunitário, se faz necessário:

(...) elaborar um pacto interno com todos os residentes em defesa de suas propriedades. Todos se comprometem com a preservação de suas terras, delas não se desfazendo, e aqueles que precisam de fato vendê-las submetem o negócio à apreciação da comunidade, que analisa quem é o comprador, verifica se ele pode ser um parceiro, e como pode ser feita a parceria. (...) os residentes exigem que este comprador se identifique com os objetivos da comunidade, mostrando que só assim tem sentido sua presença e de sua família no lugar (CORIOLANO, 2009, p. 38).

Outra questão a ser levantada para implantação dessa modalidade é o fator tempo, já que a comunidade terá que amadurecer seu conhecimento diante da temática do turismo de base comunitária, assim como os temas que o permeiam, como meio ambiente, sustentabilidade, cultura e sociedade, entre outros. Em que a comunidade terá que conhecer o básico deste segmento para as primeiras tomadas de decisões. A partir do conhecimento adquirido e de sua importância para comunidade, ela decidirá a favor ou contra essa opção para o desenvolvimento de sua localidade.

O MTur (BRASIL, 2010b), abalizou como princípios comuns ao TBC: a autogestão; o associativismo e cooperativismo; a democratização de oportunidades e benefícios; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando a apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

O ICMBio (BRASIL, 2018a), aponta onze princípios para implantação desse modelo de turismo alternativo:

1. Conservação da sociobiodiversidade: A conservação da natureza e a salvaguarda do patrimônio sociocultural local devem nortear as propostas de TBC.
2. Valorização da história e da cultura: O TBC deve ser capaz de desencadear um processo de reconhecimento, divulgação e valorização da história e cultura dos povos e comunidades locais e, quando necessário, envolver e estimular esses atores a compartilhar e a aprofundar o conhecimento sobre aspectos de sua história e memória coletiva.
3. Protagonismo comunitário: O TBC deve ser um modelo de desenvolvimento turístico com protagonismo comunitário no desenvolvimento das atividades e na tomada de decisões em todas as etapas do processo.
4. Equidade social: A partilha dos benefícios deverá ser de forma justa entre os atores envolvidos com a atividade, beneficiando, sempre que possível, a comunidade como um todo.
5. Bem comum: A solidariedade e a cooperação devem se sobrepor aos interesses pessoais.
6. Transparência: As informações ambientais, sociais e financeiras relacionadas ao TBC devem estar à disposição dos diferentes atores envolvidos (comunitários, gestores das UC, representantes da sociedade civil organizada e de instituições privadas) com a atividade.
7. Partilha cultural: O TBC deve proporcionar oportunidades de trocas de experiências, saberes e conhecimentos entre diferentes culturas e modos de vida, sempre que essas oportunidades forem de interesse da comunidade.
8. Atividade complementar: O TBC deve buscar ser complementar às demais atividades desenvolvidas pela comunidade, de forma a contribuir para a geração de renda e para o fortalecimento e valorização dos ofícios e modos de vida local.
9. Educação: O TBC deve ser concebido enquanto processo educativo para todos os envolvidos. As atividades oferecidas devem buscar proporcionar, tanto para o visitante quanto para as comunidades, experiências que estimulem os sentidos e a reflexão, contribuindo para o aprendizado e para o conhecimento do patrimônio natural e histórico-cultural existente nas UC e influenciando positivamente experiências futuras.
10. Dinamismo cultural: Os projetos de TBC devem buscar valorizar as culturas em sua dinâmica própria, problematizando as mudanças e as permanências junto ao visitante e habitante.
11. Continuidade: O TBC deve ser entendido como um processo contínuo que se adapte à transformação da realidade da comunidade, da UC e do mercado (BRASIL, 2018b, p. 06 e 07)

Partindo deste pressuposto, essa atividade turística não poderá ser imposta às comunidades, elas deverão decidir e tomar suas decisões sem nenhuma interferência externa, pois se não estiverem preparadas para assumir essa atividade, logo deixarão de lado, retomando às suas antigas atividades ou até mesmo vendendo suas propriedades. Assim, para Irving (2009), se a iniciativa não tiver motivação endógena e expressar o desejo dos grupos

sociais locais, ela certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local e nem contribuirá para o protagonismo social, condição essencial para esse tipo de turismo.

Já o ICMBio (BRASIL, 2018a), orienta algumas diretrizes para participação social e organização comunitária e para qualificação da experiência no TBC (Quadro 4 abaixo).

Com isso, o turismo de base comunitária é vinculado a uma proposta de desenvolvimento local capaz de contribuir para consolidação das dimensões da existência humana em sociedade, ou seja, do trabalho, do social, da política e da cultura, logo da vida em sociedade, o desenvolvimento turístico depende do saber endógeno para construção de elaboração do projeto, tendo as populações locais que participarem desde o planejamento, implementação, avaliação do projeto turístico até a efetivação do mesmo, garantindo assim a essência para a sustentabilidade e conservação do patrimônio natural e cultural.

O turismo comunitário, solidário e sustentável apresenta-se como estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação de biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioprodutivos e políticos de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços (SAMPAIO *et al.*, 2011, p. 27).

Esse turismo alterativo, representa uma abordagem de desenvolvimento, uma vez que promove novas oportunidades de desenvolvimento local focado no bem-estar local, cujas contribuições remetem a inclusão social (ALCANTARA E SAMPAIO, 2017).

Quadro 4 - Diretrizes para o TBC

Diretrizes para Participação Social e Organização Comunitária	Diretrizes para Qualificação da Experiência	Diretrizes para Gestão da UC
1. Considerar a manifestação de interesse da comunidade como fator precedente para a construção dos projetos de TBC.	1. Garantir condições apropriadas para que a comunidade seja protagonista na gestão do TBC, participando efetivamente da concepção, implantação e monitoramento da atividade.	1. Planejar e gerir o TBC em acordo com os objetivos de criação e os instrumentos de gestão previstos para cada categoria de UC, bem como com as demais normatizações vigentes e programas de manejo.
2. Avaliar o nível de organização social, formal ou informal, da comunidade para definir a estratégia para o estabelecimento de projetos de TBC.	2. Incentivar programas de formação e educação continuada voltados para os povos e comunidades, servidores do ICMBio, parceiros e demais atores envolvidos com o TBC.	2. Respeitar o zoneamento da UC e considerar os diagnósticos, as pesquisas científicas e os saberes locais para a identificação das potencialidades do TBC e para a definição de normas para a visitação.
3. Considerar como será a gestão comunitária do processo, a repartição dos benefícios, o tipo e a intensidade de interação que se deseja com os turistas e os possíveis impactos positivos e negativos da atividade aos seus modos de vida.	3. Integrar as ações educativas e de formação previstas no TBC com os conteúdos dos Programas de Educação Ambiental e Pesquisa da UC.	3. Adotar mecanismos para o monitoramento de impactos da visitação, incluindo ferramentas que permitam avaliar a gestão socioambiental, a satisfação do visitante e das comunidades receptoras, buscando o compartilhamento

		dos resultados aos atores envolvidos.
4. Garantir espaços e condições adequadas para a participação do conselho gestor da UC durante o processo de concepção, implantação, gestão e monitoramento do TBC.	4. Privilegiar a aprendizagem vivencial na construção do TBC, valorizando o aprender-fazendo.	4. Buscar metodologias que tenham por objetivo a diversificação de espaços, paisagens e propostas interpretativas, no intuito de enriquecer a experiência do visitante e das comunidades locais.
5. Integrar as ações propostas para o TBC com as demais atividades econômicas, modos de vida, saberes e cultura dos povos e comunidades envolvidos e com a realidade socioeconômica do entorno.		5. Os projetos de TBC nas áreas em sobreposição com territórios indígenas, quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais deverão reconhecer e considerar os instrumentos de gestão territorial próprios dessas áreas protegidas, garantindo a consulta prévia, livre e informada a esses povos.
6. Incentivar o serviço voluntário nas UC, visando a contribuição e participação da sociedade nas atividades do TBC.		6. Deve haver um compromisso com a conservação e proteção da Unidade de Conservação como um todo e não apenas das áreas diretamente visitadas.
7. Buscar parcerias com instituições públicas, privadas, da sociedade civil organizada, e de ensino e pesquisa para promover a implementação e manutenção das iniciativas de TBC.		7. Comunidades envolvidas com TBC devem, sempre que possível, colaborar com a gestão da UC. Esse apoio pode ser feito diretamente, com métodos de intervenção, recursos financeiros ou humanos e indiretamente por meio da educação ambiental de visitantes e comunidades.

Fonte: Adaptado de ICMBio (BRASIL, 2018a).

3.4 A Política Nacional do Turismo: Ações de Políticas Públicas voltadas para O Turismo de Base Comunitária

3.4.1 A Política Nacional do Turismo

A Política Nacional de Turismo aprovada pela Lei Nº 11.771 de 17 de setembro de 2008, define as atribuições do Governo Federal no âmbito do planejamento, desenvolvimento e estímulo do setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos. Esta lei, incumbe ao Ministério do Turismo (MTur) o estabelecimento de tal política, cabendo a instituição planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como

promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito nacional e internacional. (BRASIL, 2008c).

O Parágrafo único ratifica a importância atribuída ao MTur para mobilizar ações em prol do crescimento do turismo almejando o benefício social, e assim explana:

(...) O poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro (...) (BRASIL, 2008c).

O Artigo 4º, preconiza que tal política deve ser rígida em obedecer aos princípios da Constituição Federal que prega a livre iniciativa, a descentralização, a regionalização e do desenvolvimento socioeconômico de forma justa e sustentável. A Política Nacional de Turismo destaca-se por ter um conjunto de leis e normas voltadas para o planejamento e ordenamento do setor turístico nacional, além de abarcar em seu conteúdo, diretrizes, metas e programas que são previamente estabelecidos pelo Governo Federal, construindo assim o Plano Nacional do Turismo (PNT).

De acordo com o Artigo 5º a Política Nacional de Turismo tem por Objetivos:

I - democratizar e propiciar o acesso ao turismo no País a todos os segmentos populacionais, contribuindo para a elevação do bem-estar geral; [Grifo do Autor]

II - reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda;

III - ampliar os fluxos turísticos, a permanência e o gasto médio dos turistas nacionais e estrangeiros no País, mediante a promoção e o apoio ao desenvolvimento do produto turístico brasileiro;

IV - estimular a criação, a consolidação e a difusão dos produtos e destinos turísticos brasileiros, com vistas em atrair turistas nacionais e estrangeiros, diversificando os fluxos entre as unidades da Federação e buscando beneficiar, especialmente, as regiões de menor nível de desenvolvimento econômico e social; [Grifo do Autor]

V - propiciar o suporte a programas estratégicos de captação e apoio à realização de feiras e exposições de negócios, viagens de incentivo, congressos e eventos nacionais e internacionais;

VI - promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica; [Grifo do Autor]

VII - criar e implantar empreendimentos destinados às atividades de expressão cultural, de animação turística, entretenimento e lazer e de outros atrativos com capacidade de retenção e prolongamento do tempo de permanência dos turistas nas localidades;

VIII - propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural; [Grifo do Autor]

IX - preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística; [Grifo do Autor]

X - prevenir e combater as atividades turísticas relacionadas aos abusos de natureza sexual e outras que afetem a dignidade humana, respeitadas as competências dos diversos órgãos governamentais envolvidos; [Grifo do Autor]

XI - desenvolver, ordenar e promover os diversos segmentos turísticos;

XII - implementar o inventário do patrimônio turístico nacional, atualizando-o regularmente;

XIII - propiciar os recursos necessários para investimentos e aproveitamento do espaço turístico nacional de forma a permitir a ampliação, a diversificação, a modernização e a segurança dos equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às preferências da demanda, e, também, às características ambientais e socioeconômicas regionais existentes; [Grifo do Autor]

XIV - aumentar e diversificar linhas de financiamentos para empreendimentos turísticos e para o desenvolvimento das pequenas e microempresas do setor pelos bancos e agências de desenvolvimento oficiais;

XV - contribuir para o alcance de política tributária justa e equânime, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, para as diversas entidades componentes da cadeia produtiva do turismo;

XVI - promover a integração do setor privado como agente complementar de financiamento em infra-estrutura e serviços públicos necessários ao desenvolvimento turístico;

XVII - propiciar a competitividade do setor por meio da melhoria da qualidade, eficiência e segurança na prestação dos serviços, da busca da originalidade e do aumento da produtividade dos agentes públicos e empreendedores turísticos privados;

XVIII - estabelecer padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços por parte dos operadores, empreendimentos e equipamentos turísticos; [Grifo do Autor]

XIX - promover a formação, o aperfeiçoamento, a qualificação e a capacitação de recursos humanos para a área do turismo, bem como a implementação de políticas que viabilizem a colocação profissional no mercado de trabalho; [Grifo do Autor] e

XX - implementar a produção, a sistematização e o intercâmbio de dados estatísticos e informações relativas às atividades e aos empreendimentos turísticos instalados no País, integrando as universidades e os institutos de pesquisa públicos e privados na análise desses dados, na busca da melhoria da qualidade e credibilidade dos relatórios estatísticos sobre o setor turístico brasileiro.

Parágrafo único. Quando se tratar de unidades de conservação, o turismo será desenvolvido em consonância com seus objetivos de criação e com o disposto no plano de manejo da unidade. [Grifo do Autor] (BRASIL, 2008c)

Entre os objetivos relacionados acima do artigo 5º, da Política Nacional de Turismo, debruçamo-nos sobre alguns itens que representam importância considerável para servir de parâmetro na análise do estudo aqui proposto; dentre estes objetivos destacamos os incisos II, IV, VI, VIII, IX e o Parágrafo único. No inciso II, observamos a atribuição eleita ao turismo de fomentar a criação de emprego, trabalho e renda. O inciso IV, tem o foco no estímulo para atração de turistas para o consumo dos produtos turísticos, principalmente para “as regiões de menor nível de desenvolvimento econômico e social”.

O inciso VI, destaca-se a promoção, descentralização e regionalização do turismo, tendo como objetivo o protagonismo municipal para que cada um proponha e planeje seu espaço para a realização do turismo, desenvolvendo o protagonismo local. No inciso VIII, aborda a

importância de se atrelar a sustentabilidades à atividade do turismo, principalmente aquelas realizadas em áreas naturais, para que seja embutida a consciência da conservação ambiental

No inciso IX, traz a importância de se estabelecer o respeito as populações tradicionais e da preservação da identidade cultural dessas comunidades que possam ser afetadas com a atividade turística. O Parágrafo único do Art. 5º, traz uma importante referência a essa pesquisa, pois é tratado a importância de se existir consciência quando se pensa em ações do turismo para dentro de uma UC, porque se deve adequá-las dentro das preposições de uso baseado em seu Plano de Manejo, ou mais especificamente no seu Plano de Uso Público. Deve-se, também, considerar as normas e critérios estabelecidos no SNUC, seguindo as normas legais de procedimentos para que não haja prejuízos à UC.

3.4.2 O Plano Nacional de Turismo 2018-2022.

O Plano Nacional de Turismo (PNT) representa o conjunto de diretrizes, metas e ações que norteiam a atuação do MTur e de outros setores da gestão pública. O PNT será elaborado pelo Ministério do Turismo, ouvindo os segmentos públicos e privados interessados, inclusive o Conselho Nacional de Turismo, e aprovado pelo Presidente da República, tendo um período de renovação de 4 em 4 anos, tem como intuito a promoção da (BRASIL, 2008c):

- I - a política de crédito para o setor, nela incluídos agentes financeiros, linhas de financiamento e custo financeiro;
- II - a boa imagem do produto turístico brasileiro no mercado nacional e internacional;
- III - a vinda de turistas estrangeiros e a movimentação de turistas no mercado interno;
- IV - maior aporte de divisas ao balanço de pagamentos;
- V - a incorporação de segmentos especiais de demanda ao mercado interno, em especial os idosos, os jovens e as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, pelo incentivo a programas de descontos e facilitação de deslocamentos, hospedagem e fruição dos produtos turísticos em geral e campanhas institucionais de promoção;
- VI - a proteção do meio ambiente, da biodiversidade e do patrimônio cultural de interesse turístico;
- VII - a atenuação de passivos socioambientais eventualmente provocados pela atividade turística;
- VIII - o estímulo ao turismo responsável praticado em áreas naturais protegidas ou não;
- IX - a orientação às ações do setor privado, fornecendo aos agentes econômicos subsídios para planejar e executar suas atividades; e
- X - a informação da sociedade e do cidadão sobre a importância econômica e social do turismo.

Parágrafo único: O PNT terá suas metas e programas revistos a cada 4 (quatro) anos, em consonância com o plano plurianual, ou quando necessário, observado o interesse público, tendo por objetivo ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo (BRASIL, 2008).

O primeiro Plano Nacional de Turismo foi desenvolvido no mesmo ano de criação do Ministério do Turismo, em 2003. O primeiro aglutinou o período de 2003 a 2007, e tinha com foco as diretrizes, metas e programas que deveriam ser planejados e implementados em âmbito nacional. O segundo, que corresponde ao período de 2007 a 2010, trazia a perspectiva de expansão e fortalecimento do mercado interno, com especial ênfase na função social do turismo. Já o terceiro, de 2013 a 2016, enfocou na regionalização da atividade turística e, pela primeira vez, primou pela segurança. Por fim, o quarto (2018 a 2022), que visa fortalecer a cadeia de emprego e de melhorar a distribuição de renda.

O Artigo 7º, da Política Nacional de Turismo atribui ao MTur e os demais órgãos e entidades integrantes da administração pública, promulgará, anualmente, relatórios, estatísticas e balanços, para consolidar e divulgar dados e informações sobre: I - movimento turístico receptivo e emissivo; II - atividades turísticas e seus efeitos sobre o balanço de pagamentos, e; III - efeitos econômicos e sociais advindos da atividade turística (BRASIL, 2008c).

Assim, de acordo com a determinação do Artigo 6º, da Política Nacional de Turismo, sancionado o Decreto Nº 9.791 de 14 de maio de 2019, aprova o novo Plano Nacional de Turismo, referente ao período de 2018-2022, com o objetivo de ordenar as ações governamentais e de orientar a atuação do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo nacional (BRASIL, 2019b).

Portanto, de acordo com Artigo 2º do PNT, as metas globais de 2018-2022 são:

- I - aumentar a entrada anual de visitantes internacionais no País, de seis milhões e quinhentas mil pessoas para doze milhões de pessoas;
- II - aumentar a receita gerada pelos visitantes internacionais no País, de US\$ 6.500.000.000,00 (seis bilhões e quinhentos milhões de dólares) para US\$ 19.000.000.000,00 (dezenove bilhões de dólares);
- III - aumentar o número de viagens de turistas brasileiros pelo País, de sessenta milhões de pessoas para cem milhões de pessoas; e
- IV - aumentar o número de vagas para empregos no setor de turismo, de sete milhões para nove milhões (BRASIL, 2019a)

Dessa forma, o PNT é estruturado com base nas linhas de atuação do turismo, nas iniciativas referentes a cada linha e suas respectivas estratégias para alcançar o que é proposto: “modernizar e desburocratizar o setor; ampliar investimentos e o acesso ao crédito; estimular a competitividade e inovação; investir na promoção do destino Brasil interna e internacionalmente e na qualificação profissional e dos serviços; e fortalecer a gestão descentralizada e a regionalização do turismo” (BRASIL, 2019a).

3.4.3 Ações Estaduais de Turismo que confluem com as Prerrogativas do PNT.

Seguindo as orientações da política de desenvolvimento do turismo nacional, a

Secretaria de Estado de Turismo do Pará (SETur) adota e direciona suas ações de planejamento de acordo com as orientações do PNT. A política estadual de turismo trabalha para dar forma concreta à meta de desenvolvimento e fortalecimento do setor; e definiu um planejamento estratégico, intitulado Plano Ver-o-Pará que visa sustentar o trabalho do setor como política pública capaz de gerar desenvolvimento com sustentabilidade e justiça social.

O plano "Ver-o-Pará", ponto estratégico de Turismo, elaborado para nortear a política pública de investimento do setor turístico, para colocar o Estado como um destino turístico prioritário nos cenários regional, nacional e internacional. Visa estimular a vocação natural do Pará, da sua história, da sua cultura e do seu meio ambiente que são importantes insumos para o desenvolvimento econômico e social, baseado nos pressupostos da sustentabilidade. Esse é um instrumento fundamental e importante no conjunto das ações que se destinam a elevar a qualidade de vida e reduzir as desigualdades entre o povo paraense.

Desta forma, o "Ver-o-Pará" é a ferramenta básica de trabalho, para a política pública do turismo, desenvolvida pela SETur. O plano foi elaborado no ano de 2011, e utilizou metodologia internacional de planejamento estratégico, aplicada com sucesso em vários destinos e países da América Latina e no mundo. Contempla três fases: FASE I - análise da situação atual do turismo no Pará, no contexto nacional e mundial; FASE II - uma proposta do planejamento estratégico, decorrente das conclusões da análise da situação atual; FASE III - elaboração de dois planos operacionais, que definem as atuações necessárias para colocar em prática as linhas estratégicas geradas durante a etapa anterior (PARÁ, 2011).

Assim, o desenvolvimento do ordenamento turístico do Estado acontece por meio de divisão das regiões paraenses por polos. Em 1990, a então Companhia Paraense de Turismo (Paratur), elaborou o zoneamento turístico do Estado e determinou quatro (4) polos de desenvolvimento setorial (Costa Atlântica, Tapajós, Marajó e Araguaia-Tocantins), antecipando em mais de 10 anos os princípios do Programa de Regionalização do Ministério²⁴ do Turismo. No plano elaborado em 2001, houve o desmembramento de um polo e a criação de mais um, delimitando os atuais 6 (seis) polos turísticos do Pará (Belém, Amazônia Atlântica, Marajó, Araguaia-Tocantins, Tapajós e Xingu) (PARÁ, 2011), conforme apresentado na figura 4 abaixo.

²⁴ O Programa de Regionalização do Turismo (PRT) surgiu em 2003, com a Criação do MTur e vem sendo contemplado em todos os PNT desenvolvidos desde então. Nesse sentido, a regionalização apresenta-se como um instrumento da política pública de turismo, para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada. O PRT sugere a promoção da atividade turística de forma regionalizada, focada no planejamento coordenado e participativo, integrando os diferentes atores públicos, privados e da sociedade civil. Além de promover a delimitação geográfica em regiões turísticas, define estratégias e gestão para integração e articulação da cadeia produtiva regional. A dinâmica regional (BRASIL, 2019c)

Levando em consideração o objeto desta pesquisa, daremos foco ao Polo Amazônia Atlântica, pois é onde ele se localiza. O Polo Amazônia Atlântica é formado por municípios da Região de Integração Guamá, da Região de Integração Capim e da Região de Integração Caeté. São no total 49 (quarenta e nove) municípios que reúnem vários atrativos turísticos dessas regiões. O polo está localizado no nordeste paraense, e corresponde a faixa do litoral Atlântico do Estado que é protegida da descarga das águas barrentas do rio Amazonas e pela vazão do rio Pará; constituindo-se na maior e mais estruturada área turística de sol e mar da Amazônia Brasileira. (PARÁ, 2016a)

Figura 4: Polos Turísticos do Pará



Fonte: PARÁ, 2011.

A Região de Integração Guamá é formada pelos municípios de: Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Domingos de Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá, Terra Alta Vigia e São Caetano de Odivelas – município este que desenvolvemos o trabalho de investigação deste trabalho (PARÁ, 2016a).

Já a Região de Integração Capim têm-se os municípios de: Aurora do Pará, Abel Figueiredo, Capitão Poço, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Irituia, Ipixuna do Pará, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Ulianópolis, Bujaru, Concórdia do Pará e Tomé-Açu. Na Região de Integração Caeté encontram-se os municípios

de: Augusto Corrêa, Bragança, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua, Viseu, Santa Luzia do Pará, Bonito e Cachoeira do Arari (PARÁ, 2016a).

O Polo Amazônia Atlântica conta com estrutura turística, gera demanda e é reconhecido como destino consolidado no mercado do Pará e dos estados fronteiriços, sendo a praia de mar a principal motivação do turista que frequenta a região. Nesse sentido, São Caetano de Odivelas, destaca-se nesse polo turístico pelo seu potencial com a pesca esportiva, esta atividade é apontada como alternativa para ampliar o fluxo turístico do município, além de possuir várias praias e igarapés (PARÁ, 2016a). A cultura, também, é um diferencial nessa cidade; os festejos religiosos e folclóricos (boi de máscaras e bandas de fanfarras) contam um pouco do histórico de formação do local e da expressividade da pesca na vida de seus moradores. O patrimônio ambiental apresenta peculiaridades: o encontro da Floresta Amazônica, dos mangues e dos rios criam um cenário próprio, com características específicas. Mais a diante, especificaremos melhor a estrutura turística de São Caetano de Odivelas.

Figura 5: Localização do Polo Amazônia Atlântica.



Fonte: Adaptado de PARÁ, 2016a.

3.4.4 Políticas Públicas Nacionais e Estaduais que estimulam o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária

Sobre o Turismo de Base Comunitária, as discussões e ações para essa modalidade de gestão do turismo, entraram em voga no cenário nacional após o lançamento do PNT (2007-

2010) em que se deu o entendimento da necessidade de prover ações estratégicas de inclusão social e participativa nas políticas públicas de turismo. Nesse sentido, o TBC desponta como uma ferramenta importante de diversificação da oferta turística brasileira, pois é capaz de proporcionar o desenvolvimento local (BRASIL, 2006b).

Em 2008, o MTur lança um Edital para Chamada Pública em Turismo nº 001/2008 de Projetos de TBC que promoviam a inserção destas iniciativas na economia de mercado, com base nos princípios da economia solidária. Os objetivos do edital são: 1) fomentar as iniciativas existentes organizadas e/ou identificadas como de Turismo de Base Comunitária (TBC); e 2) apoiar projetos de TBC, para o fortalecimento de roteiros segmentados, com foco no território para o desenvolvimento local e inclusão social, qualificação, certificação, apoio à produção associada ao turismo e desenvolvimento local/inclusão social.

Tal iniciativa recebeu mais de 500 propostas, sendo que a intenção do MTur era de selecionar de 10 a 15 projetos, distribuídas nas cinco macrorregiões do Brasil, demonstrando que o TBC está ganhando força com iniciativas em todas as regiões do país. Porém, o número de projetos enviados foi surpreendente, o que fez o ministério ampliar para 50 o número de projetos escolhidos, no total foram escolhidos 43 projetos, que receberam o investimento de 7 milhões de reais para o desenvolvimento desses projetos (BRASIL, 2010).

Dos 50 (cinquenta) projetos selecionados pelo edital, 6 (seis) localizam-se na Região Norte. Foram escolhidos 2 (dois) projetos no Estado do Amazonas, 3 (três) projetos no Estado do Pará e 1 (um) projeto no Estado de Tocantins. Os projetos, abaixo, apresentam as possibilidades de TBC proporcionar atividades e experiências a serem vivenciadas pelo, demonstrando que a modalidade tem espaço para crescer. (Verificar no final desta seção o quadro 5, com as informações dos projetos selecionados na Região Norte).

Dando continuidade as propostas de políticas públicas para o TBC, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), em acordo com MTur, desenvolveu desde o início do ano de 2011, o *Programa de Mobilização do Turismo Local (MOB - Turismo Local)*, com o propósito de incrementar iniciativas de Turismo de Base Local, Base Comunitária e da Produção Associada ao Turismo nas 12 (doze) cidades sede da Copa do Mundo de 2014, e destinos indutores do turismo selecionados. Tornando-os iniciativas de produtos turísticos bem estruturados e adequados ao consumo e visitação na realização da Copa do Mundo (IBAM, 2019).

O MOB focou nos projetos de Produção Associada ao Turismo, Turismo de Base Comunitária e os de Turismo de Base Local. Estes projetos buscavam a inclusão econômica e social, valorização do acervo cultural das localidades, bem como a diversificação da oferta

turística e aumento da competitividade dentro das diretrizes de desenvolvimento sustentável.

Os objetivos gerais do Programa são:

- Induzir a melhoria dos roteiros, produtos e serviços turísticos da Produção Associada ao Turismo e do Turismo de Base Comunitária, por meio da adequação e qualificação dos produtos e serviços relacionados com os destinos das cidades sedes dos jogos da Copa do Mundo e entorno;
- Promover inovações na formatação e oferta de produtos e serviços da Produção Associada ao Turismo e Turismo de Base Comunitária;
- Inserir produtos associados com diferencial competitivo e sustentável na cadeia produtiva do turismo;
- Implementar produtos turísticos que tenham como principal atrativo sua produção associada ou a base comunitária (IBAM, 2011).

Segundo Dores (2015, p. 31), o desenvolvimento de políticas públicas para o TBC encontra-se da seguinte forma:

O cenário de ações voltadas ao TBC pelo governo federal ainda é considerado pequeno, uma vez que ainda não há um plano, programa ou projeto que priorize esse modelo de turismo. As ações governamentais ainda encontram-se pontuais nos departamentos de secretarias nacionais ou ministérios, ainda focados em apoio a experiências de projetos de TBC.

No que concerne às políticas adotadas no Estado do Pará, não há nenhum projeto ou programa específico par o desenvolvimento do TBC. Porém, o estado destaca-se nesse cenário por possuir um admirável acervo de bens, manifestações tradicionais e expressões culturais. De acordo com informações disponibilizadas pela SETur, tal acervo conta com um conjunto arquitetônico com bens tombados pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que estão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas, destacando-se: Santarém, Belterra, Bragança, Vigia de Nazaré, Belém, entre outras. Os festejos culturais e religiosos também se destacam nesse sentido, porém, ainda não estão estruturados e formatados como produtos turísticos específicos (PARÁ, 2016b).

Já no que abrange os atrativos naturais, a atividade turística é realizada, principalmente, em áreas protegidas – Terras Indígenas (TI) e UC. Destacam-se as UC da Região Metropolitana de Belém, como o Combu e o Parque Estadual do Utinga, sendo este último considerado o novo ponto turístico.

No Plano Estratégico Ver-o-Pará (2012-2020), traz em sua missão e visão de futuro o estabelecimento do estado como destino líder da região Amazônica, por meio do uso sustentável dos recursos naturais, culturais e históricos os quais podem ofertar ao turista uma experiência única com conforto e segurança (PARÁ, 2011). Assim, Dores (2015, p.34), analisa tais aspectos contidos nesses itens do plano e considera:

(...) é possível fazer considerações favoráveis ao TBC e supor ações estratégicas voltadas para este fim no plano. Todavia, o documento não contempla metas específicas para o TBC, a abordagem está, em grande parte, voltada para ações de comercialização, estruturação de produtos, perfil da demanda, mercados potenciais,

criação e valorização da marca Pará (...). O Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará indica que o Estado (...) conta com recursos de grande potencial, desde os naturais (rios, ilhas, lagos, praias, floresta amazônica, flora e fauna, etc...) até os culturais (patrimônio histórico, arquitetônico, arqueológico, artístico e monumental, numerosas etnias indígenas e quilombos, artesanato, folclore, festivais, gastronomia, etc.) (...). Reconhecendo, no entanto, que os produtos são pouco diversificados, dado as fragilidades na área de infraestrutura e incentivo. Faltando planos e projetos que permitam e possibilitem o aproveitamento dos recursos disponíveis.

Nesse sentido, apoiar as iniciativas de TBC em nível estadual e nacional, é de suma importância, pois assim, será possível identificar os desafios e as potencialidades de tal modalidade de gestão do turismo e de contribuir para a diversificação da oferta turística brasileira, associada ao desenvolvimento local com a geração de trabalho e renda.

Quadro 5 - Projetos Selecionados pelo Edital de TBC do MTur/2008.

Projetos de TBC implantados na Região Norte		
Estado	Projeto	Descrição
Amazonas	Projeto: Fortalecendo o TBC na Resex do Rio Unini Proponente: Fundação Vitória Amazônica – FVA	Destino de pesca esportiva procurado por brasileiros e estrangeiros, Barcelos também é palco de eventos culturais, entre os quais se destacam danças, bois-bumbás e quadrilhas. Para o turista que busca aliar a descoberta da Amazônia à vivência com a comunidade e conservação da natureza, Barcelos possibilita atividades como passeios de barco no Rio Negro com os ribeirinhos e compras de artesanato de fibras naturais, entre outras.
	Projeto: TBC no baixo Rio Negro: Bases para o Desenvolvimento Socioambiental Proponente: Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE	Inserida no Corredor Ecológico Central da Amazônia, maior área de proteção ambiental contínua do mundo, a região do baixo Rio Negro oferece visitas às comunidades caboclas e indígenas, nas quais é possível interagir com o cotidiano dessas populações.
Pará	Projeto: Ecoturismo de Base Comunitária no Polo Tapajós Proponente: Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e ambiental – Projeto Saúde e Alegria	Os roteiros turísticos oferecidos na região têm duração de 5 a 10 dias e os visitantes, hospedados nos barcos ou nas casas dos moradores, participam de atividades nas comunidades interagindo com a cultura ribeirinha cabocla, remanescente de quilombolas e comunidades indígenas, nas quais a tradição oral é passada há gerações.
	Projeto: VEM – Viagem Encontrando Marajó Proponente: Associação das Mulheres do Pesqueiro – Asmupesq	A praia do Pesqueiro está localizada na Reserva Extrativista Marinha do Soure, área em que predominam os ecossistemas de manguezais. Na região o visitante tem a oportunidade de compartilhar um pouco do dia-a-dia dos habitantes em hospedagens domiciliares na Vila do Pesqueiro. A pesca artesanal, o extrativismo da andiroba, o artesanato típico, a culinária e as danças típicas, como carimbó e lundu, são outros atrativos que a região oferece.
	Projeto: Ecoturismo de Base Comunitária entre Praias e Igarapés –	O visitante que chega a Curuçá tem a possibilidade de realizar trilhas entre praias e

	<p style="text-align: center;">Curuça (PA)</p> <p style="text-align: center;">Proponente: Instituto Peabiru</p>	<p>igarapés e visitar casas de farinha, sempre em conjunto com a comunidade. Pode conhecer também a Praia da Romana, primeira praia de mar aberto após a Foz do Rio Amazônia. Esta praia é habitada somente por pescadores, que contam suas histórias. Durante a noite, é possível assistir a apresentações de carimbó.</p>
Tocantins	<p>Projeto: Plano de Apoio ao Turismo de Base Comunitária em Taquaraçu</p> <p style="text-align: center;">Proponente: Prefeitura Municipal de Palmas</p>	<p>A região de Taquaraçu atrai visitantes que procuram o turismo de aventura, segmento no qual se destaca. O município possui restaurante de comida caseira e meios de hospedagens, além de uma Casa do Artesão com artigos típicos da região.</p>

Fonte: Adaptado de MTur (BRASIL, 2008).

3.5 O Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação no Brasil

O turismo concebe um elemento contemporâneo, complicado e plurifacetado, que abarca inúmeras dimensões: econômica, social, ambiental, ética e política. (BRASIL 2019). Para os povos e comunidades residentes no interior ou entorno das UC, a vontade de desenvolver atividades de turismo, cresceu significativamente, assim como inseri-lo efetivamente nas ações de visitação realizadas ou previstas para essas áreas protegidas (BRASIL, 2018b). “É consenso entre os autores que a prática da atividade turística em Unidades de Conservação pode ser importante ferramenta na conservação da biodiversidade, se planejada sob as bases da sustentabilidade” (DUTRA 2017, p. 272)

Assim, muitos gestores de UC, principalmente de nível federal, passaram a considerar a inclusão desses atores como uma importante ferramenta e um meio para fortalecer os programas de visitação. Diversificando e agregando valor as atividades desenvolvidas à experiência dos visitantes, bem como, tornam-se um caminho para aproximar esses moradores da gestão das UC e, também, por incrementar a renda dos mesmos, aumentando o apoio local a estas áreas protegidas (BRASIL, 2018b).

Nessa perspectiva, a proposta de TBC em articulação às UCs, adquiriu-se cada vez mais visibilidade como uma alternativa de turismo, alicerçada em bases sustentáveis e corroborando com o compromisso ético social. A essa nova modalidade ou maneira de gerir o turismo é sempre recorrente as temáticas como: inclusão social, participação comunitária qualitativa, empoderamento social, construção de políticas públicas, uso de tecnologia social, educação ambiental para construção de um novo paradigma dessa atividade a partir do TBC (DUTRA, 2017). O TBC tem sido considerado uma estratégia para a redução da pobreza e para promover impactos sociais e ambientais positivos, com diferentes experiências, no

âmbito das políticas públicas de diversos países e no Brasil (BARTHOLO; SANZOLO; BURZSTYN, 2009).

O TBC surge, no planejamento turístico, como um acesso possível para a “inclusão econômica e social de grupos vulneráveis e, também, para a conservação da biodiversidade e para a valorização dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais” (BRASIL 2019b, p.16). Por via de regra, os “donos da casa”, isto é, os moradores do local, deliberam os serviços e os produtos que serão oferecidos e, também, conduzirão todo o processo de organização e operação de tal projeto, desde sua formulação até o momento da implementação. Bursztyn (2012, p. 71) ressalta, “a participação social das populações locais em todas as etapas do processo de desenvolvimento turístico se configura como essencial para o sucesso dessas iniciativas”.

Por essa perspectiva, as iniciativas de TBC reafirmam a importância das alternativas endógenas e do protagonismo social local nos processos de planejamento e desenvolvimento turístico, em articulação à gestão de Unidades de Conservação. Parte-se, assim, do pressuposto que as populações locais são essenciais ao processo de conservação da biodiversidade como parceiras da gestão pública. (BRASIL 2019b, p. 16)

Autores como Bartholo, Cipolla e Bursztyn (2009), afirmam que os serviços de TBC são delineados e projetados pelos próprios moradores locais que, de maneira informal e colaborativa, e com utilização de recursos próprios, deliberam os detalhes dos serviços. Da mesma maneira, o desenvolvimento turístico em UC, inspira-se na premissa de bases sustentáveis, seguindo a legislação vigente, pode torna-se um importante instrumento de inclusão social e para a afirmativa dos direitos de povos e populações tradicionais, atrelada as políticas públicas de proteção da natureza. (BRASIL 2019b). “O Turismo de Base Comunitária (TBC) pode ser um colaborador nesse processo, ou seja, **uma estratégia a mais para comunicar à sociedade os valores ambientais, sociais e culturais das UC**” (BRASIL 2019b, p. 25).

Questões como o protagonismo comunitário, a oportunidade de experiência entre culturas distintas e a partilha dos benefícios advindos da visitação entre os membros da comunidade são ressaltadas no TBC. Nesse sentido, o TBC pode contribuir como o aumento do apoio às áreas protegidas “A atividade pode contribuir para diversificar e enriquecer os programas de uso público, além de incrementar a renda e a **qualidade de vida das comunidades**, aproximando-as positivamente da gestão das Unidades de Conservação” (BRASIL 2019b, p. 25 e 26).

(...) nesse processo, os visitantes são convidados a participar de algumas atividades que compõem o cotidiano do anfitrião, de modo que a relação estabelecida com o visitante tende a ser “não anônima”, ou seja, uma “interação face a face”, baseada na

troca de conhecimentos, saberes e experiências. (BOTELHO E RODRIGUES, 2016. p.291)

Para o ICMBio (BRASIL,2019b), quando se fala em TBC é importante destacar os princípios e diretrizes que norteiam a atividade, bem como o potencial do mesmo para:

- a) fortalecer o protagonismo e a organização social das comunidades do interior e entorno das UC federais; b) complementar a renda dessas famílias, que muitas vezes se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social; c) integrar as comunidades à gestão da UC, transformando conflitos socioambientais históricos em oportunidades para a conservação; d) valorizar e salvaguardar o patrimônio cultural dos povos locais, através de ações de divulgação desses bens e referências culturais junto à sociedade, mas também a partir de processos que levem as próprias comunidades a valorizarem a sua história e cultura; e) destacar os desafios e evidenciar aspectos que as comunidades devem ficar atentas na hora da comercialização dos roteiros de TBC (BRASIL, 2019b, p. 55 e 56).

Bursztyn e Sansolo (2010), em seus estudos analisaram algumas iniciativas de TBC. Os autores apontam que 54% dos projetos dessa modalidade são realizados no interior ou no entorno de Unidades de Conservação, e que se faz necessário “à compreensão das iniciativas de TBC se desenvolvem em tais áreas, assim como os arranjos institucionais são estabelecidos para tal” (BOTELHO E RODRIGUES, 2016. p.282).

Mesmo desenvolvido o TBC de maneira incipiente nas Reservas Extrativistas (um modelo de gestão particularmente brasileiro), ressalta-se um movimento de contracultura nesse universo avassalador do turismo de massa que se apresenta insustentável na atualidade, corroborando com as palavras de Zaoual (2008) quando diz “que [o turismo de massa] privilegia o lucro imediato e a grande escala, destruindo assim a qualidade relativa dos sítios turísticos” (ZAOUAL, 2008, p. 3 – grifos nossos). Inclui-se a apreensão do patrimônio natural enquanto atrativo e produto mercadológico. (DUTRA, 2017, p. 272)

(...) o TBC pode ser uma possibilidade efetiva de trabalhar a visitação pública nas UC, com ganhos à conservação das áreas naturais protegidas, às comunidades e aos visitantes. No entanto, (...) muitos desafios permeiam a atividade, por isso a importância de fomentar capacitações em temas relevantes às diferentes realidades locais, assim como estabelecer e fortalecer o diálogo com os diferentes atores com experiência no tema. (...) (BRASIL, 2019, p.110).

Nesse sentido, vislumbra-se a possibilidade de se implementar o TBC na RESEX-Mar Mocapajuba, pois a UC conta com uma rica área natural e um arcabouço cultural muito forte. Além de ter na pesca a principal ferramenta de sobrevivência de suas comunidades. Essa prática tradicional destaca-se como atrativo turístico da região e que atrai muitos visitantes, tendo em vista que a RESEX se encontra inclusa no território do Município de São Caetano de Odivelas, celebrenemente conhecido como “a Terra do Caranguejo”.

Abaixo segue quadro 6, com as experiências de TBC em UC Federal, geridas pelo ICMBIO, tais experiências estão disponíveis na publicação “Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: caderno de experiências” lançado em 2019, pelo instituto. Reúne o aprendizado de 13 UC federais que trabalham iniciativas de TBC.

Quadro 6 - Experiências de TBC em UCs Federais no Brasil

Experiência de TBC em UCs Federais no Brasil	Informação da UC
Área de Proteção Ambiental (APA) de Petrópolis	Criada em 1982, em Petrópolis/Rio de Janeiro, para a conservação da Mata Atlântica e do conjunto paisagístico-cultural da região serrana do Rio. O TBC veio como uma aposta para incrementar a renda dos moradores do Quilombo da Tapera e dar possibilidades de trabalho no próprio território. O projeto tem um olhar para a construção e socialização do acervo de conhecimentos e memórias da comunidade: uma oportunidade para as lideranças jovens conhecerem uma história que lhes foi muitas vezes negada em virtude do preconceito.
Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapi-Mirim	Protege, desde 1984, os mangues da Baixada Fluminense, no recôncavo da Baía de Guanabara/Rio de Janeiro, assegurando a sobrevivência das comunidades que vivem de seus recursos naturais. Inserida em um contexto de grande pressão pela instalação de empreendimentos industriais e imobiliários, a UC aposta no TBC, e em capacitações voltadas à atividade, como uma forma de gerar renda e apoiar as comunidades em situação de vulnerabilidade social.
Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu	Criada em 1983 e localizada em Paraty/Rio de Janeiro, a UC protege o ambiente natural e as paisagens da Mata Atlântica e da Serra do Mar, além dos sistemas hidrológicos e das comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas. Está inserida em um contexto de grande especulação imobiliária e pressão turística. Com forte protagonismo, as comunidades criaram uma rede de TBC para difundir e salvaguardar o seu patrimônio cultural.
Parque Nacional (PARNA) da Chapada Diamantina	Mistura de Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica. Criado em 1985, resguarda a Serra do Sincorá na Bahia. Considerado pelo Ministério do Turismo (MTur), em 2010, como o principal roteiro de ecoturismo do Brasil. O TBC surge como uma forma de viabilizar produtos turísticos que integrem os atrativos naturais do Parque Nacional da Chapada Diamantina e do Parque Natural Municipal de Andaraí com os atrativos histórico-culturais de comunidades de assentados de reforma agrária de Itaetê, contribuindo para a qualidade de vida e autoestima dessas comunidades.
Parque Nacional (PARNA) do Pico da Neblina	Criado em 1979 e localizado no Estado do Amazonas. O parque tem sobreposição com outras áreas protegidas, incluindo quatro terras indígenas. O TBC aparece como um aliado na transformação de conflitos históricos em oportunidades cooperativas de atuação conjunta entre a UC e a comunidade indígena. A atividade é uma alternativa para melhorar a qualidade de vida dos Yanomami da região; e também para mostrar ao mundo que o Pico da Neblina é um lugar sagrado para esse povo.
Floresta Nacional (FLONA) do Tapajó	Criada em 1974, nos municípios de Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis, no Oeste do Estado do Pará, a UC recebe um número expressivo de visitantes. Referência em organização comunitária, as comunidades da UC protagonizam uma série de atividades, entre elas o TBC. Atualmente, um dos principais focos de trabalho voltados a essa agenda é o ordenamento das atividades turísticas da UC, envolvendo o mapeamento das trilhas, a revisão do regimento interno dos condutores, a elaboração de portaria com critérios e normas para a condução

	na UC e a construção do Plano de Uso Público.
Reserva Extrativista (RESEX) Tapajó-Arapuins	Localizada nos municípios de Santarém e Aveiro/Pará, foi criada em 1998. A comunidade de Anã é a protagonista do TBC na Reserva, que apresenta um histórico muito interessante de organização comunitária desde o início do processo de criação da UC. A Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta (Turiarte), da qual Anã faz parte, é uma referência nacional na gestão do TBC, possuindo ampla experiência em realização de roteiros para grupos de visitantes brasileiros e estrangeiros com motivações diversas, como: viagens educativas, científicas, motivacionais, de lazer e de intercâmbio de conhecimentos.
Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Soure	Criada em 2001, no município de Soure/PA, a UC compatibiliza o desenvolvimento comunitário e a conservação ambiental. As atividades de TBC na Reserva são variadas e podem ser vivenciadas em três comunidades. Atualmente há dois projetos previstos na UC: um para a formação de uma rede de TBC entre as comunidades da UC, para que possam divulgar e vender seus produtos; outro projeto voltado ao ordenamento da atividade turística.
Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Delta do Parnaíba	Criada em 2000, nos estados do Maranhão e Piauí. A comunidade enxerga o TBC como uma forma de apropriação do patrimônio regional, seja num viés de afirmação da biodiversidade e da cultura local, seja no que diz respeito ao aproveitamento econômico e sustentável do território e dos seus recursos. A experiência de TBC da UC se destaca no componente capacitação, incluindo uma articulação para acesso ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).
Reserva Extrativista (RESEX) Marinhada Baía do Iguape	Criada no ano 2000 no estado da Bahia, a UC possui um legado histórico, cultural, religioso e paisagístico que confere grande potencial ao TBC como estratégia de geração de renda e valorização cultural e ambiental. O projeto de TBC, protagonizado pela comunidade Quilombola da Salamina, aparece como um meio de planejamento e ordenamento do turismo que já ocorre de forma precária e com pouco retorno às comunidades da Reserva.
Parque Nacional (PARNA) Marinho dos Abrolhos e Reserva Extrativista (RESEX) do Cassurubá	Abrolhos foi o primeiro parque nacional marinho brasileiro e foi criado em 1983, já a RESEX de Cassurubá foi criada em 2009. Ambas as UC se encontram localizadas no sul do litoral do estado da Bahia. O TBC nasce como uma oportunidade de reunir capacidades de desenvolvimento de roteiros alternativos que gerem a distribuição de renda de forma mais igualitária e sustentável, criando novas formas de negócios ambientalmente amigáveis e empoderamento comunitário.
Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Pirajubaé	Primeira reserva extrativista marinha, criada em 1992, pela demanda dos pescadores artesanais, busca proteger o território de pesca e ordenar a cata do berbigão, além de salvaguardar a cultura do pescador. A UC, localizada em Florianópolis/ Santa Catarina, sofre toda a pressão do ambiente urbano. O TBC tem o potencial de evidenciar à sociedade o significado de uma Reserva Extrativista incrustada na capital do estado de Santa Catarina, ou seja, a realidade de uma UC imersa em um contexto urbano, trazendo à tona “o que existe de beleza, de história e de pesca tradicional entre o Aeroporto Hercílio Luz e o centro da cidade de Florianópolis”.

Fonte: Adaptado de ICMBio (BRSIL, 2019b).

4. A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MOCAPAJUBA

Este capítulo descreve as características fundamentais das localidades analisadas neste estudo; apresenta o processo de criação da RESEX; um breve histórico do surgimento município de São Caetano de Odivelas (SCO), no nordeste paraense; perpassa por uma breve formulação do contexto social e cultural do município e as características que se sobrepõe a respectiva reserva extrativista em questão – Mocapajuba.

4.1. Processo de Criação e Aspectos de Gestão dos Recursos Naturais

4.1.1 - Institucionalização da RESEX-Mar Mocapajuba

No ano de 2014, o Governo Federal criou de três novas Unidades de Conservação no litoral nordeste paraense. De acordo com decreto presidencial de 13 de outubro publicado no Diário Oficial da União (DOU), as três UCs criadas foram as RESEX-Mar Mestre Lucindo, Cuiarana e Mocapajuba (BRASIL, 2014c). A RESEX-Mar Mocapajuba, foi criada pelo decreto sem número, em 10 de outubro de 2014, e está sob gerencia e gestão do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), possui 21.029ha e localizada no Município de São Caetano de Odivelas, na microrregião do Salgado, no Nordeste do Estado do Pará. Tem como principais objetivos:

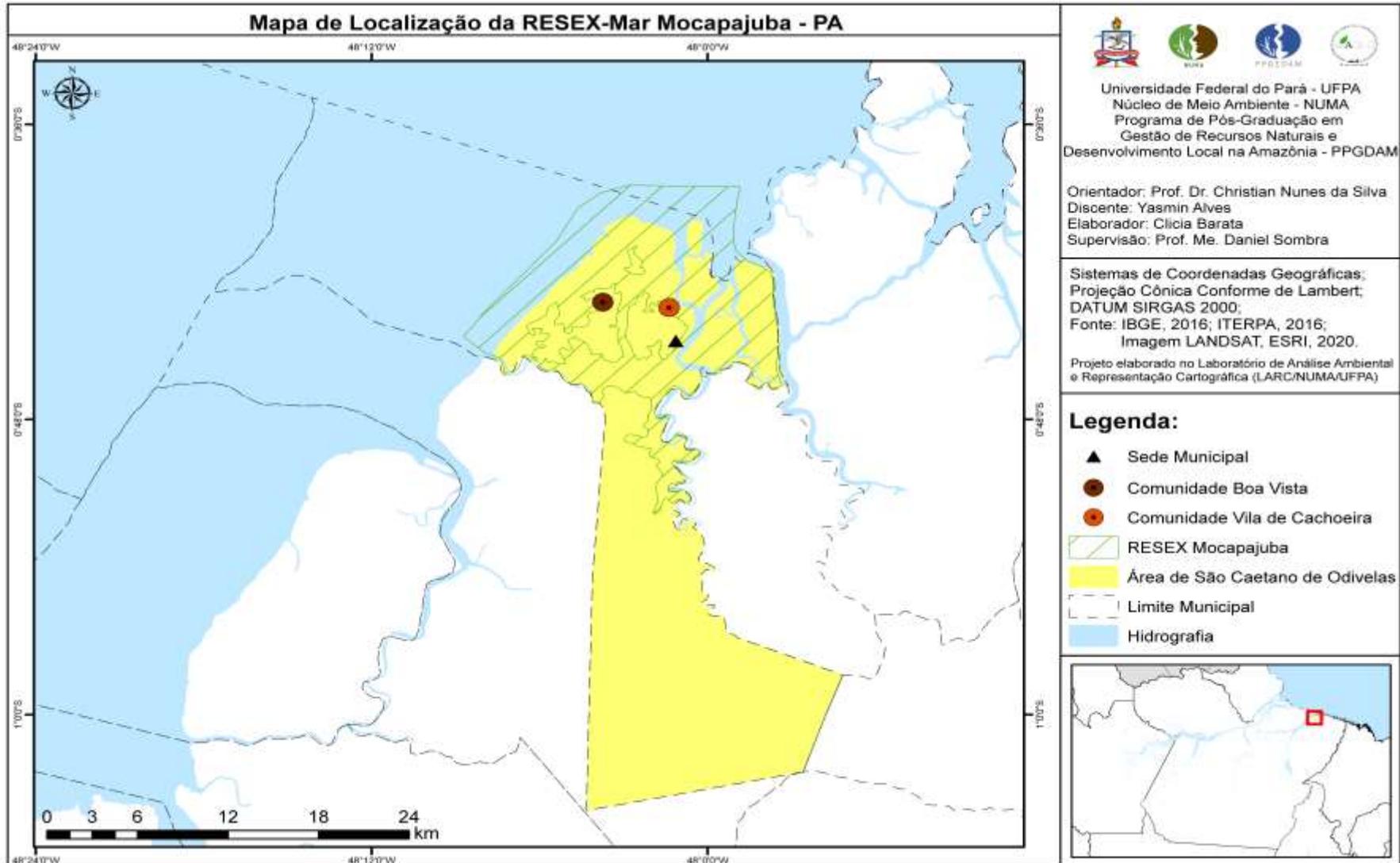
- I - garantir a conservação da biodiversidade dos ecossistemas de manguezais, restingas, dunas, várzeas, campos alagados, rios, estuários e ilhas; e
- II - assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e proteger os meios de vida e a cultura das comunidades tradicionais extrativistas da região. (BRASIL, 2014d)

Nesse sentido, para realização dessa pesquisa, o lócus escolhido foram as comunidades de Boa Vista, Cachoeira e Sede Municipal²⁵ de São Caetano, pertencentes ao território da RESEX-Mar Mocapajuba (Ver Mapa1 abaixo), pois detinham aspectos relevantes ao turismo e a gestão ambiental.. De acordo com levantamento de Barros (2017), o município de São Caetano de Odivelas, em geral é movido pela atividade da pesca, na RESEX- Mar as comunidades trabalham com a pesca artesanal e com a coleta de caranguejos e de ostras (aquicultura).

O autor, também, destaca outra problemática de relevância, que é o uso indevido do manguezal, “o manguezal, presente em boa parte da área, está ameaçado pela excessiva ação antrópica, que acontece pela retirada e comercialização dos caranguejos por alguns moradores locais e por atores exógenos ao local” (BARROS, 2017, p. 65).

²⁵ A Sede municipal de São Caetano foi escolhida para formação do lócus de pesquisa, devido a sua relevância no contexto histórico-cultural do Município e por ter a maioria das infraestruturas turísticas de apoio ao turista.

Mapa 1 – Localização da RESEX-Mar Mocapajuba / São Caetano de Odivelas - PA.



Outra questão relevante é que o principal ecossistema da região, o manguezal, presente em boa parte da área, está ameaçado pela excessiva ação antrópica, que acontece pela retirada e comercialização dos caranguejos por alguns moradores locais e por atores exógenos ao local. Porém, em síntese, é necessário elencar que estes sujeitos sociais também se caracterizam por viverem em uma comunidade que vive da pesca e da retirada dos mariscos; e que conhecem profundamente a área e o ambiente de onde retiram os recursos necessários à reprodução social familiar. Portanto, são sujeitos essenciais para serem analisados nas políticas de conservação dos recursos naturais, sobretudo nas políticas para as Unidades de Conservação (BARROS, 2017, p. 65).

Segundo o SNUC, as RESEX são UCs que harmonizam o uso sustentável dos recursos naturais com a proteção do meio de vida e a cultura das comunidades extrativistas locais. As RESEX foram demandadas pelas comunidades locais e o processo de formalização foi elaborado pelo ICMBio. No município de São Caetano de Odivelas, o processo de solicitação para a criação de uma unidade de conservação deu-se em dois momentos, de acordo com o estudo socioambiental referente a proposta de criação da RESEX-Mar no município, publicado em 2014.

A primeira iniciativa ocorreu no ano de 1993 quando comunitários da Ilha São Miguel e moradores da comunidade Pratiquera enviaram ao IBAMA, ofício solicitando a criação de Reserva Extrativista da Pesca Artesanal. O segundo nos anos de 2006-2007, quando o movimento social se organiza na região em prol da conservação do ecossistema costeiro e das atividades de pesca artesanal (BRASIL, 2014b, p. 6).

Posteriormente a esse momento de solicitação, iniciaram-se em 2013 os estudos técnicos pelo ICMBio. Esses estudos foram realizados na área com o objetivo de delimitar e definir áreas e características singulares presentes na UC, além de considerar os aspectos socioeconômicos e culturais das comunidades. Após essa fase, é delineado um Estudo Socioambiental da RESEX, que defini a área com o grande potencial para criação de uma Reserva (BRASIL, 2014b).

Em todas as oficinas, a estratégia utilizada foi de apresentação dos objetivos desse estudo, esclarecimentos sobre o que são reservas extrativistas e o processo de criação dessa categoria de unidade de conservação. Além disso, foram realizados exercícios participativos e em grupo que gerassem dados e informações complementares aos obtidos por meio da aplicação dos questionários. Os exercícios aplicados foram: o Diagrama de Venn, a Matriz Histoecológica e Mapeamento das Áreas de Uso (BRASIL, 2014b, p. 8).

Desta maneira, criou-se um o Laudo de Vistoria Técnica - que compôs o processo de criação da unidade de conservação (BRASIL, 2014b). Segundo levantamento realizado por Barros (2017), a Associação de Usuários de Mocapajuba (AUREMOCA), a RESEX-Mar nasceu da demanda dos moradores de algumas comunidades do município de São Caetano de Odivelas, com o desígnio de preservação de suas tradições culturais e religiosas, suas atividades laborais de sobrevivência e, o principal, a conservação do ambiente local. Além da

possibilidade de intervir conflitos territoriais ocorrentes, como por exemplo a questão dos tipos de pescas desenvolvidas na região, que podem afetar direta ou indiretamente a quantidade do pescado. Apesar desse relato de integração feito pelo autor, o estudo Socioambiental da criação da RESEX mostra houve conflito nesse processo de solicitação de criação da UC:

Na ocasião de elaboração da solicitação para a criação da unidade de conservação no município houve conflitos entre a Colônia de Pescadores e a Câmara dos Vereadores. O motivo do conflito ocorreu devido à mudança de posicionamento dos vereadores. Inicialmente estes participaram e enviaram documentos aos órgãos competentes apoiando a criação da unidade de conservação e, posteriormente, se retrataram criticando-a. Esse imbróglio foi citado em todas as oficinas pelos participantes e contribuiu para o fortalecimento da Colônia de Pescadores na região. A entidade de classe possui representante (capatazes) em todas as comunidades e a criação da unidade de conservação é temática conhecida pelos moradores locais (BRASIL, 2014b, p 11).

Em seguida, a realização do estudo socioambiental que caracterizou a Reserva Extrativista, em julho de 2014, ocorreu mais uma etapa do processo de criação das três (3) Resex. Segundo informações do ICMBio, foram realizadas quatro (4) audiências públicas na região de salgado paraense as quais contaram com a presença de mais de 800 pessoas, no período de 22 a 25 de julho (a audiência de São Caetano ocorreu no dia 25/07) . Esta foi mais uma oportunidade para moradores, movimentos sociais e autoridades locais debaterem o assunto juntamente aos analistas ambientais do ICMBio. Após esse período, o processo foi finalizado no ICMBio e encaminhado para o MMA e depois para a Presidência da República, que decidiu pela criação das Resex (BRASIL, 2014b).

Figura 6: Audiência Pública para Criação da RESEX-Mar Mocapajuba de São Caetano de Odivelas.



Fonte: ICMBIO, 2014.

Assim, em dez de outubro de 2014, foi instituída, oficialmente, a Reserva Extrativista Marinha de Mocapajuba. Segundo Barros (2017), o nome da UC foi sugerido pelos próprios comunitários que realizaram a junção das sílabas dos rios que circundam a região (Mocajuba, Mojuim, Barreta e Camapu). Após ser expedido o decreto de criação pelo governo federal, o então processo de consolidação da UC se estabelece gradualmente. O primeiro passo deu-se com a fundação da AUREMOCA, com sede na Colônia de Pescadores de São Caetano Z4 e os próximos passos já estão a caminho. Nesse sentido, a gestão da RESEX–Mar Mocapajuba busca implementar o Plano Gestor (Plano de manejo) para elaborar estudos prévios a respeito dos Acordos de Gestão²⁶ para o uso dos recursos naturais, entre eles os recursos pesqueiro, onde estão sendo elaborados os meios para a normatização e regulação do território de pesca dos pescadores do município de São Caetano de Odivelas. (FERREIRA, 2016).

Após cinco anos de sua criação, apenas em 2019, o C. G. da UC está em processo de formação. O ICMBio organizou um cronograma de oficinas (num total de 5 oficinas), realizadas entre os meses de janeiro e fevereiro de 2019, para explicar aos representantes comunitários pertencentes a RESEX, o que seria um C.G, qual sua função e importância, qual a importância da comunidade ser participativa nesse espaço de discussão e deliberação, entre outros. Segundo o Analista Ambiental do ICMBio, as comunidades foram divididas em 8 (oito) polos, para melhor compreensão da dinâmica de formação do C.G (Quadro 7 abaixo) (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

Quadro 7 - Divisão das comunidades da RESEX-Mar Mocapajuba em Polos.

POLOS	COMUNIDADES
Polo Cachoeira	Comunidades: Cachoeira e Cachoeirinha
Polo São Joao de Ramos	Comunidades: São Joao de Ramos e Ilha Miguel
Polo Boa Vista	Comunidades: Alto Pereru, Alto Camapu, Boa Vista e Vila Sorriso
Polo Pereru de Fatima	Comunidades: Pereru de Fatima, Ae e Pratiquera
Polo Monte Alegre	Comunidades: Monte Alegre, Espanha, Ponta Bom Jesus, Camapu-Mirim e Madeira
Polo Santa Maria	Comunidades: Santa Maria, Vila Paraíso (KM 8), Vila Mururé (KM 10), Itapepoca e Laranjeira
Polo Pascoa	Comunidades: Apenas a Comunidade Pascoa
Polo Cidade	Comunidades: Sede e Jutai

Fonte: Elaboração própria, 2019.

26 Segundo a IN ICMBio Nº 29 de 05 de setembro de 2012, “ Entende-se por Acordo de Gestão o documento que contém as regras construídas e definidas pela população tradicional beneficiária da Unidade de Conservação de Uso Sustentável e o Instituto Chico Mendes quanto às atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área e a conservação ambiental, considerando- se a legislação vigente.”

No último dia 12 de abril de 2019, ocorreu na Sede da Colônia de Pescadores Z4 (Imagem 1) a oficina geral de escolhas das instituições que terão direito ao acento no C.G da RESEX-Mar Mocapajuba, com a participação de representantes de comunidades dos 8 (oito) polos aqui citados. A oficina foi conduzida por um analista ambiental do ICMBio (Imagens 2 e 3); para o processo de votação foram eleitos delegados para que representassem a vontade da coletividade de suas comunidades. Esses delegados elegeram 14 (quatoze) representantes da Sociedade Civil e 9 (nove) representantes do Poder Público de acordo com quadro 8 abaixo.

Quadro 8 - Formação do Conselho Gestor da RESEX-Mar Mocapajuba

Representantes da Sociedade Civil	Representantes Poder Publico
MOCAJUIN	Sec. Mun. Meio Ambiente + Sec. Mun. Agricultura e Pesca.
AUREMAG CURUÇA	Câmara Municipal
COMFREM	ADEPARÁ + EMATER
CAUREM	SEMAS
Ass. de Pescadores Colônia Z4	IBAMA
AUREMOCA	MPEG
Sind. Trabalhadores Rurais	UFPA + IFPA
Ass. dos Apicultores - APRAPISCO	ICMBio
ASSOPEF (Titular) + Ass. Mulheres da Pesca. do Alto Peru (Suplente)	
Ass. dos Caranguejeiros de São Caetano de Odivelas	
AMUPES – Ass. Mulheres da Pesca Cachoeira.	
Clube de Mães de S. J. Ramos (Titular) + AFASAJOR (Suplente)	
Ass. dos Prof. Pais e Mestres da Ponta Bom Jesus (Titular) + Ass. dos Moradores da Ponta Bom Jesus (Suplente)	
Ass. dos Piloteiros (Titular) + Ass. do Comercio e Rep. da Pesca Esportiva (Suplente)	

Fonte: Elaboração Própria, 2019.

O cuidado na formação do C.G da RESEX deve-se, principalmente, pela importância da instituição nas tomadas de decisões, além de ter representantes relacionados com as principais demandas da UC, as quais são: meio ambiente; pesca e/ extrativismo. Pois os representantes comunitários se preocuparam com a dinâmica de uso e de gestão dos recursos pesqueiros. Como afirma Ferreira (2016),

(...) o cuidado com a proposição das regras é um dos pontos que mais causa preocupação, pois precisam ser considerados os costumes das comunidades locais existentes, somados aos resultados do diagnóstico participativo realizado pelo Conselho Gestor, para formação do Acordo e a legislação vigente (FERREIRA, 2016, p.67).



Imagem 1: Sede da Colônia de Pescadores Z4 – São Caetano de Odivelas
Fonte: Elaboração Própria, 2019.



Imagem 2: Oficina de formação do C.G da RESEX Mocapajuba I.

Fonte: Elaboração Própria, 2019.

Imagem 3: Oficina de Formação do C.G da RESEX Mocapajuba II.

Fonte: Elaboração Própria, 2019.

O conselho gestor é um importante instrumento de participação da sociedade civil na gestão da UC, pois visa debater os problemas e propor soluções para a construção de políticas públicas ambientais direcionadas especificamente para Mocapajuba. Algo que ainda não pôde ser realizado, em virtude aos passos burocráticos que dificultam a institucionalização do conselho. Apesar do procedimento de formação ter sido finalizado em abril de 2019, pela gerencia local do ICMBio, o processo foi encaminhado para coordenação geral responsável pela criação de unidades de conservação, que fica sediada em Brasília, porém até o presente momento, tal coordenação ainda não aprovou o processo de oficialização dos membros participantes do CG.

Segundo informações disponibilizadas pelo Chefe da UC, o mesmo pretendia ainda no mês de janeiro de 2020, ir a Brasília para tentar apressar a formalização desse processo. Pois, sem o CG, a gerência não tem condições de iniciar ações de gestão, como o levantamento para o Cadastro das Famílias Beneficiárias da RESEX, que depende do aval e do apoio da instituição. A gerência pretendia iniciar esta ação ainda no ano de 2019, mas infelizmente, sem a publicação da portaria de criação do CG de Mocapajuba, a atividade, que já conta com um grupo de trabalho formado tendo como participantes instituições de ensino e pesquisa, de secretarias municipais de São Caetano, da colônia de pescadores Z4, da AUREMOCA e de líderes comunitários das comunidades da UC, teve que ser adiado.

Outro instrumento que auxilia os gestores do ICMBio na elaboração das orientações administrativas do acordo de gestão é a Instrução Normativa Nº 29 de 2012, que disciplina os usos coletivos e sustentáveis dos recursos naturais dos territórios das UC's Federais de Uso Sustentável. Nesse contexto, Ferreira (2016) afirma:

A formação do Acordo de Gestão deverá ordenar o uso sustentável dos recursos naturais e ocupação do solo na Unidade de Conservação - UC pelas populações tradicionais, citando os critérios a serem respeitadas, as atividades que podem ser realizadas e as atividades não permitidas, dependendo da realidade local, que podem ser incluídos itens como: turismo, disposição de lixo, poluição sonora, entre outros (FERREIRA, 2016, p. 64 e 65).

Ainda segundo Ferreira (2016), a elaboração do Acordo de Gestão da RESEX Mocapajuba encontra-se em fase inicial, onde o órgão gestor ainda está em planejamento a metodologia, as formas e cronogramas, incluindo reuniões com representantes das comunidades, mapeamento e estudo da realidade local, apontando indícios para a construção coletiva e participativa que gradativamente consolidará tal acordo. Esta é outra ação que necessita do apoio do CG, pois segundo informação obtida por meio de entrevista, concedida pelo Chefe da UC, o ambiente do conselho facilita a organização da discussão e da deliberação dos regramentos junto às comunidades.

De acordo com o Presidente da Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba (AUREMOCA), sobre as contribuições da associação e da Colônia de Pescadores com a gestão da RESEX-Mar Mocaajuba:

[Colônia de Pescadores] ela é parceira da Reserva, a gente participa em todas as reuniões, muitas vezes, tem a colônia como convidado. E contribuem com informações através da pesca que a Reserva [Órgão Gestor] não informa, a colônia participa com essa informação. [Para AUREMOCA] por enquanto a associação só contribui com as demandas que são trazidas pelo ICMBio, pois a reserva ainda não tem o conselho deliberativo. Senão pode dá problema (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

Diante desse cenário, admite-se que há vários desafios para a elaboração e consolidação dos Acordos de Gestão nessas áreas de uso coletivo e sustentável dos recursos naturais, como no caso das RESEX-Mar, que são modelos que necessitam, de fato, serem adaptados ao bioma marinho e não apenas alocado de um ambiente a outro, para que o uso desse sistema seja de realmente sustentável e viável.

Assim, faz-se necessário uma atenção maior, pois o apoio institucional é essencial para que sistemas de manejo de recursos naturais sejam eficientes, além de rever condições de ordem legal que conduzam à um adequado comportamento dos usuários com relação ao uso sustentável dos recursos.

4.1.2 - As Comunidades de Cachoeira e Boa Vista da RESEX-Mar Mocapajuba: e seus aspectos socioeconômicos

Inicialmente, a relação das comunidades e seus respectivos polos se deram a partir da divisão municipal existente - anterior à criação da RESEX - e seguindo a orientação de divisão feita pelo representante da Colônia dos Pescadores Z4. Essa divisão consta no Estudo Socioambiental lançado em 2014, para a criação de Mocapajuba. Porém, após a formalização da UC e ao longo do processo de criação do CG, ocorreram algumas mudanças nessa divisão dos polos. Sendo assim, utilizamos como referência neste estudo a Comunidade de Cachoeira, pertencente ao Polo Cachoeira e a Comunidade de Boa Vista pertencente ao Polo Boa Vista, além da sede municipal que será explorada mais detalhadamente no subitem 4.2 deste estudo. Essa divisão foi apresentada, na última reunião para formação do CG, ocorrida em 2019, pelos analistas do ICMBio. De acordo com os analistas, a estrutura dos polos foi redefinida por solicitação das próprias comunidades que estão inseridas no território da RESEX (INFORMAÇÃO VERBAL, PESQUISA DE CAMPO, 2019).

No contexto geral, as comunidades identificadas e monitoradas nos estudos prévios de concepção da UC, revelaram que a principal característica de trabalho local está ligada às atividades de pesca e de coleta de mariscos. As práticas agrícolas, apesar de estarem presentes na maioria das comunidades, são limitadas a subsistência de sua família.

A atividade de pesca envolve moradores de todas as comunidades no interior da RESEX. Porém, esta atividade apresenta diferenciações nas áreas onde são exercidas, no modo que são praticadas e também pelos apetrechos utilizados no trabalho diário da pesca e coleta de caranguejos. Assim, existem comunidades onde a principal fonte de renda de seus moradores é a atividade de extração do caranguejo. E há áreas em que os campos nativos são utilizados para a retirada de frutos de várias espécies e a ocorrência da caça. Em determinados pontos, moradores também utilizam de áreas remanescentes de matas para extrair a madeira para

construção e as folhas das palmeiras para confecção dos recipientes de transportes de frutos e caranguejos (BARROS, 2017, p. 69).

Assim, as comunidades de Cachoeira e Boa Vista, tem como principal atividade econômica a coleta de caranguejo, a pesca de camarão e a pesca artesanal, são ações basilares que contribuem para geração de renda dessas comunidades. Os principais portos estão situados na sede do município e nas comunidades de Cachoeira e Boa Vista. Porém, as outras localidades pertencentes à RESEX-Mar Mocapajuba apresentam acessos aos rios e furos da região, o que as possibilita acessar os diversos portos do município com bastante facilidade. (BRASIL, 2014b).



Imagem 4: Mercado Municipal Benedito Farias Rendeiro/Sede de São Caetano de Odivelas.

Fonte: Elaboração Própria, 2019.



Imagem 5: Porto (desembarque de pescado) da Sede de São Caetano de Odivelas.

Fonte: Elaboração Própria, 2019.

Além da infraestrutura para comercialização da pesca (a Colônia de Pescadores situa-se no centro da cidade próxima ao mercado municipal), a sede municipal tem a maior estrutura de comércio e serviços (públicos e privados), para ofertar aos seus visitantes e/ou turistas, como: rede hoteleira, restaurantes, bancos, farmácias, agência dos correios, delegacia, centro de saúde, supermercados e minimercados, e toda estrutura organizacional da prefeitura municipal (sede da prefeitura e secretarias) entre outros (PARÁ, 2017).

A comunidade de Cachoeira é um bairro pertencente à sede municipal de São Caetano de Odivelas, possui aproximadamente 373 famílias e é a comunidade que tem a maior concentração de pescadores do município. De acordo com Ferreira (2016), são 407 pescadores inscritos na Colônia de pescadores. Além de ter o principal porto do município, a comunidade ainda conta com um mercado municipal e duas geleiras (fábricas de gelo), onde o comércio com barcos pesqueiros é constante. Tais infraestruturas localizadas na comunidade permitem-na ser constituída como polo de comercialização do pescado, que é vendido na região, tendo o preço ditado pelo mercado do Ver-o-Peso em Belém, de acordo com

informação contida no relatório de proposição de Criação da RESEX-Mar em São Caetano de Odivelas (BRASIL, 2014b).



Imagem 6: Palacete Deodoro Ataíde/Sede da Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas.
Fonte: Elaboração Própria, 2019.



Imagem 7: Porto da Comunidade de Cachoeira/RESEX Mocapajuba.
Fonte: Elaboração Própria, 2019.

Imagem 8: Atividade Pesqueira Comunidade Cachoeira/RESEX-Mar Mocapajuba.
Fonte: Elaboração Própria, 2019.



Imagem 9: Mercado Municipal Célio Sampaio/Comunidade de Cachoeira/RESEX Mocapajuba.
Fonte: Elaboração Própria, 2019.

Já na Comunidade de Boa Vista, existem cerca de 170 famílias, que sobrevivem da pesca em alto mar. A comunidade possui o segundo maior porto do município, mas ao contrário de Cachoeira, esta vila não possui geleiras, assim o pescado é transferido para os caminhões frigoríficos que são direcionados diretamente para a capital - Belém, estados do Nordeste e Centro-Oeste. Nas demais comunidades da RESEX-Mar Mocapajuba, a comercialização dos produtos da pesca, quando não ocorre no mar, é feita com os marreteiros nas comunidades. Estes têm a incumbência de comprar o produto e despachá-los (BRASIL, 2014b; FERREIRA, 2017; BARROS, 2017).



Imagem 10: Porto da Comunidade de Boa Vista/RESEX Mocapajuba.
Fonte: Elaboração Própria, 2019.



Imagem 11: Organização de apetrechos de pesca/Comunidade de Boa Vista/RESEX Mocapajuba.
Fonte: Elaboração Própria, 2019.

Outro recurso que se destaca nessa cadeia do pescado é o beneficiamento do grude²⁷ o qual a comercialização cresce cada vez mais na região e envolve um maior esforço da pescaria. É comercializado, preferencialmente, depois de beneficiado (quando a bexiga natatória é limpa e seca), pois o seu valor é maior ou como “grude verde” quando este não está totalmente seco, porém, limpo. Seu preparo é feito, normalmente, nas residências dos pescadores ou em alto mar, é classificado em “grude de primeira”, “grude de segunda” ou “grude de terceira” de acordo com o tamanho e a espécie de peixe. O valor é determinado pelo mercado internacional e os padrões locais ditam o preço aos pescadores (BRASIL, 2014b; FERREIRA, 2016). “Neste sentido, os pescadores que comercializam este tipo de produto assumem papel de destaque reconhecido pela comunidade, sendo os proprietários dos melhores barcos, das melhores moradias e maior poder econômico e político local” (FERREIRA, 2016, p. 57).

Quadro 9 - Atividades geradoras de renda e consumo nas comunidades Boa Vista e Cachoeira no município de São Caetano de Odivelas-PA

Atividades geradoras de Renda e Consumo nas Comunidades de Cachoeira e Boa Vista – São Caetano de Odivelas											
Comunidades	Atividades										
	Agricultura	Pesca	Mariscagem							Comercio	
			Caranguejo	Camarão	Siri	Ostra	Sururu	Mexilhão	Turu		
Boa Vista	Consumo	Consumo e Venda	Consumo e Venda						Consumo e Venda	Consumo e Venda	Grude
Cachoeira		Consumo e Venda	Consumo e Venda	Consumo e Venda					Consumo e Venda	Consumo e Venda	Grude

Fonte: Adaptado de ICMBio, 2014b.

A atividade agrícola é uma prática pouco comum nas comunidades na RESEX-Mar como um todo, em Boa Vista os principais cultivos são de mandioca e de macaxeira, o cultivo é realizado na forma tradicional de corte e queima. Os roçados são destinados à subsistência das famílias. O cultivo de frutíferas ocorre, em geral, nas proximidades das casas. O extrativismo vegetal, embora não tenha sido declarado pelos entrevistados como fonte geradora de renda, ocorre na região (BRASIL, 2014b; BARROS, 2017).

Já em Cachoeira, não há registro de atividades agrícolas, um dos motivos para os seus moradores não fazerem tal atividade seja pela proximidade e fácil acesso à sede municipal de São Caetano de Odivelas, onde é possível encontrar a região de comércio com mercados e feiras livres. Além disso, a comunidade é “assistida com os mesmos meios de comunicação

²⁷ O grude consiste na bexiga natatória dos peixes. É exportado para a Europa e Oriente sendo utilizado para o fabrico de remédios, de colas de precisão e de filtros para cervejarias (BRASIL, 2014b).

que são oferecidos para os moradores da Sede do município como telefone fixo, telefonia móvel e cobertura de internet” (FERREIRA, 2016, p. 54).

As comunidades envolvidas na RESEX, em geral, têm sua estrutura de formação bem peculiar às pequenas cidades do interior. São formadas ao redor das igrejas, portos, trapiches ou praças. As residências, em sua maioria, nos três *lócus* dessa pesquisa, são construídas em alvenaria e todas possuem energia elétrica, há também cobertura de telefonia e internet. As casas construídas de alvenaria possuem diversos cômodos, como: sala, quartos, cozinha e sanitários internos (maioria) e os espaços para guardar os instrumentos de trabalho, como redes de pesca e material para a lavoura os quais estão localizados nas áreas externas. As comunidades possuem escolas até o 5º ano do ensino fundamental, contam com posto de saúde e abastecimento de água o qual é feito por caixas d’água instaladas no local. As praças e sedes das comunidades são os principais pontos de encontro dos moradores e servem de palco para os festejos religiosos e de manifestações culturais realizados por essas comunidades (BARROS, 2017).

Assim, percebe-se que o rio é um elemento fundamental para as comunidades da RESEX-Mar Mocapajuba. Trata-se de um elemento articulador, pois é o provedor da sobrevivência de seus usuários, onde também ocorrem as atividades de pesca e de mariscagem (áreas de Mangues). Além de ser um meio de acesso entre as comunidades.



Imagem 12: Igreja da Comunidade de Boa Vista/RESEX Mocapajuba.
Fonte: Elaboração Própria, 2019.



Imagem 13: Igreja da Comunidade de Cachoeira/RESEX Mocapajuba.
Fonte: Elaboração Própria, 2019.

4.2. O Município de São Caetano de Odivelas: Histórico de Formação, aspectos socioeconômicos e tradições culturais

O município de São Caetano de Odivelas, pertencente ao Estado do Pará, localiza-se na mesorregião do nordeste paraense, microrregião do salgado. Faz fronteira: ao Norte com o Oceano Atlântico; a Leste com os municípios de Curuçá, São João da Ponta e Terra Alta; a Oeste e ao Sul com o município de Vigia de Nazaré. Suas coordenadas geográficas são: 00°44'33' de latitude Sul e 48°01'03' de longitude a Oeste de Greenwich possui uma área de 748,694 km², tem aproximadamente 17.970 habitantes (PARÁ, 2016c; PARÁ, 2019).

Para acessar o município, têm-se duas alternativas: por via hidrográfica pela Baía do Marajó e rios como o Mocajuba, Mojuim, Barreta e Pereru, e/ou; via rodoviária, pela PA-140, que interliga o município a BR-316, distante 110 km (aproximadamente 1h e 45min) da capital, Belém do Pará. São Caetano de Odivelas detém um contraste em seus aspectos naturais, “é possível encontrar áreas de floresta amazônica, campos e grandes áreas de manguezais, com uma diversidade faunística e florística bastante relevante, dentro do contexto da região do salgado paraense” (BARROS, 2017, p. 63). Além dos seus aspectos culturais, sociais e econômicos.

São Caetano de Odivelas apresenta-se como um dos polos econômicos da região, funcionando como um entreposto comercial de produtos, sobretudo de pesca, extrativismo e agricultura. Além disso, o local é um polo da pesca esportiva paraense, atraindo praticantes desta modalidade do próprio estado e de todo o Brasil. Contudo, há uma preocupação em torno da gestão dessas atividades, pois elas se encontram desordenadas em relação aos ditames de conservação ambiental, principalmente em relação ao frágil ecossistema de mangue explorado e quanto à condição de vida das comunidades locais. (BARROS, 2017, p. 64).

4.2.1 – Aspectos Históricos

A formação originária do município de São Caetano de Odivelas vincula-se a presença dos missionários Jesuítas, durante o período colonial brasileiro, na região do rio Mojuim, zona do salgado paraense. No dia 7 de Agosto de 1735, o fundador, Frei Felipe, missionário português da Companhia de Jesus, chegou a região e fundou uma fazenda a margem esquerda do rio Mojuim, a qual colocou sob a proteção de São Caetano da Divina Providencia, dando-lhe o nome de Odivelas em homenagem a sua terra natal, para dar início a uma criação de gado e com objetivo de difundir o catolicismo e catequizar os habitantes primitivos da região, 1735, onde hoje se localiza a sede do Município. (PARÁ, 2016c; PARÁ 2017; PARÁ 2019).

Já no período de 1757 (século XVIII), Francisco Xavier de Mendonça Furtado concedeu-lhe o título de lugar. Em 1760, com o advento da Lei Pombalina, o desembargador Feliciano Ramos Nobre Moura, por autorização do governador, arrebatou a Fazenda São Caetano e a de Tabatinga, que foram entregues a administração de prepostos do Governo Colonial, em 1833 (século XIX), a fazenda passou à categoria de Freguesia, e em 1872, pela

Lei Provincial nº 707 de 5 de novembro, assumiu a categoria de vila de São Caetano. Foi nessa conjuntura que seu território foi desanexado da área patrimonial do município de Vigia, sendo criado em 28 de agosto de 1874, o município de São Caetano (PARÁ, 2016c, PARÁ, 2017, PARÁ, 2019).

Seguindo os ideais Republicanos, um grupo de odivelenses (Francisco de Queiros, Manoel Bruno de Barros, João da Mata Campos, Eurico Eduardo de Sousa, Ricardo de Oliveira, Capitão Diniz Joaquim Maciel e João Brás de Sousa) por serem a favor da instalação da República, acabaram por despertar a fúria dos governistas, sendo ameaçados de exílio, pelo então presidente da Câmara Municipal - Tenente Domingos dos Reis Alves. Contudo, em 15 de agosto de 1889, estes idealistas reuniram-se e fundaram o Clube Republicano Odivelense, desfilaram pelas ruas do município dando viva a república. No dia 23 de novembro de 1889, a república foi instalada no município. O governo provisório do Estado. Em 6 de julho de 1895, a Lei nº 324, elevou São Caetano de Odivelas a categoria de cidade, sendo instalada em 15 de agosto de 1896. O município teve participação histórica importante na Revolta da Cabanagem, no Movimento Abolicionista e no Movimento em prol a Proclamação da República, o qual foi oficializado no município em 23 de novembro de 1889. (PARÁ, 2017; PARÁ, 2019).

Porém, devido a Revolução Nacional Triunfante de 24 de outubro de 1930, São Caetano foi anexado aos municípios de Vigia e Curuçá pelo Decreto Interventorial nº 78 de 27 de dezembro de 1930. Já em 31 de outubro de 1935, a emancipação político-administrativa se deu por meio da Lei Estadual nº 8, que elevou, definitivamente, São Caetano a categoria de cidade. Desde a sua criação o município procura gerir o seu patrimônio, constituído por bens corpóreos e incorpóreos, procurando dar-lhe a destinação que mais satisfaça as necessidades da população. Os nativos são chamados odivelenses e formam um povo alegre e hospitaleiro. (PARÁ, 2017; PARÁ, 2019).

4.2.2 – Aspectos físicos e naturais do município

O município de São Caetano de Odivelas, como dito anteriormente, é estabelecido na Região do salgado paraense. O solo desta região é o latossolo amarelo, com textura média, e do gley pouco húmido distrófico, com textura argilosa. Também é possível encontrar solos de mangues de textura indiscriminada, considerando que o município localiza-se em área semilitorânea. A topografia se caracteriza por ter uma altimetria de costas baixas e de variação inexpressiva, com cota de 5 metros na sede municipal.

Seu tipo climático é o equatorial amazônico AM, da classificação de Köppe, com temperatura elevada e amenizada pela sua localização, sua média anual é de 26°C, com amplitude térmica mínima, precipitações abundantes de janeiro a junho e escassez de julho a dezembro, todavia a disponibilidade hídrica é também acentuada nos primeiros seis meses do ano e escassa nos demais (PARÁ, 2017).

A cobertura vegetal original da terra firme, composta pelo subtipo Floresta Densa dos baixos platôs, foi substituída pela ação dos desmatamentos pela Floresta Secundária, atingindo esta vários estágios de regeneração. Nas planícies aluviais (sujeitas à inundação), onde não existe influência salina do mar, ocorrem as Florestas de Várzea e as Matas Ciliares. Nas proximidades das embocaduras dos rios, onde existe interferência da salinidade, verifica-se uma exuberante vegetação de Mangue.

Os rios que servem ao município de São Caetano de Odivelas encontram-se no sentido sul-norte, desaguardo no Atlântico. O rio Mojuim é o mais importante, porque forma toda a bacia hidrográfica do município; após entrar em território de São Caetano, a sudeste, segue em direção norte e deságua no Atlântico, banhando antes a vila Perseverança, o povoado do Porto Guarajuba e a sede municipal. Destaca-se, também, o rio Mocajuba, que banha as vilas de São João da Ponta e Boa Vista e serve de limite natural, a leste, com o município de Curuçá; e o rio Barreta, a noroeste, que verte para o Atlântico e serve de limite natural com o município de Vigia. Destacam-se no litoral atlântico, as ilhas de Capina, Natália, do Boto, Maruimpanema, entre outras.

4.2.3 - Aspectos Culturais

Em relação aos aspectos culturais do município, existem várias manifestações religiosas e folclóricas locais. Dentre tais manifestações, destaca-se o Círio de São Caetano, realizado no primeiro domingo de agosto na sede do Município. Nessa ocasião, ocorre um grande cortejo pelas ruas da cidade com vários fieis rumo à igreja matriz do padroeiro. A programação continua ao longo da semana com várias atrações, são organizados arraiais e leilões. Segundo informações disponibilizadas pelo portal de informações G1 PARÁ, O Círio de São Caetano até 1931, era realizado em homenagem a Virgem de Nazaré, padroeira dos paraenses; a partir de 1933, por atitude de um grupo de pescadores local, encarregaram-se de realizar a primeira procissão em homenagem ao padroeiro que dá nome ao município (PARÁ, 2016c; PARÁ, 2019; G1 PARÁ, 2019).

Figura 7: Procissão do Círio de São Caetano de Odivelas – Padroeiro da Cidade.



Fonte: Magalhães, 2019.

Já as manifestações folclóricas popular são variadas, mas a modalidade que é o diferencial do local é o chamado “Boi de Máscara”, único em todo o Brasil. São grupos típicos da região que trazem e remetem a história e a memória de pescadores que há muitos anos celebravam as datas festivas com a utilização de bois vivos trazidos de outras cidades. Dentre os mais famosos da cidade, destacam-se o Boi Tinga, a Vaca Velha, o Alce e o Caribu. Além dos bois, existem, ainda, os pássaros (PARÁ, 2016c; PARÁ, 2019).

Figura 8: Festa do Boi de Máscara de São Caetano de Odivelas



Fonte: Agencia Pará, S/A.

A criação de dois grupos folclóricos: o Boi Faceiro e o Boi Tinga – tradição criada a partir da década de 1930 - foi passando de geração em geração e com o tempo sofreu adaptações, como a substituição dos bois vivos por suas representações folclóricas – estruturas confeccionadas com arame, papelão e tecido, mantendo-se assim até os dias de hoje. Também foram incluídas nas manifestações locais, as figuras dos pierrôs – figura comum no carnaval de Veneza (Itália), que utiliza como indumentaria máscara com o nariz proeminente, macacão colorido e adornos de cabeça; dos cabeçudos – são personagens que tem uma cabeça grande (a máscara encobre o brincante), com braços falsos colocados nas laterais da cabeça e corpo pequeno, e; os buchudos – são brincantes que utilizam indumentarias diversas, desde que sejam engraçadas e divertidas. O bloco da Vaca Velha, por exemplo, tem por tradição sair às ruas do município no final do mês de julho (MORIM, 2009; PARÁ, 2016c).



Imagem 14: Estatua do Pierrô – Praça de São Caetano.
Fonte: Elaboração Própria, 2019.

Outro aspecto da cultura local importante e tradicional é o Festival do Caranguejo, realizado todo mês de dezembro. O festejo ocorre para demonstrar o simbolismo que tem esse crustáceo aos pescadores. Nesse evento, acontece uma feira cultural objetivando divulgar as características do município e as danças folclóricas, sendo que a preferida é a dança do carimbó, que também pode ser vista em outras épocas do ano, principalmente a partir do mês de junho (PARÁ, 2016c), “além de uma variedade de pratos típicos feitos à base do caranguejo, e vendas de artesanatos, entre outras atividades” (FERREIRA, 2016, p.45).

4.2.4 - Aspectos socioeconômico de São Caetano: A Pesca e seu potencial no desenvolvimento local.

Por sua situação geográfica favorável, pois se trata de um município litorâneo, São Caetano de Odivelas exibe-se como um dos polos econômicos da região, funcionando como um comércio de produtos, principalmente da pesca, do extrativismo e da agricultura. A atividade pesqueira faz parte dos conhecimentos ancestrais das sociedades do litoral amazônico, que se mantiveram da exploração dos recursos naturais, mesmo com as transformações socioculturais impostas pelo desenvolvimento econômico na região (ICMBIO, 2014b).

De acordo com Ferreira (2016, p. 13) a pesca no município:

(...) assume importante papel socioeconômico na ocupação de mão de obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população; especialmente para as pequenas comunidades do meio rural, esta atividade ou é voltada apenas para consumo próprio ou para vendas para fora do município. É assim que a captura do pescado no município representa uma das principais atividades econômicas na região. A maioria das famílias depende dela para viver, por isso o peixe é bastante valorizado pelos trabalhadores da pesca.

Nesse sentido, a prática da pesca é reconhecida no município como o principal responsável pela geração de renda e do fortalecimento da economia local, o pescador é figura importantíssima para o desenvolvimento dessa atividade local.

O tipo de pescaria em São Caetano de Odivelas é realizado dentro dos rios e em mar aberto e está apoiada no conhecimento tradicional, porém com o decorrer do tempo o contexto econômico regional começou a sofrer transformações devido o surgimento da tecnologia, refletindo o processo de modernização. Os principais petrechos utilizados na pescaria em São Caetano de Odivelas são as redes de emalhar e o espinhel, a tarrafa, o puçá e a pesca de curral ou com muzá que são usados por aqueles que pescam nos rios e igarapés (FERREIRA, 2016, p. 46).

De acordo com a Colônia dos Pescadores de São Caetano de Odivelas (Z4), os pescadores são divididos e categorizados de acordo com a pescaria exercida. De tal modo, todos são reconhecidos como pescadores, porém, a categoria vem definida e identificada na carteira de pescador. Assim, nesse cenário consolida-se a pesca artesanal a qual é caracterizada pela exploração de recursos pesqueiros, com a utilização de tecnologia simples para a captura e com a produção em baixa escala. Aproveita, principalmente, a mão de obra familiar, utilizando-se de embarcações de porte pequeno, como canoas ou jangadas, ou ainda sem embarcações. (BRASIL, 2014b).

De acordo com a pesquisa desenvolvida por Ferreira (2016), mostram que no município de São Caetano de Odivelas pelo menos 20 (vinte) espécies são desembarcadas nos portos da cidade. Além de a atividade pesqueira ser uma das principais ocorrências do município, o

local é conhecido por ser um polo em destaque da pesca esportiva paraense. Por ser próximo da capital do estado; e por ser dentro do ambiente amazônico, atrai praticantes desta modalidade do próprio estado e de todo o Brasil. No entanto, existe uma apreensão com relação à gestão dessas atividades, “pois elas se encontram desordenadas em relação aos ditames de conservação ambiental, principalmente em relação ao frágil ecossistema de mangue explorado e quanto à condição de vida das comunidades locais” (BARROS, 2017, p. 64).

5. ASPECTOS DO TURISMO EM SÃO CAETANO DE ODIVELAS E A POSSIBILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DO TBC NA RESEX-MAR MOCAPAJUBA

Este capítulo aborda a forma como o turismo é desenvolvido pelo poder público e sociedade civil (empresários locais e as iniciativas comunitárias) no município de São Caetano de Odivelas, observando que muitas dessas ações propostas por esses atores na condução da atividade turística, podem ir de encontro com a condição de sustentabilidade das comunidades da RESEX-Mar Mocapajuba, com a possibilidade de interferir sobre seu espaço e suas tradições.

5.1 Análise da infraestrutura do Turismo disponível em São Caetano de Odivelas

A Secretaria de Estado de Turismo do Pará (SETUR) em 2017 lançou o Inventário Turístico de São Caetano de Odivelas. O objetivo principal deste trabalho foi realizar um inventário da oferta turística contemplando sistematicamente os principais fatores de relevante interesse ou correlação com a atividade turística local

Tal documento foi produzido de acordo com a metodologia de estruturação do Projeto de Inventário da Oferta Turística²⁸ institucionalizada pelo MTUR em 2006. A inventariação turística consiste no “levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística” (BRASIL, 2006c, p. 7). Para SETur, a composição metodológica do inventário foi formulada de forma participativa e interdisciplinar, tendo como objetivo central auxiliar os municípios do estado a identificar e planejar a atividade turística a partir de sua oferta.

Segundo tal inventário, é possível extrair os seguintes dados secundários acerca dos serviços e equipamentos de infraestrutura básica existente em São Caetano de Odivelas, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 10 – Levantamento dos equipamentos de infraestrutura básica de São Caetano de Odivelas

Sistema de Comunicação	Sistema de Segurança Pública	Sistema de Saúde	Outros serviços Essenciais
O Município possui:	O Município conta:	O Município conta:	- Serviços Bancários (2)

²⁸ O MTur a inventariação como procedimento metodológico de planejamento e de gestão da atividade turística, com intuito de criar um sistema unificado de informações sobre os atrativos disponível em cada região (BRASIL, 2006c).

<ul style="list-style-type: none"> - Uma agência dos Correios; - Acesso a telefonia fixa e móvel (a cobertura é restrita e pega apenas algumas operadoras de telefonia), e; - Acesso à internet. 	<ul style="list-style-type: none"> - Com uma delegacia civil; - Um Fórum; - Um Cartório; - Uma Companhia de Policiamento Militar (atrelada ao 12º Batalhão de Policiamento Militar); - Um grupamento Fluvial da PM/PA. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uma Unidade Mista de Saúde; - 3 postos de saúde (nos bairros/ comunidades rurais); - 1 Centro de Saúde; - 3 ESF (Estratégia Saúde da família); - 3 Unidades de Saúde da Família (USF); - Uma Clínica de Especialidades; - 2 Academias de Saúde; - Um Laboratório; - 8 Farmácias, e; - Uma Unidade Móvel do SAMU. 	<ul style="list-style-type: none"> agências bancárias e 1 posto bancário); - Serviço mecânico; - Comércio e serviço; - Um Posto de Combustível, e; - Dois Mercados Municipais.
---	---	---	---

Fonte: Adaptado de Pará, 2017.

Já os serviços e equipamentos de infraestrutura turística existentes no município são:

Quadro 11 – Equipamentos de Infraestrutura Turística de São Caetano de Odivelas

Serviços e Equipamentos de Hospedagem	Serviços e Equipamentos de Alimentos e Bebidas	Serviços e Equipamentos de Eventos	Serviços e Equipamentos de Lazer
<ul style="list-style-type: none"> - 3 da categoria hotel, e; - 3 pousadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - 7 Bares e Restaurantes, e; - 5 lanchonetes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apenas 1 sede (municipal) e algumas vezes o Centro Cultural (que serve atualmente como sede para Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer); 	<ul style="list-style-type: none"> - 3 Praças; - 1 bosque, e; - A Orla da Cidade.

Fonte: Adaptado de Pará, 2017.

No que se refere aos equipamentos e serviços turísticos, foi identificado que dos 06 (seis) meios de hospedagem, encontram-se todos localizados no centro da cidade, nenhum possui cadastro obrigatório do MTur. – O Cadastur, assim como os 12 (doze) estabelecimentos de alimentos e bebidas. Esses equipamentos apresentam razoável diversidade de serviços ofertados aos visitantes e/ou turistas, entre os quais, dois dos empreendimentos de meios de hospedagens oferecem serviços de passeios e restaurantes agregados. Não foram identificadas transportadoras turísticas, e os serviços de transporte fluvial, são prestados pelos empreendimentos hoteleiros e por alguns restaurantes.

O município não conta com um terminal rodoviário e o serviço de transporte regular (Belém - SCO) é realizado por uma única empresa de transporte intermunicipal, também há possibilidades de o traslado ser efetivado por transportes alternativos (vans e micro-ônibus). As estradas de acesso aos atrativos naturais estão conservadas, mas a sinalização, principalmente nas vicinais também é inexistente. Nesse sentido, é possível notar que a

maioria das infraestruturas, serviços e equipamentos de apoio ao turismo encontram-se na sede do município e tais infraestruturas apresenta algumas deficiências, principalmente nos meios de acesso ao município e aos principais atrativos.

5.1.1 – Aspectos dos Atrativos Naturais e Histórico-culturais que podem contribuir para o desenvolvimento do TBC na RESEX-Mar Mocapajuba

Um dos municípios mais conhecido do Polo Amazônia Atlântica, São Caetano de Odivelas é um município que possui uma área de quase 744km², é cercado pelo Rio Mojuim e se constitui em um dos destinos favoritos da região do nordeste paraense. Cercado pelo Rio Mojuim, sua orla oferece uma vista incrível a esse atrativo e suas inúmeras ilhas que possuem nomes curiosos como “Feiticeira”, “Cotovelo”, “Macaca”, “Tubarão” e “Marinheiro”. (PARÁ, 2019).

Com tantos rios e a diversidade de peixes, mariscos e demais “frutos do mar”, a pesca e a produção de ostras e a coleta do caranguejo são atividades que movimentam a economia local. O município destaca-se no cenário estadual por ser o maior produtor e exportador do crustáceo e por isso recebeu o título de “terra do caranguejo”.

Assim, dada à importância econômica da pesca para o município, essa atividade se transformou em um dos maiores atrativos turísticos da região. Várias pessoas visitam São Caetano para a prática da pesca esportiva²⁹ e do turismo de pesca³⁰, pois o município se tornou um dos principais destinos para os que praticam esta modalidade. Durante todo o ano, há abundância e variedade de pescado, devido a proximidade com o oceano e a presença de furos, rios e ilhas no local, esses fatores favorecem a migração de espécies consideradas atrativas para a prática da pesca esportiva. O Rio Mojuim, que banha a cidade, torna-se completamente salgado nos meses do verão propiciando atividades e passeios turísticos para apreciação de belezas cênicas. A pesca esportiva é realizada como atividades de grupos de amigos que passam temporadas no município ou por torneios (DOL, 2011).

²⁹ A pesca esportiva é caracterizada, segundo o IBAMA - Portaria nº 4, de 19 de março de 2009, referente às normas para o exercício da pesca amadora em território nacional - como uma modalidade sem finalidade comercial, praticada por lazer, turismo e desporto. Em qualquer dessas modalidades é obrigatória a prática do pesque e solte (BRASIL, 2009).

³⁰ Segundo o MTUR, o Turismo de Pesca “compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora” (BRASIL, 2008d, p.16). Esse segmento tem se apresentado como um dos que detem o maior crescimento no mundo (BRASIL, 2008d) e está fundamentado nos fluxos turísticos motivados em razão da presença de espécies singulares de peixes e no usufruto sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2008d). Sendo uma das atividades turísticas mais praticadas no Brasil, leva um grande número de pessoas dos grandes centros urbanos a se deslocarem durante os finais de semana ou feriados prolongados para o litoral e para o interior do País (DIAS, 2003).

Segundo a SETur (2019), o município é considerado como prioritário para a implantação de Sítios Pesqueiros Turísticos com data prevista para o período 2012 a 2015. O maior desafio para secretaria é organizar a cadeia produtiva da pesca esportiva, relacioná-la com o turismo de pesca e viabilizá-la como atividade ambientalmente correta (Verificar figura 09 abaixo).

Devido à existência de diferentes formas de apropriação dos recursos pesqueiros, no município, essa situação tem levado a incidência de conflitos na região. A pesca esportiva foi introduzida no município pela prefeitura, com a criação do Torneio de Pesca Esportiva de São Caetano (TOPESCO) e veio com promessas de gerar uma segunda opção de emprego e renda para os pescadores. Durante a estadia dos turistas, os pescadores seriam os “guias de pesca”. Alguns pescadores receberam treinamentos (formação de condutores) para tal atividade. Num primeiro momento, os pescadores foram utilizados por essas demandas, acompanhavam e informavam as áreas pesqueiras para os turistas e os acompanhavam nas pescarias obtendo com isso alguma renda. Com o desenvolvimento desordenado da atividade, os pescadores locais não foram mais contratados pelos turistas de pesca, e hoje se resumem apenas em ser o guardador das embarcações e pilotos desse público (BRASIL, 2014b)

De acordo com informações obtidas na pesquisa de campo, especificamente nas oficinas aplicadas para tratar sobre o TBC, os participantes relataram que existe o conflito entre os pescadores locais e os que chegam ao município para a prática da pesca esportiva. De acordo com uma moradora de Cachoeira, a pesca esportiva:

Quando eles vêm, pegam uma voadeira vão lá pra fora [rio] eles pegam uma linha, pescam o peixe e tem uns que pegam e não soltam o peixe e tem uns que são conscientes e soltam na Reserva. Mas tem uns que não, eles vêm acham lindo, mas eles não têm a consciência de deixar o peixe, eles pegam e levam porque é rico pra cá. E eles se divertem com a nossa pesca. Mas pra gente não, a gente sobrevive disso aí[referindo-se a falta de organização da atividade, principalmente da pesca esportiva]. (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

Para a presidente da Colônia a pesca esportiva

Estamos lidando aos trancos e barrancos, por motivos de que falta política dentro do nosso município, até porque a lei orgânica do nosso município ela não tá dentro do padrão a qual dá o apoio a colônia, (...) então a gente tem essa dificuldade muito grande essa questão da pesca esportiva. Agora talvez, com a Reserva criada, ela toda preparada a gente leve pra outro caminho essa questão da pesca esportiva dentro do município e dentro da conservação (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

Quando lançada a indagação, a respeito da realização da pesca esportiva aos representantes públicos, obteve-se as seguintes informações: a representante da diretoria municipal de turismo relatou que “São Caetano é um dos maiores polos de pesca esportiva, mas não há nada oferecer [o município]. A gente tem o atrativo, mas não tem o produto

formado. Ainda não conseguimos formar o produto para colocar na vitrine” (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

Já o Secretário Municipal de Meio Ambiente em sua fala afirma:

A minha opinião essa pesca esportiva ela não existe, e eu sou contra esse tipo de atividade, porque quando os comunitários relatam à vocês que eles [pescadores esportivos] vem aqui, eles trazem tudo de fora da bebida, comida, seja o que for, eles pescam e não tem um limite pra que eles levem, então não é esportiva (...) a ideia é fazer como os conselhos [conselhos deliberativos das outras RESEX vizinhas a Mocadojuba] estão aprovando a regulamentação, como em São João da Ponta, pesca e solta e é o mesmo caminho [de Mocapajuba]. [Organizando a atividade] ganha o piloto que vai levar [pescador esportivo], a prefeitura vai ter o poder de taxar (...) vão ter regulamentação na questão de motor (...) então tudo isso vai poder ser regulamentado (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

Já para o Chefe da RESEX-Mar Mocapajuba, analista do ICMBio, a pesca esportiva

Diferentemente das outras unidades, lá [Mocapajuba] já existe o turismo da pesca esportiva, que não é implementado pela comunidade em si, eles fazem parte de alguma forma, mas não é comunitário. As pessoas, logico, da localidade [piloteiros ou guias], prestam um serviço pra essas pessoas de fora, e não tem nada estruturado em relação a isso. A gente fez um levantamento de todos os sítios pesqueiros, mas aí já não só a questão da pesca esportiva, mas da pesca deles [pescadores artesanais das comunidades], da pesca tradicional. Aí, a ideia agora, é a gente trabalhar com essa informação, no momento de sinalizar que ali é um ponto de uso tradicional, aí vem os ordenamentos futuros, de que talvez a pesca esportiva não possa concorrer ali [sítios pesqueiros tradicionais]. A gente vai começar a estabelecer essas regras e os acordos, pra essas atividades conseguirem conviver. Que é uma atividade que já acontecia antes da criação da RESEX [pesca esportiva], e não tem como a gente chegar e proibir totalmente, mas ordenar e futuramente até com o plano de manejo ter esse uso público (...) hoje as pessoas pescam de acordo com a lei que existe, a qual dá direito pescar 10kg e mais um exemplar, e a pessoa tem que portar a carteirinha de pescador esportivo. A gente já tem cobrado essas regras em algumas atividades, pontuais, de fiscalização que a gente faz no rio (...) e (...) cadastrar as pessoas [comunitários] que prestam serviço para essa para essas pessoas [pescadores artesanais], futuramente cobrar uma taxa de visitação, que volte pra unidade, mas pra estruturar esse turismo. (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

Sobre a realização dos torneios de pesca, de que maneira o ICMBio orienta para o desenvolvimento dos eventos, o Chefe a UC relata:

Depois que a RESEX foi criada, a gente começou a fazer atividades pontuais de fiscalização, acontecia esse torneio de pesca, aí a gente começou a cobrar que a organização solicitasse a autorização pro ICMBio, pra que eles pudessem exercer a atividade dentro das condicionantes da unidade (...) (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

A SETur forneceu a capacitação aos pescadores em parceria com a prefeitura, e se resume em divulgar a atividade os torneios de todas as regiões paraenses em seu *site*, sem maiores informações. E, também, as dificuldades para a organização desta atividade no Pará. De acordo com o levantamento realizado pelo ICMBio (2014b), para os pescadores locais a pesca esportiva:

(...) é predatória, pois capturam pescados “fora do padrão permitido pelo IBAMA e não soltam, eles saem daqui com os isopores cheios de peixes” (...) (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

Figura09: Mapa do Sítio Pesqueiro Turístico Para Pesca Esportiva – Estuário Marinho de São Caetano de Odivelas



Fonte: Figueredo Filho e Lopes, 2006.

Na visão do Presidente da Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba (AUREMOCA), o turismo:

Bem, turismo aqui eu entendo assim, como seja um desenvolvimento da cidade, por isso a reserva [Órgão Gestor - ICMBio] não proíbe o turismo. Agora tem que ser tudo legalizado, vamos dizer: a pesca esportiva é um turismo, então nós temos que ser tudo legalizado. (...) a pesca é o turismo que a gente tem aqui. Mas ainda não tá contribuindo com nada [resolução de problemas da RESEX]. Mas a partir da criação do Conselho Deliberativo na gestão e no manejo [da RESEX], claro que vai ter alguma ferramenta pra eles [visitantes/turistas] contribuir para associação (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

Como uma possibilidade de ordenar a pesca esportiva nas UC federais, o ICMBio publicou a Portaria nº 91 de 4 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre procedimentos para realização da pesca esportiva em unidades de conservação federais administradas pelo órgão. Assim, a gestão da RESEX-Mar Mocapajuba conta, atualmente, com essa ferramenta legal para ordenar o(s) território(s) de uso da pesca esportiva nas comunidades da UC.

Das disposições iniciais da Portaria, o artigo 1º dita: “Estabelecer normas procedimentos para a realização da atividade de pesca esportiva em Unidades de conservação Federais de Uso Sustentável geridas pelo ICMBio”; em seu § 1º contempla a realização da atividade nas UC de Proteção Integral quando ocorrer em território de população tradicional, em área regulada por termos de compromisso ou sob dupla afetação (BRASIL, 2020b).

Entre os Princípios e Diretrizes, estipulados na portaria, o artigo 3º delimita que para a pesca esportiva somente será admitido à captura de peixes, não envolvendo outros recursos pesqueiros. O artigo 4º determina que a visitação para realização da atividade deva ser compatível com o Plano de Manejo e com os termos de compromissos que houver com as populações tradicionais. No Artigo 5º, o exercício e o manejo das atividades de pesca esportiva deverão observar os seguintes princípios:

- I - utilização racional e sustentável dos recursos naturais;
- II - protagonismo das comunidades tradicionais que residam ou façam uso dos recursos pesqueiros na Unidade de Conservação para a gestão da atividade de pesca esportiva em seu interior e, em especial, quando o exercício da atividade as envolver;
- III - implementação de programas de monitoramento;
- IV - acompanhamento dos órgãos oficiais; e
- V - proteção das espécies ameaçadas de extinção. (BRASIL, 2020b).

Já para o ordenamento da atividade nas UC, a portaria orienta, no seu artigo 6º a gestão da UC sobre alguns aspectos que devem ser indicados previamente, tais como:

- I - áreas nas quais será permitida a pesca esportiva;
- II - épocas nas quais será permitida a pesca esportiva;
- III - petrechos de pesca com os quais será permitida a pesca esportiva;
- IV - esforço de pesca, considerando tanto a sazonalidade como as temporadas de pesca;

- V - protocolos e procedimentos para a emissão das autorizações aos prestadores de serviço;
- VI - protocolo de monitoramento da realização da atividade na unidade de conservação (BRASIL, 2020b)

Para prestação de serviço de apoio a pesca esportiva, a portaria determina:

Art. 9º. Nas unidades de conservação federais de uso sustentável de domínio público com populações tradicionais das categorias Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais, os serviços de apoio à pesca esportiva **deverão ser prestados preferencialmente por organizações representativas das comunidades locais ou por beneficiários da unidade de conservação** [Grifo do autor].

§ 1º Se enquadram, ainda, no disposto no caput, as áreas abrangidas por termos de compromisso e as sobrepostas com terras indígenas ou territórios quilombolas.

§ 2º A unidade de conservação deverá estimular e apoiar a formação de cooperativas de beneficiários residentes e usuários da unidade objetivando potencializar os benefícios econômicos e socioambientais da pesca esportiva às comunidades tradicionais.

Art. 11. O beneficiário ou comunitário que tiver interesse em prestar serviços de apoio à pesca esportiva deverá seguir as especificidades, assim como apresentar os requisitos mínimos necessários indicadas pela unidade de conservação em edital de credenciamento ou outro documento designado.

Parágrafo único. Para que seja possível a Autorização, deverão ser atendidas as seguintes etapas:

I - elaboração e divulgação pelo ICMBio e concessionária ou associação representativa do edital para credenciamento, contendo as especificidades e requisitos mínimos necessários a serem cumpridos pelos interessados para emissão da Autorização;

II - abertura do processo de habilitação aos interessados de acordo com os prazos indicado no edital;

III - preenchimento das fichas cadastrais pelos interessados, das exigências indicadas em edital;

IV - recebimento das fichas cadastrais, seleção preliminar e encaminhamento dos habilitados pela concessionária ou associação representativa ao ICMBio; V - análise do processo e emissão da Autorização pelo ICMBio;

VI - publicação, pelo ICMBio e concessionária ou associação representativa, da lista dos Autorizados (BRASIL, 2020b).

Assim, entende-se que a publicação dessa portaria traz a possibilidade de ordenamento, estruturação e organização da Pesca Esportiva em Mocapajuba. Porém, faz-se necessário a validação do conselho deliberativo da UC, para que essa instituição, que é de fundamental importância para gestão, possa discutir e desenvolver orientações, levando em consideração peculiar à pesca esportiva, já desenvolvida, em São Caetano de Odivelas.

Além das belas paisagens naturais, a cidade tem para oferecer atrações gastronômicas, culturais e históricas. Na gastronomia, aflora a fartura do pescado, têm os mariscos – ostra, siri, mexilhão, tutu e o caranguejo, é considerado o “carro chefe” em diversos restaurantes da cidade – tanto que a cidade é conhecida por ser a “terra do caranguejo” - o crustáceo é servido em casquinhas acompanhados de farofa ou estilo “toc-toc”. O turista pode apreciar as iguarias regionais contemplando a beleza do rio Mojuim – um dos principais atrativos turísticos naturais do local.

Já os atrativos naturais, o município destaca-se, primeiramente, por estar inserido dentro do território de uma RESEX- uma área de preservação ambiental, que busca os preceitos da sustentabilidade no uso dos recursos naturais e que presa pela preservação das tradições das comunidades locais. Possui belas praias que no período de veraneio (meses de junho e julho) são bastantes procuradas por turistas e visitantes da região. São praias sazonais e só aparecem quando a maré está completamente seca, e o visitante tem aproximadamente 6h para aproveitar. As mais conhecidas são: a praia do Rato, Ilha dos Guarás (Mariteua), que é palco de um belíssimo espetáculo da natureza, a revoada dos pássaros da espécie que dá nome a ilha; a praia do Farol; a praia da Onça, a praia da Romana. Os acessos às praias e rios ocorrem através dos trapiches e de marina, situados no centro da cidade e em outras localidades como Boa Vista e Cachoeira. Os manguezais também são atrativos de destaque na região, que possuem uma biodiversidade marinha muito rica.



Imagem 15: Vista do Rio Mojuim – São Caetano de Odivelas
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

Figura 10: A revoada dos Guarás – Ilha do Mariteua/São Caetano de Odivelas



Fonte: Agencia Pará, S/A.

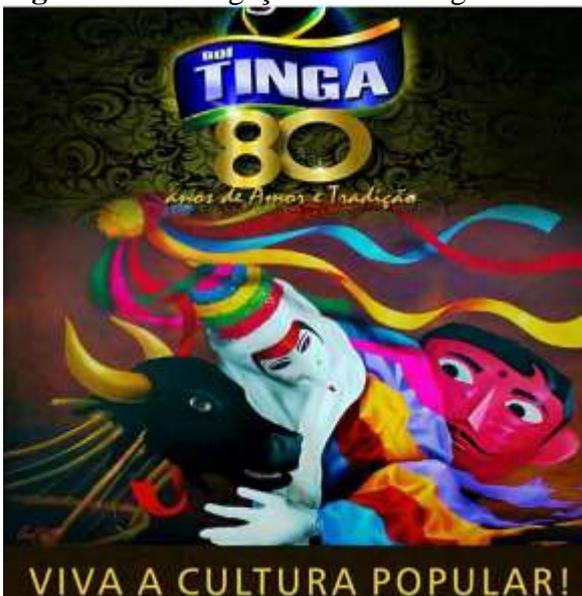
No quesito histórico-cultural, destacam-se os festejos religiosos e folclóricos. O município possui um calendário bem extenso que começa no período do carnaval (entre os meses de fevereiro e março), ocorrem apresentações culturais das Bandas Musicais, as mais tradicionais e conhecidas são a Rodrigues dos Santos e a Milícia Odivelense; tem o cortejo dos grupos folclóricos com os Bois de Máscaras que segundo Silva (2009), a brincadeira de boi é formada a partir da figura central do boi de quatro pernas, um boi que dança. A síntese dos seus elementos visuais, sonoros e cênicos ficou conhecida na imprensa paraense como “boi de máscaras” ou, simplesmente, “boi Tinga”. Durante os festejos juninos, também, ocorrem as apresentações culturais das bandas e dos grupos folclóricos de Boi, o carimbó e as quadrilhas são o foco desse período, a procissão de barcos pelo rio Mojuim, no dia de São Pedro, também é um diferencial.

Figura 11: Banda Rodrigues dos Santos



Fonte: Agencia Pará, S/A.

Figura 12: Divulgação do Boi Tinga – S.C.O. **Figura 13:** Divulgação Boi Faceiro – S.C.O



Fonte: PARÁ, 2019.



Fonte: PARÁ, 2019.

No mês de julho, no período de férias escolares, ocorre o Fest Verão, uma programação organizada pela prefeitura a qual ocorre na orla da cidade, com apresentações de diversas bandas locais e grupos culturais e atividades esportivas. Segundo o relato da representante da Diretoria de Turismo do município, os festivais são:

Em agosto, ocorre o Círio em homenagem ao santo padroeiro do Município – São Caetano da Divina Providencia, a procissão religiosa ocorre pelas principais ruas da cidade e conta com uma semana de festejo.



Imagem 16: Praça Municipal – São Caetano de Odivelas.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.



Imagem 17: Monumento em Homenagem aos Pescadores – São Caetano de Odivelas.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

No mês de dezembro ocorre o “Festival do Caranguejo”. A festividade atrai turistas de várias regiões do estado. O evento é tradicional do município que valoriza um dos principais itens da economia local – O caranguejo. Como atrativo, o festival oferece várias comidas feitas a base de caranguejo, mas também, são oferecidas outras comidas típicas. Há gincanas e brincadeiras que envolvem os pescadores e a coleta do crustáceo, além das apresentações culturais e a festa com bandas locais e nacionais. Esse festejo ocorre na sede da guarda Municipal, mais conhecida como área do Bosque.

No quesito patrimônio histórico, é possível conhecer, na sede municipal, o Centro Cultural, a Igreja Matriz, a Prefeitura – Palacete Deodoro Ataíde, o Mercado Municipal – Benedito Farias Rendeiro, a Orla da cidade, as praças da Igreja Matriz e da Prefeitura e a rampa que fica em frente à prefeitura de onde lá que saem e chegam os barcos trazendo o pescado.

Figura 14: Encarte de Divulgação do Festival do Caranguejo 2019



Fonte: Pará, 2019

Figura 15: Igreja Matriz de São Caetano de Odivelas



Fonte: Agencia Pará, S/A.

5.2 Oficinas Participativas de TBC e Cartografia Social: O mapeamento dos Atrativos Naturais, Culturais e Históricos da Sede Municipal e das Comunidades de Boa Vista e Cachoeira, com potencial para o desenvolvimento do TBC

As oficinas realizadas no período de 01 a 03 de outubro de 2019 - TBC, e as que ocorreram no período de 14 a 15 de novembro de 2019 – Oficina de Cartografia Social, foram pensadas para poder se verificar, primeiramente, a possibilidade e o interesse das comunidades desenvolver o TBC, além de distinguir os aspectos histórico-culturais e naturais existentes no município de São Caetano de Odivelas, especificamente na área da RESEX-Mar Mocapajuba que possam virar produtos turísticos consolidados e assim, gerar um diagnóstico

que sirva como orientação para gerência da RESEX e para elaboração de ações voltadas ao TBC na área do uso público da UC.

Para a Oficina de Turismo de Base Comunitária o planejamento participativo e o diagnóstico rural participativo (DRP) foram aplicados como procedimentos metodológicos. Os instrumentos metodológicos aplicados em campo, juntamente as comunidades foram: Observação Participante trabalhado; Quadro com Potenciais Atrativos Turísticos no TBC; Mapa Falado da comunidade; Matriz SWOT.

Para Oficina de Cartografia Social, o trabalho foi realizado utilizando o mapeamento com bases cartográficas, onde foi disponibilizado às comunidades um mapa base, que continham algumas informações georreferenciadas do território, em que os comunitários completaram com as representatividades que jugam importante sobre suas dinâmicas de relações. Essa atividade foi realizada para aprimorar as informações recebidas do mapa falado, aplicado na oficina anterior, com a localização das potencialidades e atrativos citados para o desenvolvimento do TBC nas comunidades.

5.2.1 – Oficina de TBC na Sede Municipal³¹

De acordo com informações colhidas no âmbito da oficina de TBC, ministrada na Colônia de pescadores no dia 01 de outubro de 2019, na Sede de São Caetano de Odivelas, o município possui vários tipos de atrativos, para oferecer aos seus visitantes e turistas. Estiveram presentes 12 (doze) participantes - sendo 3 (três) analistas do ICMBio, 2 (dois) representantes da Colônia de Pescadores, 1(um) representantes da Comunidade da ilha de São João de Ramos, 1 (um) representante da Comunidade Monte Alegre, 1 (um) da Comunidade de Vila Paraíso, 1 (um) da Comunidade Ilha São Miguel e 3 (três) participante da Sede (sendo 2 técnicos da SEMMA de São Caetano e 1 estudante), da RESEX-Mar Mocapajuba. Os participantes, ao longo da atividade puderam entender e discutir acerca da atividade do turismo no âmbito da RESEX.

Na aplicação da metodologia do **Quadro de Potenciais Turísticos** com os participantes, quando questionados sobre quais atrativos locais tem potencial para o desenvolvimento da atividade turística, os mesmos apontaram diversos aspectos importantes existentes na sede do município, os quais jugaram ser ou ter condições de atrair visitantes e turistas para região. Eles conseguiram listar diversos potenciais atrativos naturais, culturais e

³¹ A oficina de Cartografia Social não foi realizada com o grupo da sede municipal, devido a dificuldade de mobilização e comparecimento de tais participantes no período selecionado.

históricos, muito deles já explorados pelo trade turístico³², porém sem ser formatado e organizado como produto turístico³³.

Quadro 12 - Potenciais Turísticos Identificados na Oficina de TBC - Sede Municipal de São Caetano de Odivelas

Potenciais Turísticos		
Atrativos Naturais	Atrativos Culturais	Atrativos Históricos
<ul style="list-style-type: none"> - Ostras, mexilhão, caranguejo, turu, camarão, siri, peixes; - Rios e Manguezais; - Mandioca e seus derivados - Mel e andiroba - Frutas: açaí, bacuri, cupuaçu, murici, taperebá, manga, tucumã, pupunha 	<ul style="list-style-type: none"> - Carimbó; - Boi de Máscara; - Festivais do Caranguejo; de Verão, Junino, do Camarão; - Círio; - Procissão Fluvial de São Pedro; - Carnaval 	<ul style="list-style-type: none"> - Prédio da Prefeitura, da Câmara Municipal e do Fórum; - Mercado Municipal; - Centro Cultural; - Bosque Rodrigues Castilho; - Sedes de Clubes; - Igreja Matriz; - Praças; - Sede da Colônia de Pescadores

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

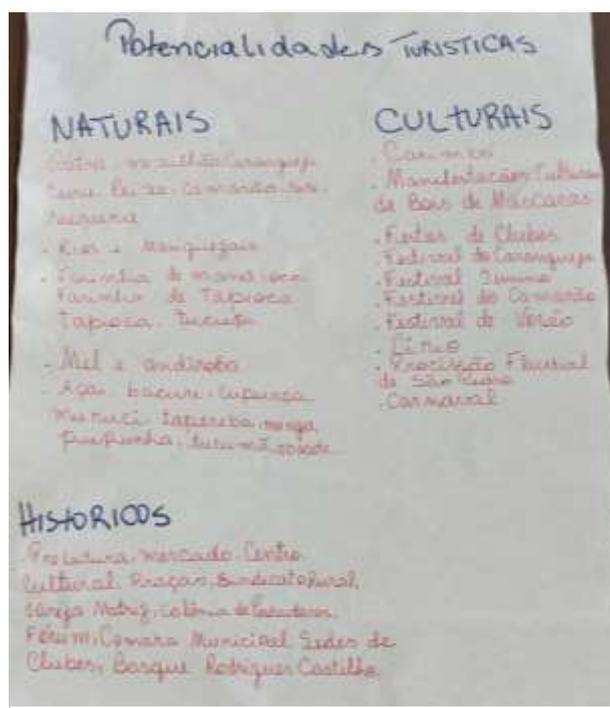


Imagem 18: Quadro de Atrativos com Potencial Turístico – Sede de São Caetano de Odivelas.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

³² Trade Turístico é o “conjunto de agentes e operadores de turismo, empresários de meios de hospedagem e outros prestadores de serviços turísticos, que incluem restaurantes, bares, redes de transporte etc (BRASIL, 2007, p.19).

³³ Produto Turístico é o “conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preço” (BRASIL, 2007, p.17).

Para aplicar a **Matriz SOWT (FOFA)**, foi necessário que os participantes tivessem bem claro o conhecimento sobre as questões e problemáticas que a localidade enfrenta em sua rotina, para melhor preenchimento da mesma. Assim, de acordo com as análises realizadas a matriz SWOT foi preenchida da seguinte maneira, pelos participantes:

Quadro 13 – Matriz SWOT (FOFA) do Turismo – Sede Municipal/ São Caetano de Odivelas.

Matriz SWOT/FOFA	Fatores Positivos	Fatores Negativos
Fatores Internos	Forças: <ul style="list-style-type: none"> - Pesca (Caranguejo, ostra, camarão); - Comidas Típicas; - Organização/Participação; - Cultura; - Sindicatos e Associações (Comunitários); - Estudos do Ambiente. 	Fraquezas: <ul style="list-style-type: none"> - Poluição Ambiental (descuido com lixo); - Derrubada do mangue; - Falta de Organização Comunitária; - Falta do Pescado (devido a pesca industrial); - Melhorar a Ed. Ambiental.
Fatores Externos	Oportunidades: <ul style="list-style-type: none"> - Oficinas de Artesanato; - Grupo de Dança; - Oficina de Carpintaria Naval; - Oficina de Música (Bandas) - Culinária. 	Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> - Pesca Predatória; - Erosão de Orlas (Voadeiras da Pesca Esportiva); - Desmatamento/Queimadas; - Drogas; - Exploração Sexual; - Despejo inadequado do Lixo.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Os principais fatores identificados pelos comunitários, às fortalezas identificadas sobre o TBC para RESEX, destaca-se a pesca, a organização da comunidade e a cultura foram pontuadas pelos participantes da oficina como fatores importantes para o fortalecimento do turismo na região e a inserção de novas propostas para melhorar as condições em que se encontram atualmente as comunidades. Outro ponto de fortalecimento citado na matriz foi à organização das associações.

Os participantes também apontaram algumas oportunidades que deveriam ser aproveitadas e/ou incentivadas pelos gestores locais, como: capacitações sobre a conservação dos recursos naturais, preservação da cultura, ofertas de cursos, palestras e oficinas de artesanato, de carpintaria naval – devido à dificuldade de encontrar profissionais que construam barcos no município, pois é a principal ferramenta para realização da pescaria e apoiar mais os grupos folclóricos e as bandas tradicionais, pois segundo os participantes, algumas tradições culturais estão se perdendo ou se descaracterizando. A exemplo, citaram o Festival do Caranguejo que foi criado com intuito de mostrar a população a importância do

caranguejeiro e da tiração do crustáceo, para a economia local e agora se transformou em uma festa de aparelhagem que segrega os pescadores e deixa essa atividade em segundo plano. Os participantes também citaram e destacaram as festividades das comunidades rurais de São Caetano, dentre elas as da Comunidade Boa Vista e da Comunidade Cachoeira.

Também apontaram alguns pontos negativos que a atividade turística trouxe para o local, como citado anteriormente, o conflito com a pesca esportiva, a falta de organização comunitária, a poluição e degradação ambiental, a falta de comprometimento dos poder público em se tratando de implementação de políticas públicas, o aumento do índice de violência e da exploração sexual entre outro (verificar imagem 19 abaixo).

FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> * Pesca ^{comunitária} * Comidas típicas (Caranguejo, Ostra, Corvina) * Organização (Associação) * Cultura * Soc. / Associações * Estudo do Ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> * Oficinas - artesanato * Grupos de Danças * Artesanato local * Culinária * Corporação (Dança) * Música (Bambas)
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> * Baixa Judicial * Dificuldade de acesso * Degradação do tempo * Falta do Poder * " de Organização Comunitária * Degradação do meio amb. (Resíduos e outros) * Melhorar Med. Amb. 	<ul style="list-style-type: none"> * Estresse - Violência de P. Urbana * Sujeito * Poluição * Desemprego/Desemprego * Violência * Exploração sexual

Imagem 19: Matriz FOFA do Turismo – São Caetano de Odivelas.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Para execução do mapa falado, faz-se importante o entendimento de representação do espaço e de um instrumento de revelação e de percepção de seu executor. Nesse sentido, “é indissociável de sua compreensão nos discursos dos elementos indicados, por ser uma ferramenta de desvendamento do lugar e se desvencilhar de seu caráter objetivo e assumir o papel da subjetividade, uma vez que dá mais abertura para informação” (SOUSA, 2017, p. 164).

No mapa falado, o local é entendido a partir das várias percepções das vivências individuais de cada ator social envolvido em sua construção o qual estabelece uma conexão excessivamente intensa com o meio ambiente. “Desta forma, há uma necessidade de se

compreender a vida social a partir do cotidiano, pelas relações intersubjetivas, ou seja, da forma do homem se relacionar com o seu semelhante no dia-dia” (SOUSA, 2017, p. 178).

Assim, no processo de confecção do **Mapa Falado** solicitado na realização da oficina, os participantes colocaram no papel sulfite a sua percepção da comunidade, apontando e incluindo os principais pontos, recursos e atrativos que foram levantados nas dinâmicas anteriores os quais podem ser aproveitados no âmbito do TBC, e que colabora com o fomento da atividade do turismo na região (imagem 20 abaixo).

Nota-se que no esquema apresentado abaixo, o rio, o mangue e o pescado tiveram destaque como atrativos naturais encontrados no local. Também é possível verificar o destaque, no desenho, para as representações culturais, como boi de máscara e o pierrô, que são figuras principais nos festejos e festividades do município, além de algumas arquiteturas históricas, como o prédio da prefeitura, o mercado municipal, a colônia de pescadores e o centro cultural. Os participantes mostraram que tais elementos relacionados estão ligados direta e indiretamente com seus cotidianos e rotinas, sendo o rio o elemento principal a todos, pois dele, sua maioria, tira sustento e sobrevivência.



Imagem 20: Mapa Falado da sede municipal de São Caetano de Odívelas.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Por fim, no encerramento das atividades, os participantes apresentaram o mapa falado e o quando de potencialidades turísticas com os principais pontos e atrações disponíveis na sede do município (ver imagens 21 e 22 abaixo).



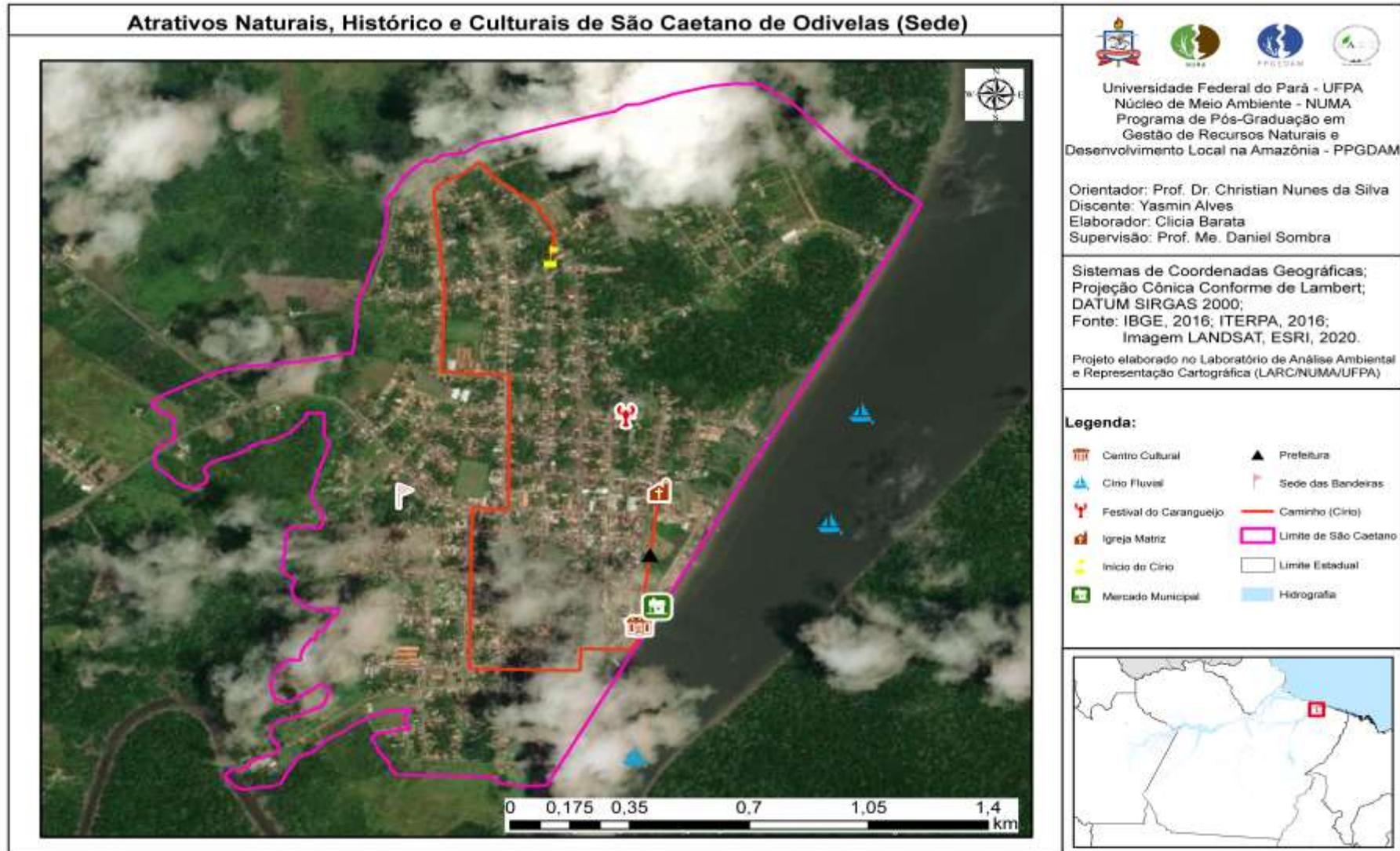
Imagem 21: Participação nas atividades da oficina de TBC – São Caetano de Odivelas.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.



Imagem 22: Apresentação dos resultados das atividades da oficina de TBC – S.C. de Odivelas.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Como resultado do levantamento de dados obtidos na oficina de TBC, foi possível elaborar um mapa da área da sede com os principais atrativos histórico-culturais apontados pelos participantes. Tais atrativos já se configuram como recursos utilizados para fomentar o turismo no município, porém, estes ainda não se apresentam como um produto turístico formado, do qual possa participar ou integrar uma rota turística local (Ver mapa 2, abaixo).

Mapa 2 - Atrativos Naturais, Históricos e Culturais Existentes na Sede de São Caetano de Odivelas.



Fonte: PESQUISA DE CAMPO (2019); Elaboração: BARATA E SOMBRA, 2020.

5.2.2 – As Oficinas de TBC e de Cartografia Social na Comunidade de Cachoeira

Na comunidade de Cachoeira a oficina de TBC ocorreu no dia 02 de outubro de 2019, no Clube de Mulheres da comunidade. E contou com a presença de 24 (vinte e quatro) participantes, sendo: 3 (três) analistas ambientais do ICMBio, 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Esporte e Lazer, 1 (um) pesquisado do INEAF/UFGA, 1(um) representante da Associação de Música, 1 (um) pescador, 5 (cinco) representantes da associação das mulheres da pesca de Cachoeira (AMUPESC), 1 (um) representante do Conselho Escolar, 1 (um) representante do clube de mães, 5 (cinco) estudantes e 4 (quatro) representantes de Cachoeira.

Inicialmente foi apresentada a temática da oficina, para esclarecimento do tema trabalhado e do motivo da pesquisa na região, sua importância e seus desafios. Foi pontuado com o grupo sobre o turismo, segmentos da atividade, a modalidade do TBC, entre outros aspectos. Ao serem questionado sobre o que eles entendiam a respeito do Turismo, houve os seguintes relatos:

Para uma representante da AMUPESC, o Turismo é:

O Turismo aqui [comunidade] é a pesca, nossa pescaria, coisas que eles [visitantes/turistas] não tem lá, nosso dia-a-dia é isso aí [referindo-se à pesca]. E os que vem de fora, que não tem isso aqui, que nós temos todo nossos dias, eles vêm e acham lindo (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019)

Para o representante do Conselho Escolar “o Turismo é ir para algum lugar que a pessoa nunca foi, para conhecer cultura, coisas que não é do seu normal [do cotidiano]”. Já para representante do clube de mães o Turismo é “o que o nosso município oferece para quem vem de fora, buscar o novo. O que que nós temos para o turismo? As nossas manifestações folclóricas, festivais religiosos, pra ver o nosso festival do caranguejo, a pesca esportiva” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019) (Imagem 23 abaixo). Assim, foi revelado o entendimento dos participantes acerca da temática trabalhada. Assim, entende-se que o turismo é um movimento temporário e voluntário de pessoas ou grupos de pessoas, para um local diferente do seu habitual, sendo inspiradas por diversos motivos, como recreação, saúde, pesquisa, conhecimento, entre outros.

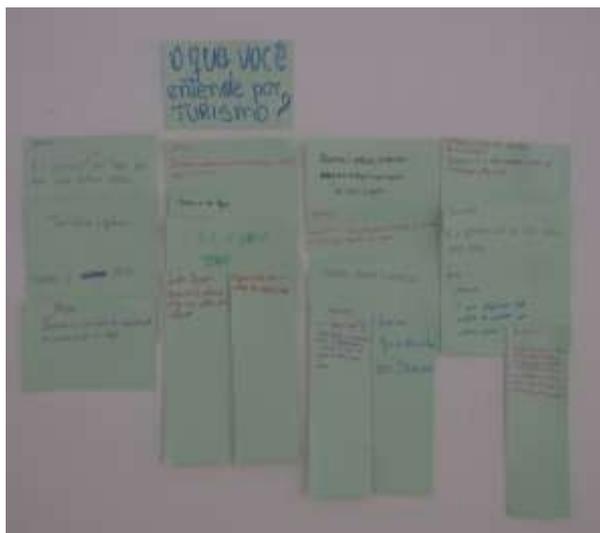


Imagem 23: Entendimento sobre o Turismo, Comunidade Cachoeira.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

No momento de elaboração do Quadro de Potenciais Turísticos (Ver quadro 14), ao serem indagados sobre os atrativos existentes na comunidade, os participantes elaboraram uma lista com os principais atrativos que tem potencial para o TBC: dentro dos aspectos naturais têm-se as praias – que se formam no período de seca da maré e que são bastante procuradas no período de veraneio, e a pesca, com ênfase no esquema tanto para os recursos pesqueiros, como nas atividades de lazer, como a Pesca Esportiva e o Torneio de Pesca Esportiva que acontece na região (imagem 24 abaixo).



Imagem 24: Elaboração de Quadro de Potencial Turístico – Comunidade de Cachoeira/SCO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Vale ressaltar, que a prática da pesca esportiva já é uma ação realizada na comunidade,

mas por pessoas de fora da localidade, e que por vezes, vem gerando conflitos com os pescadores locais, haja vista que esses grupos distintos de pescadores concorrem pela mesma área de pescada. Assim, se faz necessário e urgente uma normatização para organização e realização de tal prática, para que a mesma deixe de ser um entrave e se torne um aliado da comunidade, capaz de gerar renda e dissemine a importância de conservação dos recursos naturais existentes.

Os atrativos culturais citados foram: os festejos e tradições folclóricas da comunidade, os blocos de carnaval – que movimentam a economia da comunidade no período da comemoração do carnaval, entre fevereiro e março, e; para os atrativos históricos eles relacionaram os festejos religiosos - em especial Círio de N^a Sr.^a das Graças, padroeira da comunidade, que acontece todo mês de janeiro, e as bandas musicais (centenárias) que tem grande destaque no cenário cultural regional . Criando, assim, o quadro de potencialidades turísticas da comunidade.

Quadro 14 - Potenciais Turísticos Identificados na Oficina de TBC/Comunidade Cachoeira - São Caetano de Odivelas.

Potenciais Turísticos		
Atrativos Naturais	Atrativos Culturais	Atrativos Históricos
<ul style="list-style-type: none"> - Praias; - Pesca (Pesca Esportiva/TOPESCO) - Ostras, mexilhão, caranguejo, peixes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Quadrilhas, Carimbó; - Boi de Máscara; - Festivais do Caranguejo e Junino, - Carnaval (Carma Odivelas); - Verão Odivelas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Círio de Nossa Senhora das Graças; - Procissão de São Pedro - Bandas de Músicas (Milícia Odivelense e a Rodrigues dos Santos).

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

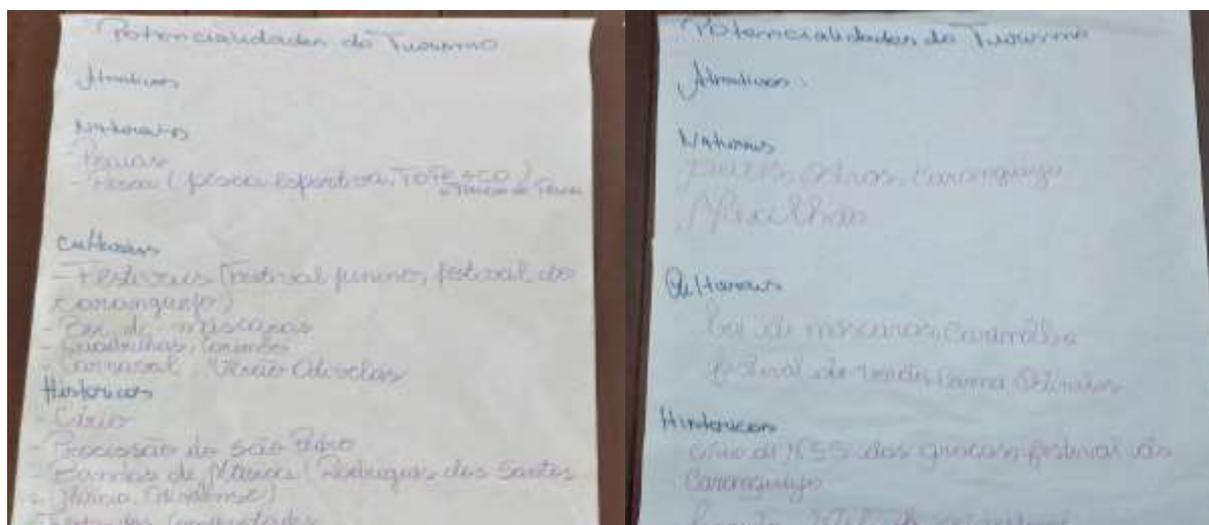


Imagem 25: Quadro de Atrativos com Potencial Turístico – Comunidade de Cachoeira/SCO.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

A Matriz SOWT (FOFA), foi desenvolvida de acordo com o conhecimento sobre as questões e problemáticas da comunidade (imagem 26), e foi preenchida da seguinte maneira:

Quadro 15 – Matriz SWOT (FOFA) do Turismo – Comunidade Cachoeira/RESEX-Mar Mocapajuba, São Caetano de Odivelas.

Matriz SWOT/FOFA	Fatores Positivos	Fatores Negativos
Fatores Internos	<p>Forças:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mercado/Porto da Comunidade; - Qualidade da água; - Venda/Comércio(mariscos); - Praias (recursos naturais); - Cultura (Boi de Máscara); - Círio de N.Sr^a das Graças. 	<p>Fraquezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Problema de Abastecimento de água; - Falta de organização e desunião comunitária; - Descaracterização do Festival do Caranguejo (Ausência do caranguejeiro na organização do festival) - Falta de estrutura para o Turismo (Hospedagens, restaurantes e transportes);
Fatores Externos	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacitação - União/Organização Comunitária; - Inclusão da juventude nas ações da comunidade; - Valorização da Bandas Musicais; - Valorização do Título da Cidade (Terra do Caranguejo); - Culinária Regional (Fomentar). 	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pesca Predatória; - Falta de apoio da Prefeitura - Falta de Regramento para a Pesca Esportiva; - Fiscalização (ambiental) reduzida ou inexistente.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

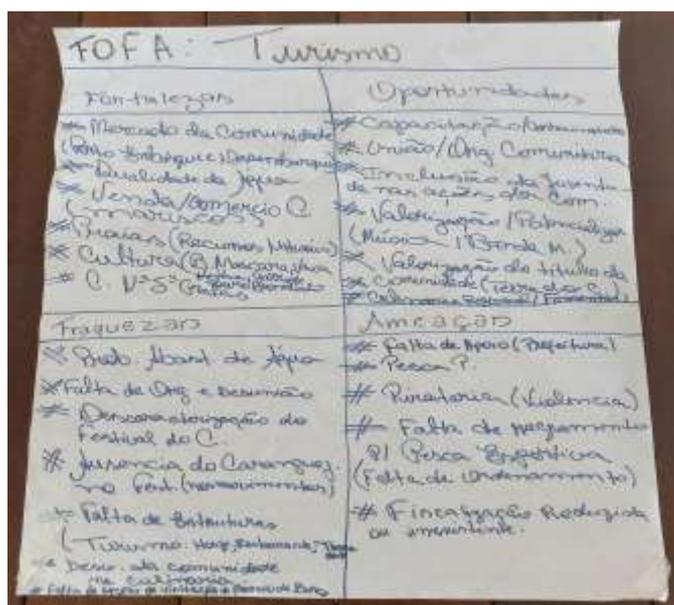


Imagem 26: Matriz SWOT/FOFA – Comunidade de Cachoeira/SCO.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Na aplicação da matriz SWOT, a comunidade de Cachoeira apontou como fortalezas o mercado municipal e o porto, pois é o local de interação da comunidade em torno da principal atividade econômica da região – a pesca, com a venda de pescado e mariscos, além de ser o único porto que possui estruturas de geleiras (fabricas de gelos), que contribuem para intensa movimentação de embarque, desembarque e distribuição do pescado para outras regiões do estado. Outra potencialidade citada foram as praias e a cultura popular – com os grupos de boi de máscara da comunidade.

Dentre as oportunidades relatadas pelos participantes que deveriam ou devem ser aproveitadas pela comunidade, tem-se as capacitações disponibilizadas em todas as áreas do conhecimento; a inclusão da juventude nas ações comunitárias, com objetivo de criar o protagonismo juvenil nas questões e problemáticas da localidade, tendo em vista a importância de se renovar a base da liderança local; a valorização e/ou potencialização das bandas de música, pois fazem parte da cultura da região há mais de um século e se faz importante para manutenção dessas tradicionais atrações; a valorização da culinária regional – já que é conhecida por ser a “terra do caranguejo”, deveriam aproveitar mais tal *status*, e; desenvolver a união comunitária, entre os apontamentos tem-se: a desunião o desinteresse em preservar o local.

Relacionando as fraquezas e ameaças detectadas, na elaboração da matriz, tem-se: a falta de apoio do poder público, evidenciada na figura da prefeitura, para investimento em infraestrutura básica e turística (hospedagem, restaurantes, transportes, abastecimento de água); a falta de organização e de união da comunidade em participar das reuniões sobre assuntos relativos à melhoria na localidade; a falta de ordenamento da pesca esportiva, de ter um regimento para o uso dos recursos pesqueiros pelo visitante, e; a falta ou a reduzida fiscalização na localidade para frear a pesca predatória e a pirataria nos rios da região.

Outra preocupação alçada foi a descaracterização do Festival do Caranguejo – principal festejo do município, que surgiu com intuito de valorizar a atividade dos catadores de caranguejo para demonstrar sua importância no cenário econômico e social do município. Foi relatado na discussão dentro da oficina, por um participante, que com o passar dos anos o “caranguejeiro foi sendo afastado do movimento de organização do festival, que acabou virando apenas uma festa de aparelhagem e de bandas de fora, sem ter os aspectos principais da atividade de coleta do caranguejo” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

Na confecção do mapa falado da comunidade (imagem 27), os participantes elaboraram a cartografia com os principais recursos existentes que podem ser aproveitadas para realização das atividades turísticas e que poderão ser desenvolvidas na região.



Imagem 27: Elaboração do Mapa Falado – Comunidade de Cachoeira/SCO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Como resultado final, o mapa falado produzido balizou vários pontos importantes para comunidade, entre os que se destacam estão os portos existentes na localidade, que são lócus de relação econômica, onde recebem e enviam a produção pesqueira e são pontos de acesso e mobilidade dos moradores por meio da malha hidroviária. A caixa d'água evidenciada no desenho, representa uma vitória da união comunitária local, conquistada junto ao poder público, por meio de solicitação e reivindicação social, já que comunidade não possuía água encanada, e só através desta que os moradores conseguiram ter água em suas habitações. Outro destaque são os campos de futebol, que segundo informado na oficina, são espaços de lazer da comunidade, onde se realizam os torneios esportivos de times da comunidade, dentre o mais conhecido o campeonato de futebol intercomunitário, que ocorre anualmente no município, e é disputado em várias comunidades.



Imagem 28: Mapa Falado – Comunidade de Cachoeira/SCO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Em um segundo momento, mais precisamente na oficina de Cartografia social, que foi realizada no dia 14 de novembro de 2019, os participantes debruçaram-se em uma cartografia básica da localidade e inseriram os principais atrativos que podem ser aproveitadas pelo TBC, na região. Essa atividade foi pensada no âmbito da Disciplina Cartografia Social e Territórios do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFPA, e foi utilizada a Metodologia de mapeamento participativo.

Nesse sentido, Segundo Landim Neto *et al* (2013): “A Cartografia Social é compreendida como nova ferramenta vinculada ao planejamento e transformação social, sendo utilizada para a investigação-ação-participativa e desenvolvimento comunitário.” No fomento da investigação no âmbito da Cartografia Social, a comunidade é peça participante da investigação, e faz apontamentos sobre seus conhecimentos empíricos e de suas experiências adquiridas através desse conhecimento, ao mesmo tempo que há a relação de troca. Assim, os mapas se adaptam e beneficiam a tradição dos narradores, sendo que a construção coletiva de mapas permite a atualização da memória individual e coletiva da comunidade (POPAYAN, 2005).

Partindo desse pressuposto, a oficina iniciou com a apresentação da proposta do trabalho que seria realizado, com o intuito de propiciar um espaço de diálogo e reflexão sobre a região e seus potenciais, após esse momento, iniciou-se a aplicação das ferramentas escolhidas para realização das dinâmicas da oficina.

Com base nas informações já disponíveis, da oficina anterior de TBC, em que se realizou o levantamento dos potenciais e atrativos e do mapa falado, os participantes, iniciaram os trabalhos com a elaboração da legenda, que compõe o mapa. A partir do quadro de potencialidades turísticas, eles sugeriam e escolheram os símbolos, desenhos, linhas e polígonos representativos para cada atrativo (natural, cultural e histórico) relacionado.

Após a elaboração de tal legenda, eles puderam se guiar para conseguir identificar e inserir tais aspectos na base cartográfica. Assim, ao receberem o mapa com delimitação de território de fundo branco, os participantes se reuniram e foram montando tal quebra-cabeça.

Adicionaram pontos de uso e de ocupação tradicional do território, as organizações comunitárias, como associações (recreativas, políticas e religiosas), as manifestações culturais e religiosas tradicionais, a produção econômica (pesca), os recursos naturais (manguezais e praias) existentes e os conflitos sociais e ambientais existentes (como a criação da RESEX), além das infraestruturas e serviço básicos disponíveis (Imagens 29 e 30 abaixo).



Imagem 29: Elaboração da Cartografia Social – Comunidade de Cachoeira/SCO.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.



Imagem 30: Elaboração da Cartografia Social II – Comunidade de Cachoeira/SCO.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

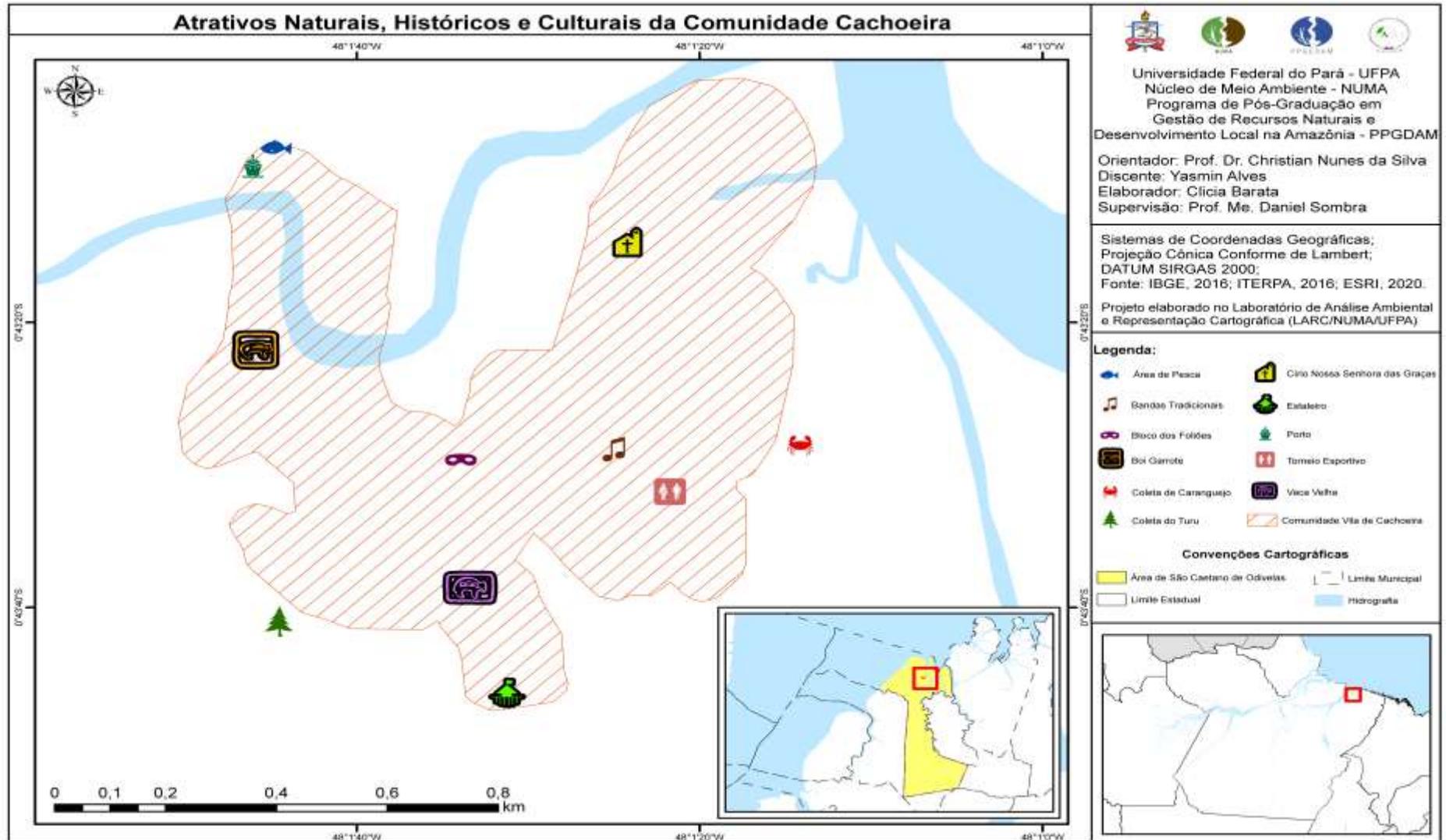
O resultado final dessa oficina foi a elaboração da cartografia social aplicada ao turismo da Comunidade de Cachoeira. Foi elaborada a legenda representativa dos atrativos e a sua localização no território da Comunidade. Os elementos e potencialidades de caráter natural, foram os mais indicados, a exemplo tem as áreas de mangues e os sítios pesqueiros utilizados pela população, na atividade econômica principal. Porém, muitos desses espaços podem ser utilizados para o turismo (ver imagem 31). A oficina foi encerrada com a avaliação da ação realizada, foram apontados pontos positivos e negativos no desenvolvimento da atividade.



Imagem 31: Cartografia Social elaborada na Comunidade de Cachoeira/SCO.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Mapa 3 - Atrativos Naturais, Históricos e Culturais da Comunidade Cachoeira – RESEX- Mar Mocapajuba/São Caetano de Odivelas



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2019; Elaboração: BARATA E SOMBRA, 2020.

5.2.3 - Oficinas de TBC e Cartografia Social na Comunidade em Boa Vista

A oficina de TBC realizada na Comunidade de Boa Vista, no dia 03 de outubro de 2019, contou com a participação de 19 (dezenove) pessoas, sendo: 3 (três) analistas ambientais do ICMBio, 2 (duas) pesquisadoras da UFPA e 14 (quatoze) comunitários. Assim como nas outras duas oficinas aplicada, para o público de Boa Vista, também, foi apresentado a temática da atividade para esclarecimento do objeto trabalhado e do motivo da pesquisa na região, sua importância e seus desafios. Foi pontuado com o grupo sobre o turismo, segmentos da atividade, a modalidade do TBC, entre outros aspectos importantes para o desenvolvimento de tal atividade.

Seguindo o roteiro previsto, após o momento de apresentação e de ambientação com a temática, os participantes iniciaram as atividades práticas. A primeira metodologia aplicada foi a do Quadro de Potenciais Turísticos (quadro 16) e desenvolveram o levantamento de potencialidades da comunidade, relacionando os principais atrativos que podem ser aproveitados pelo TBC.

Quadro 16 – Potenciais Turísticos Identificados na Oficina de TBC/Comunidade Boa Vista - São Caetano de Odivelas.

Potenciais Turísticos		
Atrativos Naturais	Atrativos Culturais	Atrativos Históricos
<ul style="list-style-type: none"> - Praias; - Rios; - Manguezais; - Mirizais; - Peixes - Mariscos (Crustáceos – camarão e caranguejo, e moluscos – mexilhão e turu) 	<ul style="list-style-type: none"> - Boi de Máscara (Boi Zeus, Boi Hércules); - Festivais do Turu; - Festival da Pescada; - Quadrilhas Juninas; - Blocos de Carnaval; - Campeonato Rural de Futebol 	<ul style="list-style-type: none"> - Paróquia de S. Caetano da Divina Providencia; - Sede do Clube de Futebol; - Cemitério M^a Dolores; -Primeiro Padre da Comunidade - Festividade de St^o Antônio; - Procissão de St^o Antônio.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

O pescado, os mariscos, rios e manguezais foram citados como atrativos naturais que possuem grande potencial para ser utilizado pela atividade turística. Já no aspecto cultural alegaram o Boi Zeus, grupo de boi de máscara da comunidade, o bloco de carnaval (conhecido como Mexilhão), o Campeonato Rural de futebol, os festivais do turu e da pescada, que ocorrem respectivamente no mês de dezembro e de agosto. Destaque para o Festival da Pescada, uma manifestação cultural da comunidade em celebração a pesca. No período de realização do festival ocorrem gincanas, apresentações dos grupos de boi de máscara, comidas típicas e a base de pescada entre outros.

Como atrativos históricos tem-se a Paróquia de S. Caetano da Divina Providência, que está sendo reformada atualmente; a procissão e festividade em comemoração ao padroeiro da comunidade – Stº Antônio; o cemitério e o primeiro padre da comunidade (imagens 32 e 33 abaixo).

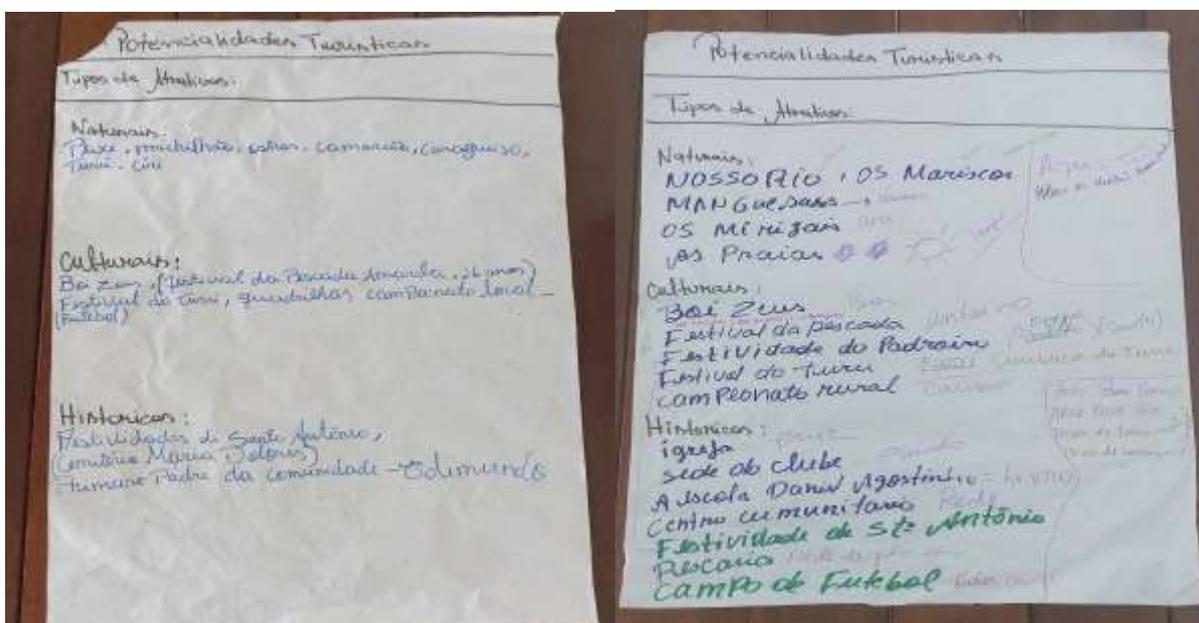


Imagem 32: Quadro de Atrativos com Potencial Turístico – Comunidade de Boa Vista/SCO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.



Imagem 33: Elaboração do quadro com Potencial Turístico – Comunidade de Boa Vista/SCO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

A Matriz SOWT (FOFA), foi desenvolvida de acordo com o conhecimento sobre as questões e problemáticas da comunidade, e foi preenchida da seguinte maneira:

Quadro 17 – Matriz SWOT (FOFA) do Turismo – Comunidade Boa Vista/RESEX-Mar Mocapajuba, São Caetano de Odivelas.

Matriz SWOT/FOFA	Fatores Positivos	Fatores Negativos
Fatores Internos	Forças: -A Pesca; - Os Festivais; - O Bloco de Carnaval; - As manifestações Culturais; - Hospitalidade (da comunidade); - Tranquilidade (da comunidade); - Organização Social; -Ações do Poder Público (Prefeitura); - Os moradores da comunidade.	Fraquezas: - Falta de União e desorganização e de participação comunitária; - Individualismo; - Falta de apoio do Poder Público; - Falta de mão-de-obra para manter os saberes locais (conserto de redes de pesca e etc.); - Desunião dos Pescadores.
Fatores Externos	Oportunidades: -As trilhas (existentes na comunidade); - Hospedagem; - Capacitação; - Participação social; - Passeios de canoa (Canoagem).	Ameaças: - Poluição dos rios/lixo; - Desmatamento; - Desaparecimento de algumas espécies de peixes e aparecimento de espécies invasoras (Pitú); - Retirada incorreta do mexilhão.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Ao aplicar a matriz SWOT, foi possível constatar as seguintes fortalezas: a organização social, a pesca, a ação pública e as manifestações culturais e religiosas da comunidade. Que segundo os comunitários, tem grande importância, pois retratam as tradições do local. A ação pública foi citada, pois vem sendo uma forma de oportunidade da comunidade conseguir acessar capacitações, benefícios e uma forma de reivindicar suas melhorias. Como oportunidade com potenciais para desenvolver o turismo eles indicaram as trilhas, passeio de canoa e implantação de hospedagem (modelo familiar) na comunidade.

Porém dentre as fraquezas e ameaças explanadas na oficina, destaca-se a desunião dos pescadores, com relação ao melhoramento da atividade no local, um exemplo relatado foi a retirada incorreta do mexilhão, falta de ações para se manter os saberes tradicionais da pesca (como confecção e conserto da rede de pesca) o individualismo, falta de união e de participação, são pontos colocados como fraquezas da comunidade, pois isso prejudica no sentido de se cobrar mais do poder público – prefeitura por mais melhoras (imagem 34 abaixo).

Dentre os espaços representados no mapa falado, tem-se: o campo de futebol, as sedes dos clubes da comunidade, escolas, igrejas, entre outros. Além dos elementos naturais como o mangue, o rio – Rio Camapu o qual cerca as comunidades, encontram-se evidenciados, nesse mapa falado (imagem 36 abaixo).



Imagem 36: Mapa Falado da Comunidade de Boa Vista/SCO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Na oficina de Cartografia Social, no dia 15 de novembro de 2019, realizou-se um momento de (re) ambientação aos participantes. A eles foi exposto o quadro de potencialidades e atrativos turísticos, elaborado, anteriormente, na oficina de TBC (imagem 37 abaixo), com intuito de auxiliá-los no processo de elaboração da cartografia social.



Imagem 37: Apresentação para elaboração da Cartografia Social/ Boa Vista/ SCO
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

O primeiro passo foi preparar a legenda do mapa com a escolha dos símbolos que representariam cada atrativo, após esse momento os participantes foram orientados a preencher a cartografia base com tais elementos nos seus devidos lugares, em que se encontram disponível na comunidade (imagem 38 abaixo). Finalizando com a elaboração da Cartografia Social da comunidade de acordo com a imagem 39 abaixo.

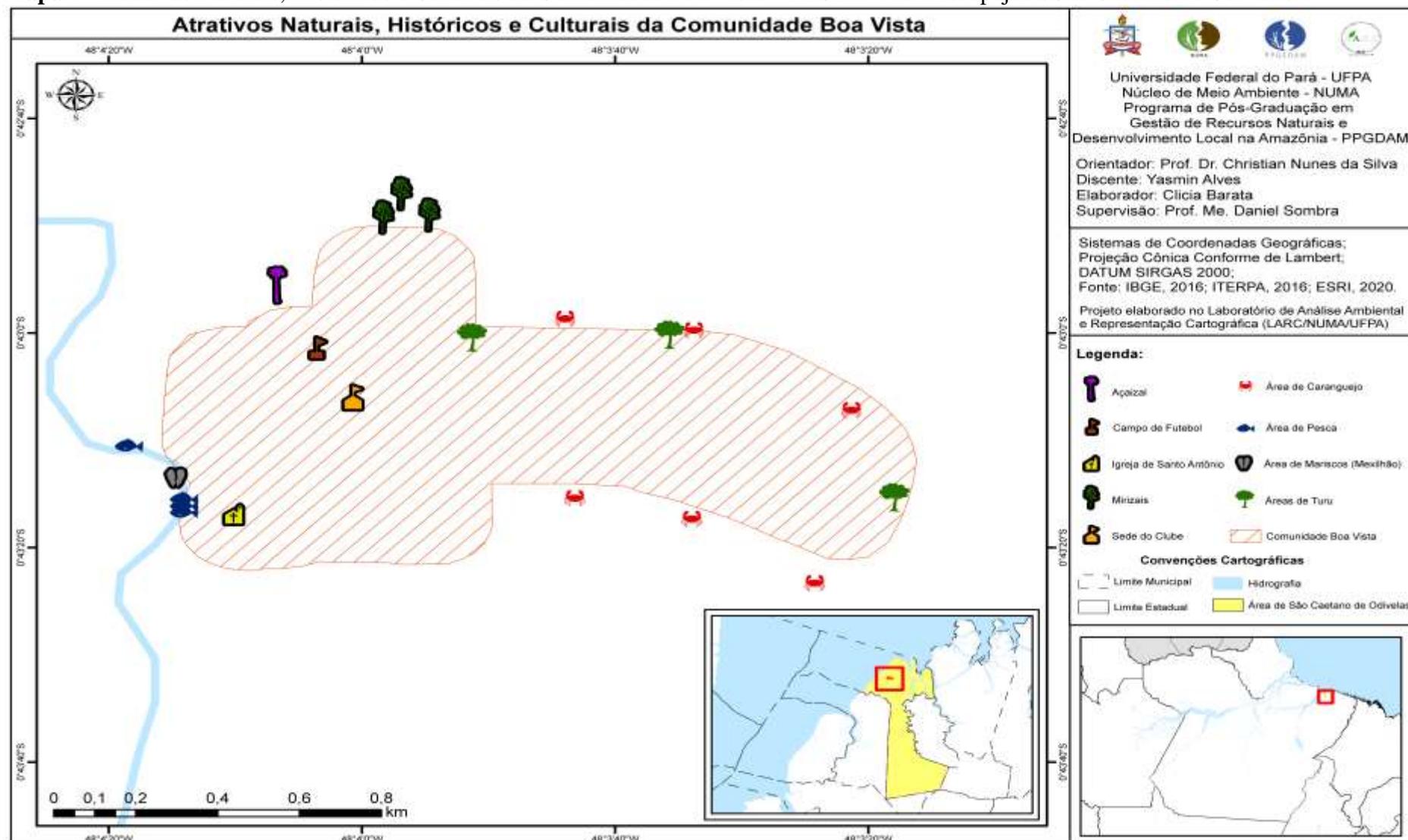


Imagem 38: Elaboração da Cartografia Social – Comunidade de Boa Vista/SCO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.



Imagem 39: Cartografia Social Elaborada pelos participantes – Comunidade de Boa Vista/SCO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Mapa 4 - Atrativos Naturais, Históricos e Culturais da Comunidade Boa Vista – RESEX- Mar Mocapajuba/São Caetano de Odivelas



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2019; Elaboração: BARATA E SOMBRA, 2020.

Ao longo do processo de criação da cartografia social, foi possível observar mais informações disponibilizadas pelos participantes, a respeito das áreas de pescas, portos secundários e dos aspectos estruturais da comunidade. Através de conversa informal, um dos participantes, que é representante público da prefeitura (vereador), filho da comunidade, informou que existe um projeto de construção da orla da comunidade, com foco no melhoramento do acesso a localidade, e que pode se tornar, futuramente, uma infraestrutura de acesso ao turismo.

Segundo o laudo disponibilizado pelo representante (ver documento no anexo B), foi realizada uma visita técnica, no dia 17 de abril de 2018, ao trapiche da comunidade para verificar suas reais condições e saíram como apontamentos: a contratação de um profissional específico na área de engenharia estrutural, para elaborar um laudo técnico de recuperação estrutural do local; adequação da rampa ao padrão exigido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano (SEDOP), e; alerta de risco aos usuários caso houvesse uma ação paliativa por parte do órgão gestor municipal. A partir desse laudo, foi elaborado, encaminhado e protocolado um projeto de construção da Orla de Boa Vista no MTur (imagens 40, 41 e 42abaixo).

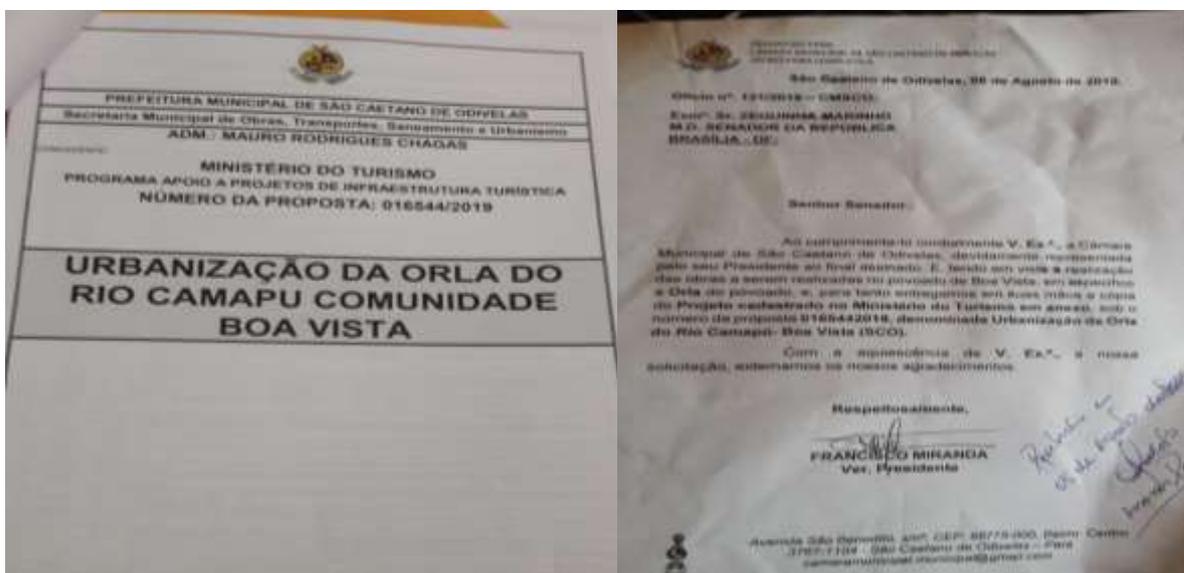


Imagem 40: Projeto de Urbanização da Orla de Boa Vista - São Caetano de Odivelas.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

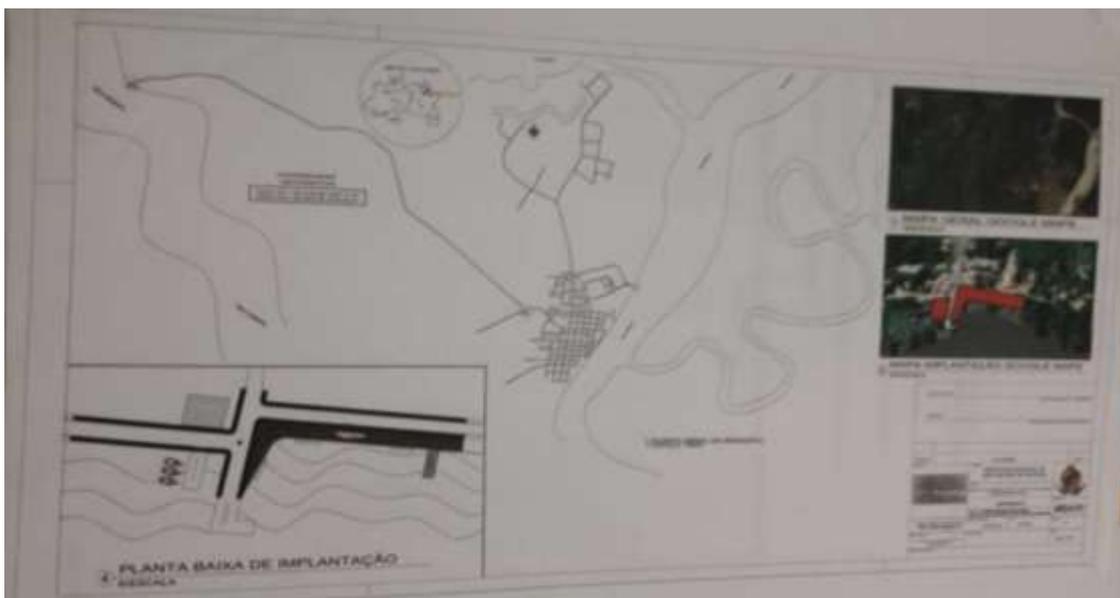


Imagem 41: Planta baixa de Implantação do Projeto de Urbanização da Orla de Boa Vista - São Caetano de Odivelas.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.



Imagem 42: Estrutura atual da Orla de Boa Vista - São Caetano de Odivelas.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

De forma geral, as oficinas foram analisadas como produtivas, pois com a coleta dos relatos e da cartografia social elaborada ajudaram a compreender melhor os aspectos e peculiaridades relacionadas à RESEX-Mar Mocapajuba, compreendeu-se a dinâmica socioeconômica, cultural e natural das comunidades inseridas no território dessas UC. Além de mostrar as preocupações e fragilidades que esses comunitários sentem com relação à manutenção dos ecossistemas aquáticos (rios e mangues) com o aparecimento de fatores

externos, que estão afetando a pesca na região, como bem citado, a pesca esportiva e a pesca industrial que vem invadindo os territórios da pesca artesanal.

Neste sentido, a Matriz SWOT foi um importante instrumento metodológico que permitiu conhecer as transformações que ocorreram antes e durante a implantação da RESEX em São Caetano de Odivelas. Nota-se que o rio é o ponto central e unânime nas representações descritas nos mapas falado elaboradas pelas comunidades. Demonstrando o papel fundamental que este elemento natural exerce na articulação das diversas comunidades junto a sede municipal, e se firma como provedor da atividade da pesca que é o fator econômico principal da sobrevivência de seus usuários.

Os levantamentos e observações relacionadas diretamente ao turismo na RESEX, evidenciam que há fragilidades nas ações de implementação da atividade por parte do poder público (órgãos de fomento e de gestão) para melhorar as condições atrativas e potencialidades existentes, que atraem o visitante até as localidades, para contribuir com desenvolvimento socioeconômico e com a preservação ambiental. Ressalta-se que durante as oficinas comunitárias, os cursos e capacitações e o empreendedorismo nas atividades turísticas, foram vistos como oportunidades de geração de renda, de modo que possam proporcionar alternativas econômicas e empoderamento comunitário, porém foram reforçadas as falas que tais atividades turísticas devem respeitar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais, principalmente o pesqueiro, para não ir de encontro com os objetivos de conservação proposta pela institucionalização da RESEX no local.

Nesse contexto, torna-se necessário relembrar as principais ameaças identificadas e listadas nas oficinas, dentre elas estão: a falta de cuidado com o lixo, que muitas das vezes é jogado e acumulado às margens dos rios, igarapés e furos, ameaçando os recursos naturais, a pesca e a mariscagem predatória, a falta de infraestrutura básica e de apoio ao turismo, a ausência do poder público principalmente no quesito da fiscalização na RESEX pelos órgãos responsáveis e o alto índice de desinteresse da população, principalmente da parcela mais jovem, em manter as tradições existentes nas comunidades, são aspectos que dificultam o desenvolvimento, a comercialização e divulgação do turismo na região.

Evidencia-se, que apesar do município possuir vários atrativos e aspectos - um arcabouço histórico-cultural e natural, como as ilha, as praia, o mangue, os rios e a tradicionalidade pesqueira - que são matérias primas para atividade turística, da qual se apropria para uso, não há um projeto político específico de turismo, por parte da prefeitura, para ser trabalhado nas comunidades da RESEX-Mar Mocapajuba.

A não atuação pública municipal ocasiona um desencontro de normas e legislações, propiciando um turismo incipiente, desorganizado e negligenciado, com possibilidade real de dano ao meio ambiente local, que pode vir a prejudicar as famílias residentes da RESEX, que os maiores dependentes desses recursos. A exemplo dessa falta de organização do turismo no município, tem-se o Torneio de Pesca Esportiva (TOPESCA), implementado pela prefeitura, com objetivo de oferecer aos pescadores uma segunda atividade para complementar renda, pois seriam incluídos como condutores locais das embarcações e auxiliariam na localização dos pontos para pesca, só conseguiram usufruir dos benefícios gerados pela pesca esportiva no início, pois muitos pescadores esportistas vieram com equipamentos eletrônicos e GPS e gravaram as localizações dos diversos sítios pesqueiros existentes na região, isso gerou o “descarte” do pescador artesanal na participação da atividade.

Ressalta-se que, por se tratar de UC, qualquer ação pública desenvolvida no município para turismo, vai diretamente atingir a RESEX, haja vista que boa parte de seu território está contida no município. Assim é necessário o cumprimento de todo um processo de procedimentos técnico-legais para execução de qualquer ação, programa ou projeto dentro do espaço da RESEX. Principalmente aqueles em seu bojo propõe o uso do território ou recursos naturais destinados à proteção. Visto que, tais ações trazem efeitos diretos para o meio ambiente presente na UC. Além disso, a necessidade de definição do programa de Uso Público, por parte do órgão gestor ambiental (ICMBio), para organizar e orientar as possíveis práticas turísticas que podem a ser implementadas nas comunidades. As quais devem respeitar os preceitos da sustentabilidade e de respeito as suas tradições.

Ao final da oficina, pode-se constatar que o município possui muitas atrações, e que estas têm condições para serem trabalhadas na pasta do turismo, porém se faz necessário a realização do planejamento e organizações dessas ações e o melhoramento de algumas infraestruturas, para que quem vive no local e quem vai visita-lo tenham a possibilidade de aproveitar de melhor forma a cidade.

5.3 Recomendações para inserção do TBC nas comunidades da RESEX-MAR Mocapajuba

Este capítulo oferece as principais recomendações que podem vir a auxiliar na condução de ações e propostas que tenham o turismo, especificamente o TBC, como um mecanismo capaz de contribuir com o desenvolvimento sustentável, condicionado a um retorno social e econômico responsável e igualitário, tanto para o município, quanto para as comunidades da RESEX-Mar Mocapajuba. A partir do levantamento das informações e das análises

realizadas, são apresentadas, a seguir as principais considerações e recomendações.

5.3.1. Recomendações para implementação do TBC na RESEX-Mar Mocapajuba

A partir das análises advindas das observações e levantamentos realizados ao longo da pesquisa de campo. Reitera-se que, o município de São Caetano de Odivelas tem como principal atividade econômica a pesca, seja ela de caráter artesanal ou industrial. Dentre as possibilidades de desenvolvimento social e econômico, destaca-se, o setor turístico, que desponta como um valoroso componente a ser explorado pelos representantes públicos e pela iniciativa privada da região.

Frente ao cenário apresentado, o turismo é uma prática que vem tendo uma progressão e um destaque em direção a esses espaços naturais, pois as UCs, em especial as RESEX são dotadas de patrimônio natural e histórico-cultural, que vem ganhando espaço e importância no panorama local, que ora vem sendo institucionalizados pela RESEX-Mar Mocapajuba no território municipal de São Caetano de Odivelas.

As UCs representavam uma ruptura com as antigas práticas de utilização indiscriminada dos espaços naturais, que muitas das vezes se apresentavam com um caráter privacionista de tais áreas. Inserindo com isso novas propostas e possibilidades de utilização como forma de utilidade consciente e que possam contribuir com a qualidade de vida das populações tradicionais sem ameaçar a integridade de suas práticas habituais de uso sustentável do meio ambiente.

Nesse sentido, o turismo, assim como qualquer outra atividade econômica, precisa ajustar seus sistemas produtivos, para que os mesmos não provoquem o aumento de problemas socioambientais dentro dessas áreas de proteção da natureza. Levando em consideração que o município está inserido no território da RESEX-Mar Mocapajuba, as atividades sustentáveis precisam ser priorizadas e inseridas no desenvolvimento turístico pensado para o município.

Nesse contexto, a realização do turismo de base comunitária por meio do aproveitamento dos recursos disponíveis nas comunidades trabalhadas, justifica-se por sua importância baseado em duas premissas fundamentais e que também corroboram para gestão da UC: a conservação dos recursos naturais e culturais e o desenvolvimento local das comunidades receptoras.

Cada vez mais, os órgãos gestores, de cunho ambiental, têm fomentado apoiado propostas que visem os preceitos do TBC e a participação das comunidades no envolvimento,

delineamento, e execução da atividade turística nessas áreas. Além de promover discussões a respeito do tema e levar, inicialmente, a essas comunidades a possibilidade de se trabalhar com um turismo diferenciado que tende a trazer retorno econômico diretamente às famílias envolvidas. Porém, as ações e projetos turísticos que envolvam essa modalidade de gestão do turismo, que envolve a base comunitária, ainda são bem incipientes.

Considerando a grande diversidade dos atributos culturais e naturais existentes nas comunidades da RESEX-Mar Mocapajuba é imprescindível pensar políticas públicas em que incida o crescimento do turismo de forma a não invadir as particularidades da UC, ou mesmo pensar políticas ou propostas que incluam a UC com o aproveitamento de seus espaços protegidos e íntegros gerando um produto diferenciado com benefícios a turistas, visitantes e comunidades. Nesse sentido, a organização de base comunitária se justifica pela importância no planejamento e gestão de tais recursos, haja vista que as comunidades são detentoras de conhecimentos empíricos que presam pela sustentabilidade de seus usos. Quanto maior a participação dos comunitários comprometidos com a temática, melhor e mais completo e eficaz será o planejamento da atividade, considerando a experiência e o conhecimento de cada morador a respeito da região e seus atributos.

Notaram-se alguns pequenos entraves na relação entre as instituições do poder público, que no cenário ideal deveriam estar afinadas. A ausência de iniciativas ou de ações desencontradas, principalmente entre a prefeitura municipal e o órgão gestor ambientais responsáveis pela RESEX - ICMBio, geram efeitos indesejáveis, ficando propensos os resultados negativos para a RESEX e suas população. Assim, as ações propostas para o desenvolvimento do turismo podem não estar de acordo com o a legislação ambiental vigente (Ver quadro 18, abaixo).

No presente estudo, buscou-se realizar o levantamento das potencialidades a partir do envolvimento dos comunitários, para ajudar a identificar os principais atrativos e dificuldades de cada um dos locais em que se foi aplicada as oficinas. Sendo possível assim tecer algumas sugestões e/ou ações para melhorias das condições locais. Não buscou, aqui, estabelecer grau de potencialidade dos atrativos ou critérios técnicos de levantamento de suporte de carga dos atrativos, mas sim realizar um levantamento identificando o potencial turístico local, junto à comunidade, caracterizando-os de acordo com os critérios de conservação e limpeza; infraestrutura, sinalização, atividades sugeridas.

Com base nos dados primários e secundários coletados foi possível listar os seguintes pontos como atrativo, os mesmos foram apontados pela comunidade através das oficinas e conversas informais desenvolvidas no local. A seguir apresentamos três quadros com o

levantamento dos atrativos identificados nas comunidades e algumas recomendações e sugestões de forma a subsidiar as ações públicas e/ou privados em direção a um desenvolvimento e crescimento econômico e social na RESEX, utilizando o turismo como instrumento.

Quadro 18- Aspectos positivos e negativos para o desenvolvimento do TBC na RESEX Mocapajuba.

Aspectos positivos e negativos para o desenvolvimento do TBC na RESEX Mocapajuba	
Aspectos Negativos	Aspectos Positivos
A UC ainda não possui Conselho Gestor (ambiente de discussão e de decisão para tomadas de ações que podem interferir direta ou indiretamente na RESEX).	Maior engajamento da governança local para entender o grau de desenvolvimento com bases sustentáveis que o turismo poderá proporcionar ao município e as comunidades da RESEX.
A UC ainda não possui Plano de Manejo (documento norteador para gerencia da UC, pois é onde se encontra os direcionamentos de gestão para UC, entre eles o Programa de Uso Público que trabalha o turismo nessas áreas)	Entendimento, enquanto as propostas de ações para o turismo na área da RESEX requerem outras características diferentes das ações planejadas para a sede do município;
Desarticulação das instituições públicas, entes privados e comunitários para realizar e desenvolver o turismo;	Convergência das instituições públicas (SEMMA e ICMBio) para realização de fiscalização contra as práticas predatórias, que podem gerar degradação ambiental e prejudicar as ações do turismo;
A falta de uma Secretaria Municipal exclusiva para a pasta de Turismo no Município de SCO.	Ações de conscientização ambiental, que foque no esclarecimento sobre políticas de turismo e meio ambiente junto as comunidades da RESEX, para que não pratiquem ações desmedidas com o turismo frente aos recursos naturais.
Sem ações convergentes a RESEX torna-se espaço de um turismo incipiente, que pode gerar direta e indiretamente um turismo sem regras e por vezes predatório (como no caso da Pesca Esportiva).	O a gerência da RESEX, já encerrou o processo de estruturação do Conselho Gestor, e só aguarda pela publicação de validação do mesmo. Que depende da coordenação geral que fica em Brasília.
A descontinuidade de políticas e projetos de turismo que beneficiam o município e consequentemente as comunidades da RESEX.	

Fonte: Elaboração Própria, 2020.

Quadro 19 - Levantamento dos Atrativos e recomendações (Comunidade Cachoeira).

COMUNIDADE	ATRATIVOS	TIPO	AÇÕES SUGERIDAS	RECOMENDAÇÕES
CACHOEIRA	Igreja Matriz N ^a Sr ^a das Graças	Histórico-cultural	- Visitas Guiadas; - Exposição Fotográfica do Círio	- Inserir Sinalização Turística; - Elaborar folder de divulgação
	Círio de N ^a Sr ^a das Graças	Histórico-cultural	- Exposição fotográfica do evento; - Procissão Guiada	- Elaborar a Rota dos Cortejos (trilha integrada do percurso das procissões); - Sinalização do Percurso, para o conhecimento dos visitantes
	Praça Matriz N ^a Sr ^a das Graças	Histórico-cultural	- Realização de Eventos Culturais; - Eventos /gincanas esportivas - Implantar equipamentos de Lazer (ex: brinquedos e academia ao ar livre)	- Revitalizar de bancos; - Inserir lixeiras e sinalização turística; - Quiosque
	Mercado Municipal e Porto	Histórico	- Visitas Guiadas; - Realização da Feira do Pescado (parceria com outras comunidades)	- Revitalizar os boxes e a fachada do mercado - Inserir sinalização turística
	Campo de Futebol e Clubes de futebol	Cultural	- Organização de eventos e torneios esportivos - Exposição fotográfica (histórico de criação dos times)	- Revitalizar gramado; - Inserir bancos ou arquibancadas - Sinalização de localização
	Blocos de Carnaval	Cultural	- Programação de pré-carnaval - Organização de evento cultural com todos os blocos - Exposição carnavalesca (fotográfica)	- Elaborar material de divulgação
	Pesca Esportiva	Natural	- Organização de Torneio;	- Elaborar regulamento para atividade;

		- Elaboração da Rota Pesque e Solte (em sítios pesqueiros específicos)	- Fiscalizar a atividade; - Contratar apenas condutores locais para acompanhamento da atividade; - Elaborar material de divulgação
Rio Mojuim	Natural	- Passeios embarcados com Interpretação Ambiental; - Pesca Esportiva; - Círio Fluvial da Padroeira; - Canoagem; - Stand up paddle.	- Elaborar passeios embarcados com as associações e cooperativas locais; - Organizar a rota fluvial do círio; - Embarcações padronizadas com as normas de segurança; - As atividades de Aventura devem ser realizadas com equipamentos e profissionais adequados.
Manguezal	Natural	- Observação de fauna e flora	- Elaborar um roteiro integrado entre mangue e rio.
Coleta de Mariscos e Pesca	Natural	- Atividade de Vivência da atividade de coleta	- Atividades realizadas com acompanhamento dos comunitários; - Elaborar artesanato com o aproveitamento dos mariscos.
Curral	Natural	- Vivência da pesca de curral (observação)	- Atividades realizadas com acompanhamento dos comunitários;
Banda Flaviano Góes	Cultural	- Festival Musical de Novos Talentos; - Visita Monitorada a sede da banda - Exposição fotográfica	- Elaborar material de divulgação

Quadro 20 - Levantamento dos Atrativos e recomendações (Comunidade Boa Vista).

COMUNIDADE	ATRATIVOS	TIPO	AÇÕES SUGERIDAS	RECOMENDAÇÕES
BOA VISTA	Rio Camapú	Natural	- Passeios embarcados com Interpretação Ambiental; - Pesca Esportiva; - Círio Fluvial da Padroeira; - Canoagem; - Stand up paddle.	- Elaborar passeios embarcados com as associações e cooperativas locais; - Organizar a rota fluvial do círio; - Embarcações padronizadas com as normas de segurança; - As atividades de Aventura devem ser realizadas com equipamentos e profissionais adequados.
	Marisco e Pesca	Natural	- Atividade de Vivência da atividade de coleta	- Atividades realizadas com acompanhamento dos comunitários; - Elaborar artesanato com o aproveitamento dos mariscos.
	Manguezal	Natural	- Observação de fauna e flora	- Elaborar um roteiro integrado entre mangue e rio; - Atividades realizadas com acompanhamento dos comunitários
	Murizais	Natural	- Observação de Aves	- Atividades realizadas com acompanhamento dos comunitários
	Praias	Natural	- Atividade de contemplação e de interação com meio natural	- Elaborar o Roteiro do Sol; - Organização e regimento para uso do espaço e dos recursos; - Elaborar material de divulgação
	Blocos de Carnaval (Mexilhão)	Cultural	- Programação de pré-carnaval - Organização de evento cultural com todos os blocos - Exposição carnavalesca (fotográfica)	- Elaborar material de divulgação

Boi de Máscara – Boi Zeus e Boi Hércules	Cultural	- Organização de evento cultural com os grupos de boi - Exposição fotográfica	- Elaborar material de Divulgação
Festival da Pescada e do Turú	Cultural	- Expor produtos, culinária a base dos pescados; - Gincanas e apresentações culturais	- Elaborar material de Divulgação
Campeonato Rural	Cultural	- Aproveitar o campeonato para inserir uma programação cultural	- Elaborar material de divulgação
Sede dos Clubes de Futebol	Cultural	- Organização de eventos e torneios esportivos - Exposição fotográfica (histórico de criação dos times)	- Organização de eventos e torneios esportivos - Exposição fotográfica (histórico de criação dos times)
Igreja	Histórico-cultural	- Visitas Guiadas; - Exposição Fotográfica do Círio	- Inserir Sinalização Turística; - Elaborar folder de divulgação
Círio e Festival de Stº Antônio de Paduá	Histórico-cultural	- Exposição fotográfica do evento; - Procissão Guiada	- Elaborar a Rota dos Cortejos (trilha integrada do percurso das procissões); - Sinalização do Percurso, para o conhecimento dos visitantes

Fonte: Elaboração Própria, 2020.

Quadro 21 - Levantamento dos Atrativos e recomendações (Sede Municipal).

COMUNIDADE	ATRATIVOS	TIPO	AÇÕES SUGERIDAS	RECOMENDAÇÕES
SEDE MUNICIPAL	Marisco e Pesca	Natural	- Atividade de Vivência da atividade de coleta	- Atividades realizadas com acompanhamento dos comunitários; - Elaborar artesanato com o aproveitamento dos mariscos.
	Rio Mojuim	Natural	- Passeios embarcados com Interpretação Ambiental; - Pesca Esportiva; - Círio Fluvial da Padroeira; - Canoagem; - Stand up paddle.	- Elaborar passeios embarcados com as associações e cooperativas locais; - Organizar a rota fluvial do círio; - Embarcações padronizadas com as normas de segurança; - As atividades de Aventura devem ser realizadas com equipamentos e profissionais adequados.
	Manguezal	Natural	- Observação de fauna e flora	- Elaborar um roteiro integrado entre mangue e rio; - Atividades realizadas com acompanhamento dos comunitários
	Produtos agroflorestais	Natural	- Organização da Feira do Produtor Rural	- Que a feira ocorra de 15 em 15 dias ou 1 vez por mês; - Reunir extrativistas de todas as Comunidades da RESEX; - Aproveitar os espaços de áreas verdes e praças para expor a feira

	Prefeitura	Histórico-cultural	- Visitas Guiadas.	- Inserir Sinalização Turística; - Elaborar folder de divulgação
	Mercado Municipal	Histórico-cultural	- Visitas Guiadas; - Realização da Feira do Pescado (parceria com outras comunidades)	- Revitalizar os boxes e a fachada do mercado - Inserir sinalização turística
	Centro Cultural	Histórico-cultural	- Vistas Guiadas; - Exposição das Manifestações Culturais; - Cursos e capacitações culturais; - Mostra de vídeos das festividades culturais e religiosas do município.	- Inserir sinalização turística; - Adquirir mais peças dos elementos culturais, - Disponibilizar material de divulgação.
	Sede das Bandas	Histórico-cultural	- Festival Musical de Novos Talentos; - Visita Monitorada a sede da banda - Exposição fotográfica	- Elaborar material de divulgação
	Carnaval e Boi de Máscara (Faceiro e Tinga)	Cultural	- Organização de evento cultural com os grupos de boi, bandas musicais tradicionais e blocos de rua - Exposição fotográfica	- Elaborar material de Divulgação

	Praça da Igreja Matriz	Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de Eventos Culturais; - Eventos /gincanas esportivas 	<ul style="list-style-type: none"> - Revitalizar de bancos; - Inserir lixeiras e sinalização turística;
	Igreja Matriz	Histórico-cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Visitas Guiadas; - Exposição Fotográfica do Círio 	<ul style="list-style-type: none"> - Inserir Sinalização Turística; - Elaborar folder de divulgação
	Círio de São Caetano	Histórico-cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Exposição fotográfica do evento; - Procissão Guiada 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar a Rota dos Cortejos (trilha integrada do percurso das procissões); - Sinalização do Percurso, para o conhecimento dos visitantes
	Procissão Fluvial de São Pedro	Histórico-cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Procissão Guiada 	<ul style="list-style-type: none"> - Sinalização do Percurso, para o conhecimento dos visitantes
	Festival do Caranguejo	Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Expor produtos, culinária a base do crustáceo; - Gincanas; - Apresentações culturais; -Exposição do alusiva ao pescador e catador do caranguejo 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar material de Divulgação

Fonte: Elaboração Própria, 2020.

Durante o processo de realização da pesquisa de campo, constatou-se que a maioria dos atrativos e das infraestruturas básicas e de serviços turísticos estão localizados na Sede Municipal de São Caetano, além dos principais eventos serem realizados lá e que atraem visitantes de vários locais à cidade. Porém, é importante ressaltar que as outras duas comunidades estudada também possuem potencial para desenvolver e estruturar a atividade turística, sendo necessário providenciar estruturação de algumas vias de acesso às comunidades, promover capacitação profissional dos comunitários para o atendimento especializado para o turismo; fortalecimento da base social local; criação de infraestrutura turísticas e de serviços.

Com base nos estudos realizados, recomendam-se as seguintes ações para oportunizar o uso dos recursos naturais no desenvolvimento do turismo: engajamento de um número cada vez maior de moradores locais no planejamento de ações para o desenvolvimento do TBC na RESEX; o fortalecimento e/ou aprimoramento da infraestrutura local (saneamento, tratamento de resíduos sólidos, estradas, equipamentos turísticos); geração de alternativas de acomodação para os turistas (pousadas, pensões, aluguel de quartos, acomodação em casas de família); a organização de roteiros oficiais de visitação aos atrativos identificados; elaboração de um projeto de sinalização turística; elaboração de projetos para valorização da cultura e do artesanato local, promovendo e divulgando os eventos culturais e os produtos locais; promoção de cursos de capacitação, em conjunto com a iniciativa privada e poder público.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate acerca do desenvolvimento é inesgotável dentro da complexidade do tema. O desenvolvimento sustentável surge como uma proposta e/ou alternativa para atender a demanda social de um desenvolvimento mais responsável e com foco nos princípios e nos objetivos da sustentabilidade. O turismo sustentável deve ser operacionalizado como uma ferramenta em prol da melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, no manejo e conservação ambiental e no arranjo econômico solidário. Para assim, consolidar-se como uma alternativa ambientalmente responsável.

Os segmentos de turismo mais próximos da responsabilidade socioambiental podem ser capazes de ocasionar efeitos mais positivos na sociedade, gerando resultados otimistas para quem participa dessa cadeia produtiva. Nesse sentido, o turismo de base comunitária surge como uma modalidade de gestão da atividade turística, em que promove o protagonismo das comunidades no processo de organização e condução do turismo. Tendo como oportunidade a atração de investimentos locais e distribuição equitativa da renda gerada. Nota-se que a pesquisa realizada teve o interesse de buscar essa compreensão de que realmente o TBC pode ser um vetor de inclusão e desenvolvimento local para a RESEX-Mar Mocapajuba.

As áreas protegidas sempre representaram mecanismo eficientes para a delimitação de espaços comuns, como forma de resguardar espaços naturais da exploração demasiada e indiscriminada que vem ocorrendo nos últimos séculos, sem ponderar as possibilidades de escassez dos recursos naturais, no futuro. Nesse sentido, as Unidades de Conservação representam uma descontinuação das antigas práticas de utilização indiscriminada desses espaços naturais, inserindo-se como nova proposta de utilização como forma de aproveitamento responsável a qual pudesse contribuir com a qualidade de vida das populações tradicionais, mantendo suas práticas centenárias e respaldando legalmente a proteção e utilização sustentável do meio ambiente.

Com base nos levantamentos e da análise dos estudos feitos sobre a legislação ambiental brasileira, mais especificamente a Política Nacional de Meio Ambiente e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação é perceptível a necessidade de consolidar as estratégias de execução das ações básicas de gestão que visem a proteção dos recursos naturais, preparação e implementação de planos de manejo, além do estabelecimento de programas de gestão que atendam os objetivos da mesma.

Com o propósito de criar estratégias de conservação da natureza, cultura e história das comunidades tradicionais com a contribuição de diferentes saberes e desejos interconectados,

foi criada a RESEX-Mar Mocapajuba, cujo objetivo é tornar as comunidades não apenas receptoras de turistas, e sim, protagonistas e protetoras do patrimônio material e imaterial. Diante disso, admite-se que há vários desafios para a elaboração e consolidação dos Acordos de Gestão nessas áreas de uso coletivo e sustentável dos recursos naturais, como no caso das RESEX-Mar, que são modelos que necessitam, de fato, serem adaptados ao bioma marinho e não apenas alocado de um ambiente a outro, para que o uso desse sistema seja de realmente sustentável e viável.

Para a RESEX-Mar Mocapajuba, faz-se necessário a implementação do plano de manejo, pois se trata de um instrumento fundamental de apoio à gestão, para que, assim o programa de Uso Público seja (melhor) desenvolvido. Ademais, o apoio institucional é essencial para que os sistemas de manejo de recursos naturais sejam eficientes, além de rever condições de ordem legal que conduzam a um adequado comportamento dos usuários com relação ao uso sustentável dos recursos.

Este trabalho foi desenvolvido em 3 (três) comunidades da RESEX-Mar Mocapajuba, pertencentes ao município de São Caetano de Odivelas, no Pará, o qual colabora para importantes reflexões acerca do TBC e sua relação no que diz respeito à gestão e à percepção dos comunitários sobre o assunto. Estudar o TBC e as possibilidades que essa modalidade pode gerar a essas comunidades possibilitou conhecer melhor esses grupos e como se dá a relação do turismo nesses espaços.

Perante a lógica do turismo convencional, consagrado em ações de massa e de exploração do território, o TBC busca o protagonismo comunitário perante as tomadas de decisões durante todos os processos de organização e execução desta atividade (gera modalidade de gestão comunitária do turismo), além da valorização e preservação dos saberes tradicionais, para que as comunidades possam proporcionar aos visitantes e turistas encontros e interações de experiência/vivência do seu cotidiano. Nesse sentido, levando em consideração a união comunitária, a participação democrática, os interesses coletivos e as experiências com base no planejamento das atividades pautados nos princípios da sustentabilidade, o TBC traz em seu bojo uma nova proposta de desenvolvimento local.

Dessa forma, levando em consideração o objetivo geral desta pesquisa, de realizar uma análise acerca da possibilidade do TBC ser uma ferramenta de gestão e de desenvolvimento local, sendo assim, acredita-se que o objetivo foi alcançado. Os resultados da pesquisa se mostram relevantes, sobretudo, por auxiliar na compreensão da forma como o turismo tem se configurado na região de São Caetano de Odivelas, e principalmente, nas atrações e atrativos

existentes nas comunidades da RESEX, que tem grande potencial para o turismo e como a comunidade pode se desenvolver com o TBC.

As práticas sociais reveladas nas três comunidades estudadas representam um universo de símbolos por meio das diferentes percepções entre os atores sociais envolvidos, que podem ser consideradas importantes elementos para o desenvolvimento do TBC. Sendo assim, procurando atingir os objetivos específicos da dissertação utilizou-se como metodologia o uso da Matriz SWOT, de Mapas Mentais e das observações participantes por meio de oficinas, que permitiu um contato mais próximo com os participantes e ao mesmo tempo informações e reflexões sobre o lugar.

A leitura do espaço vivido foi alterada por meio da representação de forma figurada, refletindo a realidade, onde os elementos naturais, culturais e históricos se constituem como atrativos turísticos que compõe a paisagem local, vislumbrando um lugar que não está apenas no imaginário dos moradores, mas que possui um valor simbólico, principalmente por suas experiências vivenciadas. O TBC foi percebido pelos moradores das comunidades como uma atividade que pode ser uma forma de se trabalhar a união e a organização comunitária, pois podem atuar coletivamente na comercialização e operacionalização das iniciativas. Por outro lado, está intrinsecamente ligado a valorização dos aspectos étnicos culturais, ao protagonismo, empoderamento e a conservação do meio ambiente.

Entretanto, envolver as comunidades, poder público e organizações privadas é um desafio para as iniciativas de TBC, sobretudo, no processo de gestão que é extremamente complexo no que diz respeito à mobilização, divisão de tarefas, articulação, comercialização, entre outros. É importante pensar o desenvolvimento sustentável do TBC não como um discurso das políticas neoinstitucionais, pois deve ser considerado uma responsabilidade de todas as esferas (pública, privada e comunitárias) na medida em que envolve as questões socioambientais, culturais e econômicas.

Com base nas observações acerca do turismo, os moradores demonstram interesse em desenvolver práticas relacionadas as atividades turísticas, por acreditarem que tais atividades podem proporcionar melhoria na infraestrutura básica, além de agregar valores à economia local com a geração de trabalho e renda. Entende-se que, como prática social, o turismo cria relações de poder entre residentes, visitantes, poder público e privado, essenciais no processo de articulação e organização do TBC. Compreender essa dinâmica significa entender as relações no espaço, suas transformações e implicações.

Para que as comunidades de Boa Vista, Cachoeira e Sede, da RESEX-Mar Mocapajuba, ponham em prática o TBC, há de se seguir alguns apontamentos:

- ✓ Ao ICMBio, orienta-se a elaboração do Plano de Manejo da UC, para que se indique as ações que poderão ser trabalhadas e desenvolvidas pelas comunidades, no programa de Uso Público – tendo em vista que, é nesse programa que as atividades do Turismo são definidas e orientadas.
- ✓ Trabalhar o turismo em suas diversas perspectivas: no decorrer do trabalho em entrevista com a diretoria de turismo do município de São Caetano de Odivelas, verificou-se que não existe nenhum projeto a nível municipal que desenvolva a modalidade de TBC nas comunidades ou no município como todo. A falta de recursos aparece como entrave para desenvolver capacitações e ações da secretaria nas comunidades, na área de turismo. Assim, indica-se a efetivação de parcerias com instituições de ensino, do Sistema S (SENAR e SEBRAE) e de gestão pública - como a SETUR, para realizar tais ações;
- ✓ Que o Conselho Municipal de Turismo se mostre ativo e interessado, juntamente com a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo e o ICMBIO, em discutir e desenvolver propostas que estimulem a valorização cultural e a identidade local por meio da realização de feiras, exposições, que oportunizem aos visitantes conhecerem o que é produzido nas comunidades;
- ✓ Elaborar uma normativa de uso dos recursos pesqueiros para a prática da Pesca Esportiva. Considerando-se que, hoje, a atividade ocorre no município, isto é, na área da RESEX de forma desordenada, sem orientações ou fiscalizações nem do órgão gestor da UC e nem pelas instituições municipais;
- ✓ Criar redes de relações sociais orientadas para o turismo, de modo que a comunidade tenha capital social disponível que lhes permita implementar o TBC;
- ✓ Incentivar estudos na área da RESEX, que visem identificar e aproveitar as potencialidades existentes. Instituições de ensino, Organizações da Sociedade Civil e Universidades têm um papel essencial, pois podem criar e executar ações e projetos junto com as comunidades, atendendo as demandas locais.

Conclui-se que as comunidades estudadas têm potencial para o desenvolvimento do TBC, tendo em vista que as mesmas são ricas em recursos naturais e histórico-culturais. A pesca se destaca entre os recursos identificados, pois trata-se do elemento mais importante nesses locais, pela importância econômica e por sua influência na dinâmica social, estando sempre presente em eventos culturais e religiosos realizados há anos por essas comunidades.

Mesmo diante das dificuldades encontradas como inexistência de políticas e planos locais para o desenvolvimento do turismo, falta de qualificação e atenção em relação ao

turismo, dificuldade de preservação de recursos naturais , infraestruturas básicas insuficientes, equipamentos e meios de apoio ao turismo insatisfatório, acredita-se que estes problemas podem ser solucionados por meio de um comprometimento tanto do setor público, como das comunidades através de um planejamento conjunto e participativo, que envolvam ações concretas direcionadas às comunidades da RESEX.

Deve-se estimular o desenvolvimento do TBC, um modelo que busca a potencialização da comunidade na oferta do produto turístico, ao aproveitar os recursos disponíveis nessas localidades, e que podem trazer benefícios reais, sem descaracterizar ou degradar a paisagem, o meio natural e cultural. Haja vista que o TBC valoriza o modo de vida tradicional e o cotidiano, os quais proporcionam uma experiência única aos seus visitantes e turistas.

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA, L.C. S; SAMPAIO, C.A.C. **Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?** Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 40, p. 231-251, abril 2017. DOI: 10.5380/dma.v40i0.48566. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/48566/32108>. Acessado em: 10 de nov. de 2019.
- ALLEGRETTI, M. **A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR
- ALMEIDA, M. G. **Cultura - invenção e construção do objeto turístico.** In: Espaço Aberto 3 – Turismo e Formação Profissional. AGB/Seção Fortaleza/CE, 1998: 17-33.
- ALMEIDA, M. W. B. de; ALLEGRETTI, M. H.; POSTIGO, A. **O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas.** Desenvolvimento. Meio Ambiente, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 25-55, novembro 2018.
- ALMEIDA, M.P.S.R.; BAHIA, M.C.; NELSON, S.P. Observação de aves no Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia: uma contribuição para a conservação ambiental da unidade e ao desenvolvimento turístico do Estado do Pará. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.9, n.3, ago/out 2016, p.544-574.
- AMARAL FILHO, J. do. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista.** Universidade Federal do Ceará, 1996. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/129/131>. Acesso em 08 mai. 2019.
- ASOCIACIÓN DE PROYETOS COMUNITARIOS – POPAYAN. **Territorio y Cartografía Social.** Proyecto: Fortalecimiento de las organizaciones pertenecientes a la asociacion de proyectos comunitarios. a.p.c. 2005. p.1-9. Disponível em: http://moutonnoir.org/francesmedico/wp-content/uploads/2014/06/Modulo_0_Territorio.pdf. Acesso em 08 jan. 2020.
- BARBOSA; G.S. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões 4ª Edição**, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008.
- BARROS, D.M. **Experiências em rios e mangues: lugar, paisagem, e percepção ambiental dos usuários da Reserva Extrativista Marinha de Mocapajuba (PA)**, 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em Geografia, Belém, 2017.

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: letras e imagem, 2009.

BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; CIPOLLA, C. Practice of service design for tourism initiative: the quality of interpersonal relationships as a design requirement. **Touchpoint – The Journal of Service Design**, v. 1, p. 94-98, 2009.

BENI, M. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2000.

BENI, Mário Carlos. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. (coord.). **Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Consórcio CDS/ UNB/ Abipti, 2000. 192 p.

BOTELHO, E.S; RODRIGUES, C. G. DE O. **Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 280-295, ago. 2016. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1202>. Acessado em: 06 de jan. de 2020

BOULLON, R. **ECOTURISMO**. Sistemas Naturales y Urbanos. “Temas de Turismo” Librerías Turísticas, Parguary 2457 – Buenos Aires, Argentina. ISBN: 99400-6-2 Primera Edición – 1993.

BRASIL, Decreto 23.793/34, Código Florestal de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm. Acesso em: 10 de abr. de 2019

_____. Lei Federal nº 6.902 de 27/04/1981, **Política Nacional do Meio Ambiente**, Brasília, em 27 de abril de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 02 de fev. de 2019.

_____. **Constituição Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 09 de set. de 2019.

_____. Lei Federal nº 9.958 de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, em 18 de julho de 2000. Disponível em

http://www.mma.gov.br/estruturas/revizee/_legislacao/19_legislacao18122008092900.pdf. Acesso em: 02 de fev. de 2019.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Avaliação Ambiental Estratégica** – Brasília: MMA/SQA, 2002a. 92p.

_____. Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002b. **Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. Disponível em: www.mma.gov.br/images/arquivos/areas.../snuc/Livro%20SNUC%20PNAP.pdf. Acesso em: 03 de mar. de 2019.

_____. Decreto Federal nº 5.758, de 13 de abril de 2006a, que institui o **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas** – PNAP. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/205/_arquivos/planonacionaareasprotegidas_205.pdf. Acesso em: 03 de mar. de 2019.

_____. Ministério do Turismo (MTur). **Plano Nacional de Turismo 2007/2010: Uma Viagem de Inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006b.

_____. Ministério do Turismo (MTur). **Projeto Inventário da Oferta Turística**. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiro do Brasil, MTur 2006c.

_____. Ministério do Turismo (MTur). Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - **Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade**. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007a.

_____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) **Instrução Normativa Nº02, de 18 de setembro de 2007**. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. 2007b.

_____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) **Instrução Normativa Nº03, de 18 de setembro de 2007**. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. 2007c.

_____. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e

Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação – Brasília: Ministério do Turismo, 2008a.

_____. Ministério do Turismo (MTur). **Catálogo de Turismo de Base Comunitária** 2008. Brasília, 2008b.

_____. Lei Nº 11.771 de setembro de 2008c. **Política Nacional de Turismo**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm. Acesso em : 14 de nov. de 2019.

_____. Ministério do Turismo (MTur). **Turismo de pesca: Orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008d. 56 p. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes_Turismo_de_Pesca_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. **Define as regras para a prática da pesca amadora no Brasil**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2009. Disponível em: https://servicos.ibama.gov.br/phocadownload/legislacao/portaria_04_2009.pdf. Acesso em: 01 dez. 2019.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010a.

_____. Ministério do Turismo (MTur). **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010b.

_____. Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). I Encontro Nacional da Pesca Amadora “**Construindo a política da pesca amadora**”. Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2010c. 28 p. Disponível em: http://www.pescariabrasil.com.br/documentos/texto_base_1_encontro_pesca_amadora.pdf. Acesso em: 02 dez. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Guia Prático DRP**. 2011. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/guiapraticodrp>. Acesso em: 05 de ago. de 2019.

_____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Instrução Normativa nº 29, de 5 de setembro de 2012**. Disciplina, no âmbito do Instituto Chico

Mendes, as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável Federal com populações tradicionais.

_____. Ministério do Turismo (MTur). **Turismo Responsável e Desenvolvimento Territorial nas Áreas Naturais Protegidas e seu Entorno.**

Apresentacao_MTur_PNT_em_acao_parques_naturais.pdf. 2014a. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/conselhos/conselho_nacional/documentos_conselho/Apresentacao_Mtur_PNT_em_acao_parques_naturais.pdf. Acesso: 03 de abr. de 2019.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Estudo socioambiental referente à Proposta de Criação da Reserva Extrativista Marinha no Município de São Caetano de Odivelas no Estado do Pará,** 2014b.

_____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Três Novas Reservas Extrativistas Marinhas são criadas no Pará** (matéria publicada em: 13/10/2014). 2014c. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/home1/70-uncategorised/5043-tres-novas-reservas-extrativistas-marinhas-sao-criadas-no-para>. Acesso em: 15 de abr. de 2019.

_____. Decreto S/N de 10 de outubro de 2014d. Cria a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, localizada no Município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Dsn/Dsn14009.htm. Acesso: 28 de mar. de 2019.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias.** 2017 IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 18 de fev. de 2019.

_____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federal: Princípios e Diretrizes.** Brasília (MMA), 2018a, p.01 -22. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf. Acesso em: 10 de dez 2019.

_____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). **Prática Incentiva o Turismo de Base Comunitária em UCs** Publicado: Segunda, 07 de Maio de 2018b, 17h06 Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9609-pratica-incentiva-o-turismo-de-base-comunitaria-em-ucs>. Acesso em: 10 de dez de 2019.

_____. Decreto Nº 9.791, de 14 de maio de 2019a. Aprova o Plano Nacional de Turismo 2018-2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9791.htm. Acesso em: 07 de dez. de 2019.

_____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federal: caderno de experiências / organizadores:** Marília Falcone Guerra, Carolina Mattosinho de Carvalho Alvite, Bruna de Vita Silva Santos; autores: Ana Gabriela da Cruz Fontoura [et al.]; ilustrador: Daniel Dias Moreira. – Dados eletrônicos – 1. Ed. – Brasília, DF: ICMBio-MMA, 2019b.

_____. Ministério do Turismo (MTur). **Regionalização Sensibilização e Mobilização** (Cartilha). Programa de Regionalização do Turismo. Janeiro de 2019c. Disponível em: <http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/mtur-cartilha-promocional-final.pdf>. Acesso em: 15 de jan. de 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **O Produto Interno Bruto (PIB)**. 2020a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php> Acesso em: 06 de jan de 2020.

_____. Portaria Nº **91, DE 4 de Fevereiro de 2020**. Dispõe sobre procedimentos para a realização da atividade de pesca esportiva em unidades de conservação federais administradas pelo ICMBio. Diário Oficial da União (DOU). Publicado em: 05/02/2020, Edição: 25, Seção: 1, Página: 40. MMA; ICMBio. 2020b. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-91-de-4-de-fevereiro-de-2020-241574956>. Acesso em: 05 de fev. de 2020.

BRITO, B. R. **TURISMO SUSTENTÁVEL. ENCONRO IBÉRICO - MUNICÍPIOS DO FUTURO RESPOSTAS EFICAZES A NOVOS (E VELHOS) DESAFIOS** Sesimbra, 8 de maio de 2014

BRITO, M. C.W. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000. 230p.

BRÜZEKE, F. Desestruturação e desenvolvimento. In: FERREIRA, L.; VIOLA, E. (Orgs.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Unicamp, 1996.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BUARQUE, S.C. **Construindo o Desenvolvimento local sustentável: Metodologia de Planejamento**. 4ª Ed. Terra Mater. Garamond. 2008

BURSZTYN, I; BARTHOLO, R; DELAMARO, M: **Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil.** In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SAN SOLO, D. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Ed. Letra e Imagem, 2009.

BURSZTYN, I. **Desatando um nó na rede:** sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, COPPE, UFRJ, Rio de Janeiro: 2012. Orientador: Roberto Bartholo dos Santos Júnior.

BURSZTYN, I.; SAN SOLO, D. G. **Cenário para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no Brasil.** Anais do IV Congresso Latino Americano de Investigación turística. CD-ROM, Montevideo (Uruguay), 2010.

CASTRO, E. **Desenvolvimento, pós-desenvolvimento e sustentabilidade** (Ciclo de Formação Interdisciplinar / Sociedade, Natureza e Desenvolvimento). Unidade I – Desenvolvimento e Meio Ambiente. Santarém: Ufopa, 2012.

CAVALCANTI, C. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra científica. In: CAVALCANTE, C. (Org.) **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E POLITICAS PUBLICAS.** São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997. P. 21-40.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis, Vozes, 2008. p. 295 – 316.

CHAMY, P. Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum. In: **Anais Conference of the International Association for the Study of Common Property: The Commons in an Age of Global Transition: Challenges, Risks and Opportunities.** México, 2004. Disponível em: <http://www.ibcperu.org/doc/isis/5275.pdf>
Acesso em: 15 de dez. de 2019.

COELHO, M. C. N. et al. “Unidades de conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política”. In GUERRA, A. J. T; COELHO, M. C. N. (orgs.). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CORAZZA, R.I. Gestão Ambiental e Mudanças da Estrutura organizacional. RAE-eletrônica, v2, n2, jul-dez/2003

CORIOLOANO, L.N.M.T. Lazer e turismo em busca de uma sociedade sustentável. In: _____ (Org.). **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE – Universidade Estadual do Ceará, 1998.

_____. Os limites do Desenvolvimento e do Turismo. In CORIOLOANO, L N M T. **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Fortaleza FUNECE, 2003.

_____. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSELO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

_____. A CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL. In: PORTUGUEZ, A. P; SEABRA, G. de F; QUEIROZ, O. T. M. M. (Orgs.) **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local** - João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. 396p.

COSTA, H. A. **Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CRUZ, R. de C. A. **Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira**. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSELO, D. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Ed. Letra e Imagem, 2009.pg92.

CRUZ, S.H.R, **Ecoturismo e Desenvolvimento: análise do programa nacional de desenvolvimento do ecoturismo – Proecotur no pólo Marajó/PA**. Estado e políticas públicas na Amazônia; gestão de recursos naturais. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2000.

CUNHA, A.S; MORAES, S.C. Fragmento de território de pesca na Amazônia. In: VASCONCELLOS SOBRINHO, M. ET AL. (Org.) **Gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local**. Belém: NUMA/UFPA, 2012.

CUNHA, M.C. da; ALMEIDA, M. W.B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al (Orgs.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade e Instituto Socioambiental, 2001, p.184-193.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003. 208 p.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, USP, 2008.

DOL, Diário Online. **São Caetano de Odivelas: Um polo pesqueiro**. 2011. Disponível em: <http://www.diarioonline.com.br/noticia-155213-sao-caetano-de-odivelas-um-polo-pesqueiro.html>. Acesso em: 01 fev. 2020.

DORES, L.A..O das. **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: um estudo da realidade e potencialidades no Distrito de Porto Salvo, município de Vigia de Nazaré-PA**. – 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) – UFPA, Belém, 2015.

DUTRA, A. DA R.S. **TURISMO, ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL: diálogos entre saberes e fazeres**. In: IRVING, M. de A; RODRIGUES, C. G. de O; RABINOVICI, A; COSTA, H. A (Orgs.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres**. Rio de Janeiro: Ed. Folio Digital; Letra e Imagem, 2015, 292p. **POLÍTICA & TRABALHO** Revista de Ciências Sociais, n° 47, junho/dezembro de 2017, p. 271-278. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/download/31876/19617/> . Acessado em: 06 de jan. 2020.

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. **Anuário Estatístico 2006**. v. 33. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

FABRINO, N. H. **Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

FABRINO, N. H; NASCIMENTO, E. P; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo** – Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p.18-35, abr. 2016 172 ISSN 1677 6976 dez. 2016

FARIAS, K.S. da S. **Governança do turismo na Ilha do Marajó-Pará: uma análise das redes de relações estabelecidas nas políticas públicas de turismo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2018.

FENNELL, D. A. **Ecoturismo, uma introdução**. Editora Contexto, São Paulo 2002.

FERREIRA, G.C. **ACORDANDO NA CACHOEIRA: Territórios e territorialidades de Pescadores Artesanais em São Caetano de Odivelas – PA**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências

Humanas – Universidade Federal do Pará – como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia. 2016.

FIGUEIREDO, S.; RUSCHMANN, D. V. R. **Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas**. 2004, Novos Cadernos NAEA, 7 (1), 155-188.

FICHER, T. Gestão Social do Desenvolvimento de Territórios. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, 12(1), jan-abr 2012, pp . 113-120 ISSN 1984-6657

_____. (2002). Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: T. FISCHER (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação** Salvador: Casa da Qualidade, 2002, p.12-32.

FISHER, T; PINHO, J. A. G. de. **Desenvolvimento territorial** organizações e gestão. Brasília, 2006.

FRANCO, J.L de A; SCHITTINI, G.M; BRAZ, V da. **HISTÓRIA DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS ÁREAS PROTEGIDAS: PANORAMA GERAL**. *Historiæ*, Rio Grande, 6 (2): 233-270, 2015.

FREITAS, J. da S.; MATHIS, A.; HOMMA, A K. O; SILVA, D. C. C. **RESERVAS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA: MODELO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL?** *GEographia*, Niterói, Universidade Federal Fluminense. ISSN 15177793 (eletrônico) Vol.19, N°40, 2017: mai/ago. Artigos

FUTADA, S. de M. Avanços normativos e estruturais do SNUC na Amazônia Legal. In: VERISSIMO, A. et al. **Áreas protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**. Belém: IMAZON; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. p. 36-42.

GARCIA, E. Decrescimento e bem viver: algumas linhas para um debate adequado. In: LÉNA, P. NASCIMENTO, E. P. do (orgs.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade** /. – Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GALLERO, L. El Impacto de la globalizacion sobre el turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A. **Entrevista**. A cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos. 2014; Entrevista do Eixo de Meio Ambiente, Clima e Vulnerabilidades; Rede Mobilizadores. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/>. Acesso em: 08 abr. 2020.

G1 PARÁ, Portal. **Em São Caetano de Odivelas, milhares de fiéis celebram o Círio do município**, (matéria publicada em 04/08/2019) Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/08/04/em-sao-caetano-de-odivelas-milhares-de-fieis-celebram-o-cirio-do-municipio.ghtml>. Acesso em: 17 de jan. de 2020.

HANAI, F. Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional** v. 8, n. 1, p. 198-231, jan-abr/2012, Taubaté, SP, Brasil.

HALL, C. M. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

HAMOY, J. A. **Turismo em unidades de conservação e o desenvolvimento local em Soure- PA** / Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2018.

IBAM. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Programa de Mobilização do Turismo Local**. Informação eletrônica, site do IBAM 2019. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/projeto/25>. Acesso em: 14 de jan. de 2020.

_____. **O Programa de Mobilização do Turismo Local e de Base Comunitária – MOB Turismo Local**. IBAM e MTur, 2011. Disponível em: <http://www.institutobrasilrural.org.br/download/20110724181924.pdf> . Acesso em: 20 de jan. de 2020.

HENRÍQUEZ, C; SAMPAIO, C; ZECHNER, T. **Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha**. Anais II Seminário Internacional de Turismo Sustentável. Fortaleza/Ceará, 2008.

IGNARRA, L.R. **Fundamentos do turismo**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

IMAZON, Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia; ISA, Instituto Socioambiental. **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios** / [organizadores Adalberto Veríssimo... [et al.]. --Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

INVIRG, Marta de Azevedo. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?.** In; BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** 2009 Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITARIA.pdf. Acesso em: 20 de mar. de 2019.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2030 Agenda – SDG – National Targets of Sustainable Development Goals. IPEA, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35192. Acesso em: 15 jan. 2020.

IVARS BAIDAL, J.A. Planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible: propuestas para la creación de un sistema de indicadores (Proyecto METASIG). Alicante: Universidad de Alicante; Instituto Universitario de Geografía, 2001. 75p. (Documentos de Trabajo, n.1).

JARA, C. J. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local: Um processo em Construção.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura; Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco - SEPLAN, 1998, 316p.

KALIKOSKI, D.C. Áreas Marinhas Protegidas Conservação e Justiça Social: Considerações à luz da Teoria dos Comuns. In: PRATES, A.P.; BLANC, D. (Orgs.). **Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira.** Brasília; MMA/SBF,2007.

KASSIS, R. Turismo de base comunitária como instrumento de redução da pobreza e inclusão social, 2005, p.2. In: NEUHAUS, Esther; SILVA, Jefferson (Org.). **Um Outro Turismo é Possível.** Fórum Social Mundial de Porto Alegre, janeiro de 2005. Disponível em: <http://www.periodicodeturismo.com.br/site/espacoaberto>. Acesso em: 11 de jan. de 2019.

LANDIM NETO, F.O; COSTA, N. O; PEREIRA FILHO, N.S; GORAYEB, A. A cartografia social na comunidade Waldemar de Alcântara: instrumento de luta por melhores condições de vida. **Anais do Primer Congreso de Extensión de la Asociación de la Universidades del Grupo Montevideo – AUGM.** Extenso 2013, 8p. Disponível em http://formularios.extension.edu.uy/ExtensoExpositor2013/archivos/519_resumen892.pdf Acesso em 07 de nov. de 2019.

LAHIRE E KELVEN. **Mapa Imagem Pontos de Pesca:** Estuário Marinho de São Caetano de Odivelas. s.d. Disponível em: <http://lahirepesca.os-melhores-pontos-de-pesca-estaoaqui.html>. Acesso em: 10 dez. 2019.

LEVÍ, M.J A. **O Turismo e Desenvolvimento Sustentável: Contributos do Turismo de Natureza no Desenvolvimento do Parque Nacional da Gorongosa.** Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, 2012.

LEFF, E. *Ecologia y capital - Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable.* Mexico, 1999.

_____. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Rio de Janeiro: Vozes, 2001

_____. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Saber ambiental;** Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Discursos sustentáveis.** São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, J.J.S. **TURISMO SUSTENTAVEL, ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL. UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DO PROECOTUR-CE.** Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/ UFCE, 2003.

MAGALHÃES, A.R. Um Estudo de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Semi-árido. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável.** P: 417-429. 2003

MAGALHAES, N. **Milhares de fiéis percorreram as ruas para agradecer ao padroeiro.** — Foto: Noriel Magalhães/TV Liberal, 2019.

MALDONADO, C. **O turismo rural comunitário na America latina: Genesis, características e políticas.** In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Ed. Letra e Imagem, 2009.pg.25.

MATHIENSON A.; ALL, G. **Turismo: Repercusiones economicas, phisicas e sociales.** Madrid: Trillas, 1977.

MAY, T. **Pesquisa Social: Questões, métodos e processos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

M.C.M, MEMORIAL CHICO MENDES. **O Conselho Nacional dos Seringueiros 2020** – Disponível em: <http://www.memorialchicomendes.org/quem-somos/> Acesso em: 06 de jan. de 2020.

MENDOÇA, S. **Análise da Utilização do Espaço Natural do Poço Azul/DF para a Prática do Ecoturismo**. Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. Brasília, 2008

MIELKE, E.J.C. **Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária**. Campinas: Alínea, 2009.

MILANO, Miguel; THEULEN, Verônica (Org.). **II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Campo Grande: Anais, Vol. I. 2003.

MINAYO, Maria Cecília. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília (Org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Ed. Vozes. 21ª ed. Petrópolis, 2002.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2ª ed., 2006. (1ª ed. 2001). 343 p. Publicação da dissertação de mestrado defendida em 1995 junto ao PROCAM/USP.

MORIM, J. **Boi de Máscaras de São Caetano de Odivelas. Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 6 jan. de 2020.

MOORE, A. ORMAZÁBAL, C. **o Manual de planificación de sistemas nacionales de áreas silvestres protegidas em America Latina**. Food and Agriculture Organization of the United Nations (1998).

NASCIMENTO, E. P. **Trajatória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. Estudos avançados. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a05v26n74.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

NASCIMENTO, I. L. B. do; NÓBREGA, W. R. de M. Turismo e desenvolvimento local: um ensaio sobre o corredor cultural em Mossoró/RN. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, n. 20, jun. 2016. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/turydes/20/crescimento.html>. Acesso em: 20. mai. 2017.

NEIMAN, Z; RABIONOVICI, A. **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. Manole, 2010.

NELSON, S.P. Uso Público nas Unidades de Conservação. *In*: CASES, M.O. (org.). **Gestão de Unidades de Conservação**: Compartilhando Uma Experiência de Capacitação. Realização: WWF/Ipê – Instituto de Pesquisas Ecológicas. Organizadora: WWF Brasil, Brasília, 2012.

NELSON, S. P.; PEREIRA, E. M. **Ecoturismo**: práticas para o turismo sustentável. Manaus: Ed. Vale, Uninorte, 2004.

NILSSON, W. R. Services instead of products: experiences from energy markets - examples from. *In*: MEYER-KRAHMER, F. (Ed.). **Innovation and sustainable development: lessons for innovation policies**. Heidelberg: Physica-Verlag, 1998.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação *In*: MINAYO, Maria Cecília (Org.) et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Ed. Vozes. 21ª ed. Petrópolis, 2002.

OLIVEIRA, E.; MANSO, J. R. P. **Turismo sustentável: utopia ou realidade?** 2010. p. 239-257. Disponível em: http://www.ipc.pt/cit/docs/sessoes/s5/s5_4_15.pdf. Acesso em: 2 dez. 2014.

OMT, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Tendências do Turismo Internacional**. O mundo e as Américas. Madrid. Conselho Executivo da OMT, 2001

_____. **Introdução al turismo**. Madrid: OMT, 1998.

_____. **Agenda para planificadores locais: turismo sostenible y gestión municipal**. Madrid: OMT, 1999. (Edición para América Latina y el Caribe).

_____. Guia de desenvolvimento do turismo sustentável. Trad. Sandra Netz. - Porto Alegre: Bookman, 2003.

_____. **NOTÍCIAS DA OMT**. Revista da Organização Mundial de Turismo, 2008 Year XXII, 1/2008. Disponível em: <http://www.unwto.org/media/mag/en/mag.php?op=1>. Acessado em: 10 de nov. de 2019.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 08 de abr. de 2019.

PÁDUA, Maria Tereza. Efetividade das políticas de conservação da biodiversidade. In: MILANO, Miguel; THEULEN, Verônica (Org.). **II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Campo Grande: Anais, Vol. I, 2003, p.104 a 116.

PANDEFF, P. A. **Gestão ambiental em unidades de conservação: reflexões a partir do Projeto Defeso na APA-Guapimirim, RJ / Niterói**, 2009. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, 2009.

PARÁ. Secretaria de Estado de Turismo do Pará (SETur). **Plano Ver-o-Pará – Plano Estratégico de turismo do Estado do Pará 2012-2020 – Relatório Executivo**. SETur 2011. Disponível em: http://setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/plano_ver-o-para.pdf. Acesso em: 15 de jan. de 2020.

_____. Secretaria de Estado de Turismo do Pará (SETur). **Polo Amazônia Atlântica**. 2016a. Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/polo-amaz%C3%B4nia-atl%C3%A2ntica> . Acesso em: 15 de jan. de 2020.

_____. Secretaria de Estado de Turismo do Pará (SETur). **Ordenamento Turístico do Estado do Pará**. 2016b. Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/o-ordenamento-turistico-do-estado-do-para>. Acesso em: 15 de jan. de 2020.

_____. Secretaria de Estado de Turismo do Pará (SETur). **Inventário Turístico de São Caetano de Odivelas**. SETur, 2017. Disponível em: http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/iot_saocaetano_novembro.pdf. Acesso em: 16 de jan. de 2020.

_____. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) **Estatísticas Municipais Paraenses: São Caetano de Odivelas**. / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. – Belém, 2016c.

_____. Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas. **O Município**. 2020. Disponível em: <http://saocaetanodeodivelas.pa.gov.br/sobre-o-municipio/>. Acesso em: 20 de jan. de 2020.

_____. Agência Pará – Foto Divulgação. S/A. **Boi de Máscara**. Disponível em: <https://www.visiteobrasil.com.br/norte/para/festas-populares/conheca/boi-de-mascaras>. Acesso em: 17 de jan. de 2020.

PINTO, P.M. **Políticas públicas de turismo na Pan-Amazônia: processos de gestão local em áreas protegidas na tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2016.

PIRES, P. S. Sustentabilidade: dimensão ambiental. In: BENI, M. C. (Org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. 1.ed. Barueri: Manole, 2012. p. 181-202.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, **Desenvolvimento Humano**. 2020. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-desenvolvimento-humano.html> Acesso em: 06 de jan. de 2020.

PORTUGUEZ, A. P. **Turismo, rural**. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoy (Edit.). *Análises regionais e Globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2005.

_____, **Geografia humana del bajo rio Doce**. Ituiutaba: PORTUGUEZ, A. P, 2010.

PRADO, D.S; SEIXAS, C.S. **Da floresta ao litoral: instrumentos de cogestão e o legado institucional das Reservas Extrativistas**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 281-298, novembro 2018.

PRATES. A.P. L. Plano Nacional de Áreas Protegidas O Contexto das Áreas Costeiras e Marinhas. In: PRATES, A.P.; BLANC, D. (Orgs.). **Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira**. Brasília; MMA/SBF,2007

PROST, C. **Reservas extrativistas marinhas: avanço ou retrocesso?** *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes Vol. 48, novembro 2018. DOI: 10.5380/dma.v48i0.58351. e-ISSN 2176-9109. Ano: 2018.

QUARESMA, H. D. A. B. **O desencanto da Princesa: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodoal/Maiandeuá**. 2003. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2003.

QUINTAS, J.S. **Introdução à gestão ambiental pública** / José Silva Quintas. 2ª ed. Revista – Brasília: Ibama, 2006. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?as_vis=1&q=gest%C3%A3o+ambiental&hlpt-BR&as_sdt=0,5#d=gs_qabs&u=%23p%3Da_PL6dNm0-J. Acessado em: 22 de dez.2019.

ROSA, A.C.M. da; PHILIPPI, L.S. Problemas e potencialidades ambientais globais, regionais, estaduais e locais. In: LEITE, A.L.T.A.; MININNI-MEDINA, N. (Org.). **Educação Ambiental. Curso básico a distância – Questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas**. 2.ed. Brasília: MMA, 2001. v.1, p. 201-287.

REIS, A.A; ALMEIDA, O.T. Desenvolvimento sustentável e estratégias de uso dos recursos naturais em área de várzea no Baixo Tocantins, Amazônia (p. 161 – 176), 2012 In: **Desenvolvimento e Sustentabilidade**. Figueiredo, O T A; Lima, S; Trindade Jr, Saint-Clair C. (Organizadores) Belém, NAEA, 2012.

ROSENAU, J. N. Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial. In: Rosenau, J. N. e Czempiel, Ernst-Otto. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. pp. 11-46.

SÁ, H.S.F; PALHETA, L.L. **MANEJO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DA TRILHA DAS SAMAMBAIAS NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA AMAZÔNIA – MARITUBA - PARÁ: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**. 2015. Monografia NAEA/UFPA.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo, SP: Vértice. 1986.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, Fundap, 1993.

SAMPAIO, C. A. C; LESAMA, M. F.; ARAÚJO, J. R.; Mendez, E. O. Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável. In: SAMPAIO, C. A. C.; HENRÍQUEZ, C.; MANSUR, C. (Orgs). **Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática**. Blumenau: Edifurb, 2011. p. 23-30.

SANSOLO, D; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro**. In; BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 2009. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/pub. Acesso em: 12 de mar. de 2019.

SANSOLO, D. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Ed. Letra e Imagem, 2009. SANTILLI, J. **SOCIOAMBIENTALISMO E NOVOS DIREITOS: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. Editora Petrópolis, Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

SANTOS, C. Z; SCHIAVETTI, A. Reservas Extrativistas Marinhas Do Brasil: Contradições De Ordem Legal, Sustentabilidade e Aspecto Ecológico. **Bol. Inst. Pesca**, São Paulo, v. 4, n. 39, p.439-494, 2013.

SANTOS, M. H. de C. **Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte**. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300003. Acesso em: 15 de jun. de 2019.

SATRÚSTEGUI, K. U. **Desenvolvimento, subdesenvolvimento, mau-desenvolvimento e pós-desenvolvimento: um olhar transdisciplinar sobre o debate e suas implicações**. RDP - Revista Perspectivas do Desenvolvimento Um enfoque multidimensional, 2013, 1ª Edição, Nº 1 P. 34-69.

SEVERINO, A.J. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTIFICO**. 23ª Edição revisada e atualizada. 10ª Reimpressão. São Paulo, Cortez Editora, 2007.

SILVA, S. J.; NUNES, A. G. A.; ROCHA, B. T. **Etnoturismo: meio ambiente, tradição e sustentabilidade**. III Encontro Estadual de Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.recea.org.br/acervo>. Acesso em: 21 de abr. de 2019.

SILVA, P. P. da. Da Propriedade Coletiva ao Co-Gerenciamento: Lições da Primeira Reserva Extrativista Marinha Brasileira. In: PRATES, A.P.; BLANC, D. (Orgs.). **Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira**. Brasília; MMA/SBF,2007.

SILVA, S.S.S. **Tradição e contemporaneidade: o corpo e os processos de aprendizagem na dança do boi de São Caetano de Odivelas**- Ensaio Geral, Belém, v1, n.2, jul/dez 2009.

SILVEIRA, D.T; CÓRDOVA, F.P. A PESQUISA CIENTÍFICA. In: **Métodos de pesquisa** (Org.) GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T.; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUSA, R. M. de M. **Reserva de desenvolvimento sustentável Rio Negro (AM) e sua relação com o turismo de base comunitária: perspectivas de gestão local na Amazônia e percepção das comunidades**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2017.

SOUZA, M. J. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. (Org). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 17 –42

SWARBOOKE, J. **Turismo Sustentável. Conceitos e Impacto Ambiental.** Vol. 1. Editora Aleph, São Paulo 2000.

TAKAHASHI, L. Uso público em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação.** Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. out. 2004

TEXEIRA, T.H *ET AL*, **A diversidade produtiva em Reservas Extrativistas na Amazônia: entre a invisibilidade e a multifuncionalidade.** 2018, Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 164-183, novembro 2018.

TUCUM. Rede Cearense de Turismo Comunitário. **Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism.** Fortaleza, 2008.

VASCONCELLOS SOBRINHO, M. ET AL. **Gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local.** Belém: NUMA/UFPA, 2012.

VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Notas Introdutórias sobre Desenvolvimento e Desenvolvimento Territorial. In: MITSCHHEIN, T.; ROCHA, G. de M.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. **Desenvolvimento Local e o Direito à Cidade na Floresta Amazônica.** Belém: NUMA/UFPA, 2013.

_____, **Desenvolvimento: conceitos, definições e interpretações.** Apresentação em PPTX, 2017.

VEDOVETO, M.; FUTADA, S. de M.; RIBEIRO, M. B. Gestão das unidades de conservação na Amazônia Legal. In: VERISSIMO, A.; ROLLA, A.; VEDOVETO, M.; FUTADA, S. de M. (Org.). **Áreas protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios.** Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. p. 29-35.

VELOSO, N. da S. L. **Água da Chuva e desenvolvimento local: o caso das Ilhas de Belém.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2012a.

VELOSO, N.S. L; MENDES, R.L.R.M. Água da chuva e desenvolvimento local: o caso do abastecimento das ilhas de Belém – PA. In: VASCONCELLOS SOBRINHO, M. ET AL. (Org) **Gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local.** Belém: NUMA/UFPA, 2012b.

VIVACQUA, M. **Reservas Extrativistas Marinho-Costeiras**: reflexões sobre o estágio pré-implantação. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo. Vol. 21, 2018, Artigo Original, 2018; 21: e00323

WCED. *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WTO (2008). World Tourism Organization. UNWTO NEWS. Magazine of the World Tourism Organization. Year XXII, Issue 1/2008. Disponível em: <http://www.unwto.org/media/mag/en/mag.php?op=1>. Acessado em: 10 de abr. de 2010.

UICN. **Guidelines protected Area Management Categories**. Gland: UICN, 1994.

ZAOUAL, H. **Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?** Caderno Virtual de Turismo, v. 8, n. 2. 2008.

APÊNDICE A
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr.(a), para participar do Projeto de Pesquisa “**O Turismo de Base Comunitária como Possibilidade de Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da RESEX Marinha Mocapajuba - São Caetano de Odivelas - PA**”, que será realizado nas comunidades: **Sede Municipal, Cachoeira e Boa Vista da RESEX-Mar Mocapajuba** com o objetivo de avaliar como está sendo desenvolvido o Turismo de Base Comunitária na RESEX-Mar e quais as suas contribuições para desenvolvimento das comunidades locais.

A pesquisadora **Yasmin Alves dos Santos** sob a orientação do **Prof. Dr. Christian Nunes da Silva**, sendo estes ligados ao Programa de Pós-graduação de Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – **PPGEDAM/NUMA/UFPA** pede a sua autorização para entrevistá-lo e fazer uso de questionários junto às comunidades. Acreditamos, que possa nos ajudar com a sua colaboração, através, de informações sobre como está sendo gerido o Turismo e permiti-nos a conhecer melhor a realidade local. Será feito entrevistas, questionários, gravações, filmagens, registro fotográfico e observações.

O (a) Sr. (a) poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, não havendo quaisquer danos para o mesmo. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas, sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. O (a) Sr. (a) não terá qualquer despesa financeira e também não ganhará nada, não havendo necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável. Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica pelo número **(091) 992444043** ou pelo - E-mail: **yasminalvesalves@gmail.com**.

Fui informado sobre o que a pesquisadora quer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

Assinatura do Participante

ou



Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar

Local: _____, Data: ____/____/____.

Pesquisadora Responsável

APÊNDICE B
Roteiro de Entrevista com o Gestor (ICMBio)

➤ **Informações Pessoais:**

1. Nome: _____
2. Idade: _____ Escolaridade: _____
3. Cargo/Função: _____ Sexo: () F () M
4. Tempo de Experiência na Função: _____

➤ **Campo Específico da Pesquisa**

1. Faça uma breve contextualização da RESEX atualmente
2. Como ocorre a sua atuação da gerencia da reserva no que diz respeito a reuniões e encontros com os usuários, e as ações de uso publico na área?
3. Como ocorrer a participação da comunidade na Gestão da RESEX?
4. Desenvolve ou já desenvolveu alguma ação que esteja relacionada ao Turismo na RESEX? Se sim, quais? Se não, quais os motivos?
5. Como o Turismo pode contribuir para uma gestão participativa na RESEX, bem como pode contribuir para a mitigação de problemas socioambientais e conflitos?
6. Como você avalia a possibilidade do Turismo de Base Comunitária ser uma ferramenta de Gestão e de Desenvolvimento para as comunidades da RESEX?
7. Qual é a relação entre a gestão da Unidade de Conservação e instituições locais, como: Prefeitura, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Cultura e outros órgãos. Existem dificuldades de relação com essas instituições?
8. Existe alguma proposta de ação de Turismo pensada pela gestão da RESEX ou em parceria com outras entidades (Publicas ou privadas)? Justifique.
9. Faça suas considerações finais fazendo uma relação com o conteúdo da entrevista expressando os seus desafios como gestor e perspectivas para o futuro da Reserva.

APÊNDICE C

Roteiro de Entrevista com o Gestor (Instituições Municipais)

➤ **Informações Pessoais:**

5. Nome: _____
6. Idade: _____ Escolaridade: _____
7. Cargo/Função: _____ Sexo: () F () M
8. Tempo de Experiência na Função: _____

➤ **Campo Específico da Pesquisa**

1. Existem planos, programas e projetos para o desenvolvimento do Turismo em São Caetano de Odivelas que estejam em execução? Qual/quais?
2. Quais são as atividades ou ações de cunho cultural e religioso que já são realizadas no município que são capazes de movimentar a cadeia econômica do turismo local?
3. Existe alguma ferramenta administrativa para mensurar os efeitos positivos e negativos do turismo (sejam efeitos ambientais, sociais, culturais, econômicos) no município? Como é feita essa mensuração?
4. Quais informações você possui a respeito da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba?
5. Qual a participação das instituições municipais na Gestão da RESEX ? Considera possível uma cogestão participativa na RESEX?
6. Qual seu entendimento sobre Turismo em Unidades de Conservação?
7. De que modo as ações de Turismo do setor público são direcionadas às questões socioambientais na UC de São Caetano de Odivelas?
9. O seu órgão desenvolve ou já desenvolveu alguma ação que esteja relacionada ao turismo na UC? Se sim, quais?
10. Existe espaço para o envolvimento da iniciativa privada, das instituições públicas municipais e dos moradores locais no processo de gestão da RESEX no que tange ao processo de desenvolvimento do Turismo?
11. Qual a sua percepção acerca do Turismo de Base Comunitária (TBC)? Acha possível ser desenvolvido na RESEX?

APÊNDICE D
Roteiro de Entrevista (Instituições da Sociedade Civil)

➤ **Informações Pessoais:**

12. Nome: _____
13. Idade: _____ Escolaridade: _____
14. Cargo/Função: _____ Sexo: () F () M
15. Tempo de Experiência na Função: _____

➤ **Campo Específico da Pesquisa**

1. Faça uma breve contextualização do surgimento da RESEX
2. Como ocorre a atuação da gerencia da reserva no que diz respeito a reuniões e encontros com os usuários, e as ações de uso publico na área?
3. Como você avalia a participação da comunidade nas ações de Gestão da RESEX?
4. Como a AUREMOCA contribui para as ações de gestão da RESEX?
5. Como a Colônia de Pescadores contribui para as ações de gestão da RESEX?
6. Qual seu entendimento sobre Turismo em Unidades de Conservação?
7. Como o Turismo pode contribuir para uma gestão participativa na RESEX, bem como pode contribuir para a mitigação de problemas socioambientais e conflitos?
8. Como você avalia a possibilidade do Turismo de Base Comunitária ser uma ferramenta de Gestão e de Desenvolvimento para as comunidades da RESEX?
9. Qual a sua percepção acerca da Pesca Esportiva desenvolvida na RESEX?
10. Faça suas considerações finais fazendo uma relação com o conteúdo da entrevista expressando os seus desafios como gestor e perspectivas para o futuro da Reserva.

APÊNDICE E
APOSTILA UTILIZADA PARA FAMILIARIZAÇÃO DO TEMA DA OFICINA PARTICIPATIVA SOBRE O TBC



Serviço Público Federal
Universidade Federal do Pará
Núcleo de Meio Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos
Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia



TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA



Yasmin Alves
PPGEDAM / 2019

CAPÍTULO I

1. TURISMO

O turismo é sem dúvida um dos segmentos econômicos que mais cresce no mundo todo, esse fato deve mover os atores públicos e privados do turismo a trabalharem a atividade com máxima responsabilidade. A atividade turística não pode ser em hipótese nenhuma trabalhada de qualquer forma, ou sem planejamento específico, deverá sempre considerar o ambiente natural e especialmente a comunidade local.

1.1 - CONCEITO:

“**TURISMO** é o movimento temporário e voluntário de pessoas ou grupos de pessoas para local diferente de suas residências e seus trabalhos habituais, por motivo de recreação, saúde, descanso, busca de culturas diferentes etc.” E também, pode ser definido como: “Toda e qualquer atividade exercida por uma pessoa, fora do seu domicílio principal cujo afastamento envolve gastos com transporte, hospedagem, alimentação, diversão, compras ou despesas de outra natureza”. Há algum tempo atrás o Turismo era determinado apenas por motivo de lazer. Hoje, além dos tipos já conhecidos, estão surgindo novas motivações para viagens, sendo considerada como “viagem de turismo toda aquela com ida e volta ao lugar de origem, em que se utilize a infraestrutura e os serviços da localidade visitada”.

1.2 CONDIÇÕES PARA RECEBER O TURISTA:

Um aspecto relevante para que o turismo ocorra diz respeito ao destino, sua atratividade, organização e estrutura para receber visitantes, tanto no aspecto de infraestrutura construída (meios de alimentação e hospedagem, acesso e serviços de transporte) quanto no aspecto da hospitalidade (relações humanas, atendimento, serviços de informações).

✓ **Atrativos:** São elementos que despertam interesse nos viajantes e os motivam a viajar para conhecê-los ou revê-los. Podem ser classificados de diversas maneiras, mas há três principais: naturais, culturais e históricos.

✓ **Infraestrutura:** São as construções existentes em uma localidade visando dar condições básicas para a organização socioeconômica. Ao falar em turismo, duas principais classificações são acordadas para nomear a infraestrutura: básica e turística. **BÁSICA:** existe para atender à cidade e sua população. Serve à indústria, ao comércio, à agricultura, às áreas residenciais como ao turismo. **TURÍSTICA:** criada especificamente para atender às necessidades dos turistas.

✓ **Hospitalidade:** é a forma como os visitantes são recebidos em um local. Pode estar relacionada com a infraestrutura básica e turística (serviços de hospedagem, informações, entre outros) e com a maneira como as pessoas atendem e recebem os visitantes.

1.3 SEGMENTAÇÃO DO TURISMO

A segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda. A partir da oferta, a

segmentação define tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé).
- aspectos e características (geográficas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais).
- determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer) Com enfoque na demanda, a segmentação é definida pela identificação de certos grupos de consumidores caracterizados a partir das suas especificidades em relação a alguns fatores que determinam suas decisões, preferências e motivações, ou seja, a partir das características e das variáveis da demanda.

Ao adotar a segmentação como estratégia, procurou-se organizar, primeiramente, os segmentos da oferta, sabendo-se que neste documento não se abarca o universo de que se constitui o turismo. Ainda porque novas denominações surgem a cada tempo, em decorrência da incessante e dinâmica busca de novas experiências, aliada às inovações tecnológicas e à criatividade dos operadores de mercado.

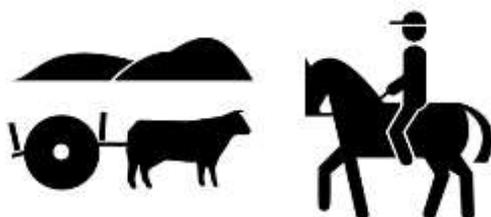
São vários os tipos de turismo. Porém, a cada dia, surgem novas denominações. Podemos citar algumas:

✓ **Turismo Cultural:** Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

✓ **Turismo ecológico ou Ecoturismo:** Tipo de turismo que explora os recursos naturais e culturais, contribuindo para a sua conservação. Busca desenvolver o respeito pela natureza e promove o bem-estar das populações locais envolvidas.



✓ **Turismo Rural:** Realizado em espaços e ambientes rurais (Fazenda, sítio, beira-rio etc.)



CAPÍTULO II

2 – TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.

2.1 – CONCEITO.

De acordo com o Ministério do Turismo (MTur/2008), o turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (MTur, 2008).

2.2 - ALGUNS PRINCÍPIOS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

- **Produto turístico ou atração turística é o modo de vida**

A principal atração turística é o modo de vida da comunidade, ou seja, sua forma de organização, os projetos sociais que faz parte, formas de mobilização comunitária, tradição cultural e atividades econômicas.

- **Turismo é instrumento para o fortalecimento comunitário e associativo**

A atividade só é viável quando construída sobre uma base associativa, ou seja, o sucesso individual está condicionado a sustentabilidade do ambiente que o cerca.

- **Participação – A comunidade é proprietária, gestora, empreendedora dos empreendimentos turísticos.**

Somos conscientes de que o turismo pode representar uma fonte de oportunidades e, uma ameaça para a coesão social de nossos povos, sua cultura e seu hábitat natural. Por isso, propiciamos a autogestão da atividade, de tal maneira que nossas comunidades assumam o protagonismo que lhes corresponde no planejamento, operação, supervisão e desenvolvimento.

- **O turismo é uma atividade complementar a outras atividades econômicas já praticadas**

O turismo deve complementar apropriadamente nossa economia comunitária e familiar potencializando o desenvolvimento da agricultura, da pesca, do artesanato, a pequena agroindústria, o transporte e outros serviços. Nessa ótica, queremos explorar todas as iniciativas produtivas sustentáveis que contribuam com o desenvolvimento econômico local e gerem empregos novos e de qualidade nas nossas comunidades e no entorno.

- **Distribuição justa do dinheiro e transparência no uso dos recursos**

Geração e distribuição de renda equitativa, praticando preços e relações de trabalho justas, satisfazendo comunidade e turistas, além de promover a distribuição da renda entre os moradores locais.

- **Valorização cultural e afirmação da identidade**

As atividades são criadas para proporcionar intercâmbio cultural e aprendizagem ao visitante. Não se trata de apresentações folclóricas da cultura popular, e sim de atividades que fazem parte do

cotidiano que o turista vai experimentar. Estamos falando de reconhecer o valor dos mestres da cultura oral no turismo e proporcionar uma reflexão sobre a própria identidade no visitante.

- **Relação de parceria e troca entre o turista e a comunidade**

O turista é visto como um parceiro e não como um cliente.

- **Conservação e sustentabilidade ambiental**

O turismo respeita as normas de conservação da região e procura gerar o menor impacto possível no meio ambiente, contribuindo com os projetos de manejo sustentável de recursos naturais, recuperação de áreas degradadas, utilização de energias renováveis, educação ambiental e destinação de resíduos sólidos. O turismo comunitário deve promover o uso sustentável dos recursos e justiça ambiental.

- **Cadeia de valor focada no desenvolvimento das comunidades – todos os elos da cadeia contribuem**

Cooperação e parceria entre os diversos segmentos relacionados ao turismo de base local e deste com outras localidades com realidade semelhante e com potencial para a formatação de novos produtos e serviços. Agências e organizações que desejam comercializar os serviços e vivências oferecidos pelas comunidades devem ter foco no desenvolvimento das comunidades, às suas lutas e causas e discutir como as relações comerciais estabelecidas podem contribuir economicamente com as demandas das comunidades. Não se trata apenas de uma parceria comercial e econômica, mas também social, onde as relações de colaboração sejam éticas e solidárias.

2.3 – DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

A) Avalie se o turismo é a opção mais adequada para a comunidade.

- Avalie o ganho em conservação;
- Analise as pré-condições para o turismo;
- Adote uma abordagem integrada com outras atividades comunitárias;

B) Planeje o turismo com a comunidade e outros grupos de interesse relacionados.

- Busque a melhor forma de envolver a comunidade, o mais amplo e integrado possível com as demais atividades comunitárias;
- Trabalhe junto com a comunidade buscando uma estratégia de consenso;
- Garanta as integridades ambiental e cultural;

C) Desenvolva projetos turísticos viáveis.

- Assegure uma promoção mercadológica realista e eficaz;

- Desenvolva produtos turísticos de qualidade;

D) Garanta benefícios reais para a comunidade e para o meio ambiente.

- Gerencie adequadamente os eventuais impactos negativos
- Proporcione capacitação e suporte técnico;
- Busque apoio de visitantes e operadores turísticos;
- Monitore o desempenho e assegure a continuidade.

2.4 - PLANEJAMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O Turismo de Base Comunitária pode ser desenvolvido por uma miríade de formas. Porém, a experiência mostra que as comunidades que desenvolvem a atividade de forma ampla e participativa, em geral conseguem resultados em menos tempo e de forma mais sustentável.

➤ **É importante que haja real envolvimento comunitário!**

Passos para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária

- 1) **Organizar:** Forme uma equipe local ou grupo de trabalho para o inventário de atrativos e diferenciais, preferencialmente com dedicação prioritária às atividades turísticas.
- 2) **Identifique Valores Comunitários:** Invista em determinar o que a comunidade espera do turismo, o quanto estão dispostos a contribuir e o que estão dispostos a renunciar (p.ex. privacidade). É importante definir quais os limites para o turismo.
- 3) **Metas:** Estabeleça um conjunto de metas e ações, verificando o envolvimento e compromisso com o sucesso.
- 4) **Inventário de Atrativos:** Identifique o que a comunidade tem a oferecer como atrativos (ambientais e/ou culturais), suas relevâncias e diferenciais, procurando categorizar e estabelecendo quais seus potenciais mercados-alvo.
- 5) **Estabeleça Objetivos:** Categorize as atrações isoladamente, desenvolvendo objetivos para cada uma e realize análises de custo-benefício.
- 6) **Impacto Econômico:** Determine os potenciais impactos negativos ou custos econômico, social e ambiental, criando alternativas para minimizar ou mitigar estes eventuais danos.
- 7) **Plano de Negócios:** Priorize, estabeleça objetivos periódicos (anuais ou semestrais) e metas, inclusive identificando fontes de recursos.
- 8) **Plano de Marketing:** Estabeleça estratégias de marketing para atividades isoladas ou combinadas, quando complementares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Socorro. **Apostila: Condutores de Atrativos Naturais**. Pará: 2014.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Rural: orientações básicas**. Brasília: 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo no Brasil 2011-2014**. Brasília. 160 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao Turismo**. Madrid, 2001.

APÊNDICE F
CERTIFICADO DA OFICINA PARTICIPATIVA SOBRE O TBC

CERTIFICADO

Certificamos que _____
participou da Oficina de Turismo de Base Comunitária na RESEX-Mar Mocapajuba, realizada em São Caetano de Odivelas/PA, no dia 01/10/2019, com carga horária de 08h.

São Caetano de Odivelas, 01 de Outubro de 2019.

Yasmin Alves dos Santos
Organizadora da Oficina -
PPGEDAM/NUMA/UFGA

Fernando B. Peçanha Jr
Chefe da RESEX Mocapajuba -
ICMBIO

Realização



Apoio



Turismo de Base Comunitaria

APENDICE G NOTA TÉCNICA

Belém – PA, 10 de fevereiro de 2020.

1) APRESENTAÇÃO

Esse documento é fruto da compilação e interpretação de resultados advindos da pesquisa de campo relacionada à Dissertação de Mestrado intitulada “*O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO POSSIBILIDADE DE GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL DA RESEX MARINHA MOCAPAJUBA - SÃO CAETANO DE ODIVELAS – PA.*”, e tem por intenção revelar aos agentes públicos de gestão ambiental da RESEX-Mar Mocapajuba, a possibilidades de desenvolvimento social e econômico das comunidades existentes na área, pelo setor turístico, levando em consideração os preceitos do Turismo de Base Comunitária.

2) ASSUNTO

Manifestação sobre as potencialidades turísticas das Comunidades Boa Vista, Cachoeira e Sede Municipal, da RESEX-Mar Mocapajuba com intuito de apontar a possibilidade da implementar o Turismo de Base Comunitária (TBC) como ferramenta de gestão e de desenvolvimento local, além de servir como balizador de sustentabilidade dos recursos naturais, históricos e culturais da RESEX.

3) DESTINATARIO E PARTE INTERESSADA

Destinatário: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

Parte Interessada: RESEX-Mar Mocapajuba.

4) REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

4.1) Considerando a Lei Federal nº. 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, que define Unidade de Conservação como sendo um "espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção"

4.2) Considerando a Lei Federal nº. 11.516/2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nº7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências.

4.3) Considerando a Constituição do Estado do Pará, que em seu artigo 255, inciso V, fundamenta toda a posterior legislação relativa à criação e à implementação de Unidades de Conservação,

4.4) Considerando o disposto pelo SNUC acerca do Plano de Manejo é: “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”;

4.5) Considerando a modalidade de Unidade de Conservação denominada Reserva Extrativista, definida pelo SNUC como: “uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade, possibilitando a realização de pesquisas científicas e da visitação pública”.

4.6) Considerando que a RESEX-Mar Mocapajuba, é uma Unidade de Conservação (UC) da categoria *Reserva Extrativista*, legalmente instituída pelo Poder Executivo do Governo Federal por meio do Decreto Estadual S/Nº de 10 de Outubro de 2014, dentro do qual se estabelece como objetivos de existência da UC “garantir a conservação da biodiversidade dos ecossistemas de manguezais, restingas, dunas, várzeas, campos alagados, rios, estuários e ilhas (Art. 1º, I); e “assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e proteger os meios de vida e a cultura das comunidades tradicionais extrativistas da região” (Art. 1º, II).

4.7) Considerando a Resolução nº 3.870, de 01 de julho de 2009, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal Do Pará (UFPA), institui o Regimento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu oferecidos pela Universidade Federal do Pará;

4.8) Considerando a Resolução nº 4.511, de 20 de maio de 2014, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal Do Pará (UFPA), que aprova o regimento do Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia (PPGEAM), em nível de mestrado profissional

Tem-se que:

5) FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA/TEÓRICA

5.1) O ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

5.1.1) De a cordo com a Portaria da CONSEPE nº 3.870/09, em seu art. 8º que versa sobre “Os programas de pós-graduação compreendem dois níveis hierarquizados de formação: Mestrado e Doutorado”. Tem se em seu parágrafo § 4º, que: “O Mestrado Profissional tem caráter de especificidade, visando ao desenvolvimento de pesquisa voltada para a aplicação profissional”.

5.1.2) De acordo com a resolução nº 4.511/2014, e seu artigo 1º define o programa de Pós-graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), está organizado na forma de Mestrado Profissional, e a formação de docentes, pesquisadores e profissionais técnicos dedicados ao estudo das questões ligadas à gestão ambiental e uso e aproveitamento de recursos naturais para o desenvolvimento local, em especial na Amazônia, com foco na obtenção de título de mestre. E segundo o artigo 2º o programa está inserido na linha de concentração da gestão de recursos naturais.

5.1.3) Assim, levando em consideração a discussão acerca da importância do ensino, da pesquisa e da extensão, premissas que fundamentam todas as atividades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA), tem-se como justificativa o desenvolvimento de tal pesquisa, o aprimoramento profissional e a aquisição de informações que possam colaborar com o ICMBio e subsidiar a formulação do programa de Uso Público da RESEX-Mar Mocajuba, visando a boa gestão dos recursos naturais e o desenvolvimento local sustentável das comunidades envolvidas.

5.2) A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

5.2.1) De acordo com a Lei Federal nº. 9.985/2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a categoria “Resex”, encontra-se no grupo de Uc de Uso Sustentável, sendo que tal grupo tem por objetivo “compatibilizar a conservação natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”. Nesse sentido, a RESEX tem como objetivo: “proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (BRASIL, 2000). É sob esta premissa, que se fundamentam todas as atividades de gestão e monitoramento desenvolvidas pelo ICMBio;

5.2.2) Levando em consideração, as práticas turísticas existentes no Município de São Caetano de Odivelas, que trabalha intensamente os festivais culturais e religiosos, a pratica da pesca esportiva e do turismos de sol e praia, a RESEX-Mar Mocajuba atualmente, é uma opção de recreação e lazer para os visitantes locais, nacionais e internacionais, sendo utilizada para pesquisa científicas, pela visitaçao nas áreas naturais como praias e mangues e pela pesca esportiva. Nesse sentido, tais atividades se apresentam convergentes com o propósito da visitaçao pública da RESEX, porém devem ser ordenadas para que não gerem danos ambientais e sociais as comunidades que nela se encontram. Dessa forma, deve-se levar em consideração, no ato da implantaçao de tais atividades as premissas de criaçao da UC para que incentivem o conhecimento, o cuidado e o senso de pertencimento do visitante para com o RESEX, bem como agreguem o melhor aproveitamento dos potenciais da UC, assegurando, dessa forma, as características e finalidades pelas quais a UC foi criada.

5.2.3) Torna-se, portanto, imprescindível que cada ação de visitaçao, que possa vir a ser desenvolvida dentro da RESEX-Mar Mocajuba contribua para o **fortalecimento da Unidade de Conservação como vetor de desenvolvimento Local**, que gere oportunidades e contribua com a saúde ambiental da região em que a Uc está inserida, que por meio da garantia de prestação dos serviços ecossistêmicos essenciais à vida da população, dentro os

quais destacam-se a pesca artesanal, a coleta de mariscos, a biodiversidade e possibilitando atividades de lazer e recreação.

5.3) TURISMO E MEIO AMBIENTE

5.3.1) O Ministério do Turismo (MTur) entende que o setor de turismo tem a “*consciência de que a palavra meio ambiente pode ser utilizada como argumento eficiente para gerar novos fluxos de visitantes para atrativos naturais*” (BRASIL,2008). Nesse sentido, faz-se necessário o sensato comedimento dessa interrelação de modo que a atratividade dos recursos naturais não seja a causa de sua degradação;

5.3.2) Para a preservação do ecossistema da Resex, o uso turístico vem se apresentado com destaque na gestão da UC. A Convenção Sobre a Biodiversidade apresenta a conservação da **biodiversidade** e o **turismo sustentável** como dois elementos integrados. Um ambiente natural saudável e funcionando adequadamente é uma importante atração turística e ajuda a elevar a consciência do valor intrínseco da natureza junto à sociedade;

5.3.3) Muitos dos temas da Convenção sobre Diversidade Biológica tendem a afetar o setor do turismo, e o progresso feito na redução da pegada social e ambiental do setor tem aumentado sua contribuição para a preservação da natureza. De fato, o turismo contribui para o cumprimento de ao menos 12 das 20 Metas de Aichi, e se baseia em esforços realizados previamente para obtermos economias e ecossistemas mais sustentáveis;

5.3.4) O Turismo de Base Comunitária (TBC) é “um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação” (BRASIL, 2018);

5.3.5) Assim, o TBC apresenta-se como uma ferramenta que busca orientar seus princípios e diretrizes para a compatibilidade com a conservação da biodiversidade, com a salvaguarda da história e cultura das comunidades locais e com o protagonismo comunitário no desenvolvimento da atividade, contribuindo para o alcance dos objetivos do SNUC;

5.3.6) Dentre as diretrizes do TBC para Gestão da UC, destacamos:

1. Planejar e gerir o TBC em acordo com os objetivos de criação e os instrumentos de gestão previstos para cada categoria de UC, bem como com as demais normatizações vigentes e programas de manejo.
2. Respeitar o zoneamento da UC e considerar os diagnósticos, as pesquisas científicas e os saberes locais para a identificação das potencialidades do TBC e para a definição de normas para a visitação.
3. Adotar mecanismos para o monitoramento de impactos da visitação, incluindo ferramentas que permitam avaliar a gestão socioambiental, a satisfação do visitante e das comunidades receptoras, buscando o compartilhamento dos resultados aos atores envolvidos.

4. Buscar metodologias que tenham por objetivo a diversificação de espaços, paisagens e propostas interpretativas, no intuito de enriquecer a experiência do visitante e das comunidades locais.
5. Os projetos de TBC nas áreas em sobreposição com territórios indígenas, quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais deverão reconhecer e considerar os instrumentos de gestão territorial próprios dessas áreas protegidas, garantindo a consulta prévia, livre e informada a esses povos.
6. Deve haver um compromisso com a conservação e proteção da Unidade de Conservação como um todo e não apenas das áreas diretamente visitadas.
7. Comunidades envolvidas com TBC devem, sempre que possível, colaborar com a gestão da UC. Esse apoio pode ser feito diretamente, com métodos de intervenção, recursos financeiros ou humanos e indiretamente por meio da educação ambiental de visitantes e comunidades (BRASIL, 2018).

5.3.7) Assim, apoiar as iniciativas de TBC em nível estadual e nacional, é de fundamental importância, pois será possível identificar os desafios e as potencialidades de tal modalidade de gestão do turismo e de contribuir para a diversificação da oferta turística brasileira, associada ao desenvolvimento local com a geração de trabalho e renda.

5.3.8) Nesse sentido, vislumbra-se a possibilidade de se implementar o TBC na RESEX-Mar Mocapajuba, pois a UC conta com uma rica área natural e um arcabouço cultural muito forte. Além de ter na pesca a principal ferramenta de sobrevivência de suas comunidades. Essa prática tradicional se destaca como atrativo turístico da região e que atrai muitos visitantes, haja vista que a RESEX se encontra imbuída no território do Município de São Caetano de Odivelas, famosamente conhecida como “a Terra do Caranguejo”.

5.4 ASPECTO SOCIOCULTURAL

5.4.1) Entre os diversos objetivos das Unidades de Conservação, ressaltam-se a (a) integração social e (b) a geração de benefícios diretos e indiretos às comunidades residentes e/ou do entorno. A inclusão da mão-de-obra local na prestação de serviços, privilegiando o conhecimento dos moradores desta UC, de sua história, identificação e senso de pertencimento com a RESEX são elementos indispensáveis aos empreendimentos que venham a se instalar dentro e/ou no entorno da UC;

5.4.2) Além de valorizar os saberes, tradições e a cultura das populações da RESEX-Mar Mocapajuba, o TBC deverá estimular a atividade turística integrada com as demais demandas turísticas existente em São Caetano de Odivelas;

5.4.3) Diante do exposto, e por meio deste estudo, percebemos como principais aspectos positivos e negativos à implementação do TBC aos objetivos de criação desta RESEX MAR, segue:

Quadro 01: Aspectos positivos e negativos para o desenvolvimento do TBC na RESEX Mocapajuba

Aspectos positivos e negativos para o desenvolvimento do TBC na RESEX Mocapajuba	
Aspectos Negativos	Aspectos Positivos
A UC ainda não possui Conselho Gestor (ambiente de discussão e de decisão para tomadas de ações que podem interferir direta ou indiretamente na RESEX).	Maior engajamento da governança local para entender o grau de desenvolvimento com bases sustentáveis que o turismo poderá proporcionar ao município e as comunidades da RESEX.
A UC ainda não possui Plano de Manejo (documento norteador para gerencia da UC, pois é onde se encontra os direcionamentos de gestão para UC, entre eles o Programa de Uso Público que trabalha o turismo nessas áreas)	Entendimento, enquanto as propostas de ações para o turismo na área da RESEX requerem outras características diferentes das ações planejadas para a sede do município;
Desarticulação das instituições públicas, entes privados e comunitários para realizar e desenvolver o turismo;	Convergência das instituições públicas (SEMMA e ICMBio) para realização de fiscalização contra as práticas predatórias, que podem gerar degradação ambiental e prejudicar as ações do turismo;
A falta de uma Secretaria Municipal exclusiva para a pasta de Turismo no Município de SCO.	Ações de conscientização ambiental, que foque no esclarecimento sobre políticas de turismo e meio ambiente junto as comunidades da RESEX, para que não pratiquem ações desmedidas com o turismo frente aos recursos naturais.
Sem ações convergentes a RESEX torna-se espaço de um turismo incipiente, que pode gerar direta e indiretamente um turismo sem regras e por vezes predatório (como no caso da Pesca Esportiva).	O a gerência da RESEX, já encerrou o processo de estruturação do Conselho Gestor, e só aguarda pela publicação de validação do mesmo. Que depende da coordenação geral que fica em Brasília.
A descontinuidade de políticas e projetos de turismo que beneficiam o município e consequentemente as comunidades da RESEX.	

Fonte: SANTOS, 2020.

6) PROPOSTA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO TBC NA RESEX-MAR MOCPAJUBA

6.1) As propostas foram formuladas a partir das informações obtidas das análises advindas das observações e dos levantamentos realizados ao longo da pesquisa de campo e da aplicação das oficinas participativas, juntamente às comunidades. Reitera-se que, o município de São Caetano de Odivelas tem como principal atividade econômica a pesca, seja ela de caráter artesanal ou industrial. Dentre as possibilidades de desenvolvimento social e econômico, destaca-se, o setor turístico, que desponta como um valioso componente a ser explorado pelos representantes públicos e pela iniciativa privada da região.

6.2) Frente ao cenário apresentado, o turismo é uma pratica que vem tendo uma progressão e um destaque em direção a esses espaços naturais, pois as UCs, em especial as RESEX são

dotadas de patrimônio natural e histórico-cultural, que vem ganhando espaço e importância no panorama local, que ora vem sendo institucionalizados pela RESEX-Mar Mocapajuba no território municipal de São Caetano de Odivelas. Levando em consideração, que o município está inserido no território da RESEX-Mar Mocapajuba, as atividades sustentáveis precisam ser priorizadas e inseridas no desenvolvimento turístico pensado para o município.

6.3) Nesse contexto, a realização do turismo de base comunitária por meio do aproveitamento dos recursos disponíveis nas comunidades trabalhadas, justifica-se por sua importância baseado em duas premissas fundamentais e que também corroboram para gestão da UC: a conservação dos recursos naturais e culturais e o desenvolvimento local das comunidades receptoras.

6.4) Considerando a grande diversidade dos atributos culturais e naturais existentes nas comunidades da RESEX-Mar Mocapajuba é imprescindível pensar políticas públicas em que incida o crescimento do turismo de forma a não invadir as particularidades da UC, ou mesmo pensar políticas ou propostas que incluam a UC com o aproveitamento de seus espaços protegidos e íntegros gerando um produto diferenciado com benefícios a turistas, visitantes e comunidades. Nesse sentido, a organização de base comunitária se justifica pela importância no planejamento e gestão de tais recursos, haja vista que as comunidades são detentoras de conhecimentos empíricos que presam pela sustentabilidade de seus usos. Quanto maior a participação dos comunitários comprometidos com a temática, melhor e mais completo e eficaz será o planejamento da atividade, considerando a experiência e o conhecimento de cada morador a respeito da região e seus atributos.

6.5) Notou-se alguns pequenos entraves na relação entre as instituições do poder público, que no cenário ideal deveriam estar afinadas. A ausência de iniciativas ou de ações desencontradas, principalmente entre a prefeitura municipal e o órgão gestor ambiental responsável pela RESEX - ICMBio, geram efeitos indesejáveis, ficando propensos os resultados negativos para a RESEX e suas população. Assim, as ações propostas para o desenvolvimento do turismo podem não estar de acordo com o a legislação ambiental vigente.

6.6) No presente estudo, buscou-se realizar o levantamento das potencialidades a partir do envolvimento dos comunitários, para ajudar a identificar os principais atrativos e dificuldades de cada um dos locais em que se foi aplicada as oficinas. Sendo possível assim tecer algumas sugestões e/ou ações para melhorias das condições locais. Não buscou, aqui, estabelecer grau de potencialidade dos atrativos ou critérios técnicos de levantamento de suporte de carga dos atrativos, mas sim realizar um levantamento identificando o potencial turístico local, junto à comunidade, caracterizando-os de acordo com os critérios de: conservação e limpeza; infraestrutura, sinalização, atividades sugeridas.

6.7) Os levantamentos e observações relacionadas diretamente ao turismo na RESEX, evidenciam que há fragilidades nas ações de implementação da atividade por parte do poder público (órgãos de fomento e de gestão) para melhorar as condições atrativos e potencialidades existentes, que atraem o visitante até as localidades, para contribuir com desenvolvimento socioeconômico e com a preservação ambiental.

6.8) Ressalta-se que durante as oficinas comunitárias, os cursos e capacitações e o empreendedorismo para as atividades turísticas, foram vistos como oportunidades de geração de renda, de modo que possam proporcionar alternativas econômicas e empoderamento

comunitário, porém foram reforçadas as falas que tais atividades turísticas devem respeitar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais, principalmente o pesqueiro, para não ir de encontro com os objetivos de conservação proposta pela institucionalização da RESEX no local.

6.9) Durante o processo de realização da pesquisa de campo, constatou-se que a maioria dos atrativos e das infraestruturas básicas e de serviços turísticos estão localizados na Sede Municipal de São Caetano, além dos principais eventos serem realizados lá e que atraem visitantes de vários locais à cidade. Porém é importante ressaltar que as outras duas comunidades estudadas também possuem potencial para desenvolver e estruturar a atividade turística, sendo necessário providenciar estruturação de algumas vias de acesso às comunidades, promover capacitação profissional dos comunitários para o atendimento especializado para o turismo; fortalecimento da base social local; criação de infraestrutura turísticas e de serviços.

6.10) Com base nos dados coletados foi possível listar os seguintes pontos como atrativo, os mesmos foram apontados pela comunidade através das oficinas e conversas informais desenvolvidas no local. A seguir apresentamos um quadro com o levantamento dos atrativos identificados nas comunidades e algumas recomendações e sugestões de forma a subsidiar as ações públicas e/ou privadas em direção a um desenvolvimento e crescimento econômico e social na RESEX, utilizando o turismo como instrumento.

Quadro 02 - Levantamento dos Atrativos e recomendações (Comunidade Cachoeira).

COMUNIDADE	ATRATIVOS	TIPO	AÇÕES SUGERIDAS	RECOMENDAÇÕES
CACHOEIRA	Igreja Matriz N ^a Sr ^a das Graças	Histórico-cultural	- Visitas Guiadas; - Exposição Fotográfica do Círio	- Inserir Sinalização Turística; - Elaborar folder de divulgação
	Círio de N ^a Sr ^a das Graças	Histórico-cultural	- Exposição fotográfica do evento; - Procissão Guiada	- Elaborar a Rota dos Cortejos (trilha integrada do percurso das procissões); - Sinalização do Percurso, para o conhecimento dos visitantes
	Praça Matriz N ^a Sr ^a das Graças	Histórico-cultural	- Realização de Eventos Culturais; - Eventos /gincanas esportivas - Implantar equipamentos de Lazer (ex: brinquedos e academia ao ar livre)	- Revitalizar bancos; - Inserir lixeiras e sinalização turística; - Quiosque
	Mercado Municipal e Porto	Histórico	- Visitas Guiadas; - Realização da Feira do Pescado (parceria com outras comunidades)	- Revitalizar os boxes e a fachada do mercado - Inserir sinalização turística
	Campo de Futebol e Clubes de futebol	Cultural	- Organização de eventos e torneios esportivos - Exposição fotográfica (histórico de criação dos times)	- Revitalizar gramado; - Inserir bancos ou arquibancadas - Sinalização de localização
	Blocos de Carnaval	Cultural	- Programação de pré-carnaval - Organização de evento cultural com todos os blocos - Exposição carnavalesca (fotográfica)	- Elaborar material de divulgação
	Pesca Esportiva	Natural	- Organização de Torneio; - Elaboração da Rota Pesque e Solte (em sítios pesqueiros específicos)	- Elaborar regulamento para atividade; - Fiscalizar a atividade; - Contratar apenas condutores locais para acompanhamento da atividade; - Elaborar material de divulgação

	Rio Mojuim	Natural	- Passeios embarcados com Interpretação Ambiental; - Pesca Esportiva; - Círio Fluvial da Padroeira; - Canoagem; - Stand up paddle.	- Elaborar passeios embarcados com as associações e cooperativas locais; - Organizar a rota fluvial do círio; - Embarcações padronizadas com as normas de segurança; - As atividades de Aventura devem ser realizadas com equipamentos e profissionais adequados.
	Manguezal	Natural	- Observação de fauna e flora	- Elaborar um roteiro integrado entre mangue e rio.
	Coleta de Mariscos e Pesca	Natural	- Atividade de Vivência da atividade de coleta	- Atividades realizadas com acompanhamento dos comunitários; - Elaborar artesanato com o aproveitamento dos mariscos.
	Curral	Natural	- Vivência da pesca de curral (observação)	- Atividades realizadas com acompanhamento dos comunitários;
	Banda Flaviano Góes	Cultural	- Festival Musical de Novos Talentos; - Visita Monitorada a sede da banda - Exposição fotográfica	- Elaborar material de divulgação

Fonte: SANTOS, 2020

Quadro 03 - Levantamento dos Atrativos e recomendações (Comunidade Boa Vista).

COMUNIDADE	ATRATIVOS	TIPO	AÇÕES SUGERIDAS	RECOMENDAÇÕES
BOA VISTA	Rio Camapú	Natural	- Passeios embarcados com Interpretação Ambiental; - Pesca Esportiva; - Círio Fluvial da Padroeira; - Canoagem; - Stand up paddle.	- Elaborar passeios embarcados com as associações e cooperativas locais; - Organizar a rota fluvial do círio; - Embarcações padronizadas com as normas de segurança; - As atividades de Aventura devem ser realizadas com equipamentos e profissionais adequados.
	Marisco e Pesca	Natural	- Atividade de Vivência da atividade de coleta	- Atividades realizadas com acompanhamento dos comunitários; - Elaborar artesanato com o aproveitamento dos mariscos.
	Manguezal	Natural	- Observação de fauna e flora	- Elaborar um roteiro integrado entre mangue e rio; - Atividades realizadas com acompanhamento dos comunitários
	Murizais	Natural	- Observação de Aves	- Atividades realizadas com acompanhamento dos comunitários
	Praias	Natural	- Atividade de contemplação e de interação com meio natural	- Elaborar o Roteiro do Sol; - Organização e regimento para uso do espaço e dos recursos; - Elabora material de divulgação
	Blocos de Carnaval (Mexilhão)	Cultural	- Programação de pré-carnaval - Organização de evento cultural com todos os blocos - Exposição carnavalesca (fotográfica)	- Elaborar material de divulgação

Boi de Máscara – Boi Zeus e Boi Hércules	Cultural	- Organização de evento cultural com os grupos de boi - Exposição fotográfica	- Elaborar material de Divulgação
Festival da Pescada e do Turú	Cultural	- Expor produtos, culinária a base dos pescados; - Gincanas e apresentações culturais	- Elaborar material de Divulgação
Campeonato Rural	Cultural	- Aproveitar o campeonato para inserir uma programação cultural	- Elaborar material de divulgação
Sede dos Clubes de Futebol	Cultural	- Organização de eventos e torneios esportivos - Exposição fotográfica (histórico de criação dos times)	- Organização de eventos e torneios esportivos - Exposição fotográfica (histórico de criação dos times)
Igreja	Histórico-cultural	- Visitas Guiadas; - Exposição Fotográfica do Círio	- Inserir Sinalização Turística; - Elaborar folder de divulgação
Círio e Festival de Stº Antônio de Paduá	Histórico-cultural	- Exposição fotográfica do evento; - Procissão Guiada	- Elaborar a Rota dos Cortejos (trilha integrada do percurso das procissões); - Sinalização do Percurso, para o conhecimento dos visitantes

Fonte: SANTOS, 2020

Quadro 04 - Levantamento dos Atrativos e recomendações (Sede Municipal).

COMUNIDADE	ATRATIVOS	TIPO	AÇÕES SUGERIDAS	RECOMENDAÇÕES
SEDE MUNICIPAL	Marisco e Pesca	Natural	- Atividade de Vivência da atividade de coleta	- Atividades realizadas com acompanhamento dos comunitários; - Elaborar artesanato com o aproveitamento dos mariscos.
	Rio Mojuim	Natural	- Passeios embarcados com Interpretação Ambiental; - Pesca Esportiva; - Círio Fluvial da Padroeira; - Canoagem; - Stand up paddle.	- Elaborar passeios embarcados com as associações e cooperativas locais; - Organizar a rota fluvial do círio; - Embarcações padronizadas com as normas de segurança; - As atividades de Aventura devem ser realizadas com equipamentos e profissionais adequados.
	Manguezal	Natural	- Observação de fauna e flora	- Elaborar um roteiro integrado entre mangue e rio; - Atividades realizadas com acompanhamento dos comunitários
	Produtos agroflorestais	Natural	- Organização da Feira do Produtor Rural	- Que a feira ocorra de 15 em 15 dias ou 1 vez por mês; - Reunir extrativistas de todas as Comunidades da RESEX; - Aproveitar os espaços de áreas verdes e praças para expor a feira
	Prefeitura	Histórico-cultural	- Visitas Guiadas.	- Inserir Sinalização Turística; - Elaborar folder de divulgação

	Mercado Municipal	Histórico-cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Visitas Guiadas; - Realização da Feira do Pescado (parceria com outras comunidades) 	<ul style="list-style-type: none"> - Revitalizar os boxes e a fachada do mercado - Inserir sinalização turística
	Centro Cultural	Histórico-cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Vistas Guiadas; - Exposição das Manifestações Culturais; - Cursos e capacitações culturais; - Mostra de vídeos das festividades culturais e religiosas do município. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inserir sinalização turística; - Adquirir mais peças dos elementos culturais, - Disponibilizar material de divulgação.
	Sede das Bandas	Histórico-cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Festival Musical de Novos Talentos; - Visita Monitorada a sede da banda - Exposição fotográfica 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar material de divulgação
	Carnaval e Boi de Máscara (Faceiro e Tinga)	Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Organização de evento cultural com os grupos de boi, bandas musicais tradicionais e blocos de rua - Exposição fotográfica 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar material de Divulgação
	Praça da Igreja Matriz	Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de Eventos Culturais; - Eventos /gincanas esportivas 	<ul style="list-style-type: none"> - Revitalizar de bancos; - Inserir lixeiras e sinalização turística;
	Igreja Matriz	Histórico-cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Visitas Guiadas; - Exposição Fotográfica do Círio 	<ul style="list-style-type: none"> - Inserir Sinalização Turística; - Elaborar folder de divulgação

	Círio de São Caetano	Histórico-cultural	- Exposição fotográfica do evento; - Procissão Guiada	- Elaborar a Rota dos Cortejos (trilha integrada do percurso das procissões); - Sinalização do Percurso, para o conhecimento dos visitantes
	Procissão Fluvial de São Pedro	Histórico-cultural	- Procissão Guiada	- Sinalização do Percurso, para o conhecimento dos visitantes
	Festival do Caranguejo	Cultural	- Expor produtos, culinária a base do crustáceo; - Gincanas; - Apresentações culturais; -Exposição do alusiva ao pescador e catador do caranguejo	- Elaborar material de Divulgação

Fonte: SANTOS,2020

5.11) Com base nos estudos realizados recomendam-se as seguintes ações para oportunizar o uso dos recursos naturais no desenvolvimento do turismo: engajamento de um número cada vez maior de moradores locais no planejamento de ações para o desenvolvimento do TBC na RESEX; o fortalecimento e/ou aprimoramento da infraestrutura local (saneamento, tratamento de resíduos sólidos, estradas, equipamentos turísticos); geração de alternativas de acomodação para os turistas (pousadas, pensões, aluguel de quartos, acomodação em casas de família; a organização de roteiros oficiais de visitação aos atrativos identificados; elaboração de um projeto de sinalização turística; elaboração de projetos para valorização da cultura e do artesanato local, promovendo e divulgando os eventos culturais e os produtos locais; promoção de cursos de capacitação, em conjunto com a iniciativa privada e poder público.

7). CONCLUSÃO

Por todo o exposto, esta Nota Técnica apresenta ao interessado, bem como a tantos quantos este conteúdo for pertinente, que:

7.1) Os resultados da pesquisa se mostram relevantes, sobretudo, por auxiliar na compreensão da forma como o turismo têm ser configurado na região de São Caetano de Odivelas, e principalmente, nas atrações e atrativos existentes nas comunidades da RESEX, que tem grande potencial para o turismo e como a comunidade pode se desenvolver com o TBC.

7.2) O TBC foi percebido pelos moradores das comunidades como uma atividade que pode ser uma forma de se trabalhar a união e a organização comunitária, pois podem atuar coletivamente na comercialização e operacionalização das iniciativas. Por outro lado, está intrinsecamente ligado a valorização dos aspectos étnicos culturais, ao protagonismo, empoderamento e a conservação do meio ambiente.

7.3) Com base nas observações acerca do turismo, os moradores demonstram interesse em desenvolver práticas relacionadas as atividades turísticas, por acreditarem que tais atividades podem proporcionar melhoria na infraestrutura básica, além de agregar valores à economia local com a geração de trabalho e renda.

7.4) Para que as comunidades de Boa Vista, Cachoeira e Sede, da RESEX-Mar Mocapajuba, possam pôr em pratica o TBC, há de se seguir alguns apontamentos:

- ✓ Ao ICMBio, orienta-se a elaboração do Plano de Manejo da UC, para que se indique as ações que poderão ser trabalhadas e desenvolvidas pelas comunidades, no programa de Uso Público – tendo em vista que, é nesse programa que as atividades do Turismo são definidas e orientadas.
- ✓ Trabalhar o turismo em suas diversas perspectivas: no decorrer do trabalho em entrevista com a diretoria de turismo do município de São Caetano de Odivelas, verificou-se que não existe nenhum projeto a nível municipal que desenvolva a modalidade de TBC nas comunidades ou no município como todo. A falta de recursos aparece como entraves para desenvolver capacitações e ações da secretaria nas comunidades, na área de turismo. Assim, indica-se a efetivação de parcerias com instituições de ensino, do Sistema S (SENAR e SEBRAE) e de gestão pública - como a SETUR, para realizar tais ações;

- ✓ Que o Conselho Municipal de Turismo se mostre ativo e interessado, juntamente com a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo e o ICMBIO, em discutir e desenvolver propostas que estimulem a valorização cultural e a identidade local por meio da realização de feiras, exposições, que oportunizem aos visitantes conhecerem o que é produzido nas comunidades;
- ✓ Elaborar uma normativa de uso dos recursos pesqueiros para a prática da Pesca Esportiva. Haja vista, que atualmente a atividade ocorre no município, isto é, na área da RESEX de forma desordenada, sem orientações ou fiscalizações nem do órgão gestor da UC e nem pelas instituições municipais;
- ✓ Criar redes de relações sociais orientadas para o turismo, de modo que a comunidade tenha capital social disponível que lhes permita implementar o TBC;
- ✓ Incentivar estudos na área da RESEX, que visem identificar e aproveitar as potencialidades existentes. Instituições de ensino, Organizações da Sociedade Civil e Universidades tem um papel essencial, pois podem criar e executar ações e projetos junto com as comunidades, atendendo as demandas locais.

7.5) Conclui-se que as comunidades estudadas tem potencial para o desenvolvimento do TBC, tendo em vista que as mesmas são ricas em recursos naturais e histórico-culturais. A pesca se destaca entre os recursos identificados, pois trata-se do elemento mais importante nesses locais, pela sua importância econômica e por sua influência na dinâmica social, em que a mesma aparece em eventos culturais e religiosos realizados há anos por essas comunidades.

7.6) Mesmo diante das dificuldades encontradas como inexistência de políticas e planos locais para o desenvolvimento do turismo, falta de qualificação e atenção em relação ao turismo, preservação de recursos naturais, infraestruturas básicas insuficientes, equipamentos e meios de apoio ao turismo insatisfatório, acredita-se que estes problemas podem ser solucionados por meio de um comprometimento tanto do setor público, como das comunidades através de um planejamento conjunto e participativo, que envolvam ações concretas direcionadas as comunidades da RESEX.

7.7) Deve-se estimular o desenvolvimento do TBC, um modelo que busca a potencialização da comunidade na oferta do produto turístico, ao aproveitar os recursos disponíveis nessas localidades, e que podem trazer benefícios reais, sem descaracterizar ou degradar a paisagem, o meio natural e cultural. Haja vista que o TBC valoriza o modo de vida tradicional e o cotidiano, os quais proporcionam uma experiência única aos seus visitantes e turistas.

8) REFERENCIAS

BRASIL, Lei Federal nº 9.958 de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, em 18 de julho de 2000. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/revizee/_legislacao/19_legislacao18122008092900.pdf. Acesso em: 02 de fev. de 2019.

_____, Lei Federal nº. 11.516/2007. **Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/94533/lei-11516-07>. Acesso em: 02 de fev. de 2019.

_____, Ministério do Turismo – MTur. **ECOTURISMO: Orientações Básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília, 2008. 60 p.; 24. Disponível em:
http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Ecoturismo.pdf. Acesso em: 10 de jan de 2020.

_____. Resolução Nº 3.870 de 1 de julho de 2009. Institui o **Regimento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* oferecidos pela Universidade Federal do Pará – UFPA**. Disponível em:
http://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/2009/Microsoft%20Word%20-%203870.pdf. Acesso em: 10 de fev. de 2020.

_____. Resolução Nº 4.511 de 20 de maio de 2014. **Aprova o Regimento do Programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia, em nível de Mestrado Profissional, oferecido pela Universidade Federal do Pará – UFPA**. Disponível em:
http://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/2014/4511%20Regimento%20PPGEDAM.pdf. Acesso em: 10 de fev. de 2020.

_____. Decreto S/N de 10 de outubro de 2014. **Cria a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba**, localizada no Município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Dsn/Dsn14009.htm. Acesso: 28 de mar. de 2019.

_____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federal: Princípios e Diretrizes**. Brasília (MMA), 2018a, p.01 -22. Disponível em:
http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf. Acesso em: 10 de dez 2019.

CDB, Convenção sobre Diversidade Biológica. **Manual para a aplicação das Diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo**. Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992. Disponível em: <http://www.cbd.int/tourism/doc/tourism-manual2015-en.pdf>. Acesso em: 10 de jan de 2020.

PARÁ. **Constituição do Estado do Pará**. Disponível em:
http://sefa.pa.gov.br/legislacao/interna/constituicao/cpara_1989.pdf. Acesso em: 10 de fev de 2020.

SANTOS, Y.A. **O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO POSSIBILIDADE DE GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL DA RESEX MARINHA MOCAPAJUBA - SÃO CAETANO DE ODIVELAS – PA**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Universidade Federal do Pará (UFPA), Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), Belém, 2020.

9) ANEXOS

Abaixo seguem os mapas elaborados a partir das informações adquiridas nas oficinas realizadas nas comunidades trabalhadas na pesquisa.

ANEXO I

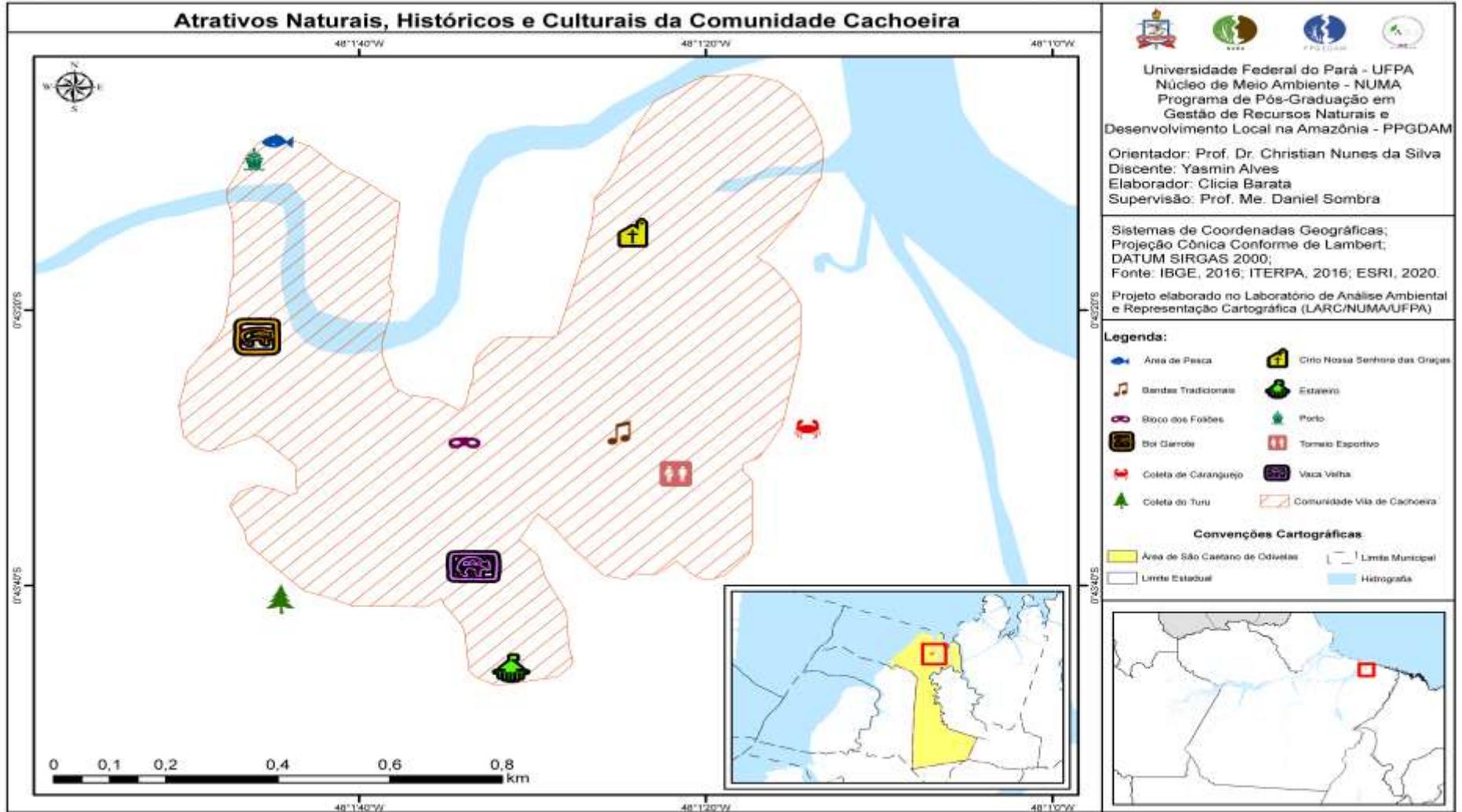
Mapa 01 - Atrativos Naturais, Históricos e Culturais Existentes em São Caetano de Odivelas (Sede Municipal).



Fonte: SANTOS, 2020.

ANEXO II

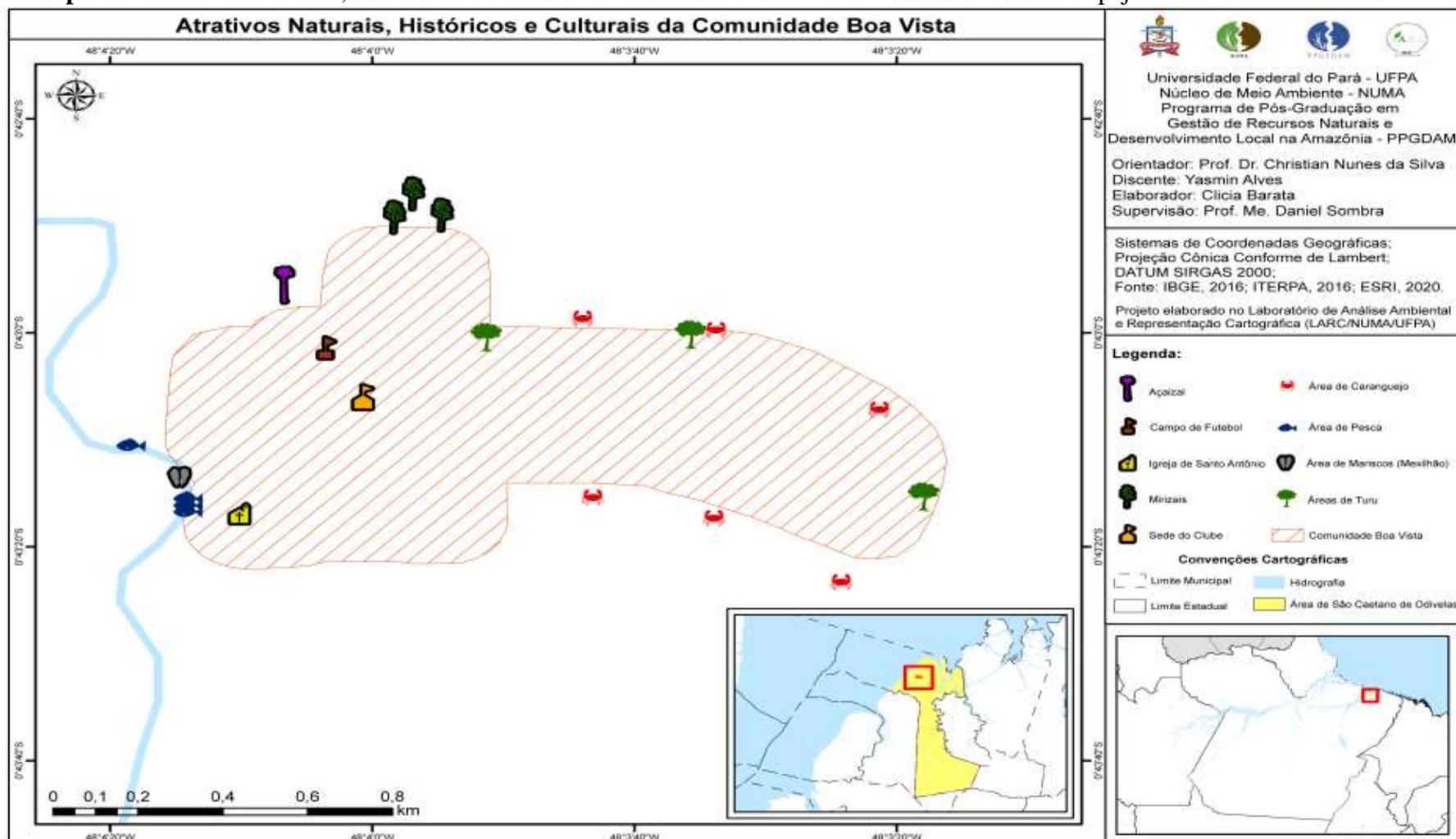
Mapa 02 – Atrativos Naturais, Históricos e Culturais da Comunidade Cachoeira – RESEX- Mar Mocapajuba/São Caetano de Odivelas.



Fonte: SANTOS, 2020.

ANEXO III

Mapa 03 - Atrativos Naturais, Históricos e Culturais da Comunidade Boa Vista – RESEX- Mar Mocapajuba/São Caetano de Odivelas



ANEXO A

AUTORIZAÇÃO SISBIO



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 66843-1	Data de Emissão: 07/06/2019 10:32:16	Data da Revitalização*: 07/06/2020
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revitalizada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: YASMIN ALVES DOS SANTOS	CPF: 987.023.202-30
Título do Projeto: AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE CAMPO (O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO POSSIBILIDADE DE GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL DA RESEX MARINHA MOCAPAJUBA - SÃO CAETANO DE OQUEVELAS - PA)	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ: 34.621.784/0001-23

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Pesquisa de campo	05/2019	10/2019

Observações e ressalvas

1	Esta autorização NÃO cobre o pesquisador titular e os membros de sua equipe de necessidade de obter os autorizações previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pelo área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação ambiental, do órgão ou município, ou do proprietário, arrendatário, possuidor ou titular de área dentro das fronteiras de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
2	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular deverá, a partir da emissão desta autorização, a administração da unidade e fim de CONSERVAR AS DÁTAS das espécies, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.
3	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando de viagem de regularização vigente, ou quando de regularização, limitado ao tipo de descrição de atividades relevantes que autoriza em espécie do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos de legislação brasileira em vigor.
4	Este documento somente poderá ser utilizado para as fins previstas na Instrução Normativa ICMBio nº 0001/4 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 02/2010, ou que especifique esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou exportação. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou distintas no âmbito do ensino superior.
5	As atividades de campo deverão ser planejadas e realizadas em locais autorizados, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e culturais, peças integrantes de cultura matéri e cultura popular, presente e passado, atitudes por meio de recursos e técnicas que se destinam ao estudo, à defesa ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	O titular de licença ou autorização e os membros de sua equipe deverão atuar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos, e empregar esforços de coleta ou captura que não comprometam a vitalidade de populações do grupo taxonômico de interesse em situação in situ.
7	Este documento não dispensa o cumprimento de legislação que dispõe sobre acesso e compartilhamento de patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental ou zona econômica exclusiva, ou no conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja outras informações em www.gov.br/legis .

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Categoria?	Tipo
1	Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba	PA	Amazônia	Não	Dentro de UC Federal

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Abaixo do código de autenticação acima, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0668430120190807

Página 1/2

ANEXO B

LAUDO DE VISTORIA – TRAPICHE BOA VSTA



ESTADO DO PARÁ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS
 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE, SANEAMENTO E URBANISMO

LAUDO DE VISTORIA

O objeto do presente Laudo de Vistoria tem como finalidade, apontar as reais CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO do Trapiche localizado na comunidade de Boa Vista.

No dia 17 de abril de 2018, às 15:00 hs, o autor deste Laudo, abaixo assinado, o Sr. Lauro Barros (Secretário de Planejamento) e o Sr. Francisco Saldanha Miranda (Vereador Nito), em visita ao local a ser vistoriado, constataram as seguintes discrepâncias, abaixo enumeradas, a saber:

1. A existência de um ponto de fuga (área erosiva) que recebe grande parte do fluxo de escoamento das águas superficiais oriundas das vias urbanas, ora pavimentadas, assim como, também recebe todo excedente das águas pluviais que não são absorvidas pelo terreno natural (LAUDO DE VISTORIA À PARTE);



VISTA DO TRAPICHE



VISTA OPUSTA AO TRAPICHE



VISTA DE FRENTE A MARÉ

2. Aparentemente, os "blocos de fundações" assentes sobre estacas, e as cintas de amarrações inferiores, sob os blocos, que dão origem ao sistema estrutural, para sustentação do tabuleiro superior, estão em bom estado de conservação;



VISTA DA INFRAESTRUTURA ESTÁVEL



DETALHE DO CIMENTAMENTO (INFERIOR)

3. Porém, alguns pilares da superestrutura estão seriamente comprometidos, pelo processo de corrosão continuado, afetando a estabilidade física do sistema, que já sofreu intervenção local (moradores), agregando novos pilares circulares, próximos aos originais, seriamente comprometidos, e digo até, na eminência de um colapso total;





ESTADO DO PARÁ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS
 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE, SANEAMENTO E URBANISMO

LAUDO DE VISTORIA

4. As vigas de apoio ao tabuleiro (laje superior) sofrem o mesmo processo, porém com menor índice de corrosão, o fundo da laje já sofreu a aplicação de uma camada protetora de argamassa (chapisco), pelos moradores locais, dificultando a análise real das condições mínimas de estabilidade da armadura inferior na laje.



CONCLUSÃO

1. Faz-se necessário, em caráter de urgência, a contratação de um profissional, ou escritório qualificado na área de engenharia estrutural, para elaboração um Laudo Técnico Específico de Recuperação Estrutural, apresentando soluções e Planilha de Custos para a efetivação dos serviços em pauta;
2. Aproveitando o mesmo escritório, ou profissional, solicitar a adequação do projeto de construção de uma Rampa em concreto armado, padrão SEDOP, em área a ser previamente definida pelo Gestor Municipal, Sr. Mauro Chagas.
3. Caso não haja uma ação paliativa, a curto prazo, na área em litígio, sugerimos alertar os usuários dos riscos temporais a que estão submetidos, caso continuem a utilizar aquele espaço.

LUIZ FERNANDO STAVES KAPAZI
 ENG.º CIVIL 8618 – D / CREA-PA